

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

LUCIANO MONTEIRO

**PARA UMA CIÊNCIA DA BRASILIDADE:
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA FOLCLÓRICA E ETNOGRÁFICA
NO DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO (1935-1938)**

Rio de Janeiro

2014

LUCIANO MONTEIRO

**PARA UMA CIÊNCIA DA BRASILIDADE:
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA FOLCLÓRICA E ETNOGRÁFICA
NO DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO (1935-1938)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wegner

Rio de Janeiro

2014

LUCIANO MONTEIRO

**PARA UMA CIÊNCIA DA BRASILIDADE:
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA FOLCLÓRICA E ETNOGRÁFICA
NO DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO (1935-1938)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Wegner (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/FIOCRUZ) – Orientador

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/FIOCRUZ)

Profa. Dra. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS/UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Estellita-Lins (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação em Saúde, Ciência e Tecnologia – ICICT/FIOCRUZ) – Suplente

Profa. Dra. Cristiana Facchinetti (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde – COC/FIOCRUZ) – Suplente

Rio de Janeiro

2014

Ficha Catalográfica

M775p Monteiro, Luciano

Para uma ciência da brasilidade: a institucionalização da pesquisa folclórica e etnográfica no Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) / Luciano Monteiro. – Rio de Janeiro: s.n., 2014.

294 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

1. História das Ciências. 2. Ciências Sociais 3. Folclore. 4. Identidade Nacional. 5. Modernismo. 6. Brasil.

CDD 398.09

*À Luzia, companheira imprescindível,
e aos meus pais, Lusimar e José Maria.*

AGRADECIMENTOS

Como o trabalho historiográfico não é uma atividade independente e tampouco lucrativa devo registrar que esta pesquisa foi financiada por uma bolsa de mestrado da CAPES e viabilizada pela qualidade da formação que recebi no PPGHCS/Fiocruz. Foi fundamental a orientação do Prof. Robert Wegner, a quem agradeço pela confiança, pelo respeito às minhas inclinações e limitações, pela sua dedicação incomum, pelas críticas cuidadosas, lúcidas e precisas e por ter contado com seu total apoio em meio às adversidades surgidas no decorrer do processo.

Agradeço também aos professores do Programa, que além de oferecer um solo firme para a construção dos argumentos colaboraram com indicações e comentários valiosos. Destaco as contribuições de Luiz Otávio Ferreira e Nísia Trindade Lima, cujas sugestões desde o exame de qualificação foram imprescindíveis, de Flávio Coelho Edler, que me permitiu desenvolver aspectos da pesquisa em seu curso, e de Luiz Antonio Teixeira, cuja disciplina me ajudou a expandir as leituras sobre evolucionismo, racismo e eugenia. Também agradeço muitíssimo à Profa. Dra. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ, pela sua leitura generosa e atenta, pelas sugestões que fez durante a defesa e pela comunhão espiritual com os horizontes desta pesquisa.

Sou imensamente grato à generosidade do Prof. Carlos Estellita-Lins do ICICT/Fiocruz, que tornou-se um interlocutor fundamental ao apresentar em seu curso de Cinema Etnográfico os filmes de Jean Rouch; que me auxiliou na leitura dos textos em francês e me permitiu utilizar o espaço de trabalho de sua equipe, onde foram redigidas muitas das páginas a seguir. Agradeço ainda às Profas. Tatiana Vargas Baptista, Cristiani Vieira Machado, Luciana Dias de Lima e Mônica de Rezende da ENSP/Fiocruz, que me apresentaram os rudimentos da análise de políticas públicas, fornecendo indicações valiosas para a elaboração do Capítulo 1.

À Vera Cardim de Cerqueira, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, autora de um dos trabalhos que iluminaram o caminho, agradeço por me introduzir ao universo dos arquivos históricos paulistanos e, com seus questionamentos, me despertar para a dimensão humana da experiência dos dirigentes do Departamento de Cultura. Agradeço da mesma forma à pesquisadora Ellen Spielmann, que atendendo ao apelo desesperado de um ilustre desconhecido enviou-me da Alemanha uma cópia de seu livro (atualmente esgotado), e aos queridos amigos Maria Clara Carneiro e Sebastião Edson

Macedo, a quem devo o acesso a publicações estrangeiras que de outro modo não poderia utilizar.

Ao Centro Cultural São Paulo, agradeço por me autorizar a reproduzir, no anexo da dissertação, documentos do Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore e aproveito para expressar minha gratidão a todas as bibliotecas e arquivos onde estive ao longo destes anos e, sobretudo, aos seus funcionários, cujo auxílio tornou exequível esta pesquisa: Wilma Martins de Oliveira e seu assistente Bruno Morais, Ediney Almeida de Brito e Joyce Teixeira Porto (Centro Cultural São Paulo); Joana Moreno de Andrade (Biblioteca Mário de Andrade); Cila da Silva Borges (Biblioteca da Faculdade de Letras/UFRJ); Eliane Dias, Carlos Viana Brito, Cláudia Freitas e Manoel Barata (Biblioteca do PPGHCS/Fiocruz).

Agradeço da mesma forma aos amigos sempre generosos e solidários do mestrado e do doutorado da Casa de Oswaldo Cruz, com quem compartilho a sensação de que, por mais meritório, nosso esforço terá sido inútil se não extrapolar o círculo dos iniciados. Minha gratidão aos funcionários do PPGGCS/Fiocruz, Maria Cláudia Cruz, Paulo Chagas, Sandro Hilário, Nelson Nascimento, Cleber Caldeira, Amanda Gutierrez e Deivison Souza (Chris), que fizeram o máximo possível para auxiliar na rotina de atividades da instituição.

Meu interesse pelo tema desta pesquisa seria inconcebível sem os aprendizados da época em que participei da Cia. Folclórica do Rio – UFRJ. Ao ingressar no projeto, há cerca de 10 anos, não podia imaginar o quanto aquelas vivências permaneceriam presentes, tornando-se determinantes para minhas escolhas tanto profissionais quanto pessoais. Agradeço ao grupo e, sobretudo, aos amigos com quem compartilho tantas experiências artísticas, etnográficas e políticas decisivas para nossas trajetórias de vida.

Também foram fundamentais as lições da Prof^a. Danúcia Torres dos Santos, da Faculdade de Letras/UFRJ, que me iniciou nas leituras sobre o pensamento social brasileiro e a construção da identidade nacional, inspirada pela dimensão antropológica do ensino do Português como língua estrangeira, e à convivência com os mestres Carlos Negreiros e Robertinho Silva, com quem aprendi, na experiência da Orquestra de Tambores, a perceber a música independente de categorias como popular ou erudito, tradicional ou moderno.

Minha gratidão ao Prof. João Roberto Maia, que me convidou para a equipe da Faculdade de Letras que foi a São Paulo, em 2008, entrevistar o Prof. Antonio Candido, personagem cujos testemunhos ajudam a interpretar o contexto histórico analisado na

dissertação, e ao querido amigo Thetônio de Paiva, a quem devo meus primeiros lampejos sobre a obra de Mário de Andrade fora da literatura. Agradeço também ao pesquisador Dalton Sala Jr., pela leitura generosa e sugestões que fez ao Capítulo 1, e à minha ex-aluna e amiga Makh Yoshizawa, por me apresentar algumas das faces do universo multicultural paulistano.

Não poderia deixar de mencionar a ajuda de Lucas Magdiel, que acompanhou todo este processo desde antes do mestrado e foi o responsável pelo *abstract* da dissertação, e de Tania Maria Monteiro, cuja solidariedade nos sufocos do dia-a-dia viabilizou a manutenção da minha rotina de estudo nos bons tempos em que fomos vizinhos. Agradeço também ao parceiro Renato Barreto, com quem dividi o curso de poética do jongo na Faculdade de Leras/UFRJ, e aos nossos diletos alunos, cujas trajetórias posteriores e a diversidade de interesses me ajudaram a compreender o objeto desta pesquisa.

Para encerrar, gostaria de expressar minha gratidão àqueles que, na outra ponta, nos ajudam a recriar as tradições, dando, com isso, sentido a nossas próprias caminhadas.

Nós só seremos de deveras uma Raça o dia em que nos tradicionalizarmos integralmente e só seremos uma nação quando enriquecermos a humanidade com um contingente original e nacional de cultura.

Mário de Andrade

Dai as novas incursões pelo Brasil de hoje, com as bandeiras da nova mentalidade, buscando [...] um outro mapa, um mapa novo e maravilhoso, que é o mapa da brasilidade.

Prefeito Fábio Prado

*Oi, tanta chuva choveu,
Piranga não encheu.*

Jongo recolhido em Cunha/SP

Resumo

Este trabalho discute a contribuição do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo para a institucionalização das ciências sociais no Brasil com base na criação, na década de 1930, da primeira comunidade brasileira de pesquisadores especializados no estudo científico das tradições populares – a Sociedade de Etnografia e Folclore.

A partir das transformações políticas e sociais ocorridas no estado de São Paulo desde a década anterior, são analisadas as conexões estabelecidas entre os projetos científicos e culturais emergentes à época e a movimentação política em curso. Na sequência, também são discutidas as relações de colaboração e concorrência entre os diferentes protagonistas do processo de institucionalização das ciências sociais e suas consequências para o desenvolvimento das linhas de pesquisa então iniciadas.

Por fim, com base nas análises de Sérgio Miceli, sobre a criação de instituições governamentais dedicadas ao trabalho intelectual especializado, e na tese de Luiz Rodolfo Vilhena, sobre a marginalização dos Estudos de Folclore na segunda metade do século XX, a investigação também enfoca o diálogo constituído à época entre a Sociologia e os Estudos de Folclore, destacando o caráter aglutinador do projeto científico decorrente da colaboração entre o escritor Mário de Andrade e dois jovens pesquisadores franceses: a antropóloga Fernande Dina Dreyfus e seu marido, Claude Lévi-Strauss.

Abstract

The present work discusses the contribution of the *Departamento de Cultura* of the city of São Paulo to the institutionalization of the social sciences in Brazil based on the creation in the 1930's of the first Brazilian community of researchers that took a scientific approach to popular traditions: the *Sociedade de Etnografia e Folclore*.

Taking as its starting point the political and social changes in the state of São Paulo since the previous decade, this study analyzes the connections between the scientific and cultural projects which emerged at the time and the political movement in progress then. Next, focus is also placed on the collaborative and competitive relations between the actors in the institutionalization of the social sciences, and its consequences in the development of new lines of research in the period.

Finally, based on Sergio Miceli's analysis of the creation of government institutions dedicated to specialized intellectual work, and on Luiz Rodolfo Vilhena's thesis on the marginalization of Folk Studies in the second half of the twentieth century, this paper also focuses on the dialogue then established between Sociology and Folk Studies by giving emphasis to the unifying character of the scientific project resulting from the collaboration between writer Mario de Andrade and two young French researchers: anthropologist Fernande Dina Dreyfus and her husband Claude Levi-Strauss.

Lista de imagens:

Figura 1 – População estrangeira no estado de São Paulo

Figura 2 – Crescimento da população paulistana

Figura 3 – Ampliação da participação social e política no Brasil

Figura 4 – Sede do Departamento de Cultura

Figura 5 – Estrutura organizacional e dirigentes do Departamento de Cultura

Figura 6 – Projeto de construção da identidade nacional

Figura 7 – Seções do Congresso Internacional de Folclore

Figura 8 – Procedência dos alunos do Curso de Etnografia

Figura 9 – Sistema de trabalho instituído pelo Regimento da SEF

Figura 10 – Modalidades de participação por grau de especialização

Lista de siglas:

CDM – Conservatório Dramático e Musical
CIB – Confederação Industrial do Brasil
CIF – Congresso Internacional de Folclore
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNF – Comissão Nacional de Folclore
DASP – Departamento de Administração do Serviço Público
DC – Departamento de Cultura
DPM – Discoteca Pública Municipal
ELSP – Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras
IAFC – Instituto de Antropologia Física e Cultural
IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
JSA – *Journal de la Société des Americanistes*
LNSP – Liga Nacionalista de São Paulo
MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública
MPF – Missão de Pesquisas Folclóricas
PD – Partido Democrático
PRP – Partido Republicano Paulista
RAM – Revista do Arquivo Municipal
SBF – Sociedade Brasileira de Folclore
SDSEM – Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais
SEF – Sociedade de Etnografia e Folclore
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDF – Universidade do Distrito Federal
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1 | |
| 1.1 O projeto de nação da “elite cultural” paulista | |
| 1.1.1 Uma ilha de modernidade em meio aos cafezais | 20 |
| 1.1.2 Origem e destino da <i>Comunhão Paulista</i> | 30 |
| 1.1.3 <i>Cultura superior</i> como estratégia política..... | 44 |
| 1.2 Administração pública e desenvolvimento científico | |
| 1.2.1 As engrenagens institucionais da cidade-modelo | 56 |
| 1.2.2 Na <i>cabeça da cultura municipal</i> | 71 |
| CAPÍTULO 2 | |
| 2.1 Ciências sociais dentro e fora da sala de aula | |
| 2.1.1 A institucionalização da Sociologia em São Paulo | 86 |
| 2.1.2 Controvérsias científicas e fronteiras disciplinares..... | 107 |
| 2.2 Para uma ciência da brasilidade | |
| 2.2.1 A brasilidade modernista de Mário de Andrade | 130 |
| 2.2.2 Um novo paradigma no estudo das tradições populares | 144 |
| CAPÍTULO 3 | |
| 3.1 A preparação do pesquisador profissional | |
| 3.1.1 Etnografia e folclore de uma perspectiva metropolitana..... | 161 |
| 3.1.2 Lições etnográficas da esposa do filósofo..... | 176 |
| 3.2 Uma escola folclórica paulista? | |
| 3.2.1 Institucionalidades em ação | 193 |
| 3.2.2 Vestígios de uma sementeira intelectual | 215 |
| CONCLUSÃO | 237 |
| REFERÊNCIAS | 241 |
| ANEXOS | 262 |

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa pela perspectiva da História das Ciências a constituição na segunda metade da década de 1930 de uma sociedade científica dedicada ao estudo do folclore brasileiro. A iniciativa, considerada pioneira, teve origem nos projetos do escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, e contou com a participação de estudantes e professores de instituições recém-criadas, como a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, além da colaboração de intelectuais paulistas interessados no estudo da cultura popular.

Como se sabe, o campo dos Estudos de Folclore tem início no século XIX com o movimento referido por Peter Burke como a “descoberta” ou, mais precisamente, a “invenção” da cultura popular pelos intelectuais e artistas do romantismo alemão. Johann Gottfried von Herder e os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm tornaram-se seus principais representantes ao disseminar através de suas antologias as práticas de coleta e publicação de canções, poemas e contos tradicionais.

Na chamada “periferia cultural” da Europa, correspondente às regiões onde se formariam Estados nacionais como Alemanha, Rússia Polônia, Hungria e Suécia, a idealização dos hábitos e das tradições comunitárias dos camponeses se tornaria um importante recurso para a afirmação das nacionalidades emergentes.¹ O caráter autóctone atribuído ao folclore expressava então uma forte rejeição à influência exercida pela cultura civilizada das cortes francesas, assimilada pelas elites locais como forma de distinção social, e aos valores universalistas e cosmopolitas do iluminismo, que desprezava o modo de vida dos homens comuns e compreendia “cultura” (no singular) como sinônimo de erudição, ciência e belas artes.

Na América Latina entre o final do século XIX e o início do século XX, a investigação das origens nacionais e do imaginário popular surge como reação ao cosmopolitismo liberal das elites, que encaravam a realidade local de uma perspectiva eurocêntrica.² No Brasil, a obra de Euclides da Cunha traria para o centro do debate sobre a nacionalidade o desencontro entre o projeto republicano de nação e as condições de vida da população sertaneja, mas seria Sílvio Romero o primeiro a realizar, algumas

¹ Cf. BURKE, Peter. 2010. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, Parte 1.

² Cf. ABREU, Martha. 2003. *Cultura popular, um conceito e várias histórias*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.86.

décadas antes, as primeiras pesquisas detalhadas sobre folclore brasileiro e a publicar antologias de música e literatura popular a partir de fontes orais, lançando as bases para o desenvolvimento posterior desse campo.

Em São Paulo, os Estudos de Folclore tiveram os primeiros impulsos no início do século XX, sobretudo, com as descrições de aspectos da cultura caipira realizadas por intelectuais autodidatas. Embora sem resultados efetivos, a proposta de criar uma associação dedicada ao estudo das tradições populares locais já havia se esboçado na Sociedade Demonológica idealizada por Amadeu Amaral e na Academia de Folclore organizada por Edmundo Krug. Nesse contexto, as iniciativas promovidas por Mário de Andrade junto à administração municipal paulistana iriam consolidar a tendência associativa já manifestada, mas se distinguiriam da tradição anterior tanto pelo seu caráter profissional quanto pela adoção de um método de investigação – algo que Amadeu Amaral chegou a sugerir, mas não pôde realizar.

Para compreender a emergência dessa descontinuidade no campo dos Estudos de Folclore, procuro avaliar o desenvolvimento da pesquisa folclórica e etnográfica no contexto das transformações em curso na intelectualidade paulista desde o final da década de 1920 e inscrevê-la no processo de institucionalização das ciências sociais no ensino superior local, cujos principais marcos seriam a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934). Consoante com a natureza do objeto investigado, retomo alguns aspectos do debate sobre o significado da constituição de um organismo governamental como o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo em 1935, enfatizando a sua exemplaridade no que se refere às formas de colaboração estabelecidas a partir de então entre os intelectuais e a classe dirigente.

Enquanto o Capítulo 1 distingue nos debates da intelectualidade local as razões que motivaram o surgimento dessas iniciativas inovadoras, viabilizando a introdução das ciências sociais tanto no ensino superior quanto na administração pública, o Capítulo 2 avalia as potencialidades e as limitações dessa produção científica, distinguindo nela duas orientações gerais, correspondentes a diferentes modelos de institucionalização que perfazem tradições intelectuais inteiramente diversas. A necessidade de se compreender no contexto aqui examinado o desenvolvimento de um determinado campo de estudos a partir de suas relações com as disciplinas adjacentes se justifica pelas peculiaridades da

produção intelectual da época e tem sido apontada desde o trabalho de doutorado de Mariza Peirano.³

Neste particular, procuro demonstrar que os embates ocorridos então entre representantes de diferentes tradições de pensamento social em torno de noções como raça, cultura, evolução e mudança social constituem o solo fértil onde se desenvolveria, através de sucessivos formatos institucionais, o projeto científico ora analisado e que este fato ajuda a compreender a sua singularidade no campo de estudos a que se associa. Por outro lado, a emergência de um espaço dedicado à pesquisa folclórica e etnográfica no âmbito da administração municipal paulistana também se deve à colaboração e à complementaridade entre os interesses intelectuais e profissionais de Mário de Andrade e de dois jovens pesquisadores franceses em início de carreira: a antropóloga Fernande Dina Dreyfus e seu marido Claude Lévi-Strauss. Por isso, partes dos Capítulos 2 e 3 tratam da inserção desses três personagens no cenário intelectual paulistano da época.

O terceiro e último capítulo situa a pesquisa folclórica e etnográfica realizada com o apoio da Prefeitura da cidade de São Paulo na trajetória do Movimento Folclórico – que na década de 1930 começa a se estruturar como uma comunidade de âmbito internacional – e avalia o significado da institucionalização dos Estudos de Folclore naquele contexto. Passo, então, a analisar de maneira mais detalhada as atividades de ensino e pesquisa relacionadas ao projeto científico em questão e procuro rastrear seus possíveis desdobramentos tanto nas trajetórias profissionais dos participantes que trilharam carreiras acadêmicas como cientistas sociais quanto na agenda de pesquisas das ciências sociais no período subsequente – marcado pela progressiva marginalização dos Estudos de Folclore no âmbito da “escola sociológica paulista”.

³ Cf. PEIRANO, Mariza. 1981. *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Harvard, Cambridge/Massachusetts, p.12.

CAPÍTULO 1

1.1 O projeto de nação da “elite cultural” paulista

1.1.1 Uma ilha de modernidade em meio aos cafezais

O processo de metropolização observado na capital paulista desde a Primeira República – período em que o país era predominantemente rural, com uma economia baseada na produção agroexportadora e uma população em sua maioria miserável e analfabeta – constitui um fenômeno sem paralelos em nossa história recente. O modelo de desenvolvimento capitalista exemplificado neste processo se tornaria paradigmático para os rumos da nação durante o século XX, mas suas origens são anteriores.

A cidade de São Paulo se beneficiou de diversas formas do arranque econômico proporcionado pela expansão da agricultura no âmbito do estado – sobretudo, da produção cafeeira, setor em que os paulistas vinham se destacando como os principais exportadores desde o século XIX. Em 1859, o café já era a principal mercadoria de exportação do país e o estado de São Paulo era responsável por 12,1% dessa produção.⁴ Esta proporção aumentaria ainda mais com a abertura de novas áreas para plantio no oeste paulista, região ocupada ainda por populações indígenas, e até o final do século o café chegaria ao patamar de 53% das exportações nacionais, seguido apenas pela borracha, com 26% do total.⁵ Segundo Richard Morse,

Entre 1890 e 1900 foram criados no estado 41 municípios novos, localizados, na sua maioria, na “fronteira” do café, passando o número de cafeeiros de 220 para 520 milhões. Não era, contudo, o fazendeiro, mas o intermediário urbano quem tinha os maiores lucros, uma vez que comprava a preços baixos na época da colheita e vendia durante os meses em que a concorrência era menor.⁶

A Constituição de 1891 atribuía aos estados autoridade para contrair empréstimos no exterior e estabelecer o valor dos impostos sobre as exportações, que constituíam uma das principais fontes de arrecadação. Esta autonomia financeira seria decisiva para o crescimento do setor agroexportador em São Paulo e, em particular, da cafeicultura – responsável por quase toda a renda do estado.⁷

⁴ Cf. DALLARI, Dalmo de Abreu. 1977. O Pequeno Exército Paulista. São Paulo: Perspectiva, p.15.

⁵ Cf. FAUSTO, Boris. 2002. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, p.164.

⁶ MORSE, Richard. 1970. Formação Histórica de São Paulo, São Paulo: Difel, p.281.

⁷ Cf. SCHWARTZMAN, Simon. 1975. São Paulo e o Estado Nacional. São Paulo: Difel, p.122; FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.141.

O aumento significativo do volume de transações em moeda nacional e a consequente criação de novos espaços de acumulação de capital possibilitaram, então, o estabelecimento de um sistema de crédito que financiou o avanço do processo de urbanização da capital paulista, modernizando as atividades existentes e introduzindo serviços essenciais ao crescimento da cidade. A construção da infraestrutura de transporte com estradas de ferro para ligar o interior à capital – atendendo em princípio aos interesses dos produtores de café – talvez seja o maior exemplo disso. Ademais, o fluxo constante de importações e exportações no estado favorecia o desenvolvimento de um mercado para produtos manufaturados que tinha na capital paulista seu centro irradiador.⁸

Com a progressiva diversificação econômica do complexo cafeeiro a partir de demandas suscitadas pelo próprio crescimento dos municípios paulistas,⁹ em 1920 a produção agrícola de São Paulo já correspondia a um quarto do total nacional, incluso o café, ou a um quinto, sem considerá-lo.¹⁰ A expansão da atividade industrial do estado desde o início do século XX também seria impulsionada por este processo de diversificação. Em 1889, havia 696 fábricas em todo o país (a maioria era pouco mais que uma oficina) e 13,5% delas eram paulistas; antes da I Guerra, em 1914, o número de estabelecimentos havia aumentado para 6497, dos quais 32% localizados em São Paulo; esta proporção se manteria quase inalterada até 1920, quando se contavam 13.336 fábricas em todo o país.¹¹

Os índices registrados no Censo de 1920 mostram que na época a produção das fábricas paulistas já superava os números do maior polo industrial do país, a capital federal, e que sozinha a cidade de São Paulo, que concentrava a maior parte dessa produção, havia chegado bem próximo daqueles números.¹²

⁸ Cf. FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.161-162.

⁹ Com destaque para o incremento da produção de arroz (que cresceu quase sete vezes), de milho (cuja produção triplicou), de feijão (que dobrou) e para a introdução do cultivo do algodão, que forneceria matéria prima ao setor têxtil – um dos principais ramos na indústria da época. Durante a I Guerra, o estado de São Paulo se tornaria autossuficiente na produção desses alimentos, antes comprados de outros estados (cf. *ibidem*, p.160 e 162).

¹⁰ Cf. CANO, Wilson. 2012. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Economia, Brasília/DF*, v.13, n.3b, set.-dez. 2012, p.902.

¹¹ Cf. DALLARI, D.A. 1977. *Op. cit.*, p.17.

¹² Em 1920, a produção industrial da capital federal totalizava 677.000 contos e a da capital paulista, 504.000 contos. No Censo de 1938, a produção paulistana já havia assumido a liderança nacional com 4.323.000 contos, quase o dobro dos números da capital federal, que registrava 2.847.000 contos (cf. FAUSTO: 2002, p.162; MOTTA, Marly da Silva. 1992. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p.88).

A historiadora Marly da Silva Motta identifica alguns fatores como determinantes contextuais para a ascensão do estado de São Paulo como centro econômico e industrial mais dinâmico do país ainda durante a Primeira República:

- a) a constituição no âmbito estadual de um mercado interno mais amplo;
- b) o desenvolvimento de uma produção agropecuária com capacidade para abastecer com matéria-prima barata a indústria local;
- c) a construção de estradas de ferro que, apesar de direcionadas à produção de café, também favoreceriam o desenvolvimento industrial;
- d) o enorme contingente populacional existente tanto no estado quanto na capital decorrente, sobretudo, da imigração estrangeira.¹³

Sua abordagem acresce aos aspectos econômico e tecnológico um elemento indispensável à compreensão da emergência do cenário em questão; trata-se das características de sua formação social – e neste particular, mais uma vez, São Paulo aparece como um caso à parte. Apesar da extensa produção acumulada em torno do tema, o impacto da imigração estrangeira na formação social do estado permanece um campo extremamente fértil para investigações.

Durante a primeira metade do século XX, tanto o contingente (por nacionalidade) de estrangeiros recebidos quanto a constância do seu ingresso na sociedade local e suas diferentes formas de concentração ou dispersão no território conferiram à população paulista características bastante distintas.¹⁴ Com a proibição do tráfico negreiro a partir de 1850, a imigração passou a ser defendida como “solução” para fornecer mão de obra às fazendas; a maior corrente imigratória para o Brasil desde então iniciou-se ainda no século XIX, durante a primeira década da República, e só diminuiu em 1914, com a eclosão da I Guerra. Após o término do conflito, o fluxo de imigrantes voltaria a crescer até ser novamente reduzido no início da década de 1930 devido à crise econômica internacional detonada em 1929.

Estima-se que no período de 1887 a 1930 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no país; deste total 72% (aproximadamente 2,74 milhões) chegaram antes de

¹³ Cf. MOTTA, M.S. 1992. *Op. cit.*, p.88.

¹⁴ Cf. BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. 2008. Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950. São Paulo: Unesp, 2008.

1914, concentrando-se, sobretudo, nas regiões leste, centro-sul e sul.¹⁵ No ano de 1920, 93,4% desses imigrantes encontrava-se em uma dessas três regiões e o estado de São Paulo concentrava sozinho 52,4% da população estrangeira em território nacional.¹⁶

A maioria era atraída – e muitas vezes iludida – pela possibilidade de trabalho digno no país, nutrindo expectativas de acumular renda e adquirir uma propriedade.¹⁷ Isto se aplica, sobretudo, aos que chegaram através da chamada “importação de imigrantes”, uma política de incentivos promovida pelo governo paulista de 1880 até 1927 para garantir mão de obra estrangeira às fazendas. A concessão desses auxílios resultava de um esforço conjunto entre a classe dirigente local e a elite cafeeira, representada por figuras influentes nos poderes central e estadual, para garantir ao estado as condições necessárias ao aumento da sua produção agrícola – “portos, ferrovias, alojamentos para imigrantes, máquinas de benefício – além de mecanismos de financiamento”.¹⁸

Mas o recrutamento para o trabalho na lavoura não era a única modalidade de inserção dos estrangeiros na economia paulista. Também era significativo o contingente de

imigrantes “espontâneos” que vinham à própria custa, atraídos pelo clima temperado de São Paulo, por suas oportunidades econômicas e por facilidades que lhes permitiam efetuar livremente contratos de trabalho a curto prazo. Entre 1908 e 1920, Santos recebeu 190.000 imigrantes subvencionados, indo quase todos, pelo menos inicialmente, para as fazendas, e 340.000 espontâneos, dos quais 80% arranjaram empregos na indústria, no comércio ou nas estradas de ferro na capital e em outras cidades.¹⁹

Fausto (2001) sustenta que o desenvolvimento acelerado da indústria paulista nas primeiras décadas do século XX não resulta apenas da enorme expansão do

¹⁵ É preciso ressaltar que o volume registrado na chegada de estrangeiros não corresponde exatamente ao número de imigrantes estabelecidos no país. “Considerando as entradas e saídas de imigrantes, sem distinção de nacionalidade, pelo porto de Santos, verificamos que, em vários anos, o número dos que saíram foi maior do que as entradas naquele porto. Por exemplo, em plena crise do café, em 1900, entraram cerca de 21 mil imigrantes e saíram 22 mil” (FAUSTO: 2002, p.157). Isto se explica principalmente pelas precárias condições de sobrevivência impostas pelas fazendas nos primeiros anos da imigração – comparáveis às do trabalho escravo, tornado ilegal havia poucos anos. A amplitude do problema pode ser medida pelo número de queixas de italianos residentes em São Paulo ao seu consulado e pela posterior proibição, na Itália, da imigração subsidiada para o Brasil através do chamado “decreto Prinetti” de 1902 (cf. FAUSTO: 2002, p.158).

¹⁶ Cf. *ibidem*, p.155-156.

¹⁷ Eram essas as recompensas alardeadas pela propaganda governamental e pelo discurso dos agentes recrutadores na Europa (cf. BASSANEZI, M.S.B. et al. 2008. *Op. cit.*, p.17).

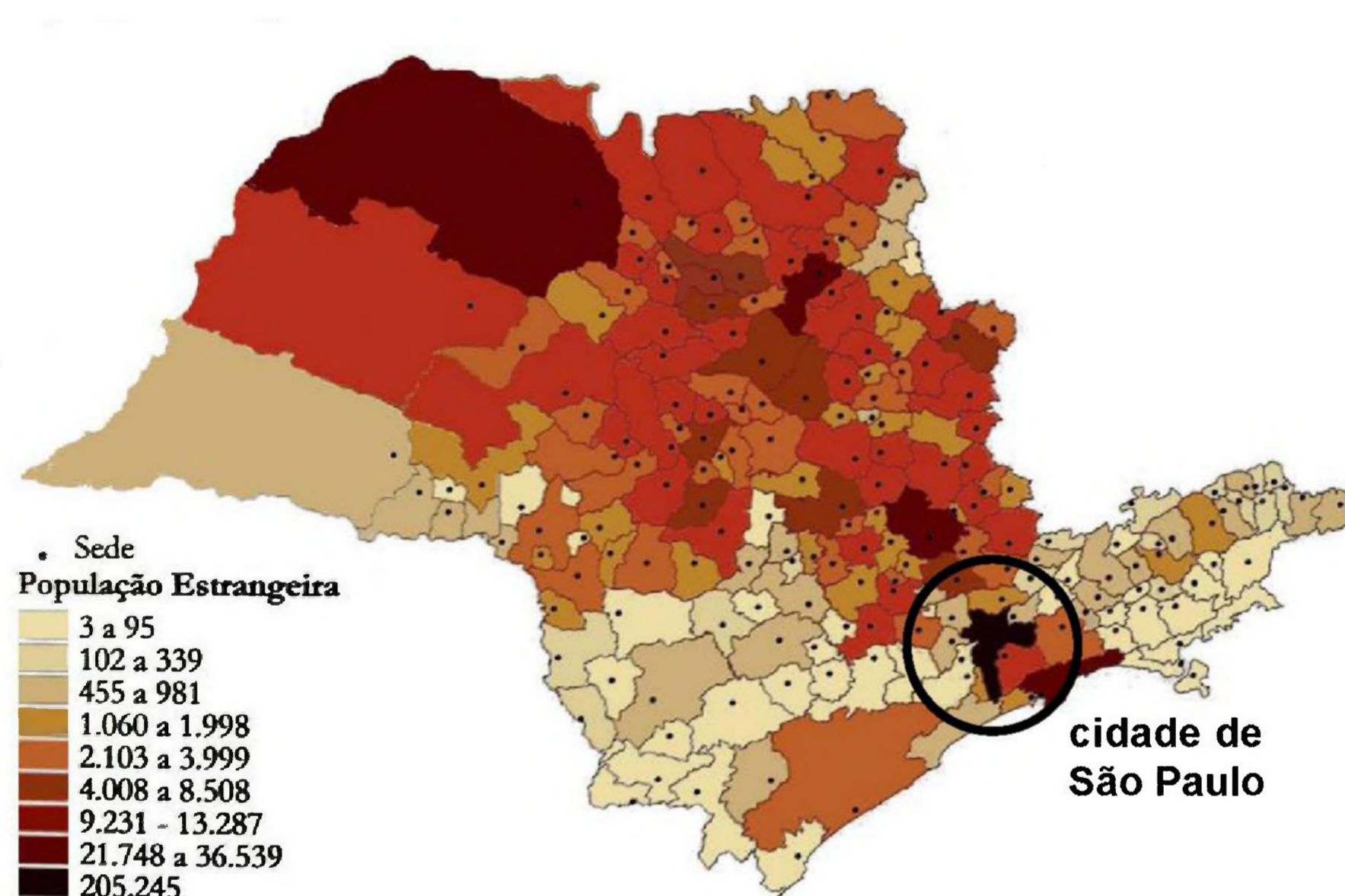
¹⁸ BASSANEZI, M.S.B. et al: 2008. *Op. cit.*, p.14.

¹⁹ MORSE, R. 1970. *Op. cit.*, p.301.

complexo cafeeiro, mas igualmente da participação maciça de imigrantes em todos os setores. Sua presença ao longo deste processo abrange desde os operários da indústria manufatureira incipiente da capital paulista no final do século XIX²⁰ até a mão de obra especializada “de técnicos, metalúrgicos e mecânicos, por exemplo, que as escolas de São Paulo não formavam”.²¹

De acordo com as informações do Censo de 1920, os estrangeiros correspondiam na época a 18,1% da população paulista, totalizando 829.851 pessoas.²² O mapa a seguir, retirado do *Atlas da imigração internacional em São Paulo*, mostra sua distribuição por município neste período.

Figura 1: População estrangeira no estado de São Paulo



Os dados apresentados na Figura 1 exprimem apenas parcialmente a penetração estrangeira em território paulista, já que os descendentes de imigrantes foram considerados brasileiros, mas permitem visualizar a sua elevada concentração na capital. Se a presença estrangeira teve, como foi dito, um impacto decisivo na formação social do estado, este se tornaria ainda maior na cidade de São Paulo, que era o centro de convergência tanto da imigração espontânea quanto daqueles que procuravam uma alternativa à vulnerabilidade do trabalho na lavoura. Como explica Fausto (2001),

²⁰ Em 1893, 70% dos empregados de manufaturas da capital paulista era estrangeiro (cf. FAUSTO: 2002, p.161).

²¹ MORSE, R. 1970. *Op. cit.*, p.301

²² Cf. BASSANEZI et al. 2008. *Op. cit.*, p.56.

A cidade oferecia um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados “mestres italianos”, aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico.²³

Neste contexto, como a indústria não era regulada por uma legislação social apropriada, até mesmo no mercado de trabalho formal as condições encontradas na capital eram insustentáveis.

Jornadas de dez horas de trabalho ou mais durante seis dias da semana, amiudavam os acidentes e os erros na produção, punidos com multas os adultos e, com surras, as crianças. Além disso, poucas eram as indústrias que dispunham de instalações especialmente construídas e em adequadas condições higiênicas de trabalho. Mal iluminadas e pouco ventiladas, empregavam fartamente mulheres e crianças, às quais pagavam menos que aos homens.²⁴

As crises e os estrangulamentos recorrentes em economias baseadas na monocultura também afetavam a frágil indústria local, ainda dependente do sistema de crédito mantido pela exportação de café. Mesmo nos ramos com maior volume de produção, como a indústria têxtil, vivia-se uma situação de permanente incerteza; durante os períodos de crescimento, a oferta de trabalho era abundante, mas a situação podia se inverter inesperadamente, deixando na rua uma massa de milhares de desempregados.

No início do século XX, era comum entre os setores mais abastados da sociedade paulistana o apego a uma percepção dicotomizada da cidade, que opunha um espaço urbano normativo marcado pelo predomínio da ordem civilizada às condições de vida heterogêneas encontradas nos bairros populares.

de um lado, a Cidade da ordem, da moral, das boas famílias, do cosmopolitismo exemplar dado pelos ricos [...] Do outro lado ficava a Cidade às avessas, a desordem, a amoralidade e a vadiagem [...] [onde] a legalidade urbana que configurava a boa Cidade era continuamente subvertida e ressignificada.²⁵

²³ FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.160

²⁴ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. 2004. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo: Paz e Terra, p.27-28.

²⁵ PAOLI, Maria Celia e DUARTE, Adriano. 2004. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo: Paz e Terra, p.55-56.

O fato de haver bondes de primeira e de segunda classe, criados por ocasião da substituição do transporte coletivo de tração animal pelos veículos elétricos,²⁶ demonstra que a segregação entre pessoas desses dois universos socioculturais era sancionada pela própria administração pública.

A ocupação desordenada do espaço urbano, decorrente da rápida concentração populacional nas zonas industriais, provocava um aumento exponencial da quantidade de moradias irregulares e insalubres, engendrando na capital paulista o fenômeno das multidões,²⁷ conhecido desde o final do século XVIII nas cidades industriais europeias. Como a administração municipal não conseguia acompanhar o ritmo das transformações em curso, a insuficiência de infraestrutura urbana (abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo, arruamento) e da oferta de serviços para a população (acesso a educação, cuidados básicos de saúde, assistência social) tornava-se um problema crônico.

Um conjunto de ações emergenciais promovidas pelo Governo Estadual em 1914 para combater a crise econômica em curso ilustra bem a complexidade do desafio a ser enfrentado pelas autoridades públicas locais:

o Departamento [Estadual de Trabalho] estabeleceu “feiras livres” na cidade, as quais eliminaram as pesadas partes dos intermediários e reduziram de 50% o preço dos gêneros de primeira necessidade. “Cozinhas econômicas” foram instaladas no Brás. A Light fornecia três bondes que davam passagem gratuita aos lavradores que trouxessem produtos agrícolas dos subúrbios.

Mas a raiz do problema estava na situação rural e na ironia das fazendas despovoadas a clamarem por mais braços. Dentro de três meses (agosto a outubro de 1914) a Agencia Oficial de Colocação deslocou 12.000 trabalhadores da Capital para o interior; em junho de 1916 o número chegou a 30 000.²⁸

Somado à imigração espontânea, o abandono das fazendas alimentava a explosão demográfica da cidade, gerando uma demanda permanente de mão de obra para a agricultura em expansão, que continuava a ser suprida pela política de “importação de imigrantes”. Portanto, a iniciativa de remanejar trabalhadores para o interior, “proporcionando benefícios e pequenos lotes aos sitiantes independentes”,²⁹ precisava concorrer com o somatório desses fatores.

²⁶ Cf. QUEIROZ, S.R.R. de. 2004. *Op. cit.*, p.25.

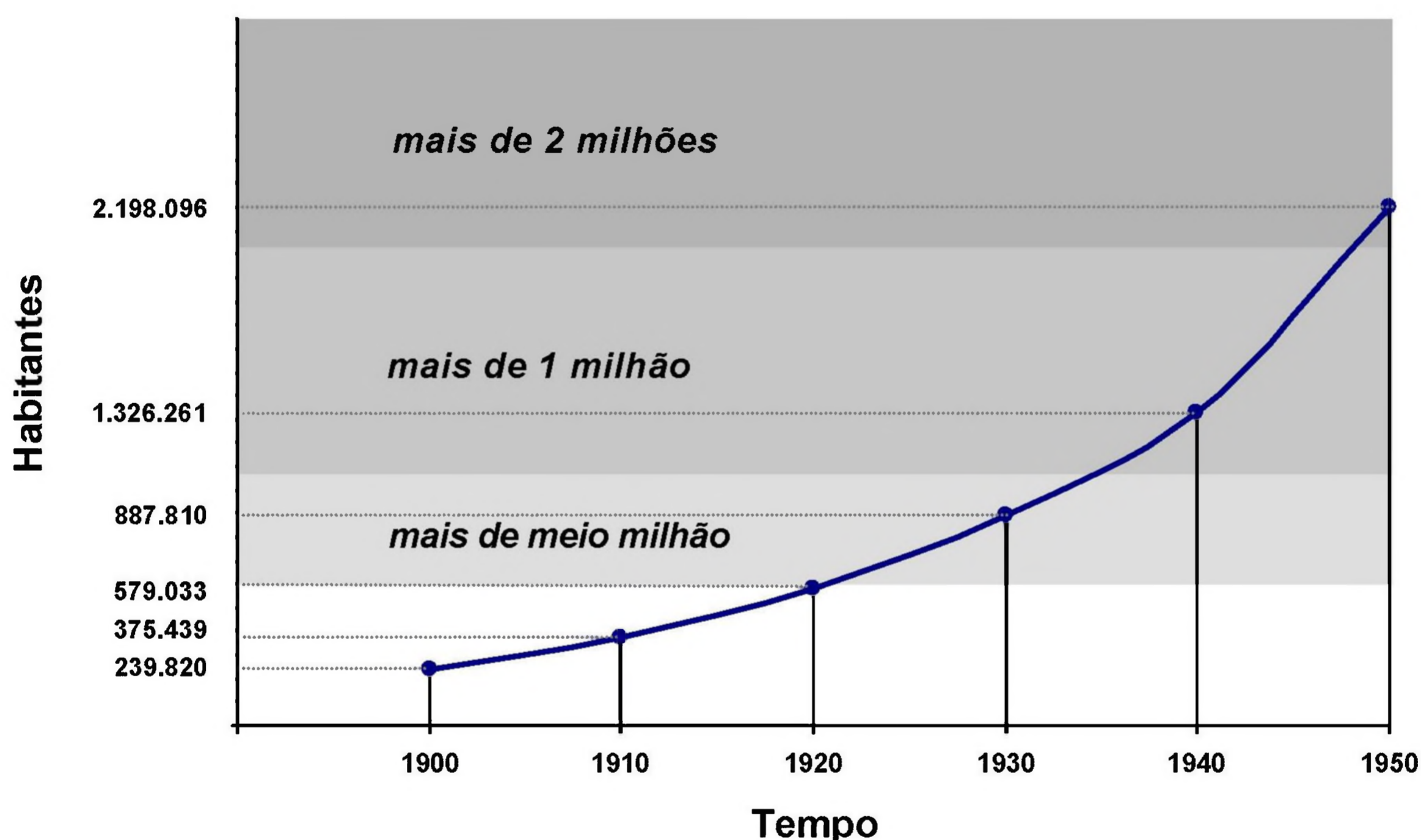
²⁷ Cf. MORSE, R. 1977. *Op. cit.*, p.283.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Ibidem.*

A proposta de “desurbanização da capital” enquanto objetivo a ser alcançado através de políticas públicas parece, por si só, traduzir a dificuldade encontrada pelas autoridades locais diante de um cenário até então inédito no país. O crescimento vertiginoso da população paulistana na primeira metade do século XX está representado na curva a seguir, adaptada do gráfico elaborado por Simone Lucena Cordeiro³⁰ com base em dados do IBGE, da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo e nos Anuários Demográficos de São Paulo:

Figura 2: Crescimento da população paulistana



Apesar de engenhosas, essas medidas não sobreviveriam aos interesses em jogo no interior da burocracia governamental. A exemplo disto, em um relatório publicado no *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* naquele mesmo ano de 1914 o prefeito da capital se vangloriava de que “São Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas”.³¹

A primeira demonstração contundente de insatisfação com as condições degradantes impostas à maioria população da cidade ocorreu em 1917, a partir da greve dos operários do Cotonificio Crespi, que exigiam um aumento de 20% em seu salário.³²

³⁰ CORDEIRO, Simone Lucena. 2005. *Moradia popular na cidade de São Paulo (1930-1940) – projetos e ambições*. Revista Histórica, n.1, p.2

³¹ Apud MORSE, R. 1977. *Op. cit.*, p.283.

³² *Ibidem*, p.285.

Pouco depois, no dia 9 de junho, o cortejo fúnebre de um jovem sapateiro espanhol morto por agentes da Força Pública que reprimiram com extrema violência a concentração de grevistas em frente à Tecelagem Mariângela – propriedade da família Matarazzo – transformou-se em ato político contra a cumplicidade entre as autoridades públicas e o patronato.³³

A morte do operário havia, recrudescido os ânimos; no dia 15, o número de grevistas chegou a cinquenta mil. Saques a armazéns, piquetes, comícios, ataques a autoridades. Alarmado, o presidente do estado solicitou o auxílio de tropas federais, que foram deslocadas do interior e de dois navios de guerra ancorados no porto de Santos. A “cidade da ordem”, amedrontada, fechou suas portas e janelas, enquanto a inventividade espontânea dos grevistas ficou à solta: garotos depredavam os lampiões a gás e deixavam a Cidade às escuras, grupos de jovens operárias tomavam em suas mãos os bondes e estabeleciam novos trajetos.³⁴

A importância dessa onda de greves iniciada em 1917 e sustentada até meados de 1920 consistiu, por um lado, na emergência no espaço cosmopolita e civilizado da cidade da sua incômoda contraface, ou seja, em escancarar a existência de uma classe social cuja alteridade com a burguesia não podia ser suprimida e cujo contingente impossibilitava qualquer tentativa de diluição ou integração paternalista via assistência filantrópica; por outro, em inserir a questão social no debate público ao evidenciar a necessidade de se estabelecer novos direitos e a regulação estatal das relações de trabalho.³⁵

Na ocasião, alguns setores do governo, da imprensa e até mesmo industriais esclarecidos, como Roberto Simonsen e Jorge Street, reconheceram a legitimidade da pauta dos trabalhadores e seu direito a se organizarem para apresentar suas reivindicações.³⁶ Mas a proposta de criação do Código do Trabalho apresentada então ao Congresso Nacional – que limitava as jornadas a oito horas, estabelecia uma licença para gestantes e restrições ao trabalho de mulheres e crianças – foi rejeitada tanto pelos industriais quanto pelos congressistas.³⁷

Após a década de 1920, a estabilização da economia paulista como propulsora do desenvolvimento nacional atraiu para a cidade e seus arredores empresas estrangeiras de grande porte, como General Motors, Ford, Rhodia, RCA Victor, Phillips e Pirelli, entre

³³ Cf. PAOLI, M.C. e DUARTE, A. 2004. *Op. cit.*, p.56.

³⁴ *Ibidem*, p.57.

³⁵ *Ibidem*, p.55.

³⁶ Cf. MORSE, R. 1977. *Op. cit.*, p.286.

³⁷ Cf. FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.170.

outras, o que aumentaria ainda mais a demanda por ampliação da infraestrutura urbana.³⁸ Neste contexto, surgiram as primeiras propostas de intervenção em grande escala para coordenar o crescimento da cidade.

Considerado o maior projeto urbanístico desse período, o Plano de Avenidas elaborado pelos engenheiros Francisco Prestes Maia e João Ulhôa Cintra tornou-se emblemático da orientação assumida pela Prefeitura da cidade de São Paulo em sucessivas administrações a partir do final da década de 1930. O projeto previa intervenções meticulosas na região central além de inúmeras alterações em bairros periféricos e estabelecia em todos os espaços urbanizados a separação entre os universos do trabalho e da moradia, aspecto estruturante da dinâmica espaço-temporal predominante na parte legalizada e normativa da cidade. Esse distanciamento entre as porções ordenadas e desordenadas do espaço urbano contribuía, de um lado, para o processo de periferização da capital paulista e, de outro, para a verticalização da sua região central, cada vez mais especializada no setor de serviços – o que se evidencia pela multiplicação dos bancos e escritórios.³⁹

As canções *Saudosa Maloca* e *Abrigo de Vagabundos*, do compositor Adoniran Barbosa, formam uma sequência narrativa capaz de sintetizar a experiência dramática dos habitantes dos bairros operários neste período, marcado por

milhares de desapropriações, demolições e desocupações e o conseqüente deslocamento da população que habitava as áreas centrais. Expulsa de suas moradias, essa população se dirigiu para os bairros mais afastados, deixando o centro livre de sua presença e, eventualmente, de seu protesto, em nome do imperativo técnico de facilitar a circulação rápida de mercadorias.⁴⁰

Definido por seus criadores como “solução para a crise de crescimento da capital paulista”,⁴¹ o Plano de Avenidas constitui um dos melhores exemplos da estratégia utilizada pelo poder público para garantir a legitimidade de suas intervenções agressivas sobre os espaços coletivos da cidade, apresentadas como imprescindíveis pela linguagem da racionalidade técnica.

³⁸ Cf. CANO, W. 2012. *Op. cit.*, p.903.

³⁹ Cf. PAOLI, M.C. e DUARTE, A. 2004. *Op. cit.*, p.67-69.

⁴⁰ *Ibidem*, p.69.

⁴¹ *Apud ibidem*, p.65.

1.1.2 Origem e destino da *Comunhão Paulista*

Até o final da Primeira República, o estado de São Paulo foi dominado politicamente pelo Partido Republicano Paulista⁴² (PRP) – representante dos interesses econômicos da oligarquia cafeeira – que permaneceu como a única legenda regularmente organizada de 1901 a 1926.⁴³ Os perrepistas, como eram conhecidos, mantinham o controle da política partidária através de uma lógica clientelista originada na dependência dos municípios⁴⁴ e sustentada pela coerção e cooptação dos escassos eleitores pelas autoridades. A presença do partido em todo o estado sem lideranças fixas o tornava difuso e difícil de ser combatido,⁴⁵ condicionando as disputas entre setores da elite a conflitos internos em torno da orientação a ser adotada pela sua cúpula.⁴⁶

O sistema político permanecia o mesmo desde o final do século XIX – o que contrastava com a crescente modernização de setores como a indústria, o comércio e as finanças – e o direito de voto continuava inacessível para uma parcela majoritária da população (mulheres, analfabetos, soldados, integrantes de ordens religiosas e mendigos). Antes de 1930, o percentual de votantes em todo o país nunca chegaria a exceder 3,5% da população.⁴⁷

A discrepância entre as conquistas sociais alcançadas e o acesso à participação eleitoral no período é representada no gráfico a seguir, reproduzido de Schwartzman (1975), que expõe alguns indicadores com suas respectivas taxas de crescimento em nível nacional.

⁴² Não havia na época um sistema partidário de alcance nacional. Os partidos eram estaduais e sob uma mesma denominação, presente em diferentes estados, podiam coexistir orientações muito distintas: por exemplo, o Partido Republicano de São Paulo e o de Minas Gerais se alinhavam ao discurso liberal enquanto os republicanos gaúchos eram positivistas (*cf.* FAUSTO: 2002, p.139).

⁴³ *Cf.* MICELI, Sérgio. 2008. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p.89.

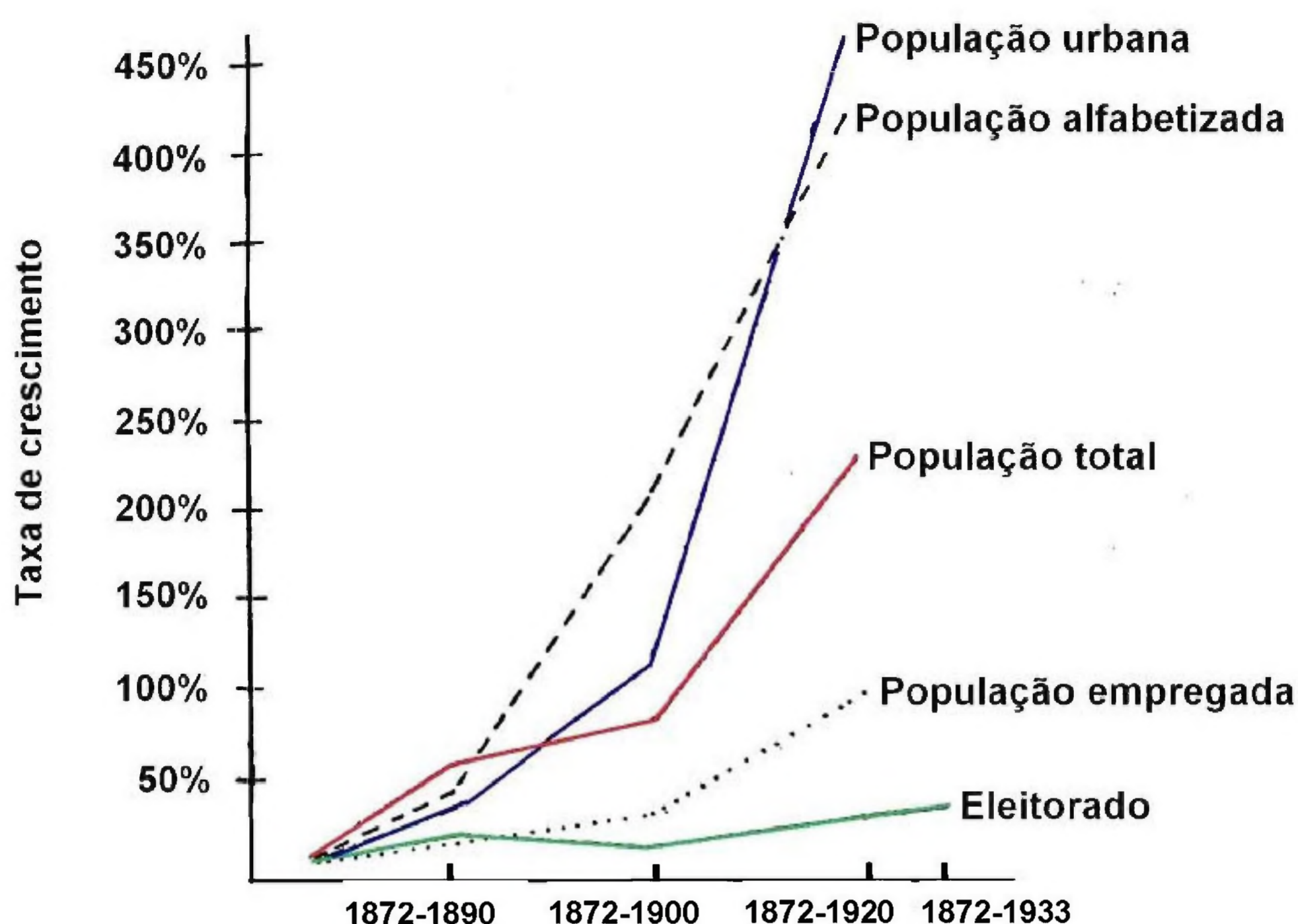
⁴⁴ Nesta medida, “estradas, escolas, benefícios, financiamentos eram distribuídos mais conforme o prestígio coronelesco do que em obediência a razões técnicas” (DONATO: 1997, p.8).

⁴⁵ *Cf.* CHACON, Vamireh. 1981. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília, Ed.UnB, p.100.

⁴⁶ *Cf.* MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.89.

⁴⁷ *Cf.* SCHWARTZMAN, S. 1975. *Op. cit.*, p.109.

Figura 3: Ampliação da participação social e política no Brasil



Em São Paulo, o processo de diferenciação social resultante do desenvolvimento econômico e da modernização acelerada aumentaria dentro da própria elite o descontentamento com a inflexibilidade do sistema político e a sua incapacidade de corresponder a uma maior diversidade de interesses. As demandas pela abertura do monopólio perrepista seriam frustradas antes mesmo da década de 1920 com a blindagem do partido em torno de sua cúpula, na tentativa de neutralizar o risco de colapso devido aos conflitos crescentes entre facções internas.⁴⁸

Neste contexto, a articulação dos setores da elite mais críticos ao PRP será decisiva para a reordenação do diagrama de forças da política local a partir de 1930 e a incorporação desses grupos à classe dirigente estadual. Sua trajetória nos interessa à medida que, como veremos, alguns deles contribuíram de forma decisiva para a emergência das iniciativas de ensino e pesquisa que irão alavancar o processo de institucionalização das ciências sociais no país.

⁴⁸ Cf. LIMONGI, Fernando. 1989b. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989b, p.113.

Apesar de declarar-se apartidária no primeiro artigo de seu estatuto, a entidade conhecida como Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) notabilizara-se como um espaço de projeção para aqueles que desejassem ingressar na arena política local.⁴⁹ Criada em 1917 por jovens da elite urbana influenciados pela Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro no ano anterior, a Liga ganharia notoriedade entre os paulistas a partir da sua quase liderança na mobilização contra a epidemia de gripe espanhola entre os anos de 1918 e 1919. Seu programa reformista priorizava a defesa da unidade nacional, o serviço militar obrigatório, a ampliação da instrução básica, a educação cívica da população, a moralização da política partidária pela adoção do voto secreto e a aculturação dos imigrantes.⁵⁰

O jornalista Julio de Mesquita Filho, então secretário do jornal *O Estado de São Paulo* e destacado membro da LNSP, exprimia uma opinião comum entre seus pares⁵¹ ao diagnosticar

a decadência, cada vez maior, da política militante em São Paulo e a sua absorção, todos os dias mais patente, por filhos de outros estados. Diremos, propositadamente da política militante em São Paulo e não da política de São Paulo, para mais flagrante tornar a confusão em que se incorre. A política militante em São Paulo, é certo, está em franca, em irremediável decadência. O paulista cada dia mais dela se desinteressa. Estará nisso, entretanto, a prova irrefutável do que hoje querem afirmar? Será lícito concluirmos daí pela degeneração das antigas virtudes da comunidade? Ou, colocando-nos justamente no polo oposto a essa corrente, devemos buscar nossa atitude de indiferença pela ação pública, a grande inteligência, e inestimável bom senso da política de São Paulo?⁵²

A crítica de Mesquita Filho, extraída do segundo artigo da série *A Comunhão Paulista*, parece direcionada a Washington Luiz,⁵³ que após ter sido eleito presidente do estado frustrou as expectativas suscitadas por sua aliança com a Liga.⁵⁴ Mas a justificativa apresentada para o suposto desinteresse dos paulistas em relação à “política militante” (aquela praticada pelos políticos profissionais) reúne elementos característicos da estratégia antiperrepista engendrada no seio da própria elite.

⁴⁹ *Ibidem*, p.115.

⁵⁰ Cf. CHACON, V. 1981. *Op. cit.*, p.101; LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.112.

⁵¹ Cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.120-121.

⁵² MESQUITA FILHO, Julio de. 1922a. A Comunhão Paulista II – Erro de visão, Jornal O Estado de São Paulo, 21/11/1922, p.3 – disponível no site do Arquivo Estadão.

⁵³ Embora seja conhecido com um dos principais representantes do Partido Republicano Paulista, Washington Luiz nasceu na cidade de Macaé/RJ. O artigo de Mesquita Filho foi publicado algum tempo depois que um importante membro da LNSP, o alagoano Antônio Sampaio Dória, renunciou à Diretoria Geral de Instrução Pública do estado devido à pressão da base perrepista nos municípios, contrária às reformas iniciadas em sua gestão (cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.117-118).

⁵⁴ Cf. *ibidem*, p.118.

São Paulo tem uma política instintiva e coerente com o seu passado, que não nos é lícito confundir com a política militante, aquela que se tornou uma profissão e o refúgio de quantos já não podem integrar-se na política de São Paulo, feita de método e critério, de ação continuada e paciente, corajosa e resoluta, semelhante à que nos anglo-saxões permitiu apoderarem-se de tudo quanto no mundo havia de melhor.⁵⁵

A contraposição entre a política vigente “em São Paulo”, pretensamente alheia ao instinto local, e aquela que emana da vocação natural “de São Paulo” sugere haver diferenças qualitativas entre o desempenho político dos paulistas e o dos “filhos de outros estados”. Conclui-se daí que a excepcionalidade de sua “política instintiva” os tornava mais habilitados à condução dos negócios públicos tanto em seu estado, então prejudicado pela intromissão de políticos de fora, quanto em nível nacional.

Na época, esclarece Motta (1992), as identidades regionais conformavam-se como vias de acesso à nacionalidade e competiam entre si pela determinação da parcela da comunidade nacional que deveria se impor ao conjunto enquanto liderança. No intuito de se legitimar, as elites locais relacionavam as qualidades que supunham próprias da sua região às características da população nativa, às tradições históricas e mesmo a elementos da paisagem e da geografia do lugar. Assim, por exemplo, os mineiros se distinguiriam pelo temperamento conciliador, sensato, responsável e discreto diante de convulsões sociais e adversidades políticas – atitudes identificadas com as formações montanhosas da região, que representariam a fidelidade ao passado, a ponderação e a sobriedade próprias do seu povo.⁵⁶

São Paulo se destacaria pela capacidade de incorporar de maneira racional o que há de mais moderno na civilização ocidental sem cair na postura contemplativa e no artificialismo próprios das cidades litorâneas. Movido por sua natureza empreendedora, o paulista seria capaz de promover o progresso da nação mesmo permanecendo imerso na realidade rústica do meio rural, pois a localização geográfica do estado o tornaria mais próximo dos valores essenciais da brasilidade.⁵⁷

Ambos, mineiros e paulistas, representavam-se em oposição às características de um adversário comum – a capital federal, identificada com a inércia política, a indisciplina

⁵⁵ MESQUITA FILHO, J. 1922a. *Op. cit.*, p.3.

⁵⁶ Cf. MOTTA, M.S. 1992. *Op. cit.*, p.79-80.

⁵⁷ *Ibidem*, p.81-82.

individual, a desorganização institucional, o patrimonialismo, entre outras heranças da tradição escravocrata, e considerada a maior responsável pelo “atraso” do país.

Não por acaso o antídoto contra essa espécie de degeneração da nacionalidade se encontraria na chamada “mitologia bandeirante”, definida pelo historiador Ricardo Luiz de Souza como um conjunto de narrativas e tradições culturais produzidas entre final do século XIX e o início do século XX que apresentam a ação civilizadora do bandeirante como fundamento mais sólido da nacionalidade. Historiadores autodidatas da época, como Alfredo Ellis Júnior e Afonso d’Escragnolle Taunay, dedicaram boa parte de sua produção à legitimação científica deste imaginário.⁵⁸

O vínculo estabelecido entre os fazendeiros de café – responsáveis pela expansão territorial da lavoura e pelo conseqüente desenvolvimento econômico do estado – e essa representação heroica constitui a forma mais acabada do regionalismo paulista do início do século XX. Sua fórmula básica consiste em derivar a natureza dos paulistas de características supostamente herdadas do bandeirante. Em seu artigo, Mesquita Filho o descreve como

Rude, enérgico, sedento de liberdade, pronto a defender de armas nas mãos o que é seu, como o atestam as inúmeras revoltas contra o fisco real, reclamando a vontade eleitoral já nos começos do século XVI, presenteando a coroa portuguesa sem dela nada querer receber. Solitário e senhor absoluto em suas terras, guerreando resoluto o castelhano sem se deter ante os limites arbitrários impostos pelo poder de Roma, ele imigra, age e ousa.⁵⁹

Os críticos do monopólio perrepista se utilizariam dessa construção identitária para legitimar seu projeto político alternativo chegando a defender, com base em uma interpretação bastante particular de relatos da época, o “pretense caráter democrático da sociedade paulista colonial e do próprio bandeirismo”.⁶⁰ Como veremos mais adiante, a evocação dessa herança distingue a autodeclarada “elite cultural” paulista, que ao longo da década de 1920 manteria inabalada a crença em uma missão histórica transmitida pelos seus antepassados.

No terceiro artigo da série *A Comunhão Paulista*, Mesquita Filho declarava essa convicção de maneira inequívoca, tomando emprestada uma expressão criada por um dos mais ilustres membros da Liga.

⁵⁸ Cf. SOUZA, Ricardo Luiz de. 2007. A Mitologia Bandeirante: construção e sentidos. *Revista História Social*, n.13, p.159.

⁵⁹ MESQUITA FILHO, J. 1922a. *Op. cit.*, p.3.

⁶⁰ SOUZA, R.L. 2007. *Op. cit.*, p.160.

Amadeu Amaral, no seu discurso de recepção na Academia [Paulista] de Letras falou no imperialismo benéfico de São Paulo. Estamos com ele. Imperialismo em contraposição à inércia. [...] Nesse imperialismo de que primeiro ousou falar Amadeu Amaral, que nos legaram nossos maiores, reside todo um ideal que por muitas gerações ainda deverá ser o único a manter o estímulo de uma comunhão a cujo destino está entregue o destino do Brasil.⁶¹

Uma vertente ainda mais radical desse credo regionalista surge da imbricação entre a investigação histórica sobre as origens da população local e os debates sobre a questão racial, orientados ambos pela hipótese de uma “pureza racial” paulista. Como explica Souza (2007),

A questão racial liga-se, por sua vez, ao estudo da genealogia e se converte em elemento básico da mitologia bandeirante. [...] Dessa forma, a preocupação em decifrar árvores genealógicas deriva da preocupação em dar ao paulista um “estatuto racial superior”; leia-se, livre, na medida do possível, da miscigenação com o negro, admitindo-a, por outro lado, no tocante ao índio.⁶²

A naturalidade com que era encarado o discurso regionalista da intelectualidade local transparece em um relatório do educador norte-americano Wickliffe Rose, que era chefe da Junta Internacional de Saúde da *Rockefeller Foundation*. No documento, Rose registra suas impressões a respeito da desigualdade entre as porções norte e sul do Brasil em termos de hereditariedade.

O Brasil Sul, começando no estado de São Paulo, foi colonizado por portugueses destemidos e autoconfiantes que desde o começo cruzaram [sic] com os índios nativos [...] Esta população tem sido revigorada por uma onda de imigrantes europeus que continua a trazer para os estados sulistas tipos vigorosos de colonos italianos, alemães, austríacos e poloneses [...] É o homem branco autoconfiante que está expandindo a fronteira e deitando as fundações de uma civilização mais progressista. O estado de São Paulo é o centro e a alma deste movimento, com o Rio Grande do Sul prometendo se tornar um importante segundo lugar. A esperança do Norte reside na liderança do Sul e no sangue novo destes estados e da Europa.⁶³

⁶¹ MESQUITA FILHO, J. 1922b. A Comunhão Paulista III – Política de São Paulo, *Jornal O Estado de São Paulo*, 22/11/1922, p.33 – disponível no site do Arquivo Estadão.

⁶² SOUZA, R.L. 2007. *Op. cit.*, p.162.

⁶³ ROSE *apud* FARIA, Lina Rodrigues de. 1995. Arquivo Rockefeller. *Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.1, n.2, p.120.

Em São Paulo, a influência difusa de teorias raciais do século XIX na forma de ideologias valorativas seria decisiva tanto para a preferência pelos imigrantes europeus, em detrimento dos ex-escravos, quanto para a integração desses estrangeiros à sociedade local e, sobretudo, para a sua penetração em extratos sociais inacessíveis aos negros e seus descendentes.⁶⁴ Mas isto não apareceria de forma explícita nos discursos oficiais da época, nos quais as preferências raciais encontram-se “subsumidas no substantivo *imigração*, cujo significado genérico remete a *europeu*”.⁶⁵

As elites locais acreditavam que a continuidade da imigração poderia induzir um processo de branqueamento capaz de diluir em algumas gerações as características “inferiores” da população. Assim, a contribuição dos imigrantes seria aproveitada pelo discurso regionalista ao enfatizar a “brancura” do paulista como marca da superioridade do estado no contexto nacional, ao lado de fatores como civilização, modernidade e dinamismo econômico.⁶⁶

Se no aspecto racial a imigração era considerada a redenção de todos os males, não raro a presença maciça de estrangeiros na cidade de São Paulo causava preocupação, chegando a ser percebida como ameaça de dissolução da nacionalidade. Assim como no interior, onde chegavam como lavradores mas em muitos casos se tornavam proprietários de fazendas, os imigrantes e seus descendentes podiam surgir na capital como simples operários ou como donos de empresas bem sucedidas, capazes de ostentar um padrão de vida análogo ao da oligarquia local.

A exemplo disto, diante da ascensão material e da estabilização de uma pequena elite de origem italiana⁶⁷ a LNSP assumiria uma atitude abertamente xenofóbica. Seus membros não admitiam a filiação de brasileiros naturalizados e procuravam impedir o ingresso de imigrantes na política, denunciando com frequência as aproximações do PRP com a colônia italiana e o alistamento eleitoral de estrangeiros.⁶⁸

Um artigo publicado em 1918 no *Jornal do Comércio* por Antônio Sampaio Dória, que era professor da Escola Normal da Praça da República e um dos principais tribunos da

⁶⁴ Cf. BASSANEZI, M.S.B. et al: 2008. *Op. cit.*, p.15.

⁶⁵ SEYFERTH, Giralda. 2002. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n.53, p.126.

⁶⁶ Cf. WOODARD, James P. 2004. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. *Revista de História*, São Paulo/SP, n. 150, p.53.

⁶⁷ Como mostram os dados do Censo, em 1920 de cada dez imigrantes estabelecidos no estado pelo menos oito eram europeus de origem latina; as nacionalidades mais numerosas eram os italianos, que representavam 48,1% dos estrangeiros, os espanhóis, com 20,6%, e os portugueses, com 20,1% (cf. BASSANEZI et al: 2008, p.18).

⁶⁸ Cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.117.

Liga, defendia a necessidade de alfabetizar os brasileiros para neutralizar os riscos associados à imigração.

A alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela, o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca de fortuna esquiva. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes.⁶⁹

Considerar a instrução como causa patriótica não era exclusividade desse grupo; a taxa nacional de analfabetismo chegava a 75% da população com índices locais quase homogêneos – à exceção do Distrito Federal, onde os analfabetos correspondiam a cerca de 45% da população⁷⁰ – e havia um relativo consenso entre os intelectuais brasileiros acerca do papel da educação como instrumento indispensável para a solução de alguns dos principais problemas nacionais.

O discurso da LNSP parece se distinguir, neste contexto, por estabelecer um nexo entre a “alfabetização do povo” e a proteção contra uma suposta ameaça estrangeira. O êxito deste argumento poderá ser avaliado pela nomeação de Sampaio Dória para a Diretoria Geral de Instrução Pública do estado em 1920 – evidência de que houve, ao menos no campo da educação pública, uma colaboração entre os perrepistas e a Liga. Mas as reações contundentes da base política do PRP à reforma conduzida por sua gestão – que reestruturou a administração do setor, interferindo nos arranjos clientelistas locais, baseados no uso político das nomeações⁷¹ – o levariam a abandonar o cargo em 1922 (ver a nota 53).

Devido ao apoio declarado por alguns de seus membros ao segundo levante tenentista ocorrido em julho de 1924, a LNSP foi considerada ilegal por decreto do presidente Artur Bernardes.⁷² Mas os principais itens de sua agenda reformista continuariam a ser defendidos por outros grupos dissidentes de idêntica origem social.⁷³ Neste contexto, a redação de *O Estado de São Paulo*, jornal que tinha entre seus colaboradores diversos ex-integrantes da Liga, se tornaria um importante espaço de discussão e articulação⁷⁴

⁶⁹ DÓRIA *apud ibidem*, p.117.

⁷⁰ Cf. BOMENY, Helena. 2012. Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.47.

⁷¹ Cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.141.

⁷² *Ibidem*, p.121.

⁷³ Além da “tentativa de fundar um Partido da Mocidade em 1925” (LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.115, nota 4), “surgiam pelo menos três grupos no horizonte: uma proposta de Partido Popular, por Antônio Prado; uma de Partido Liberal, por Waldemar Ferreira; até uma de um Partido Evolucionista, por Marrey Júnior” (CHACON: 1981, p.101).

⁷⁴ Manoel Lourenço Filho, considerado um dos intelectuais mais importantes do grupo, esclarece que “o *Estado* era, na verdade, um pequeno seminário de debates sobre a vida social, política literária e científica. Aí se reuniam à tarde e à noite, como num clube de cultura, professores de escolas superiores, profissionais

para os membros da classe média e da elite urbana contrariados com os rumos da política partidária.

Em 1926, a aliança entre diferentes setores da oposição liberal – inclusive membros dissidentes do PRP – resultaria na criação do Partido Democrático (PD), que será o primeiro grupo organizado em nível estadual com capacidade para abalar a preponderância eleitoral dos republicanos.⁷⁵ Devido ao caráter de sua plataforma política, ao público que pretendia mobilizar e à posição social de seus dirigentes, o PD pode ser considerado um sucedâneo da LNSP.⁷⁶ Seu programa se pautava pela modernização do ensino e a moralização da política, com base no voto secreto e obrigatório, na independência entre os três poderes e na fiscalização das eleições pelo Judiciário, mas mantinha – em contradição com seu discurso democratizante – a ausência de representação política da classe operária.⁷⁷

Apesar de não ter alcançado resultados eleitorais expressivos nos anos iniciais, o impacto causado pela sua combinação de entusiasmo regionalista e ímpeto renovador em um contexto de esgotamento da política monopartidária daria ao PD uma capacidade de mobilização bastante significativa – ao todo foram mais de 20 mil adesões em 243 municípios paulistas.⁷⁸

O historiador James Woodard identifica na correspondência dos ingressantes no partido a regularidade de um discurso nacionalista de caráter regional que quase não aparece na correspondência política dos líderes republicanos do período.⁷⁹ A mesma tendência é patente nas páginas do *Diário Nacional*, fundado em 1927 pelo próprio PD, e no jornal *O Estado de São Paulo* – ambos fundamentais na estratégia de divulgação da mensagem democrata.

Por exemplo, no discurso que pronunciou na cidade de Jaú à época da fundação do partido, Waldemar Ferreira afirmava que “a responsabilidade de S. Paulo, na integração territorial e política do Brasil, desde o bandeirismo até a proclamação da República, lhe impõe a obrigação de caminhar para a sua finalidade histórica”.⁸⁰ O entusiasmo produzido por suas palavras, publicadas em *O Estado de São Paulo*, se traduziria em uma carta enviada ao Diretório Central do PD pelo comerciante Plínio F. da Silva.

liberais, em geral colaboradores do jornal e mesmo redatores de outros periódicos” (LOURENÇO FILHO *apud* LIMONGI, F. 1989. *Op. cit.*, p.112).

⁷⁵ Cf. WOODARD, J.P. 2004. *Op. cit.*, p.42.

⁷⁶ Cf. MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.250, nota 10.

⁷⁷ Cf. FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.177; MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.92.

⁷⁸ Cf. CHACON, V. 1981. *Op. cit.*, p.102.

⁷⁹ Cf. WOODARD, J.P. 2004. *Op. cit.*, p.45.

⁸⁰ *Apud ibidem*, p.46.

Senhores Democratas, precisamos reagir. Ou novamente proclamamos a independência do Brasil ou daqui há dez ou vinte anos isto aqui não passará de uma colônia à feição do Norte da África. Precisamos restabelecer entre brasileiros o reino da justiça: precisamos acabar com as oligarquias, principalmente essa terrível de nosso querido estado.⁸¹

Fora do debate ideológico, um compromisso por escrito firmado entre membros da ala jovem do PD⁸² revela a natureza da coerção praticada pelos republicanos; de acordo com o relato de Paulo Nogueira Filho, um dos fundadores do partido, o documento estabelecia que se algum dos correligionários fosse morto no exercício de seus direitos políticos, “tomaríamos solidariamente uma iniciativa: não sobreviveria o mandante, para nós, o chefe do PRP na capital”.⁸³

Apesar de não terem tomado parte na articulação do golpe promovido pela Aliança Liberal em outubro de 1930, os democratas paulistas apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência contra o perrepista Júlio Prestes, chegando mesmo a reunir uma multidão no Largo de São Francisco em protesto contra os governos estadual e federal após o assassinato de João Pessoa.⁸⁴ Isto seria habilmente utilizado pela tradição perrepista, que incorporou à retórica do partido⁸⁵ o nacionalismo regionalista característico da oposição liberal, passando a acusá-la de deslealdade e desrespeito para com o “orgulho paulista”.⁸⁶

Mas o caráter autoritário do Governo Provisório acima do emaranhado de interesses divergentes que compunham sua base de sustentação política acabaria por minar o entusiasmo dos democratas com Getúlio Vargas. A identificação de São Paulo como reduto de uma das mais poderosas oligarquias do país e, sobretudo, a intolerância dos tenentes – que tendiam a perceber os setores em conflito no interior da elite local como um grupo homogêneo – resultaria na imposição de interventores federais que, em sua maioria, não eram paulistas e tampouco capazes de conduzir a administração do estado em meio aos impasses e conflitos instalados.

A impressionante sucessão de nomeações para o cargo de interventor em São Paulo

⁸¹ *Ibidem.*

⁸² Assinaram o documento Paulo Vicente de Azevedo, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Luís Aranha, Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, Antônio Carlos Couto de Barros, Caio Prado, o Francisco Mesquita (irmão de Júlio de Mesquita Filho), Mário Pinto Serva, Tácito de Almeida, Paulo Duarte, Reinaldo Porchat e Sérgio Milliet (cf. MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.251, nota 14).

⁸³ NOGUEIRA FILHO *apud ibidem*, p.251, nota 14.

⁸⁴ Cf. DONATO, Hernani. 1997. Breve História da Revolução Constitucionalista de 32. São Paulo: Lerlisa, p.10.

⁸⁵ Segundo James Woodard, “O arquivo pessoal de Júlio Prestes oferece inúmeros exemplos deste tipo de expressão, o que contrasta significativamente com a correspondência anterior, na qual tal expressão é quase muda, quando não totalmente ausente” (WOODARD, J.P. 2004. *Op. cit.*, p.49).

⁸⁶ Cf. *ibidem*, p.49.

nos dois primeiros anos do Governo Provisório⁸⁷ demonstra o quanto este cenário de instabilidade política se tornaria insustentável,⁸⁸ provocando insatisfação generalizada entre as elites marginalizadas e a classe média urbana.⁸⁹ O relato a seguir, feito por dois oficiais da Força Pública Paulista, apresenta a situação de uma perspectiva interna:

o estado foi invadido e ocupado militarmente por numerosas colunas revolucionárias, que convergiram para a capital e outros centros de importância comercial e estratégica [...] neles permanecendo o tempo necessário à montagem da máquina oficial destinada à dominação do estado.⁹⁰

Com a intensificação dos protestos contra o Governo Federal, alguns dos principais membros da oposição a Getúlio Vargas em São Paulo foram presos e sedes partidárias, redações e residências, invadidas pela polícia, provocando como resposta a demissão voluntária de 116 dos 160 prefeitos dos municípios paulistas.⁹¹ No início do ano de 1932, os democratas romperam com Getúlio Vargas, considerado o responsável pela situação degradante imposta ao estado, e apresentaram sua avaliação a respeito em um manifesto publicado a 15 de janeiro no jornal *O Estado de São Paulo*:

continuamos oprimidos sob o entrosamento de uma política sinistra, que procura, por um lado, abater o imaginário orgulho e [a] invejada opulência de S. Paulo, e, por outro, submergir nos destroços de nossa grandeza a obra carinhosa das gerações passadas. [...]
S. Paulo que podia reivindicar, não um primado em que não pensa, mas uma paridade de tratamento no seio da federação, não tem sequer uma voz ou representante no conclave da Ditadura e, além disso, vê os seus filhos afastados das posições oficiais, os cargos de sua jurisdição cometidos a beneficiários de fora e o seu governo entregue aos caprichos de forasteiros.⁹²

Sua perspectiva, fundada na polarização entre nativos e “forasteiros”, encontra no regionalismo o único abrigo seguro diante da tutela federal, já que nesse momento não se pretendia subordinar as representações identitárias cultivadas pela elite local. O documento demonstra que dentre as possíveis elaborações a respeito, prevaleceria aquela que atribui

⁸⁷ Entre outubro de 1930 e outubro de 1932, foram empossados no Governo Estadual: Heitor Penteado (10/02/1930), o General Hastínfilo de Moura (24/10/1930), José Maria Whitaker (30/10/1930), Plínio Barreto (06/11/1930), o Coronel José Alberto (25/11/1930), Lauro Camargo (25/07/1931), o General Manuel Rabelo (13/11/1931), Pedro de Toledo (07/03/1932), o Coronel Herculano de Carvalho (02/10/1932) e o General Valdomiro Lima (06/10/1932), totalizando dez interventores em dois anos (cf. Almanaque da Folha de S. Paulo: <http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano30.htm>).

⁸⁸ Cf. FAUSTO, B. 2002. *Op. cit.*, p.190.

⁸⁹ Cf. SKIDMORE, Thomas. 1979. De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.35.

⁹⁰ *Apud* DONATO, H. 1997. *Op. cit.*, p.16

⁹¹ *Ibidem*, p.18.

⁹² *Apud* CARONE, Edgar. 1973. A Segunda República (1930-1937). São Paulo: Difel, p.41 e 43.

individualidade a São Paulo – que “vê os seus filhos afastados das posições oficiais” – e traduz o interesse das elites destituídas como síntese da vontade coletiva.

A violenta repressão policial a uma manifestação convocada pela Liga Pró-Constituinte na Praça da Sé durante a comemoração dos 378 anos da cidade – e que se estenderia até as ruas 15 de Novembro e Libero Badaró – amplificou ainda mais o sentimento de revolta contra as forças federais.⁹³ No mês seguinte, PRP e PD formariam um bloco de oposição a Getúlio Vargas, a Frente Única Paulista, cujo manifesto de criação celebrava sua aliança nos seguintes termos:

Os filhos de Piratininga nunca andaram apartados nos lances da adversidade. Nada há agora que nos separe. A luta entre nós, neste momento, seria como uma querela de família em hora de trevas e opróbios. Ponhamo-nos à altura do papel que sempre nos coube no cenário nacional. Unidos, patentaremos aos nossos compatriotas a resolução irreduzível em que nos mantemos de nos governar por nós mesmos e de reacender as energias com que temos contribuído para a construção da prosperidade da pátria.⁹⁴

Após um período de complicadas articulações com forças aliadas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, teria início, a 9 de julho, uma insurreição. A ideia inicial de invadir a capital federal para tomar o governo havia falhado por equívocos de estratégia, inviabilizando a proposta de uma revolução; em lugar disso, a resistência paulista sustentou por três meses uma guerra civil contra o cerco montado pelas tropas do governo, numericamente superiores, compostas por efetivos de diversos estados.

A reação paulista foi discutida na correspondência entre dois diplomatas estrangeiros em missão no país. Na carta que enviou ao Rio de Janeiro para o embaixador norte-americano Walter C. Thurston, o Cônsul Geral dos Estados Unidos em São Paulo afirmava sua simpatia pela causa: “São Paulo tem uma moral extraordinária gerada por 20 meses de humilhação e pela consciência de que está lutando por sua posição política, sua cultura de homens brancos, e pela riqueza, vidas e lares de seus cidadãos”.⁹⁵ Thurston, que não mantinha relações pessoais com as elites paulistas, respondeu-lhe que “*The fanatical attitude of the population must be broken before the normal life of the city can be restored*”.⁹⁶

A guerra foi encerrada pela rendição de São Paulo no dia 1 de outubro, deixando um

⁹³ Cf. DONATO, H. 1997. *Op. cit.*, p.24-25.

⁹⁴ *Apud* CARONE, Edgar. 1973. *Op. cit.*, p.47.

⁹⁵ *Apud* WOODARD, J. 2004. *Op. cit.*, p.43-44.

⁹⁶ “O fanatismo da população tem que ser prosternado antes que a rotina da cidade possa ser reestabelecida” (*Idem*, p.44, nota 3) – tradução minha.

saldo elevado porém impreciso de mortos em ambos os lados.⁹⁷ A capacidade de resistência demonstrada pelos paulistas e, sobretudo, pelos paulistanos devia-se ao engajamento espontâneo de civis e à mobilização de diversos setores da sociedade. A indústria têxtil providenciou o material para confecção de fardas por costureiras voluntárias; a União dos Vaqueiros se encarregou de fornecer leite a hospitais e quartéis; juntas a Escola de Economia Doméstica e a Escola Normal Masculina de Artes e Ofícios prepararam cerca de 150 mil refeições ao mês para os soldados em trânsito; a Liga das Senhoras Católicas reuniu mais de 1500 voluntárias na coleta e distribuição de agasalhos, mantimentos e fardas; empresários locais de origem alemã forneceram ambulâncias e equipamentos para atender emergências e diversas famílias paulistas doaram suas joias e peças de valor à “Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo”.⁹⁸

Diante da dificuldade de importar de material bélico e de obter a quantidade de aço necessária para produzi-lo, o empresário Roberto Simonsen – que era vice-presidente do Centro de Indústrias e do Estado de São Paulo (CIESP) e professor da Escola Politécnica – mobilizou centenas de técnicos e especialistas para criar linhas de produção improvisadas, substituindo as matérias primas usuais. Com isso, os paulistas chegariam a fabricar, por dia, 160 mil cartuchos e 500 granadas de mão, além de morteiros, carros blindados com artilharia antiaérea e dos famosos trens blindados, que se tornariam um dos símbolos do levante.⁹⁹

Tamanha capacidade de mobilização e articulação seria motivo de orgulho para os paulistas que, apesar da derrota militar, consideravam ter alcançado seus objetivos políticos junto ao governo federal. A legalidade seria reestabelecida com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e apesar de mantidas as características do antigo sistema partidário, as eleições passaram a ser organizadas e fiscalizadas pela Justiça Eleitoral com base no estabelecido pelo Código Eleitoral de 1932.¹⁰⁰

Em agosto de 1933, a classe dirigente paulista assumiria o Governo Estadual com a

⁹⁷ “Guerra finda, não houve contagem precisa dos mortos e dos feridos. Nem mesmo, parece, vontade firme de ambos os contendores de chegar a tais números. Oficialmente, 353 voluntários haviam morrido nos campos de São Paulo. Outros 249, das forças regulares, Exército e Força Pública. Entre os voluntários constitucionalistas alistados em São Paulo, morreram 29 mineiros, 21 fluminenses, 15 baianos, 8 pernambucanos, 6 sul-mato-grossenses, 3 cariocas, cearenses, gaúchos, paranaenses, 2 goianos, alagoanos, riograndenses-do-norte, um amazonense, espirito-santense, piauiense. E 7 alemães, 6 portugueses, 2 ingleses, 2 espanhóis, 2 italianos, 2 austríacos, 1 russo, 1 libanês, 1 húngaro” (DONATO, H. 1997. *Op. cit.*, p.90).

⁹⁸ Cf. *ibidem*, p.63-66.

⁹⁹ *Ibidem*, p.67-70.

¹⁰⁰ Entre outras medidas, o Código Eleitoral tornava o voto secreto e obrigatório e reconhecia o direito das mulheres à participação eleitoral.

nomeação para o cargo de interventor federal do empresário Armando de Salles Oliveira, que era diretor administrativo do jornal *O Estado de São Paulo* e mantinha relações estreitas com o PD. Sua nomeação equivale à inversão da supremacia política dos republicanos e, mais do que isso, à inserção definitiva da classe média urbana e dos setores dissidentes da elite na classe dirigente paulista – condição perseguida desde meados da década de 1920.

Em fevereiro de 1934, o interventor fundava o Partido Constitucionalista, identificado pelo próprio nome com o movimento de 1932, congregando os democratas e alguns grupos menores. A nova legenda concorreu com o PRP nas eleições estaduais de outubro e Armando de Salles de Oliveira foi eleito governador do estado, o que lhe possibilitou reunir forças para iniciar um movimento de restauração, por meios legais, do protagonismo de São Paulo na esfera nacional.

Como previa o embaixador norte-americano, o orgulho associado à identidade regional cultivada pela elite seria intensificado após a derrota militar de 1932 e sustentaria o voluntarismo característico dessa nova etapa da história política local. O discurso proferido pelo novo prefeito da capital, o engenheiro Fábio Prado, diante do marco de fundação da cidade, em janeiro de 1935, durante a comemoração do Dia de São Paulo¹⁰¹ não deixa dúvidas a esse respeito.

É que o ânimo paulista não para. Como as águas, vive num eterno movimento e, como as águas, quanto mais batido, mais cristalino e mais puro fica. [...] Em plena restauração de suas energias, ei-lo no afã do trabalho e da renovação. Atravessou sem golpes malferidos todos os Capões da Traição erigidos em seu caminho. Firme, para a frente, só volve atrás quando é preciso perdoar ou socorrer. Por isso, a cada embate, mais altaneiro fica e aparece mais digno depois de novo tropeço.¹⁰²

As marcas da superioridade do estado – sua posição de destaque na federação, seu dinamismo econômico, seu progresso material, sua modernidade, sua civilização e sua “brancura” – aliadas à representação dos paulistas como portadores de uma missão histórica ou destino atávico que os impele a conduzir a nação se tornariam um conteúdo indissociável dos projetos científicos e educacionais empreendidos a partir de então pelos novos protagonistas da classe dirigente local.

¹⁰¹ Comemoração realizada anualmente no dia da fundação da cidade, cujo sentido se estende ao restante do estado. Apesar de ainda não ter encontrado dados sobre o seu estabelecimento oficial, creio ser significativo o caráter cívico que cerca essa data, sugerindo analogias com a celebração do “aniversário do Estado Nacional”, criada por Getúlio Vargas.

¹⁰² PRADO, Fábio. 1935b. O Dia de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, v.9, p.5-6.

1.1.3 *Cultura superior como estratégia política*

O projeto de nação viabilizado pela ascensão de Armando de Salles Oliveira ao Governo Estadual fora apresentado bem antes, em meados da década de 1920, nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Sua formulação canônica encontra-se nos artigos de Mesquita Filho e no *Inquérito sobre a Instrução Pública*, organizado por Fernando de Azevedo, ambos discutidos por Irene de Arruda Cardoso em *A Universidade da Comunhão Paulista*.

Durante o período em que seu pai, Júlio de Mesquita, exerceu a função diretor-presidente, Mesquita Filho foi secretário do jornal e seu irmão Francisco Mesquita, gerente.¹⁰³ Seu avô materno, José Alves de Cerqueira César, grande proprietário de terras e representante da oligarquia cafeeira do Oeste Paulista, foi um dos fundadores do antigo jornal *A Província de São Paulo*, do qual Júlio de Mesquita tornou-se redator em 1885, gerente em 1888 e proprietário a partir de 1902.¹⁰⁴

O envolvimento de membros de sua família com a política estadual atravessou gerações.¹⁰⁵ No entanto, como esclarece Cardoso (1982), facção política conhecida à época como grupo do *Estado* abrangia um conjunto mais amplo de intelectuais e políticos ligados por afinidade ideológica aos donos do jornal – que, para preservar-se enquanto veículo de imprensa, não se posicionava como divulgador de qualquer discurso político.¹⁰⁶ A voz que se pronunciava nas páginas de *O Estado de S. Paulo* seria, como esclarece Cardoso (1982), a da Comunhão Paulista ilustrada – ou seja, a autodeclarada “elite cultural” – que acreditava sobrepor-se a motivações partidárias em nome do interesse nacional, atributo que tonaria o seu veículo de difusão o mais “independente” entre os jornais da imprensa paulista.¹⁰⁷

¹⁰³ Cf. CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. 1982. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, p.43.

¹⁰⁴ Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. 1984. Júlio de Mesquita Filho. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense/FINEP, p.2220.

¹⁰⁵ José Alves de Cerqueira César formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e chegou a líder do PRP e presidente do Senado Estadual de São Paulo; da mesma forma, Julio de Mesquita ingressou na política como deputado estadual após concluir seus estudos na Faculdade de Direito. Mesquita Filho, que não fez carreira no PRP, tornou-se um dos principais articuladores da oposição ao partido surgida no seio da elite local. Estudou em Lisboa e Genebra, onde se preparou para cursar Medicina, mas ao retornar a São Paulo, com 19 anos, ingressou na Faculdade de Direito, aproximando-se da política após a fundação da LNSP (*Ibidem*). Sua formação intelectual diversificada emerge com frequência em seus escritos, marcados pelo evolucionismo de Spencer e a sociologia de Durkheim.

¹⁰⁶ Irene de Arruda Cardoso ressalta que “na época, a expressão “grupo do *Estado*” não aparece no jornal” (CARDOSO, I.A.R. 1982. *Op. cit.*, p.45).

¹⁰⁷ Como explica Miceli (2008), “o chamado grupo do *Estado* tem todo interesse em desancar os jornais partidários, [...] em denunciar a venalidade, o suborno e as subvenções oficiais de que dependia a imprensa.

Ao investigar as origens do projeto de nação da Comunhão Paulista, Cardoso (1982) divide os textos publicados por Mesquita Filho durante a década de 1920 em dois períodos, marcados pela ênfase em aspectos diferentes do mesmo argumento. O primeiro se concentra na crítica ao privilégio da política partidária sobre os interesses da coletividade e converte, como sugere Limongi (1989b), as dificuldades de acesso à classe dirigente estadual e nacional em “desinteresse” dos paulistas pela política profissional – dominada, segundo o autor, “por filhos de outros estados” que, incapazes de se integrar à “política instintiva” de São Paulo, acabariam por negligenciá-la.

O momento seguinte se distinguiria, segundo Cardoso (1982), pela ênfase na necessidade de criar instituições de ensino capazes de formar “elites desinteressadas” capazes de orientar a classe política na condução do país. Este novo elemento aparece no texto *A Crise Nacional*, publicado a 15 de novembro de 1925 no jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse artigo, a despeito da proposta mais ampla de “elucidar o problema da adaptação definitiva da democracia no Brasil”, o orgulho regionalista ostentado nos textos anteriores é invocado para reiterar a liderança natural exercida por São Paulo nos momentos mais adversos da história nacional.¹⁰⁸ Com base nessa convicção, a proposta do voto secreto, defendida de forma resoluta por Mesquita Filho desde a fundação da LNSP, irá aparecer agora enquanto solução emergencial para um problema bem mais abrangente.

Ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que do ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação. [...] Entre nós nada disso existe. Impera em todos os meios alarmante anarquia, sem que se consiga perceber, na inextrincável confusão intelectual em que se debate a nação, um sistema de ideias, de princípios, um ideal, em suma, que lhe insuffle o entusiasmo indispensável às realizações coletivas. A reação que se esboça contra

Nas condições da época, a atuação do grupo é, de fato, o exemplo contundente das margens de manobra de que poderia dispor uma facção da classe dirigente cujos trunfos políticos provinham do mando exercido em instâncias de produção cultural” (MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.91).

¹⁰⁸ Embora compareça de forma mais breve, a apologia da “paulistanidade” tem seu efeito intensificado ao sintetizar em poucas linhas a maioria dos elementos explorados nos textos anteriores: “Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil nos momentos mais aflitivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais haveríamos de evolver [...] Ponderado, calmo, refletido, educado na rude escola da lavoura, o paulista sempre soube prever os instantes decisivos para a nacionalidade” (MESQUITA FILHO, Júlio de. 1925. *A Crise Nacional*, Jornal *O Estado de São Paulo*, 2/11/1925, p.23 – disponível no site do Arquivo Estadão).

o regime oligárquico é a única manifestação palpável da vitalidade nacional.¹⁰⁹

A expectativa de que a criação de universidades pudesse, no médio prazo, viabilizar a almejada regeneração da nacionalidade assenta em uma interpretação peculiar da trajetória política do país desde o Império. Na tentativa de “explicar a brusca deserção dos elementos intelectuais, da vida pública nacional”, Mesquita Filho enfatiza o descompasso entre o sistema político da Primeira República e os avanços mais evidentes no processo de modernização da sociedade – exemplificados pela “melhoria operada nas condições étnicas da nação”, pelo aumento do número de escolas primárias (em comparação com o período imperial) e o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte para partes do território nacional até então inacessíveis.

Fundada nos alicerces da escravatura, a sociedade brasileira via as instituições políticas que a regiam funcionarem pelo jogo natural de dois partidos, que recrutavam os seus aderentes na massa homogênea de cidadãos livres, na sua maioria incultos, mas dotados de bom senso suficiente [...] De um lado mantida à distância a fração semibárbara da população, tornou-se possível a formação de uma opinião pública esclarecida, a cuja sombra propícia floresceram aqueles talentos parlamentares que tanto relevo imprimiram à história política do Segundo Reinado. Por outro lado, a presença de Pedro II, espírito liberal e culto, no supremo posto do executivo neutralizou os males que mais tarde tão grandes proporções assumiriam, inerentes à tendência autocrática do brasileiro, herdada de Portugal e transmitida, de geração em geração pelo trato diário e secular com o escravo.¹¹⁰

Mas a natureza instável desse arranjo político não resistiria às consequências imprevistas da abolição do trabalho escravo, que conferiu, segundo ele, prerrogativas constitucionais à “massa impura” de milhões de negros libertos,¹¹¹ criando as condições para o desenvolvimento das oligarquias.

Roto o equilíbrio nacional e, com a implantação da República, quebrado o freio às tendências absolutistas que caracterizavam e ainda caracterizam os membros e descendentes das classes dirigentes do país, desde logo passaríamos a exhibir, no cenário da vida nacional, todo o cortejo de misérias em que se consubstancia o aspecto amorfo e incoerente da vida dos latifúndios.¹¹²

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ *Ibidem.*

¹¹¹ Mesquita Filho exprime com bastante clareza a influência do evolucionismo spenceriano em seu pensamento ao referir este processo como um “afluxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país” (*Ibidem*).

¹¹² *Ibidem.*

Portanto, a “crise nacional” de que trata o artigo resultaria do estrangulamento do sistema político, que Mesquita Filho considerava à época menos representativo da vontade coletiva do que o fora durante a monarquia; a raiz do problema estaria, segundo ele, na combinação entre a degradação da opinião-pública, devido à mudança de perfil do eleitorado, e a profissionalização da classe política após a implantação do regime republicano. Neste cenário catastrófico, caberia à universidade o papel político de consolidar e expandir as conquistas democráticas pela elevação do nível médio de instrução – sobretudo nas camadas médias urbanas – e a transformação dos intelectuais em mentores da classe dirigente.

No ano de 1926, *O Estado de S. Paulo* promoveu um amplo debate sobre os problemas da educação no estado. Organizado por Fernando de Azevedo, o *Inquérito sobre a Instrução Pública* trouxe para as páginas do jornal ao longo de quatro meses os pareceres de diversos professores secundários e docentes do ensino normal e do ensino superior nas áreas de medicina, direito e engenharia, além de alguns jornalistas – todos identificados com o projeto educacional da LNSP, relegado após a saída de Sampaio Dória.¹¹³ Seus principais objetivos eram constatar a inexistência de uma política de educação orientada por critérios técnicos, demonstrar a necessidade de prevenir a intromissão de interesses partidários na condução do ensino público¹¹⁴ e, com isso, apresentar as linhas gerais que devem orientar uma política estadual de educação.¹¹⁵

Em conformidade com o projeto político da Comunhão Paulista, Fernando de Azevedo enfatizava o potencial do ensino superior para transformar a própria dinâmica de funcionamento da sociedade e defendia a criação de universidades como requisito para preparar elites dirigentes capazes encontrar soluções adequadas para os problemas do país e despertar na maioria – desorientada – a consciência da nacionalidade:

As verdadeiras democracias, se não quiserem permanecer no regime do empirismo, no manejo dos negócios públicos, precisam [...] de homens eminentes, habituados a encarar do alto, de um ponto de vista idealista e científico, as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas que os governos são chamados constantemente a enfrentar e a resolver. É destes focos de cultura e de altos estudos (onde se localizam e se formam as elites) que se irradiam, em todas as direções, as poderosas correntes de ideias, com que se carregam e purificam as atmosferas políticas, para o despertar da consciência cívica, moral e intelectual da nação.¹¹⁶

¹¹³ Cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.142-143.

¹¹⁴ Cf. CARDOSO, I.A.R. 1982. *Op. cit.*, p.28.

¹¹⁵ Cf. *ibidem*, p.62; LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.143.

¹¹⁶ AZEVEDO *apud* CARDOSO, I.A.R. 1982. *Op. cit.*, p.29.

Mas esse resultado não dependeria apenas da criação de universidades, demandaria um esforço conjunto de reorientação das iniciativas educacionais em todos os níveis, para transformar “o aparelho de ensino num maravilhoso instrumento político de coesão”.¹¹⁷ Neste sentido, a importância do ensino superior na proposta em questão não se limitava à preparação das elites dirigentes; a universidade teria ainda a função de formar docentes para o ensino secundário, de onde deve surgir

uma classe média, cada vez mais larga e difundida, empregada como elemento assimilador e propagador de correntes de ideias e opinião. Não é aí, evidentemente, nessas camadas medianas, mas solidamente cultivadas, que se elaboram e se aperfeiçoam as ciências; mas é aí – por essa sensibilidade receptiva, esse interesse generoso e esse espírito crítico que se adquirem pelas ‘ideias gerais’ — que as ideias e as verdades irradiadas dos centros universitários se disseminam e se transformam em correntes de opinião.¹¹⁸

A proposta de estabilizar uma classe média suficientemente instruída para aderir aos projetos da intelectualidade e garantir a reprodução do sistema político corresponde a um novo modelo de dominação e diz bastante sobre as convicções dos fundadores da Universidade de São Paulo (USP). Como esclarece Cardoso (1982), o nexos entre educação e política era justificado historicamente pela convicção de que a ampliação do acesso à educação formal seria “uma conquista do Estado moderno [pois] o direito do voto trouxe como consequência o direito à instrução”.¹¹⁹

A relevância das questões discutidas no *Inquérito* e o prestígio social dos seus depoentes o tornariam um marco na história do projeto universitário paulista, que seria concretizado em agosto de 1933, quando Armando de Salles Oliveira, nomeado interventor federal no estado, solicitou a seu cunhado Júlio de Mesquita Filho o projeto para a criação da universidade defendida por anos nas páginas de seu jornal. O texto foi redigido por Fernando de Azevedo (Instituto de Educação), seu relator e autor, com as colaborações de Vicente Rao (Faculdade de Direito), Julio de Mesquita Filho (*O Estado de S. Paulo*), Francisco da Fonseca Telles e Teodoro Ramos (Escola Politécnica), Raul Briquet e André Dreyfus (Faculdade de Medicina), Henrique da Rocha Lima e Agesilau Bittencourt (Instituto Biológico) e Antônio de Almeida Junior (Instituto de Educação). Cinco meses depois de iniciados os trabalhos de elaboração do projeto, seu texto

¹¹⁷ *Ibidem.*

¹¹⁸ *Ibidem*, p.31.

¹¹⁹ CARDOSO, I.A.R. 1982. *Op. cit.*, p.30.

definitivo seria sancionado pelo interventor federal na forma do Decreto 6.283 de 25 de janeiro de 1934.

Na historiografia sobre a institucionalização das ciências sociais, a importância da mobilização em torno do projeto universitário paulista e o reconhecimento do protagonismo assumido pela USP a partir da década de 1950 tem se traduzido na omissão de outras experiências institucionais. Trata-se de iniciativas cujas contribuições parecem menores se observadas no longo prazo, mas que adquirem uma enorme relevância quando consideradas no contexto da luta pela consolidação da própria Universidade¹²⁰ e da profissionalização da pesquisa em áreas recém-implantadas, como as ciências sociais.

A Universidade foi, sem dúvidas, o mais ambicioso, mas de modo algum o único projeto paulista de educação superior a alcançar êxito na década de 1930. Como demonstram as polêmicas entre acadêmicos e defensores dos interesses industriais ocorridas no *Rotary Club*¹²¹ ao final da década de 1920, o debate a respeito da expansão do ensino superior em São Paulo não ficaria restrito ao grupo do *Estado*. Apesar de preterida pelos intelectuais mobilizados em torno do projeto universitário, a proposta de formar uma elite gerencial capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e industrial do país seria retomada pelos dirigentes da Associação Comercial de São Paulo, que fundaram em junho de 1931 o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

A iniciativa originou-se da articulação entre os trabalhos do engenheiro suíço Robert Mange (que era professor do Liceu de Artes e Ofícios) na área de formação e seleção profissional, os estudos de psicologia aplicada do educador Manoel Lourenço Filho (Diretor Geral de Instrução Pública do estado) e as pesquisas no campo da higiene do trabalho desenvolvidas pelos médicos Antônio Carlos Pacheco e Silva (presidente da Comissão de Assistência Social do estado de São Paulo) e Geraldo de Paula Souza (diretor do Instituto de Higiene), dentre outros.¹²²

¹²⁰ A necessidade de relativizar o status conferido à USP ao tratarmos de seu período inicial será discutida no próximo capítulo.

¹²¹ A defesa do caráter acadêmico da universidade conduzida pelo médico e professor Ernesto de Souza Campos junto a membros da intelectualidade paulista contrapunha-se à concepção utilitária do ensino superior sustentada pelo professor e engenheiro Vitor da Silva Freire com o apoio de representantes da classe industrial (cf. SCHWARTZMAN, S. 1979. Formação da Comunidade Científica no Brasil. São Paulo: FINEP/Companhia Editora Nacional, p.191).

¹²² Cf. TENCA, Álvaro. 1987. Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria nos anos 30. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, p.10.

Como observa o historiador Álvaro Tenca, o ideário idortiano orientava-se pelas determinações de uma pretensa “razão universal” que deveria ser aplicada em todos os âmbitos da vida social, mas incorporava em sua agenda a defesa dos interesses de São Paulo como projeto nacional. A esse respeito, parece emblemático o fato de seu primeiro presidente, o engenheiro Armando de Salles Oliveira, ter emitido – ao tornar-se interventor federal, entregando a presidência da entidade ao seu irmão, Francisco de Salles Oliveira – um decreto que autorizava o IDORT a promover estudos orientados para a racionalização da administração pública estadual.

Associado ao Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho (organismo do Bureau Internacional do Trabalho, sediado em Genebra), o IDORT era a única instituição desta natureza na América Latina, fato que ajuda a explicar a importância de que se revestia o seu esforço na difusão da doutrina da racionalização do trabalho e suas aplicações em atividades como a medicina, o ensino escolar, a administração pública, o trabalho intelectual e até mesmo as tarefas domésticas.¹²³ Seus fundadores acreditavam contribuir para a melhoria das condições de bem estar social – o que levaria o IDORT a ser reconhecido como instituição de utilidade pública pelo Governo Estadual em janeiro de 1934 e pelo Governo Federal em outubro de 1936.¹²⁴

Apesar dos escassos registros de serviços prestados pelo instituto nesse período (a maioria dos casos se refere à reorganização administrativa dos governos estaduais de São Paulo, Goiás, Pernambuco e Paraná), suas propostas acabariam por ser implementadas no nível federal, a partir de 1938, com a fundação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e, mais tarde, no nível estadual com a das unidades conhecidas como “daspinhos”.¹²⁵

A criação do IDORT evidencia a concorrência entre diferentes projetos de nação gestados em São Paulo e ajuda a compreender outra iniciativa, concebida a partir de motivações semelhantes e inaugurada meses antes da publicação do decreto que fundava a USP. Trata-se da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), instituição de pesquisa e ensino superior especializada em Sociologia Aplicada, Ciências Políticas e Economia, cuja importância no processo de institucionalização das ciências sociais se compara à da Universidade.

¹²³ Além da publicação de sua revista mensal, o Instituto mantinha uma biblioteca especializada onde o público geral poderia ter acesso a todas as suas publicações, além das obras nacionais e estrangeiras resenhadas nas páginas de sua revista, com ênfase em temas como corporativismo e liberalismo econômico, formação econômica do Brasil, serviço social e eugenia (*Ibidem*, p.17).

¹²⁴ *Ibidem*, p.18-19.

¹²⁵ *Ibidem*, p.16.

Sua concepção envolveu um grupo de jovens que haviam se engajado nos combates de 1932 e criado uma organização de propaganda ideológica dedicada à causa constitucionalista, a Liga de Defesa Paulista.¹²⁶ Rubens Borba de Moraes, um dos idealizadores da Escola, atribui sua origem à decepção causada pela rendição dos paulistas e o forçoso reestabelecimento das relações entre o estado e o Governo Federal.

Nas discussões daquele pessoal que sobrava da Liga [de Defesa Paulista], nós pensávamos, partindo dessa ideia, que estava tudo errado. O que se tinha feito para a renovação do sistema político brasileiro estava errado, por uma só razão: não havia gente informada sobre política, sobre sociologia, sobre economia – enfim, sobre novas ideias de administrar e de conduzir a política de um país. E não havendo essa gente, naturalmente qualquer movimento de renovação fracassaria ou cairia, como nós tínhamos caído, nas mãos dos velhos políticos, os políticos profissionais.¹²⁷

É interessante notar, diante da aversão demonstrada em relação aos “políticos profissionais”, que o mesmo sentimento não parece extensivo aos membros da elite por eles representada. A necessidade de encontrar uma fonte financiadora para viabilizar a criação da Escola acabaria por revelar, a exemplo disto, a continuidade da colaboração entre os grupos de interesse percebidos como adversários até a consumação de sua aliança na Frente Única Paulista. De acordo com um memorial publicado no terceiro ano de existência da ELSP, atribuído ao professor Samuel Lowrie,

os fundadores perceberam logo que não seria possível nem aconselhável obter qualquer apoio do governo, que, no momento, estava entregue a uma administração estranha ao nosso meio desconhecadora das nossas necessidades.

Diante disso, resolveram apelar para elementos das classes conservadoras e intelectuais, dotados de espírito cívico, a fim de financiar a instituição, até que S. Paulo, alcançando a sua autonomia constitucional, pudesse livremente dispor dos recursos do seu tesouro.¹²⁸

A instituição foi criada em abril de 1933, com um orçamento proveniente de doações feitas pelo Conde Sílvio Álvares Penteado, por Armando Álvares Penteado, Samuel Ribeiro e Roberto Simonsen. No documento que instituía a fundação encarregada de receber as doações destinadas à Escola, assinam como seus

¹²⁶ Cf. MORAES, Rubens Borba de. 2009. Da Semana de Arte Moderna à fundação da Escola Livre: no calor de 1932. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, p.199.

¹²⁷ *Ibidem*, p.200.

¹²⁸ LOWRIE, Samuel. 1935a. Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, v.15, p.99.

representantes legais Armando de Salles Oliveira e o próprio Roberto Simonsen, entre outros.

Figura das mais eminente no grupo dos fundadores, Roberto Simonsen era vice-presidente da Confederação Industrial do Brasil (CIB), sediada no Rio de Janeiro, e do CIESP. Sua atuação tanto na ELSP quanto no IDORT, onde era diretor técnico, evidencia a proximidade entre as duas iniciativas. Antes mesmo da criação do Instituto, Simonsen já havia reorganizado a partir dos princípios do tayloristas a administração de sua primeira empresa, a Companhia Construtora de Santos, e mantinha intensa atividade como articulista, palestrante e consultor, procurando divulgar a “nova mentalidade” defendida pelos membros mais esclarecidos da elite industrial.

No discurso que proferiu durante a inauguração da Escola, Simonsen apontava a insuficiência dos princípios do liberalismo clássico para a condução dos negócios públicos, argumentando que as crises e instabilidades econômicas da época resultavam de uma prática liberal obsoleta, presa ao postulado da separação entre as funções do governo e a condução da economia, e defendia a necessidade de intervenção estatal sobre a economia em países como o Brasil para viabilizar o progresso nacional através do incentivo ao desenvolvimento industrial bem como de políticas de proteção social.¹²⁹

Além da formação de profissionais capazes de influenciar a condução da economia e orientar os rumos do desenvolvimento nacional, a importância de uma instituição de ensino como a ELSP estaria, para Simonsen, na possibilidade de

esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo.¹³⁰

¹²⁹ Cf. TENCA, A. 1987. *Op. cit.*; DEL VECCHIO, Ângelo e DIEGUEZ, Carla. 2009. *A Sociologia Aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de vida em São Paulo*. In: Anais do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

¹³⁰ SIMONSEN *apud* TENCA, A. 1987. *Op. cit.*, p.30-31.

O “Manifesto de Fundação” da Escola – publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que se mostrara receptivo à proposta da instituição¹³¹ – evidencia a existência de interesses comuns aos fundadores da Escola e aos idealizadores do projeto universitário.

Ainda há pouco, na guerra civil desencadeada em nosso Estado, e também agora, na luta para refazer-se dos efeitos dessa guerra e das aflições que a antecederam, o povo sente-se mais ou menos às tontas e vacilante. Quer agir, tem vontade de promover algo de útil, cogita de uma renovação benéfica, mas não encontra a mola central de uma elite harmoniosa, que lhe inspire confiança, que lhe ensine passos firmes e seguros. [...]

A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular. Mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábia e poderosamente constituídas.¹³²

A semelhança entre as motivações de ambas as iniciativas é corroborada ainda pelo fato de constarem entre os signatários do documento alguns dos responsáveis pela fundação, meses depois, da USP. Mas essa identificação causaria alguns transtornos para a ELSP, que com o advento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no âmbito da Universidade poderia perder sua razão de ser. As dificuldades financeiras resultantes da escassez de novas contribuições (ao que tudo indica, pela convergência em torno desta opinião) motivaram a apresentação aos deputados paulistas de um memorial com informações sobre a Escola, para esclarecer sua vocação específica e pleitear recursos públicos para a sua manutenção. De acordo com o documento,

os dois institutos tem finalidade bem diversa. A nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tem por fim formar uma elite de professores secundários e elevar o nível da cultura geral no nosso meio. A sua finalidade política, dentro da forma democrática de governo por nós adotada, é de concorrer para aumentar a competência do eleitorado.

Enquanto isso, a ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA tem a finalidade de formar funcionários técnicos, que seguindo a carreira administrativa, tanto publica como particular, concorram para aumentar a competência das nossas administrações.¹³³

Havia, portanto, um propósito comum de formar elites dirigentes esclarecidas e diferenças quanto à utilidade e mesmo à natureza da formação oferecida por cada

¹³¹ Rubens Borba de Moraes conta que “Julinho [de] Mesquita [Filho] estava muito conosco nessas ideias. Ele nos apoiava muito, de tal maneira que disse: *Meu jornal está à disposição de vocês!*” (MORAES, R.B. 2009. *Op. cit.*, p.200).

¹³² MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. 1933.

¹³³ LOWRIE, S. 1935a. *Op. cit.*, p.165.

instituição. No entanto, a julgar pelo relato a seguir, de Rubens Borba de Moraes, mesmo para os idealizadores da ELSP essas diferenças não pareciam suficientemente claras naquele momento.

ficamos muito entusiasmados com a ideia da fundação da universidade, mas a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras vinha duplicar a Escola de Sociologia e Política, quer dizer, vinha realizar a nossa ideia de que no Brasil se precisava ensinar Sociologia, Estatística e tal. O governo, criando uma escola numa universidade, com departamento encarregado disso, matava a Escola de Sociologia e Política.

Cyro ficou apavorado, Tácito também, eu, todos nós, e resolvemos ir falar com Armando de Sales. E Armando de Sales disse: “Vocês estão enganados, absolutamente, eu conheço a Escola de Sociologia e Política. É uma coisa excelente, mas precisam se convencer de uma coisa: vocês são uma ‘escola livre’ e a outra vai ser uma escola oficial, porque é necessário que haja uma ‘escola livre’, com mais liberdade, com mais abertura, que o governo não pode fazer. E, ao contrário, vocês devem continuar, eu continuarei a prestigiar a Escola de Sociologia, e ela não vai duplicar, porque mesmo que ela tenha uma mesma cadeira, terá outros professores, quer dizer, outros pontos de vista, outras coisas. Vocês também precisam se convencer de uma coisa, que a universidade vai ser uma escola oficial dentro de um regulamento, de um Ministério, dentro de umas coisas, tudo isso, que a Escola Livre não terá, a Escola Livre vai ser uma coisa mais aberta para o público. A Escola de Sociologia e Política vai receber muita gente já formada, como vocês têm atualmente.” E nos animou muito a continuar. Simonsen ficou também muito animado e falou “Não, vamos continuar!” E continuaram.¹³⁴

Seu depoimento nos ajuda a dimensionar as relações estabelecidas entre as lideranças políticas estaduais e as instituições de ensino superior recém-criadas, à medida que, diante do impasse colocado pela possível sobreposição de atribuições entre as duas iniciativas, os idealizadores da Escola decidem consultar o interventor Armando de Salles Oliveira – que, apesar de sua entusiasmada colaboração em ambos os projetos, não chegava a ser uma autoridade no assunto se comparado a Fernando de Azevedo ou mesmo a Júlio de Mesquita Filho (que era amigo pessoal de Rubens Borba de Moraes). Ao que parece, a decisão de consultar o interventor se deve a Roberto Simonsen, a quem o grupo se reporta depois da conversa com Armando de Salles Oliveira. De qualquer modo, o episódio demonstra haver um compromisso tácito entre a criação de ambas as instituições (ELSP e FFCL) e o projeto político do Governo Estadual.

Como veremos adiante, não apenas por suas contribuições isoladas, mas pela complementaridade de suas linhas de atuação, as duas iniciativas daria suporte, direta ou

¹³⁴ MORAES, R.B. 2009. *Op. cit.*, p.205-206.

indiretamente, ao projeto hegemônico da Comunhão Paulista, que seria auxiliado pelas circunstâncias políticas favoráveis encontradas em meados da década de 1930.

1.2 Administração pública e desenvolvimento científico

1.2.1 As engrenagens institucionais da cidade-modelo

Em 1935, reestabelecido o regime constitucional do país, o estado de São Paulo procurava retomar seu ritmo acelerado de crescimento econômico e desenvolvimento industrial, prejudicado pela crise financeira e, sobretudo, pela guerra civil de 1932. À frente do Partido Constitucionalista, Armando de Salles Oliveira foi eleito governador pela Assembleia Constituinte estadual, derrotando por 36 votos contra 22 o candidato perrepista Altino Arantes. Esta vitória ratificava o projeto político sancionado através de sua escolha como interventor federal.

A trajetória ascendente do governador de São Paulo, impulsionada por sua habilidade para angariar apoios em diversos setores da sociedade local, motivaria sua candidatura à Presidência da República na expectativa de constituir a partir da crescente oposição ao autoritarismo de Getúlio Vargas uma ampla coalizão liderada pelos paulistas, que lhes permitisse restaurar o lugar que supunham caber ao seu estado na condução da vida nacional.

No entanto, como sabemos, as eleições previstas para outubro de 1938 seriam abortadas um ano antes, com o golpe militar que instituiu o Estado Novo. A julgar pela autoconfiança dos partidários de Armando de Salles Oliveira, em seu horizonte nada parecia indicar a possibilidade de um revés dessa natureza. Ao contrário, a intensa militância institucional que após 1932 mobilizaria intelectuais, políticos e parte do empresariado local em torno de projetos modernizadores com pretensões de alcance nacional evidencia tanto a segurança desses grupos em relação à manutenção da legalidade quanto a sua aposta ambiciosa na transformação do país a partir das experiências pioneiras desenvolvidas à época na capital paulista.

Como sugere em sua dissertação a historiadora Patrícia Tavares Raffaini,¹³⁵ um aspecto central da estratégia política conduzida pelo Governo Estadual consistia em transformar a metrópole bandeirante no exemplo mais eloquente do que o país poderia se tornar sob a condução de uma elite esclarecida e tecnicamente preparada. Neste sentido, a escolha do prefeito da cidade tornava-se determinante para o sucesso ou o fracasso do projeto político em curso e o perfil do indicado para o cargo pode dizer bastante sobre as

¹³⁵ Cf. RAFFANI, Patrícia Tavares. 2001. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo*. São Paulo: Humanitas.

convicções e a orientação político-administrativa da elite emergente.

O engenheiro paulista Fábio da Silva Prado foi nomeado pelo então interventor Armando de Salles Oliveira no ano de 1934 em uma data emblemática – o dia da independência – e durante a sua gestão promoveu uma verdadeira mudança de paradigmas na administração pública local, orientado por uma concepção de Estado como gestor de ações planejadas com o auxílio de profissionais especializados.¹³⁶ Formado em Engenharia Industrial na Escola Politécnica de Liège, na Bélgica, Fábio Prado exerceu cargos de direção em diferentes ramos da indústria e em empresas dos setores agrícola e imobiliário.¹³⁷ Casou-se com a herdeira do Cotonificio Crespi – um gigante da indústria paulista, considerado o maior do setor têxtil no estado – e assumiu junto a seu sogro a administração financeira da empresa.

Sua escolha para o cargo conciliava critérios profissionais e políticos, pois além de representar os interesses da elite industrial o prefeito era membro de uma rica família de produtores de café e descendente de uma linhagem política bastante respeitada. Seu tio era Antônio da Silva Prado, o Conselheiro Antônio Prado, que durante o Império havia sido deputado federal, senador e ministro da Agricultura e que na República foi o primeiro prefeito da capital paulista, permanecendo no cargo de entre 1889 a 1910, e um dos fundadores do Partido Democrático. Fábio Prado havia ingressado na política pouco antes, como vereador,¹³⁸ e mantinha relações estreitas com os membros do PD, do grupo do *Estado* e os “revolucionários” de 1932.

De acordo com a entrevista que concedeu ao jornal *O Estado de São Paulo*, sua gestão iniciou-se com uma ampla reforma administrativa orientada simultaneamente para a supressão de gastos considerados supérfluos (com o conseqüente aumento da receita da Prefeitura) e para a redistribuição dos órgãos que compunham a burocracia municipal. Fábio Prado justifica a urgência dessa medida alegando que a obsolescência inevitável da

¹³⁶ Cf. CERQUEIRA, Vera Lúcia de Cardim. 2010. Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). Dissertação (mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p.41.

¹³⁷ De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Fábio Prado “foi presidente da Companhia Imobiliária Morumbi, da Sambra, da Centro Ideal Ferroviário, da Gema, da Companhia Agrícola Santa Cruz, da Companhia Agrícola Romanópolis, da Segurança Imobiliária, da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários, da Companhia de Terra Norte do Paraná, da Mármoreos Brasileiros Sambra, do Cotonificio Rodolfo Crespi, da Contendas e da Companhia de Terrenos e Melhoramentos de Santos, tendo ainda dirigido a Companhia Grandes Hotéis, a Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e a Companhia Cimento Maringá” (FÁBIO PRADO [verbete]. 1984. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Forense/FINEP, p.2808).

¹³⁸ Cf. RUBINO, Silvana. 1995. *Clubes de Pesquisadores: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia*. In: MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil, v.2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, p.487, nota 7.

estrutura organizacional anterior, concebida para atender a demandas menos complexas, e a desordem provocada pela inconstância das nomeações para o executivo municipal a partir de 1930 tornaram a máquina administrativa dispendiosa e ineficiente.

Serviços como os da Diretoria de Obras, contendo dezesseis repartições, com a mesma ligação direta ao prefeito que seções pequeninas e serviços sem importância, como o Teatro Municipal e a zeladoria [do prédio da Prefeitura] a que há pouco nos referimos... Repartições que deviam achar-se intimamente unidas pela mesma natureza e entrosamento dos respectivos serviços, como as duas procuradorias, Fiscal e Judicial, completamente independentes e isoladas entre si. [...] Em compensação serviços, os mais desconhecidos e diversos, viveram unidos. Por exemplo: Divertimentos Públicos, Fiscalização, Comércio Fixo, Rios e Várzeas, Depósito Municipal e Serviço de Veículos, tudo numa promiscuidade pilhérica dentro da mesma Diretoria de Polícia!¹³⁹

No novo organograma da administração municipal (ver o Anexo 1) ficaram diretamente subordinados ao gabinete apenas seis departamentos,¹⁴⁰ dirigidos por pessoas de confiança, nos quais foram redistribuídos os serviços existentes e criados outros novos. Este rearranjo diminuiria o tempo despendido pelo prefeito com tarefas burocráticas, bastando uma hora por dia para despachar com o diretor de cada departamento, e lhe permitiria ocupar-se mais das questões administrativas.¹⁴¹

Sob o argumento da necessidade de racionalizar a administração, diversos funcionários foram suspensos ou afastados e alguns, demitidos.¹⁴² Um caso emblemático foi o da “moralização do Serviço de Fiscalização”, setor onde, segundo o prefeito, havia fiscais com renda e posses incompatíveis com a sua faixa salarial. A função passaria a ser exercida não mais por funcionários da Prefeitura, mas por agentes contratados por serviço, em menor quantidade, recebendo gratificações proporcionais o número de multas aplicadas. Para prevenir futuros casos de corrupção, criou-se o “Serviço de Fiscalização Especial” (encarregado de fiscalizar os fiscais), diretamente subordinado ao prefeito e entregue a funcionários públicos da sua confiança com salários superiores.¹⁴³

Diante da solução encontrada – que individualiza o problema ao tratá-lo como um déficit financeiro decorrente de desvios de conduta – parece bastante esclarecedor o comentário de Fábio Prado sobre a atuação dos fiscais nos tempos da hegemonia política do

¹³⁹ PRADO, Fábio. 1936a. A administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Departamento de Cultura, p.9.

¹⁴⁰ Departamento do Expediente, Departamento da Fazenda, Departamento Jurídico, Departamento de Obras e Serviços Municipais, Departamento de Cultura e Departamento de Higiene.

¹⁴¹ *Ibidem*, p.10.

¹⁴² *Ibidem*, p.14.

¹⁴³ *Ibidem*, p.110-111.

PRP.

antes de 1930, muitos fiscais da municipalidade se tomaram conhecidos como excelentes fabricantes de eleições. Não havia um só pleito eleitoral em que, pelo menos um deles, não se destacasse, às vezes por façanhas bem tristes e duvidosas. Esse desaire recaía não sobre os culpados somente, mas sobre a totalidade, prejudicando muitíssimo aqueles que nada tinham a ver com a vida irregular dos seus colegas e que, embora corretos, sofriam o desprezo que, geralmente, se votava ao corpo fiscalizador da Prefeitura.¹⁴⁴

O caso em questão atesta o rendimento político da racionalização dos serviços públicos, justificada com o imperativo da modernização; revela ainda que Fábio Prado não era apenas um defensor da superação da “mentalidade da rotina pela do raciocínio claro”¹⁴⁵ – argumento comum a diversos grupos de interesse politicamente engajados daquele período.¹⁴⁶ Como bem observou a historiadora Elizabeth Abdanur, o prefeito se esforçava para demonstrar as vantagens financeiras da adoção na esfera pública de um estilo de gestão de caráter empresarial.¹⁴⁷

O efeito persuasivo de sua performance aparece com nitidez na apresentação escrita pelo repórter de *O Estado de São Paulo*, que não procura disfarçar o empenho do jornal na construção da imagem pública do entrevistado.

O atual chefe do executivo municipal inaugurou para a cidade, um sistema novo de administração. Profundamente operoso, de uma coragem administrativa merecedora do melhor aplauso, pois, se não hesita ante qualquer realização necessária, também não se atira a aventuras perigosas, o Sr. Fábio Prado marcou sua administração não só com importantíssimos melhoramentos públicos que vem realizando, como com o impulso que deu às finanças do Município.¹⁴⁸

Ao longo desta série de entrevistas são inúmeros os elogios dirigidos às virtudes morais do prefeito, à sua competência, dedicação ao município e à pujança de sua administração. A certa altura, o próprio entrevistado constata haver um esforço evidente por parte da imprensa nesta direção.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.111.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p.4.

¹⁴⁶ “De setores mais reacionários, como os integralistas de Plínio Salgado, até adeptos do socialismo, como o Partido Comunista do Brasil (PCB), passando pelos “democratas constitucionalistas” de Armando de Salles Oliveira e principalmente os dissidentes perrepistas encastelados na FIESP, todos defendiam um Estado racionalizador cuja ação deveria se orientar pela competência técnica e não por interesses particularistas de classe” (TENÇA, A. 1987. *Op. cit.*, p.5).

¹⁴⁷ Cf. ABDANUR, Elizabeth França. 1992. Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade (1935-1938). Dissertação (mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, p.41.

¹⁴⁸ *Apud* PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.5.

inúmeros colegas seus aqui estiveram. Troquei apenas algumas frases com a imprensa que, boa camarada, transformou duas ou três expressões rápidas em entrevistas lisonjeiras, onde a minha palavra simples saiu vestida com a pompa exaltada da generosidade de vocês.¹⁴⁹

Interessante observar que apesar de na década anterior ter construído sua própria identidade institucional como um veículo refratário a campanhas políticas, criticando de forma incisiva as posturas da imprensa situacionista, a ascensão – aliás, nada democrática – de seus dirigentes ao executivo estadual transformaria o jornal *O Estado de São Paulo* em um dos principais canais da propaganda governista local.

Em diversos pronunciamentos públicos que fez à época, Fábio Prado invoca o ideário nativista e a mística de 1932 para afirmar os objetivos de seu grupo como aspirações coletivas que excediam os interesses particularistas de classe.¹⁵⁰ No discurso que fez durante a inauguração da Avenida Nove de Julho – cujo nome reificava não apenas a memória do movimento constitucionalista, mas o próprio *ethos* da “civilização paulista”, sintetizado na vocação de “abrir caminhos” – o projeto político encampado pela Prefeitura era representado como uma sublimação do bandeirismo.

Mas não foram só os pântanos da terra que se aterraram. Também e principalmente os da mentalidade tem recebido os drenos do espírito que Anchieta principiou a iluminar [...] Por enquanto, a última bandeira paulista foi a de 1932. Abriu ela novas sendas e novos trilhos pela selva bruta de uma grande desorientação. Iluminou de uma aurora fulgurante uma cegueira profunda.¹⁵¹

Apesar da enorme semelhança entre os princípios defendidos por Fábio Prado e a doutrina do IDORT, contratado por Armando de Salles Oliveira para racionalizar a administração estadual, não há referências na bibliografia ou nas fontes consultadas sobre a precedência da entidade na reorganização administrativa da Prefeitura. As informações disponíveis revelam, ao contrário, a participação de uma grande diversidade de colaboradores.

O gabinete, com a colaboração de antigos diretores, organizou um anteprojeto geral que foi minuciosamente estudado com os chefes dos principais serviços, naquilo que lhes dizia de perto. Feito assim o segundo anteprojeto, pusemo-nos em contato com especialistas estranhos à Prefeitura para a organização definitiva atual. Dessa maneira, o

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.8.

¹⁵⁰ Cf. ABDANUR, E.F. 1992. *Op. cit.*, p.30.

¹⁵¹ PRADO, Fábio. 1935. *Avenida 9 de Julho*. *Revista do Arquivo Municipal*, v.14, p.4.

Departamento de Obras, por exemplo, teve para os estudos da sua reforma, a colaboração de membros proeminentes do Instituto de Engenharia e de técnicos ilustres, como Fonseca Telles, Anhaia Mello, Ary Torres, José Amadei, Adriano Marchini, Plínio de Queiroz e outros. Para o Departamento Jurídico, deram sua opinião nomes como os de Plínio Barreto, Vicente Ráo, Paulo Barbosa de Campos. No Departamento de Higiene colaboraram dentre os principais, Ayres Netto, Antônio de Almeida Prado e Pacheco e Silva.¹⁵²

De acordo com Fábio Prado, a reforma foi iniciada com o Ato 768 de 10 de janeiro de 1935 e concluída com a criação do Departamento de Higiene pelo Ato 984 de 27 de dezembro 1935. Além da contribuição dos colaboradores reunidos pela Prefeitura, um fator determinante para o êxito de sua gestão encontra-se na exclusividade concedida ao executivo municipal na iniciativa de legislar. Conforme estabelecia o decreto presidencial de 11 de novembro de 1930, pelo qual fora instituído o Governo Provisório, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais de todo o país foram dissolvidos (Art.2) até a convocação de novas eleições, cabendo aos prefeitos nomeados pelo interventor federal de cada estado todas as funções executivas e legislativas (Art.11, §4).

Não pretendo com isso reduzir a importância dos atores políticos em questão – ao contrário, esta parece ainda mais determinante ao considerarmos que o êxito alcançado pelas iniciativas mobilizadas na cidade de São Paulo não foi igualado por outras capitais, embora todas gozassem das mesmas prerrogativas. Importa salientar que para os paulistas o referido decreto só seria aproveitado cerca de três anos depois, após a nomeação de Armando de Salles Oliveira para o Governo Estadual, e que na ausência de um legislativo municipal, onde certamente haveria opositores, Fábio Prado gozava de condições excepcionalmente favoráveis para a consecução de seu programa de governo. A incongruência deste expediente – que o prefeito não mencionou ao justificar a urgência de sua reforma administrativa – com o discurso democratizante dos críticos paulistas de Getúlio Vargas expõe um dos aspectos contraditórios do discurso ideológico das classes dirigentes da época.

A adesão de Fábio Prado às ambições políticas do Governo Estadual e a conformidade de suas concepções de educação e cultura àquelas defendidas pelo grupo do *Estado* aparecem de forma inequívoca no seu discurso durante a cerimônia de inauguração da nova sede do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito – circunstância que diz muito sobre a procedência dos alunos daquela instituição. Na ocasião, o prefeito foi homenageado

¹⁵² *Idem.* 1936a. *Op. cit.*, p.11.

por haver doado o terreno onde seria construída a Casa do Estudante, destinada a oferecer alojamento para alunos considerados pobres.

Ao vê-los, em meu gabinete, solicitando com afã uma coisa que qualquer administração espontaneamente já lhes deveria ter oferecido, eu não enxergava em vós, Estudantes Paulistas, apenas os moços generosos que queriam dar agasalho aos colegas menos favorecidos. Eu divisava a geração a que cabe reconstruir a nossa estrutura. Atravessamos um instante de transição social. Momento terrível, cujos prenúncios certos não nos é possível ainda delinear. Mas que se clareará com a colaboração daqueles cujos espíritos se vão iluminando dessa razão que só a cultura é capaz de acender.

É dentro das universidades e das bibliotecas que se tempera, neste instante, a mentalidade que há de iluminar o Brasil. Em casas como esta é que se enfeixarão os recursos e as medicinas capazes de vencer os choques e curar os traumatismos com que as crises sociais atormentam os povos velhos e as terras moças. Quando as ambições se entrechocam nas convulsões graves em que os homens principiam a não compreender uns aos outros e os espíritos começam a aparecer obscurecidos pela confusão, nestes momentos tenebrosos para os homens e para as nacionalidades, só a cultura é capaz de fazer calar o ruído sem harmonia e iluminar outra vez as consciências.

Por isso mesmo, que dela eu fiz o meu programa administrativo. Programa estreito impossibilitado de ir além das fronteiras próximas de um município, mas que me esforço por ver crescer em altura aquilo que não pode alastrar-se em superfície.¹⁵³

Trata-se de uma passagem bastante significativa não apenas pela ocorrência dos elementos já mencionados, mas também por evidenciar o caráter iluminista¹⁵⁴ das concepções que informavam a administração municipal – a própria escolha das palavras não deixa dúvidas. Diante de uma plateia de intelectuais e estudantes, Fábio Prado expunha sua perspectiva a respeito da utilidade política da cultura e o grande interesse da Prefeitura por esta dimensão da vida social. Conforme explica Sérgio Miceli,

A nova coalizão de forças à frente do estado procura, de um lado, guardar distância em relação aos antigos grupos dirigentes e, de outro, imprimir suas marcas em todos os domínios de atividade ligados ao trabalho de dominação, em especial nos diversos níveis do sistema de ensino e no campo da produção e difusão cultural.¹⁵⁵

No início de sua gestão, a população paulistana já chegava a um milhão de habitantes e as greves – que naquele ano envolviam, sobretudo, trabalhadores do setor de serviços, como bancários, rodoviários e ferroviários – continuavam a marcar o cotidiano da

¹⁵³ *Idem*. 1937. Centro Acadêmico “XI de Agosto”. *Revista do Arquivo Municipal*, v.41, p.255.

¹⁵⁴ Cf. MICELI, Sérgio. 1989b. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, p.84.

¹⁵⁵ *Idem*. 2008. *Op. cit.*, p.78.

cidade. Com o aumento da capacidade de organização política dos operários de diversos setores da indústria, proliferavam ainda os protestos promovidos por entidades sindicais e, com eles, os confrontos violentos decorrentes do encontro entre integralistas e militantes de esquerda.

A proposta apresentada neste contexto pelos representantes da elite emergente apontava para um capitalismo regenerado, capaz de produzir riquezas e promover o bem estar social com base na abundância que o avanço tecnológico teria possibilitado nos países mais desenvolvidos. O discurso a seguir, pronunciado no Teatro Municipal de São Paulo pelo então governador eleito Armando de Salles Oliveira durante a solenidade dos 382 anos da cidade, apresenta uma argumentação exemplar a respeito.

No entrechoque das crises políticas, sociais e econômicas, desapareceu o primado do capital. Diminuindo dia a dia, a parte que hoje lhe cabe na exploração de todas as empresas é uma diminuta fração do que é distribuído com salários. [...]

O patrão sabe que tem obrigações imperativas para com os seus operários e deixou de considerar como principal função do Estado a de assegurar a tranquila posse dos seus privilégios. E sabe que, sem concessões aos direitos do trabalhador, o poder econômico lhe escaparia das mãos.

A transformação, fora do Brasil, não se fez sem uma luta inflamada, de sorte que cada reivindicação vitoriosa dos trabalhadores era recebida não como a outorga de um direito, finalmente reconhecido, mas como uma concessão arrancada pela força.

Ao mesmo tempo que as classes desfavorecidas arvoravam novas reivindicações e, em formações eleitorais dia a dia mais densas, aumentavam o seu prestígio, a demagogia ganhava novos estímulos e tornava-se nos parlamentos a defensora ardente e intransigente das medidas mais extremadas e mais perigosas.

No Brasil, não foi necessária a pressão de partidos poderosos, nem a violência e o tumulto de greves desesperadas, para que se decretasse uma legislação social capaz de satisfazer os anseios das classes trabalhadoras. Nela há defeitos e há lacunas mas, ainda assim, é uma larga, generosa e espontânea obra de justiça social.¹⁵⁶

Desta vez, o elogio ao texto constitucional não pretendia enaltecer a vitória simbólica do movimento de 1932. Pelo contrário. Como observa Carlos Sandroni, diante de uma na plateia em que havia “brilhantes representantes do Exército e da Marinha [...] vindos do Rio”,¹⁵⁷ Armando de Salles Oliveira se esforçava para “eliminar a menor suspeita de ressentimento pelos acontecimentos de 1932” e procurava afastar “qualquer resquício de

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Amando de Salles. 1936. Notável oração do governador Dr. Armando de Salles Oliveira, no Teatro Municipal. *Revista do Arquivo Municipal*, v.19, p.7-9.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.5.

tendências hegemônicas”.¹⁵⁸

Proferido semanas depois do Levante Comunista de 1935, seu discurso elege como inimigo comum aos defensores da pátria o “veneno marxista” e propunha contra ele o “estreitamento dos laços entre a Escola e o Exército”.¹⁵⁹ Se – como parece presumir o governador – a legislação trabalhista aprovada há apenas dois anos já podia ser tomada como um retrato da realidade social brasileira, então a manutenção da estabilidade política interna dependeria, sobretudo, da competência das classes dirigentes em retirar dos “demagogos” o privilégio de formar a opinião das “classes desfavorecidas”.

Ao analisar a estratégia política do Governo Estadual neste período, Elizabeth Abdanur observa que a partir de então os esforços de combate ao comunismo seriam direcionados para a disputa pela hegemonia no campo ideológico,¹⁶⁰ o que foi referido pelo prefeito na entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* como evidência da mentalidade moderna e da habilidade política superior da elite emergente.

Cego ou completamente alheio ao que se passa em torno é o administrador que não admite as profundas modificações na sociedade humana, transformações oriundas de fenômenos inúmeros e que chegam não só a abalar, como quantas vezes esboroar a própria estrutura social de países e continentes. Se devemos reprimir, e com o maior rigor, a subversão da ordem, tramada por estrangeiros ou aventureiros sem ideal e sem caráter, por ideólogos desambientados e insanos que não recuam ante o assassinio e o saque [...] por outro lado, não pode o administrador ou o político sincero, consciente de suas responsabilidades e deveres, deixar de encarar de frente, sem medo, problemas que, aí estão, mas de que, por um preconceito estúpido ou um conservadorismo mal compreendido, se teima criminosa e grosseiramente negar a existência. Está muito longe, muito distanciada de nós a afirmativa de que a questão social no Brasil é um caso de polícia. Para nós – e assim tem entendido e tem interpretado a minha administração – a questão social é aquela que hoje maior carinho e cuidado deve merecer de quem administra.¹⁶¹

Essa sofisticação do trabalho de dominação – para usar a expressão de Sérgio Miceli – encontraria um espaço privilegiado na administração de Fábio Prado, conforme assinala o escritor e jornalista Paulo Duarte, um dos idealizadores do Departamento de Cultura (DC), ao mencionar o empenho do prefeito na criação da instituição.

Nunca vi homem de negócios nem homem rico mais acessível às coisas inteligentes. Aprovou tudo, nem pestanejou quando lhe disse que, para

¹⁵⁸ SANDRONI, Carlos. 1988. Mário contra Macunaíma. Rio de Janeiro: Vértice/Revista dos Tribunais, p.117.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, A.S. 1936, *Op. cit.*, p.8 e 12.

¹⁶⁰ Cf. ABDANUR, E.F. 1992. *Op. cit.*, p.21.

¹⁶¹ PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.20.

começar, haveríamos de precisar pelo menos de uns cinco mil contos por ano!¹⁶²

A mesma observação aparece em uma entrevista inédita concedida em outubro de 1980 pela pesquisadora Oneyda Alvarenga – discípula de Mário de Andrade que foi sua aluna no Conservatório Dramático e Musical (CDM) e tornou-se a primeira diretora da discoteca municipal criada por ele. Em seu depoimento, o prefeito foi descrito como

Sujeito culto, homem de sociedade, com ideias arranjadas. Esse foi o que permitiu a viagem [para o registro do folclore nordestino], convidou o Mário [para dirigir o Departamento], foi quem me nomeou, tudo isso. E era um homem inteligente, culto, interessado em tudo, ele não negava nada. O Mário o chama até numa carta pra mim “o nosso grande Fábio *topador*”. Falou em pegar alguma coisa a sério de cultura, o Fábio aprovava, dava o dinheiro.¹⁶³

A criação de um departamento encarregado de promover políticas culturais ao lado de rubricas como Higiene ou Obras e Serviços Municipais já indica a importância conferida a esta dimensão do cotidiano da capital paulista. Como vimos anteriormente, as convicções de Fábio Prado acerca da utilidade política da cultura enquanto instrumento de pacificação, índice de civilização e fator de coesão social não deixam dúvidas quanto às razões do seu interesse por uma instituição dessa natureza, capaz de “abranger todas as atividades culturais possíveis de execução por uma prefeitura”.¹⁶⁴ A esse respeito, o prefeito nos esclarece que

O Departamento de Cultura traz consigo uma agravante de origem: a premeditação. Era uma ideia que não podia deixar de ser bem recebida no S. Paulo novo, no S. Paulo pós-revolução, onde as iniciativas culturais se desenvolvem com o vigor das lavras na terra roxa. A Universidade, recém-criada aí estava florescente dando-nos um ambiente ensolarado de cultura. [...] Os professores das grandes universidades europeias principiaram de chegar, transfundindo para as veias bandeirantes o sangue novo da cultura europeia. Em tudo se sentia a ânsia do estudo e do livro. Ora, ante esta palpitação geral, incentivada mais pelo carinho com que o estado ampara as realizações culturais, outros poderes públicos, de forma alguma, podiam conservar-se indiferentes. Por isso que, ao tomar posse do governo da cidade, já trazíamos bem premeditada qualquer coisa parecida com o Departamento de Cultura.¹⁶⁵

¹⁶² DUARTE, Paulo. 1985. Mário de Andrade por ele mesmo. São Paulo: Hucitec, p.51.

¹⁶³ ALVARENGA, O. 1980. Entrevista inédita concedida a Renato de Moraes, Francisco Carlos Coelho e Márcia F. dos Santos. A gravação original encontra-se no Arquivo Multimeios do CCSP e pode ser acessada pelo código TK 1038.

¹⁶⁴ PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.52

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.42.

Esta concepção de cultura (no singular) como influência que se propaga no ambiente a partir de uma fonte concentrada exemplifica o que Sérgio Miceli chamou de “projeto iluminista” das elites de São Paulo.¹⁶⁶ A analogia entre a fundação da Universidade pelo Governo Estadual e a criação do DC pela Prefeitura da capital demonstra a abrangência do referido projeto e a especificidade de seu desdobramento na esfera municipal, ao se institucionalizar a participação de intelectuais na administração pública.

Como observa Cerqueira (2010), o paradigma introduzido pela gestão Fábio Prado encontra na racionalidade científica a ferramenta mais adequada para garantir a eficiência das intervenções do poder público sobre a cidade. Ao longo de sua entrevista o prefeito menciona diversos exemplos da colaboração de intelectuais e técnicos na solução de questões bastante específicas envolvendo desde processos de trabalho dos órgãos da Prefeitura até aspectos do funcionamento da cidade.

No âmbito interno, como complemento à sua reforma administrativa, Fábio Prado encomendou à SDSEM, em colaboração com o Departamento de Expediente, uma pesquisa para encontrar um modo de acelerar a tramitação de processos e o andamento dos papéis no interior da burocracia municipal – o que resultaria no Ato Municipal 996. Simultaneamente, uma equipe formada a partir da Subdivisão realizava estudos para subsidiar a reorganização do cadastro de contribuintes paulistanos, instituída pelo Ato Municipal 999, o que auxiliaria tanto no lançamento dos impostos quanto na formulação de estatísticas a respeito.¹⁶⁷

Um exemplo de intervenção no espaço urbano a partir do trabalho de técnicos especializados foi o caso do entomologista Manuel Lopes de Oliveira Filho, conhecido como Manequinho Lopes, que era funcionário do Instituto Biológico e foi “emprestado” à Prefeitura para eliminar formigueiros e criar jardins públicos em diversas áreas da cidade, além de promover a adequada manutenção dos já existentes.¹⁶⁸ Sua convocação ilustra bem as diretrizes da administração municipal, que respaldava suas decisões tanto em critérios políticos quanto em pareceres técnicos encomendados de preferência a pesquisadores de instituições locais.

A Prefeitura também procurou viabilizar a apropriação de conhecimentos especializados por seus próprios quadros, financiando iniciativas originadas no âmbito do

¹⁶⁶ Cf. MICELI, S. 1989b, p.84.

¹⁶⁷ Cf. PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.61.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p.97-98.

funcionalismo, como o Curso de Biblioteconomia organizado e ministrado pelo chefe da Divisão de Bibliotecas do DC para qualificar os servidores destinados a trabalhar na rede de bibliotecas que se pretendia implantar em diversos distritos da capital paulista e o Curso de Etnografia idealizado pelo diretor do Departamento para treinar funcionários municipais no registro de manifestações folclóricas. Em sua entrevista, Fábio Prado menciona ainda o treinamento de funcionários do Arquivo Municipal – que fora incorporado ao DC – com técnicas de restauro envolvendo “reações químicas, lentes, lâminas”¹⁶⁹ e procedimentos de paleografia para a transcrição de documentos deteriorados, ressaltando a significação deste trabalho ao esclarecer que “São Paulo é uma das poucas cidades do mundo que possui toda a documentação histórica da sua municipalidade”.¹⁷⁰

Neste contexto, o DC surge como espaço dedicado ao desenvolvimento do trabalho intelectual especializado seja em atividades educacionais, de pesquisa ou na elaboração de políticas públicas, nutrindo-se da colaboração de especialistas estrangeiros contratados para lecionar no ensino superior local e de profissionais recém-formados tanto na Universidade (cientistas sociais, pedagogos e educadores sanitários) quanto fora dela (nas Escolas Normais e no Curso de Educação Física Infantil do Departamento Estadual de Educação Física).

A referência a cada um dessas habilitações no texto do Ato Municipal 861, que criava o DC, testemunha o esforço da administração municipal no sentido de prevenir interferências políticas¹⁷¹ no provimento dos cargos, ou melhor, de limitá-las às nomeações para a direção e as chefias do órgão. Em um contexto de institucionalização acadêmica incipiente, condicionar a admissão para cargos especializados à formação em determinadas instituições teria ainda a função de criar uma demanda permanente,

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.57.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.54.

¹⁷¹ Rubens Borba de Moraes descreve uma estratégia similar utilizada para garantir a construção do prédio da Biblioteca Municipal – que seria inaugurado em 1942 – traduzindo com clareza algo que parece ter sido uma preocupação constante entre os dirigentes do DC: “O projeto estava pronto, estava aprovado. Foi à concorrência, com uma companhia construtora de São Paulo, que ganhou a concorrência, e caiu o governo. E veio o Prestes Maia. [...] E resolveu também acabar com “estas bobagens destes meninos”, como ele dizia, que era o negócio da biblioteca. Então ele mandou dar ordem ao Departamento de Obras que notificasse à companhia construtora que as obras da biblioteca ficariam interrompidas. Mas ele não pensou numa coisa. É que nós, quando tínhamos feito o contrato com a companhia construtora, justamente prevendo estes governos que mudam e que cada homem tem uma cabeça e quer fazer uma coisa diferente, tínhamos proposto uma multa de 500 contos caso as obras da biblioteca fossem interrompidas. A companhia construtora tinha o direito de cobrar isto da Prefeitura” (MORAES, R.B. 1992. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, v.50, p.56-57).

embora bastante modesta, pela formação nessas áreas, o que contribuía para a sua profissionalização e para a consolidação das respectivas instituições de ensino.¹⁷²

A Prefeitura também desempenhou um papel fundamental no fomento à produção intelectual relacionada ao estado de São Paulo e à sua capital através da criação da Tipografia Municipal – que representaria uma economia considerável diante dos gastos crescentes da administração pública com serviços dessa natureza. De acordo com Paulo Duarte, que era o chefe de gabinete de Fábio Prado,

A Prefeitura gastava um dinheirão com serviços de tipografia para seus impressos e publicações. As atividades do Departamento de Cultura vieram aumentar sensivelmente essas despesas. Donde a ideia de montar-se uma oficina gráfica que pudesse desincumbir-se de todo esse trabalho por menos preço e com melhor qualidade. Assim nasceu a gráfica municipal. Escolhido cuidadosamente o pessoal técnico, principiou a gráfica a funcionar e dava conta excelente das necessidades municipais, do Departamento inclusive, com todas as suas coleções, desde a publicação de documentos históricos até a revista publicada todos os meses. Anexa à gráfica, instalou-se uma oficina de encadernação cujos artesãos se entusiasmaram de tal maneira que o Departamento, com gente por assim dizer improvisada, pôde fazer encadernações consideradas verdadeiras obras de arte. Fora uma injustiça não animar essa iniciativa e assim estudou-se uma encomenda, na Europa, de ferros, máquinas, instrumentos e todo o necessário. E para aperfeiçoar os encadernadores paulistas, tratou-se de pedir em Paris um dos seus grandes mestres encadernadores, disposto a passar dois ou três anos entre nós, para criar a nossa escola de encadernações.¹⁷³

A criação da Tipografia, em 1936, coincide com o aumento da demanda por serviços gráficos no executivo municipal, devido à crescente burocratização do trabalho administrativo, e com a multiplicação do volume de publicações financiadas pela Prefeitura para divulgar tanto os trabalhos de intelectuais nativos quanto de pesquisadores estrangeiros contratados pelas escolas superiores recém-criadas. De acordo com Fábio Prado, antes disso apenas a produção da Revista do Arquivo Municipal (RAM) havia consumido em média metade do orçamento destinado à confecção de impressos.¹⁷⁴

A RAM acumulava as funções de Diário Oficial do Município e periódico científico, abrangendo desde estudos encomendados pela Prefeitura até a produção

¹⁷² Nesta medida, torna-se redutora a percepção de Fábio Prado como um simples mecenas da militância institucional dos modernistas de São Paulo – o que também é apontado, no caso particular da Sociologia, por Silvana Rubino (*cf.* RUBINO, S. 1995. *Op. cit.*, p.493).

¹⁷³ DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.97.

¹⁷⁴ *Cf.* PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.56.

intelectual espontânea em diversas áreas, o que faz dela uma documentação imprescindível para a história da intelectualidade paulista e da administração pública da capital. Por vezes, é possível encontrar no mesmo número da Revista uma investigação sobre determinado tema do interesse da administração municipal e, ao final do volume, a decretação da lei elaborada a partir de suas conclusões.¹⁷⁵

Em sua entrevista, o prefeito demonstra ter bastante clareza sobre o valor desta publicação não apenas para difundir em todo o país a “nova mentalidade” exemplificada por São Paulo (ver o Anexo 3), mas também para o seu uso nas pesquisas de docentes e alunos da Universidade.¹⁷⁶ No período em que foi organizada pelos modernistas do DC, a RAM publicou artigos de áreas muito diversas – como História, Arqueologia, Antropologia Física, Etnologia, Linguística Histórica, Sociologia, Demografia, Urbanismo, Administração, Economia, Saúde Pública, Educação, Psicologia Aplicada, entre outras – e alguns desses trabalhos foram reimpressos em volumes avulsos na “Coleção do Departamento de Cultura” (ver o Anexo 4).

Por tudo isso, a Revista constitui também uma fonte fundamental para se compreender o processo local de institucionalização de diversas disciplinas científicas em desenvolvimento na época e, sobretudo, as relações entre órgãos do executivo municipal e as instituições de ensino recém-criadas. Neste contexto em que o poder público opera simultaneamente como patrocinador e consumidor do trabalho intelectual, as páginas da RAM testemunham o surgimento de uma ampla rede de cooperação interinstitucional, articulada principalmente a partir do DC, constituída por cientistas, intelectuais, membros da classe política e do empresariado local – na qual o mesmo indivíduo poderia protagonizar mais de um desses papéis.

Utilizo aqui a imagem da rede, que se adapta bem ao que as fontes oferecem à interpretação, para delimitar algo fundamental observado por Angelo Del Vecchio e Carla Dieguez quando ressaltam as relações de cooperação resultantes da inserção cumulativa de um grupo seletivo de intelectuais em múltiplos projetos institucionais.¹⁷⁷ Tãmanha mobilização pode ser explicada tanto pela contribuição da administração municipal para a profissionalização da pesquisa científica fora de espaços acadêmicos –

¹⁷⁵ Ver no volume 24 da RAM o artigo *Cadastro dos contribuintes da Prefeitura Municipal de São Paulo*, de Bruno Rudolfer, e páginas adiante o Ato Municipal 999, que organiza a Subdivisão do Cadastro dos Contribuintes no âmbito do Departamento da Fazenda.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p.60.

¹⁷⁷ Cf. DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*

principalmente no campo das ciências sociais¹⁷⁸ – quanto pelo caráter ideológico do protagonismo assumido por esses atores no contexto da tentativa de restaurar a hegemonia paulista no âmbito nacional.

Na base deste engajamento coletivo encontram-se alguns dos efeitos duradouros que a mobilização para a guerra civil de 1932 provocaria no âmbito da produção das subjetividades – o reforço da sensação de pertencimento ao destino singular de São Paulo; o orgulho pela competência técnica, a capacidade de organização e a autonomia atribuídas ao povo paulista a partir de episódios ocorridos durante a campanha militar; a convicção quanto às marcas de superioridade do estado que continuavam a alimentar os anseios imperialistas da elite local, formulados agora em termos de compromisso com a solução dos problemas nacionais ou pela simples convicção de ser São Paulo a síntese do destino nacional.

¹⁷⁸ Cf. RUBINO, S. 1995. *Op. cit.*, p.493.

1.2.2 Na *cabeça da cultura municipal*

O debate acadêmico a respeito do caráter singular do DC e de seu pioneirismo no campo das políticas culturais ampliou-se bastante desde a publicação de *Mário contra Macunáima*, de Carlos Sandroni, que inaugura uma linhagem – na qual me inscrevo agora – de trabalhos a respeito da atuação dos intelectuais modernistas de São Paulo na administração pública e no ensino superior entre as décadas de 1930 e 1940. Desde então, as ações do DC tem sido objeto de interesse em áreas bastante diversas como História Social, Musicologia, Antropologia, Sociologia, Educação, Saúde Pública e Biblioteconomia, com ênfases variáveis na exploração das fontes documentais a partir de quadros de referência igualmente distintos.

A sucessão de estudos produzidos nos últimos trinta anos indica uma tendência à especialização dos recortes temáticos e à limitação do conjunto de aspectos abordados em cada investigação. Atualmente, as inúmeras possibilidades de interpretação abertas por cada novo enfoque ou pela conjugação de abordagens diferentes sobre o DC evidencia sua multiplicidade e riqueza enquanto experimento institucional – o que torna inexequível qualquer tentativa de abarcá-lo na sua totalidade com pretensões a algo mais que um resumo dos consensos estabelecidos. Como sintetiza um comentário profético de Oneyda Alvarenga, feito durante a entrevista inédita que concedeu em 1980, “a conversa tá meio tumultuada, mas é que o Departamento de Cultura é muito complexo, tem muita coisa”.¹⁷⁹

Não pretendo analisar o DC da perspectiva da história das políticas culturais, apesar de reconhecer a importância da instituição neste âmbito em sua curta trajetória. Para subsidiar a presente investigação, irei me ater a aspectos de sua gênese e da conformação institucional assumida posteriormente, atento, sobretudo, à sua contribuição enquanto instrumento da burocracia municipal para a institucionalização da pesquisa no campo das ciências sociais. Neste sentido, cabe lembrar a recomendação de Sérgio Miceli quando enfatiza a importância de “situar os experimentos institucionais, seus mentores e executantes, em meio a alianças de que se valeram para implementá-los”,¹⁸⁰ evitando submetê-los aos mitos de origem engendrados por um programa de lançamento ou aos discursos de fundadores e idealizadores.

¹⁷⁹ ALVARENGA, O. 1980. *Op. cit.*

¹⁸⁰ MICELI, S. 1989a. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. *In*: MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, p.11.

No relato que publicou junto a sua correspondência com Mário de Andrade, Paulo Duarte localiza a origem da proposta que levaria à criação do DC nas reuniões informais que realizava quase todas as noites, entre 1926 e 1931, no seu apartamento da Av. São João, com a presença de diversos intelectuais paulistas ligados entre si por relações de amizade. Os participantes mais assíduos eram Mário de Andrade, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes (mais tarde integrados ao Departamento), Tácito de Almeida e Antônio Carlos Couto de Barros (que se tornariam colaboradores na ELSP, assim como Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes), Antônio de Alcântara Machado (que como os demais assinou o Manifesto de Fundação da Escola) e Randolpho Homem de Melo (que junto com Rubens Borba de Moraes e Tácito de Almeida iria se matricular na primeira turma do Curso de Sociologia e Política).

Entre os que compareciam com menos frequência aos encontros estavam Paulo Magalhães (que seria nomeado chefe de uma seção do DC e diretor do Teatro Municipal), André Dreyfus (que anos depois participaria da fundação tanto da ELSP quanto da USP e atuaria como docente em ambas as instituições), Vitório Gobis, Paulo Rossi, José Mariano de Camargo Aranha, Adriano Couto de Barros, entre outros.¹⁸¹ De acordo com Paulo Duarte,

um de nós – quem poderá saber qual de nós? – falou na perpetuação daquela roda numa organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros. Mas cadê dinheiro? O nosso capital eram sonhos, mocidade e coragem. Havia quem conhecesse uns homens ricos de São Paulo. Mas homem rico não dá dinheiro para essas loucuras. Quando muito deixa para a Santa Casa. Caridade espiritual, jamais. [...] A nossa gente ainda está no paleolítico da caridade física. À vista de tantos argumentos, ficou decidido que um dia seríamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo.¹⁸²

A atribuição da gênese do DC à tentativa de “perpetuação daquela roda numa organização” expressa com clareza o espírito particularista da proposta inicial de seus idealizadores – bastante diversa do caráter heroico atribuído à instituição sob o clima de revanchismo preponderante no período pós-1932 – e corrobora a análise de Miceli (2001) sobre as estratégias criadas por intelectuais da última geração oligárquica para conquistar cargos nas instituições culturais surgidas na época, quando ainda não havia um mercado de bens simbólicos estabilizado e as condições de inserção profissional

¹⁸¹ Cf. DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.49.

¹⁸² *Ibidem*, p.50.

eram precárias para aqueles que não dispusessem de fortunas familiares. Acrescente-se a isso o embaraço produzido pelas críticas ao preenchimento de quadros da instituição com base em relações de parentesco ou amizade¹⁸³ – Benedito Junqueira Duarte, irmão de Paulo Duarte, foi contratado como fotógrafo do Departamento, Maria Aparecida Junqueira Duarte, sua irmã, tornou-se administradora da Seção de Parques Infantis e foram contratados alguns dos protagonistas das reuniões realizadas no apartamento da Av. São João. Paulo Duarte conta que

Choveram queixas e ataques. [...] Um dia, o Fábio Prado me mandou ao Guarujá explicar ao Armando, que lá se achava, aquela complicação toda. Levei um mundo de notas para o governador rebater a xingação.¹⁸⁴

Convidado pelo prefeito para ser seu chefe de gabinete, Paulo Duarte aproveitou a oportunidade para propor a criação da instituição durante um jantar a sós na casa de Fábio Prado. Então, redigiu um esboço de anteprojeto a partir de dados fornecidos por Mário de Andrade e o distribuiu a diversos intelectuais.

Plínio Barreto, Anhaia Melo, Júlio de Mesquita Filho, F. E. Fonseca Teles, Fernando de Azevedo, Antônio de Almeida Prado, Cantídio de Moura Campos, sem contar, está claro, o nosso grupinho. As cópias me foram devolvidas uma semana depois, cheias de anotações. Todas tinham coisas utilíssimas, mas a mais completa, a melhor estruturada era a de Fernando de Azevedo. Passamos para esta tudo quanto havia de bom, a nosso ver, nas outras. Éramos agora três armando aquele *puzzle* gostoso: o Mário, Paulo Barbosa de Campos e eu.¹⁸⁵

A intenção era construir a partir da experiência pioneira de São Paulo o Instituto Brasileiro de Cultura, a ser criado após a esperada vitória de Armando de Salles Oliveira nas eleições presidenciais de 1938 e que assumia no âmbito do projeto paulista de nação uma posição semelhante à ocupada pelo DC na concepção da cidade-modelo.

Convertido que seria, pois, o departamento municipal em Instituto Paulista de Cultura, transformado, como se pretendia, numa fundação conforme estudos então já realizados por Plínio Barreto e por mim, com aprovação de Armando de Sales Oliveira, apenas candidato, seria o paradigma para a organização do Instituto Brasileiro de Cultura, fundação a ser instituída por Armando de Sales Oliveira transformado em governo do Brasil [...]

¹⁸³ Como observa Raffaini (2001), apesar de críticos à atitude particularista das oligarquias, muitos intelectuais dessa geração reproduziam práticas semelhantes (cf. RAFFAINI, P.T. 2001. *Op. cit.*, p.41).

¹⁸⁴ DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.52.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p.51-52.

Em linhas gerais, o Instituto Brasileiro compor-se-ia de um instituto sede, no Rio de Janeiro, organizado nos moldes do de São Paulo, e outros institutos estaduais, de início, em Minas Gerais, no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão e no Pará. Seria uma grande fundação espalhando seus benefícios por todo o país, ao abrigo das nefastas influências políticas.¹⁸⁶

Os planos para a fundação do Instituto Paulista de Cultura, ao qual seria incorporado o DC,¹⁸⁷ sugerem que a transformação da experiência paulistana em política nacional de cultura permaneceria como horizonte dos fundadores do Departamento até a sua dissolução – o que ajuda a explicar a perplexidade expressa por alguns deles diante desse desfecho. Já o prefeito Fábio Prado, embora “desejoso de defender sua obra”,¹⁸⁸ parecia bem mais cético quanto às possibilidades de levá-la adiante em sua integralidade.

Tratando-se de uma obra arrojada, principalmente em país como o nosso, onde o espírito coletivo ainda não se acha bastante amadurecido para as grandes iniciativas culturais, achei de bom alvitre promover a efetivação da ideia aos poucos, de maneira a verificar-se a possibilidade ou não de sua realização completa.¹⁸⁹

A versão definitiva do anteprojeto para sua criação foi transformada no Ato Municipal 831, de 30 de maio de 1935, que fundava oficialmente o órgão denominado “Departamento de Cultura e de Recreação” pela reunião de instituições já existentes na cidade – o Teatro Municipal, o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal (ainda sem sede própria) e o Parque Infantil D. Pedro II. A sede instituição foi alocada no distrito da Sé, em um prédio anexo ao Mercado Municipal, na rua da Cantareira nº.216.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p.50

¹⁸⁷ *Ibidem*, p.109.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.55.

¹⁸⁹ PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.45.

Figura 4 – Sede do Departamento de Cultura



Fotografia do autor, 05 de maio de 2013

Prédio anexo ao lado direito do Mercado Municipal de São Paulo. No prefácio à sua correspondência com Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga informa que ali foram instaladas a Direção do Departamento, a Discoteca Pública Municipal e a Divisão de Documentação Histórica e Social.

O DC foi estruturado inicialmente em quatro setores: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Bibliotecas, Divisão de Documentação Histórica e Social e Divisão de Educação e Recreio. Mário de Andrade – reputado como único capaz tornar a instituição digna daquilo para que fora planejada – acumulou a direção do órgão e a chefia da Expansão Cultural, Sérgio Milliet (com quem Paulo Duarte dividira o apartamento onde o grupo se reunia e que agora era também seu cunhado) ficou responsável pelo setor de Documentação Histórica e Social, Rubens Borba de Moraes (que apesar de funcionário da Recebedoria de Rendas era o membro do grupo que mais conhecia sobre biblioteconomia) assumiu a Divisão de Bibliotecas e a Nicanor Miranda (que fora colega de Paulo Duarte na Faculdade de Direito) foi entregue a Divisão de Educação e Recreios.

A Divisão de Expansão Cultural se desdobrava na Seção de Teatros, Cinemas e Salas de Concerto, dirigida por Paulo Magalhães, na Rádio Escola – que nunca chegaria a funcionar plenamente – e na Discoteca Pública Municipal (DPM), serviço dirigido pela pesquisadora Oneyda Alvarenga. O setor chefiado por Sérgio Milliet era formado por uma Subdivisão de Documentação Histórica, confiada a Nuto Sant’Anna (funcionário do Arquivo Municipal), e uma Subdivisão de Documentação Social,

dirigida por Bruno Rudolfer (que era professor da ELSP). A Divisão de Bibliotecas abrangia duas seções: uma encarregada do processamento e da catalogação bibliográfica e outra dedicada à distribuição, circulação e preservação do acervo. A Divisão de Educação e Recreios reunia, inicialmente, a Seção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas, a Seção de Divertimentos Públicos e a Seção de Parques Infantis.

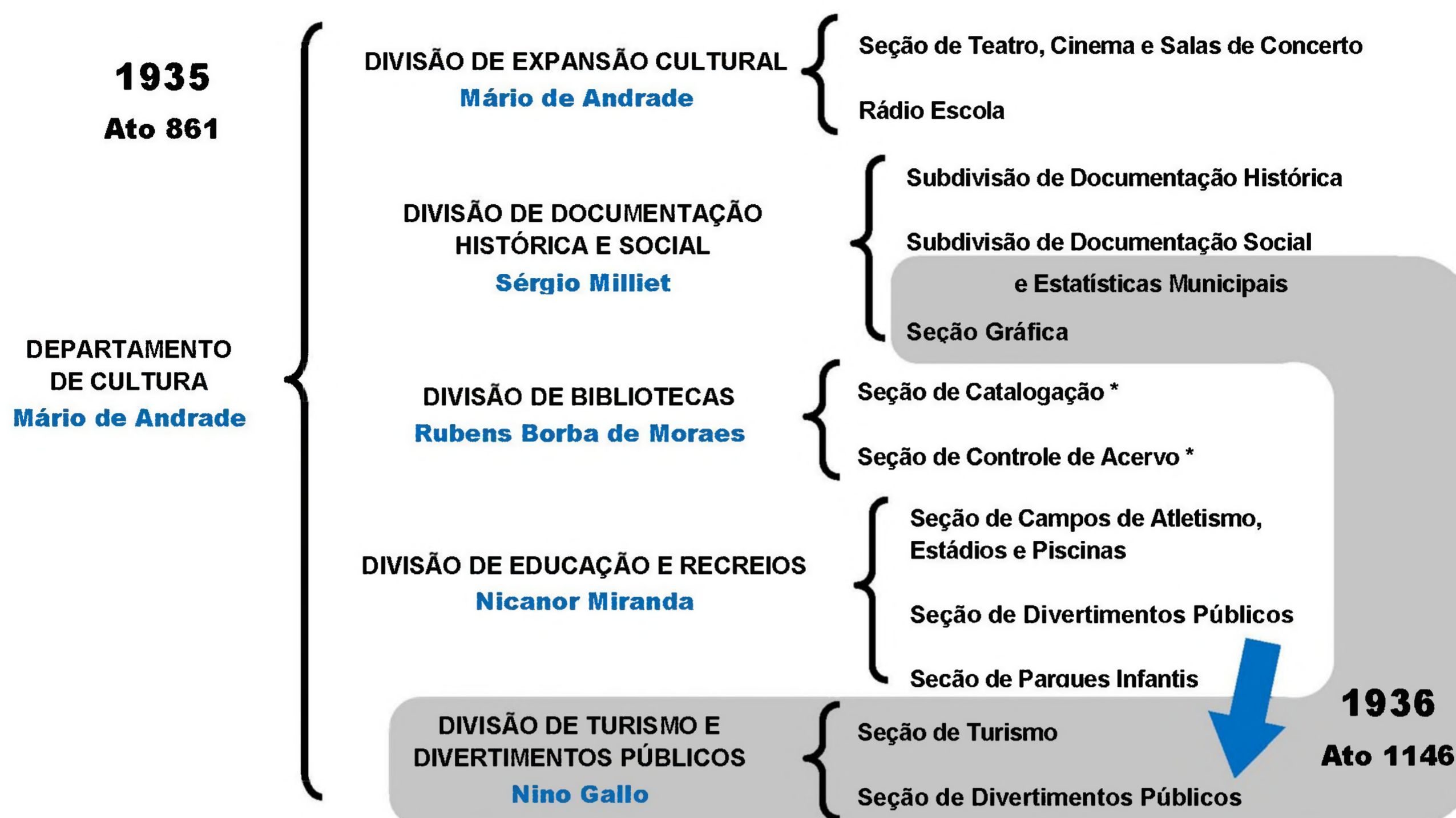
Com a decretação do Ato Municipal 1146 de 4 de julho de 1936, cerca de um ano depois de sua criação, a instituição seria reorganizada, teria seu nome abreviado para “Departamento de Cultura” e ganharia mais um setor, a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos,¹⁹⁰ dirigida por Nino Gallo (que também havia morado com Paulo Duarte no apartamento da Av. São João), que se subdividia nas Seções de Divertimentos Públicos e de Turismo. Ademais, foram ampliadas as atribuições de um dos setores da Divisão de Documentação Histórica e Social, agora denominado Subdivisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais (SDSEM), e foi criada no âmbito desta divisão a Seção Gráfica, que ficava encarregada da Tipografia Municipal.¹⁹¹

O esquema a seguir resume as informações anteriores, permitindo uma melhor visualização da configuração inicial da instituição e de sua reorganização posterior:

¹⁹⁰ Apesar de instituída por lei, a nova divisão não chegaria funcionar plenamente devido à interrupção dos trabalhos pela nova administração (cf. DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.107).

¹⁹¹ Paulo Duarte menciona mais um segmento – onde trabalhava seu irmão, o fotógrafo Benedito Junqueira Duarte – dentro da Subdivisão de Documentação Histórica e Social (cf. *ibidem*, p.94 e 101). Mas decidi não incluí-lo no organograma porque, apesar de sua consolidação posterior, não há qualquer informação a respeito do setor nas leis que instituem e regulamentam o DC – os Atos Municipais 861 e 1146.

Figura 5: Estrutura organizacional e dirigentes do Departamento de Cultura



* Denominações atribuídas pelo autor com base no §1º do Artigo 196 do Ato Municipal 1146, o qual apesar de não designar estas seções estabelece suas respectivas atribuições.

Em conformidade com o disposto na lei que o instituiu, o DC se desdobrava em diversas direções, mantendo as iniciativas anteriores à sua criação e recorrendo a outras formas de ação cultural. Em seu curto período de existência, a instituição procurou ampliar as oportunidades de acesso à cultura escrita, expandindo o alcance limitado da Biblioteca Municipal através da Biblioteca Circulante e das Bibliotecas Infantis criadas em bairros populares, promoveu no Teatro Municipal concertos didáticos para o público que não podia pagar pelos ingressos, ampliou a oferta de serviços públicos de educação e assistência social com a criação de Parques Infantis, promoveu pesquisas demográficas e etnográficas, cursos técnicos, concursos artísticos e historiográficos, restaurou e aumentou acervos bibliográficos e documentais de interesse histórico etc.

Justificava-se a existência de uma instituição com essas características e as expectativas de multiplicá-la por todo o país com os artigos 148 e 156 da Constituição de 1934. Enquanto o primeiro atribuía a todos os entes federados a responsabilidade pelo desenvolvimento das ciências, da educação, da cultura em geral além da proteção dos patrimônios históricos e artísticos, o segundo estabelecia as verbas a serem

aplicadas por cada instância governamental. O artigo 156¹⁹² da Constituição Federal seria, então, reiterado pelo artigo 82 da Constituição Estadual e ambos sintetizados no artigo 59 da Lei Orgânica do município de São Paulo.¹⁹³

Como vimos anteriormente, o prefeito Fábio Prado procurou estimular as diversas formas de produção intelectual articuladas ao projeto paulista de nação e incorporou atividades de pesquisa aplicada como subsídios ao seu programa de racionalização administrativa. Isto se traduziu tanto na realização de atividades inéditas, resultantes da crescente especialização de funcionários públicos e da convocação de colaboradores externos, quanto na criação de postos de trabalho até então inexistentes na esfera municipal. A inserção de algumas dessas habilitações profissionais nos quadros do DC aparece no artigo 233 do Ato Municipal 1146, que institui em regime efetivo os cargos de bibliotecário, educador sanitário, instrutor de parques infantis, técnico de pesquisa social, técnico de estatística, além de auxiliares para algumas dessas funções, e estabelece os requisitos para os cargos de chefia nas diversas seções do Departamento.

Esta condição tornava o DC um espaço diferenciado em relação aos padrões da administração pública no país, capaz de abrigar desde um sofisticado programa de assistência social (os Parques Infantis) até um pequeno centro de pesquisas demográficas e socioeconômicas, além de manter uma produção editorial da envergadura da RAM. Os estudos conduzidos pela SDSEM abrangiam diversos setores da vida social e colocavam as políticas da administração municipal em outro patamar ao fornecer a

estatística social e econômica da cidade de S. Paulo, coisa que nunca existiu e de que um governo consciente não pode prescindir porque constitui base para uma administração que não queira andar às apalpadelas, obrigada a adivinhar soluções difíceis a problemas muitas vezes fáceis de resolver com dados estatísticos racionalmente organizados.¹⁹⁴

Ainda de acordo com Fábio Prado, essas pesquisas serviriam de base para o censo municipal a ser realizado a cada dez anos¹⁹⁵ e, de imediato, permitiriam a

¹⁹² “A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (BRASIL. 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil).

¹⁹³ Cf. PRADO, F. 1936a. *Op. cit.*, p.73.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p.55.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.59.

distribuição racional dos serviços públicos oferecidos pelo município.¹⁹⁶ Para alcançar tamanha amplitude contando com um número limitado de profissionais, ao mesmo tempo em que auxiliava com seus serviços os diversos órgãos da administração municipal a SDSEM também se nutria dos dados colhidos dentro e fora dessas repartições como subsídio às pesquisas encomendadas. Nos comentários que fez a respeito dos estudos ali realizados, Paulo Duarte ressaltou a complexidade das tarefas habituais dos funcionários.

Para realizar tudo isso, foi preciso tirar do nada um corpo de investigadores, foi preciso estabelecer o contato difícil com as repartições públicas, com os institutos de cultura de São Paulo, como o Centro de Pesquisas Sociais do Instituto de Educação, com a Universidade, outros institutos científicos, Biológico, Butantã, Agrônomo de Campinas, Serviço da Lepra, Santa Casa, fábricas, estabelecimentos de ensino, um nunca acabar.¹⁹⁷

Conforme estabelece o Ato Municipal 1146, cabia à Subdivisão organizar as estatísticas do município referentes tanto às repartições da Prefeitura quanto ao recenseamento da população, padronizar e aprimorar os procedimentos de registro e coleta de dados, realizar levantamentos sobre as situações sociais e econômicas do município e inquéritos sobre os padrões de vida da população. Ainda de acordo com a lei, enquanto não houvesse um corpo de funcionários efetivos devidamente qualificados, poder-se-ia contratar investigadores avulsos pelo período que durasse cada pesquisa. Esses trabalhos eram encaminhados pelo diretor da Subdivisão, o engenheiro militar tcheco Bruno Rudolfer, que era professor de Estatística da ELSP e um dos seus fundadores, e pelo sociólogo americano Samuel Lowrie, professor de Sociologia I na mesma instituição, que devido à sua experiência com pesquisas empíricas foi contratado pelo DC.

Em sua primeira produção como técnico de pesquisas sociais da instituição, Lowrie explorou informações oficiais do censo estadual de 1934 para demonstrar as consequências da inexistência de registros sistemáticos e regulares dos dados populacionais. O artigo *Previsão da População*, publicado no volume 15 da RAM, utiliza coeficientes de natalidade e mortalidade registrados pelo Serviço Demográfico do Estado e aponta as limitações decorrentes da ausência de informações sobre o quantitativo total da população a que se refere a amostragem. A partir do cruzamento

¹⁹⁶ *Ibidem*, p.60.

¹⁹⁷ DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.98.

entre as estimativas que elaborou e as informações oficiais, Samuel Lowrie demonstra que a inconsistência das informações disponíveis inviabiliza uma análise das transformações sociais ocorridas no intervalo coberto pelos dados oficiais.¹⁹⁸

O pesquisador insiste ainda na necessidade do registro periódico e sistemático pelos órgãos governamentais de números referentes à natalidade e à mortalidade e menciona as vantagens proporcionadas pelo cálculo da taxa de crescimento da população – que em outros países permitia uma previsão segura das tendências de desenvolvimento local, viabilizando a construção de um sistema de saneamento mais adequado e a manutenção de serviços de utilidade pública prestados por empresas privadas, como o transporte coletivo, além da solução permanente dos problemas de tráfego.¹⁹⁹

Contratado para formar equipes e coordenar as pesquisas encomendadas tanto pelo gabinete quanto pelas repartições da Prefeitura, Samuel Lowrie preparava os investigadores com aulas expositivas, debates e exercícios de simulação, baseando-se em traduções de trechos que extraía de obras especializadas.²⁰⁰ Para a execução de seu primeiro inquérito no DC, a pesquisa sobre *A Assistência Filantrópica na Cidade de São Paulo*,

Foi pela Subdivisão submetida ao sr. Prefeito uma lista de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Educação, Instituto de Higiene e Escola Livre de Sociologia e Política, sendo alguns contratados para os trabalhos da pesquisa. Estes pesquisadores passaram por um período de preparação, que constou de aulas, leituras, discussões, exercícios práticos [...] Felizmente já possuíam todos alguns conhecimentos teóricos da matéria, conseguidos nas diversas escolas de que procediam, bem como certa prática por terem participado de trabalhos anteriores do mesmo gênero.²⁰¹

A referência à experiência anterior dos contratados sugere haver neste grupo estudantes que colaboraram no inquérito sobre o *Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo*, coordenado pelo sociólogo americano Horace Davis durante o curto período em que permaneceu na ELSP.²⁰² Aliás, o fato de Sérgio Milliet ser um dos

¹⁹⁸ Cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.48.

¹⁹⁹ Cf. LOWRIE, Samuel. 1935b. Previsão da população. *Revista do Arquivo Municipal*, v.15, p.82.

²⁰⁰ Cf. PRADO: 1936a. *Op. cit.*, p.60.

²⁰¹ LOWRIE, Samuel. 1936a. A assistência filantrópica na cidade de São Paulo, Parte I. *Revista do Arquivo Municipal*, v.27, p.199.

²⁰² Horace Davis era militante socialista e teve problemas com o Conselho Superior da ELSP, presidido por Roberto Simonsen, que decidiu não renovar seu contrato após ser informado a respeito. Seu engajamento foi considerado uma grave ameaça ao projeto político da instituição devido à influência que poderia exercer

colaboradores permanentes da Escola e tanto Rudolfer quanto Lowrie ministrarem disciplinas fundamentais do Curso de Sociologia e Política indica o nexo²⁰³ existente entre o programa de ensino da instituição e os trabalhos científicos desenvolvidos no Departamento.

O inquérito, financiado pela Subdivisão e publicado em três partes na RAM (volumes 27, 28 e 29), distingue os perfis das instituições de assistência existentes na cidade e caracteriza tanto os serviços prestados quanto a sua clientela para determinar a qualidade da assistência social e a sua capacidade de impacto sobre as condições de vida dos atendidos. Em resposta ao interesse da Prefeitura em reduzir os gastos na área social, Lowrie propõe que a política de assistência seja reorientada de modo a garantir a integração do indivíduo ao universo do trabalho e, para viabilizar sua proposta, sugere que a administração municipal exija um registro mais detalhado dos serviços prestados pelas instituições financiadas e que mantenha um corpo de investigadores para acompanhar a condução das mudanças recomendadas.

A carência de pessoal especialmente preparado para uma pesquisa desta ordem constitui um obstáculo. Entretanto, o inquérito, mesmo realizado por pessoas não especializadas, é melhor do que nada. Se os indivíduos escolhidos tiverem uma boa base educacional, como a dos professores, particularmente interessados em sociologia, por exemplo, se tiverem interesse pelos problemas de assistência, se estiverem em contato com a literatura estrangeira sobre o assunto e se se reunirem ocasionalmente para discutir suas experiências, a sua eficiência aumentará e seus métodos se aperfeiçoarão certamente em poucos anos. Mais tarde, os pesquisadores mais eficientes viriam a constituir um corpo de guias aptos e instrutores para os novos que ingressassem na carreira. Uma preparação mais formal e específica poderia então ser exigida. Entretanto, presentemente, em virtude do número de pesquisadores de que se necessita, uma tal preparação não pode ser exigida. Naturalmente, a criação dum corpo de pesquisadores sociais locais, por meio de experiências e treinos próprios, nas condições especiais do nosso meio ambiente, apresenta algumas vantagens sobre os ensinamentos formais e teóricos, principalmente quando tiverem sido conseguidos através de experiências estrangeiras, de condições muito diferentes das de São Paulo.²⁰⁴

sobre os estudantes (cf. DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*; CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*).

²⁰³ A proximidade entre a ELSP e a SDSEM é confirmada por Ruy Barbosa Cardoso – que foi funcionário do DC e aluno do Curso de Sociologia e Política – ao afirmar em entrevista concedida a Angelo Del Vecchio e Carla Dieguez que a escola e a subdivisão eram “praticamente extensões uma da outra” (DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.8).

²⁰⁴ LOWRIE, Samuel. 1936b. A assistência filantrópica na cidade de São Paulo, Parte II. *Revista do Arquivo Municipal*, v.28, p.210.

Um dos temas recorrentes nas pesquisas realizadas por Samuel Lowrie²⁰⁵ é o processo de formação da população paulistana – o que, como vimos, remete inevitavelmente ao debate sobre o impacto da imigração. Seus primeiros trabalhos sobre a presença estrangeira na cidade aproveitam a disposição da Seção de Parques Infantis em levantar informações a respeito das crianças atendidas para estudos de higiene, psicologia infantil, pedagogia etc – estabelecida no texto do Ato Municipal 1146.

Os artigos *Ascendência das crianças registrada no Parque Dom Pedro II* e *Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis de São Paulo*, publicados, respectivamente, nos volumes 39 e 41 da RAM, baseiam-se em informações sobre a nacionalidade dos pais e avós dos frequentadores dos Parques D. Pedro II, Lapa e Ipiranga, presentes em suas fichas de matrícula e questionários médicos. Lowrie se utilizou desses dados para investigar a concentração dos grupos de diferentes nacionalidades e estimar o seu percentual em relação à população total da cidade.²⁰⁶

Pode-se supor ainda a sua participação em uma pesquisa semelhante²⁰⁷ realizada pela SDSEM a partir de dados fornecidos pelo Laboratório de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação da USP. A partir de 76 questionários respondidos pelos diretores das escolas públicas paulistanas, a respeito da constituição familiar das crianças matriculadas em cada unidade, o estudo procura mapear²⁰⁸ a distribuição das diferentes nacionalidades no município de São Paulo e distinguir as áreas com grande concentração de indivíduos da mesma origem das chamadas colônias estrangeiras, entendidas como sinônimo de inadaptação cultural.

Como notou Raffaini (2001), apesar de seu caráter ensaístico a pesquisa reúne dados suficientes para demonstrar a elevada concentração de imigrantes²⁰⁹ na população local e, com isso, respaldar uma agenda educacional pautada na aculturação dos filhos de pais estrangeiros, percebida como forma de prevenir os distúrbios sociais atribuídos à dificuldade de integração ao ambiente nacional.

Para as escolas o fato significa que a tarefa presente é de ensinar e guiar os alunos, filhos de pais estrangeiros, de modo a tornarem-se

²⁰⁵ Para uma descrição completa dos trabalhos publicados por Lowrie no Brasil, ver Cerqueira (2010).

²⁰⁶ Cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.54.

²⁰⁷ ENSAIO de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de S. Paulo. 1936. *Revista do Arquivo Municipal*, v.25.

²⁰⁸ Os oito mapas que acompanham o artigo representam a distribuição dos percentuais de pais brasileiros ou estrangeiros, de pais italianos, portugueses, espanhóis, sírios, além dos percentuais de crianças que em casa falam Português ou outra língua, que falam Italiano e das que falam Espanhol.

²⁰⁹ Os resultados mostram que 41% das crianças descendiam de pai e mãe estrangeiros, 19% tinham apenas um progenitor estrangeiro e 37% descenda de pai e mãe brasileiros (cf. ENSAIO. 1936. p.203).

cidadãos brasileiros, úteis e leais. Significa também que tal tarefa se torna ainda mais difícil, dado o fato de uma porcentagem considerável de crianças viver em meios estrangeiros ou semiestrangeiros, desfavoráveis à cidadania eficiente. Quer dizer ainda isto que um número muito grande de crianças se acha em conflito sério com os seus lares e vizinhança, conflito que se estabelece entre a cultura de pais e companheiros, parcialmente assimilados ou não assimilados, e a cultura da escola e da comunidade em geral. São exatamente condições desta ordem que levam a conflitos psicológicos, ao desenvolvimento de hábitos antissociais, ao ajustamento social inadequado, a baixos padrões morais e ao crime.²¹⁰

Os exemplos mencionados não deixam dúvidas quanto à intenção disciplinadora das políticas concebidas pela Prefeitura a partir das pesquisas realizadas no DC.²¹¹ Como observa Cerqueira (2010), esta tentativa de interpretar a cidade como fenômeno social não distinguia as causas dos problemas sociais identificados nem propunha transformações mais profundas. Seu objetivo consistia em integrar os indivíduos considerados disfuncionais e, no caso dos estrangeiros, em assimilar os grupos não adaptados à sociedade nacional.²¹²

O ímpeto modernizador expresso pela gestão de Fábio Prado se inscreve em um quadro mais amplo de renovação dos mecanismos de controle da coletividade pela utilização de poderes positivos, que procuram suscitar a adesão dos indivíduos antes de apelar ao monopólio do uso da força pelo Estado. De modo geral, as formas de cooptação engendradas neste contexto procuravam viabilizar o avanço do capitalismo industrial (em seu momento de expansão planetária) e, ao mesmo tempo, prevenir o recurso radical à alternativa socialista.

Entre os fatores que viabilizaram o desenvolvimento das ciências sociais em São Paulo – com amplo apoio das elites políticas e econômicas – está, sem dúvidas, a demanda governamental pela compreensão da estrutura social e a previsão de cenários adversos, permitindo ao poder público intervir da maneira mais eficaz possível no funcionamento da cidade. Desta perspectiva, o Departamento desempenharia um papel fundamental na sofisticação das estratégias de cooptação das massas e na revisão, mesmo que a partir da experiência paulista, das concepções a respeito da realidade nacional – como evidencia seu projeto original, orientado para a criação do Instituto Brasileiro de Cultura.

²¹⁰ ENSAIO. 1936. *Op. cit.*, p.234.

²¹¹ A esse respeito ver *Mário contra Macunaíma*, de Carlos Sandroni, e *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil*, de Patrícia Tavares Raffaini.

²¹² Cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.75.

O protagonismo assumido pelo DC no âmbito da rede de cooperação interinstitucional mobilizada em São Paulo a partir de 1932 e a sua crescente importância na vida dos habitantes da cidade levariam Paulo Duarte a referi-lo, anos depois, como a “cabeça da cultura municipal”.²¹³

²¹³ DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.119.

CAPÍTULO 2

2.1 Ciências sociais dentro e fora da sala de aula

2.1.1 A institucionalização da Sociologia em São Paulo

A fundação da USP ocorre como resultado mais aparente de um histórico de mobilização dos setores mais instruídos da sociedade paulista, insatisfeitos com os rumos da política partidária e interessados em estabilizar a participação da intelectualidade na administração pública. Neste processo, a aproximação entre grupos de interesse considerados inconciliáveis antes de 1932, em sua luta contra a subordinação do estado de São Paulo ao Governo Federal, seria decisiva para acentuar a ideologia regionalista subjacente ao projeto de ensino superior idealizado pelo grupo do *Estado* e para suscitar a colaboração de políticos, intelectuais, cientistas e técnicos na ampla rede de cooperação interinstitucional constituída a partir da ascensão ao executivo estadual dos antigos grupos de oposição da elite local.

No ato de sua criação, a USP reuniu as instituições públicas de ensino superior existentes em São Paulo – Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Escola Livre de Farmácia, Escola Superior de Agricultura e Escola de Medicina Veterinária – sob o controle da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), unidade projetada para centralizar as disciplinas básicas de diversos cursos.²¹⁴ O plano era que ao ingressar na Universidade os estudantes fossem introduzidos a conhecimentos básicos das ciências humanas e a seguir se encaminhassem às suas respectivas áreas profissionais.²¹⁵

A proposta de inserir rudimentos das humanidades na formação dos cursos de ciência e tecnologia se explica pelo diagnóstico da “insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país”²¹⁶ e pela convicção de que a persistência dos problemas nacionais se deve a uma degradação progressiva do sistema político desde o início da República. Seu caráter elitista se evidencia na urgência de formar uma classe dirigente esclarecida de envergadura nacional capaz de reestabelecer, pela superioridade intelectual, a hegemonia paulista no âmbito da federação.

²¹⁴ A tentativa de unificar as disciplinas dos cursos profissionais na recém-criada FFCL suscitou uma acirrada controvérsia entre os idealizadores do projeto universitário e os docentes da Escola Politécnica. O conflito se agravaria em agosto de 1937, quando o diretor da Politécnica sancionou uma decisão do Conselho Universitário que determinava a transferência integral de diversas cátedras da Escola para a FFCL, mas a Congregação da unidade se recusou a acatar esta decisão (cf. CELESTE FILHO: 2009, p.193).

²¹⁵ Cf. BRITO, Talamira e CUNHA, Ana Maria. 2009. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. *Revista Educar*, n.12, p.53.

²¹⁶ MESQUITA FILHO, J. 1925. *Op. cit.*, p.2.

No discurso que fez como paraninfo da primeira turma formada pela FFCL, Mesquita Filho aponta as relações existentes entre a mobilização para a criação da USP e o contexto político mais imediato.

Sabíamos por experiência própria a que terríveis aventuras nos tinham arrastado, de um lado, a ignorância e a incapacidade dos homens que até 30 haviam discricionariamente disposto dos destinos tanto do nosso estado como da nação e, de outro, a fatuidade vazia dos escamoteadores da revolução de outubro. Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura.²¹⁷

Ao vincular a singularidade do projeto universitário a uma dificuldade de alinhamento tanto às oligarquias quanto à coalizão que assumiu o poder em 1930, Mesquita Filho mostra a natureza do seu interesse pelo desenvolvimento do sistema de ensino. A educação aparece em seu discurso como instrumento capaz de transformar a política à medida que possibilita “moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação”.²¹⁸

Neste sentido, como aponta Simon Schwartzman, a escolha do modelo de ensino superior a ser implantado com a Universidade baseava-se mais em aspectos políticos e institucionais que em características específicas da produção científica.²¹⁹ Reunidos no exílio após o sufocamento da insurreição de 1932, Mesquita Filho e Paulo Duarte deram início à redação do projeto para a criação da USP.

Nós elegemos – aí já fizemos de comum acordo – dois paradigmas, digamos assim, para a Universidade. Em primeiro lugar, tanto a formação do Julinho quanto a minha são formações francesas. Mas nós não quisemos nos restringir à nossa formação francesa. Escolhemos a Sorbonne, evidentemente, para estudar uma universidade cientificamente estruturada. E escolhemos, também, a universidade inglesa, através da de Cambridge. Mandamos buscar tudo quanto fosse informação dessas universidades. Mas [...] a nossa organização, pode-se dizer que em 80% seguiu o modelo francês.²²⁰

Não obstante, o privilégio da Sorbonne como modelo institucional não deve ser entendido como simples consequência da formação francesa de boa parte da intelectualidade paulista. Desde o início da década de 1920, o psicólogo francês

²¹⁷ *Idem*. 1937. Oração de paraninfo. *Revista do Arquivo Municipal*, v.32, p.115-116.

²¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. 2000. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EdUSP, p.69.

²¹⁹ Cf. SCHWARTZMAN, Simon. 1979. *Op. cit.*, p.198.

²²⁰ DUARTE *apud ibidem*, p.197.

Georges Dumas realizava em São Paulo uma campanha sistemática de divulgação tanto da produção intelectual quanto do modelo de ensino superior desenvolvido em seu país. Sua atuação no Brasil, iniciada em 1907, se tornaria um dos principais segmentos da política exterior francesa na América Latina.

Promovida como estratégia colonialista desde a criação da Aliança Francesa em 1883, a manutenção de iniciativas educacionais em território estrangeiro se tornaria uma verdadeira política cultural a partir da I Guerra. Sob a direção do *Ministère des Affaires Étrangères*, o orçamento destinado ao setor cresceria vertiginosamente e suas atividades assumiriam a forma de ação coordenada, contando com verbas regulares. Sobretudo após a ascensão do Partido Nacional Socialista na Alemanha, o aproveitamento de professores, comerciantes e industriais franceses presentes em países não inimigos aparecerá como uma das pautas principais da *Assemblée Nationale*.²²¹

Como esclarece o historiador Hugo Rogélio Suppo, a prioridade conferida então à francofilia – ideologia forjada pela propaganda cultural francesa – se explica pela constatação de que “as gerações que haviam sido permeadas pela cultura francesa nos liceus, faculdades ou livros franceses eram solidárias à França em qualquer situação”.²²² Essa política cultural diferenciava-se da influência norte-americana, sua concorrente, por não penetrar na opinião pública via cultura de massa nem procurar adaptar-se às tendências do mercado.²²³

Com base nessa orientação aristocrática, os franceses adotavam como principal estratégia de ação em suas zonas de influência a formação intelectual de elites locais. A contrapartida esperada residia tanto no consumo dos artigos de luxo e da produção cultural em francês quanto na colaboração direta de indivíduos dessas elites enquanto protagonistas da classe dirigente local. Como registra a correspondência trocada pelos agentes em missão no Brasil naquele período, o sigilo e a aparência não-governamental de suas iniciativas eram considerados imprescindíveis para alcançar esse resultado²²⁴ – o que se evidencia pelo fato de Dumas empreender suas ações a partir de órgãos da administração acadêmica a serviço do governo francês e não por meio de missões diplomáticas do Ministério.

²²¹ Cf. SUPPO, Hugo Rogelio. 2000. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. *Revista de História*, n.142-143, p.312-314.

²²² *Ibidem*, p.338

²²³ *Ibidem*, p.339.

²²⁴ *Ibidem*, p.317.

A herança latina comum e a presunção de uma autoridade fundada na grandeza e na longevidade da nação francesa aparecem nos discursos dos articuladores dessa política como justificava do seu empenho pelo Brasil. A exemplo disto, num relatório escrito em 22 de novembro de 1917 Georges Dumas argumenta que

servindo nossos próprios interesses pelo desenvolvimento da instrução francesa, nós servimos também os interesses do Brasil; este país se assemelha muito ao nosso e, longe de perder sua personalidade na nossa cultura, ele nela a encontrará.²²⁵

Como organizador da propaganda cultural francesa na América Latina, Dumas fazia a interlocução entre o contexto universitário francês e a diplomacia oficial por intermédio do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*, selecionando jovens professores para atuar nas instituições que ajudou a criar. Entre 1920 e 1938, ele protagonizou 17 missões na América Latina e promoveu a partir delas iniciativas diversas, como o *Instituto de la Universidad de Paris*, em Buenos Aires, o *Institut de Haute Culture*, no Rio de Janeiro, a *Société des Lycées franco-brésiliens – Liceu de São Paulo*, o *Liceu de Montevideo*, além de cadeiras francesas em algumas universidades latino-americanas – em Santiago, Cidade do México, Lima, São Paulo e Rio de Janeiro.²²⁶

Durante suas visitas a São Paulo na década de 1920, a Escola Normal da Praça da República promovia séries de palestras para os professores da instituição. De acordo com o educador Manoel Lourenço Filho, nestas ocasiões Dumas “lamentava que o Brasil não possuísse organização universitária. E pregava, ou aconselhava, a fundação da faculdade de filosofia, ciências e letras, como núcleo animador do espírito universitário”.²²⁷ O mesmo seria reiterado em 1926 pelo professor de Sociologia da Sorbonne, Paul Fauconnet, na conferência que realizou a convite de Georges Dumas na Faculdade de Direito,²²⁸ ao observar que

há em São Paulo uma magnífica Faculdade de Medicina, uma notável Faculdade de Direito e uma Escola Politécnica de renome universal. Não vi, entretanto, ensino superior de filosofia, de literatura ou de

²²⁵ DUMAS *apud ibidem*, p.324.

²²⁶ *Cf. ibidem*, p.320, nota 18.

²²⁷ LOURENÇO FILHO *apud* LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.146.

²²⁸ Antonio Candido refere-se a essa conferência como um marco no processo de institucionalização da Sociologia em São Paulo, por não haver até então entre os intelectuais interessados expectativas muito claras a respeito da contribuição da disciplina para o contexto local (*cf.* CANDIDO, A. 1958. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. *In:* DUARTE, Paulo (Org.). *Ensaio Paulistas: contribuição de O Estado de S. Paulo às comemorações do IV Centenário da cidade*. São Paulo: Anhambi, p.513).

línguas” e concluía que “será preciso cuidar de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, ou órgão semelhante.²²⁹

Há ainda outros indícios significativos da influência de Dumas no processo de criação da USP, como a sua proximidade com o grupo do *Estado*²³⁰ e a relação estabelecida entre os formuladores do projeto universitário e seus mentores franceses, evidenciada em uma carta de Dumas publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 29 de dezembro 1927.

Durante minha recente e brevíssima passagem por São Paulo, disseram-me alguns amigos que se cogita fundar aí uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Ciências e pediram-me que aqui expusesse, em algumas linhas, o papel que desempenham em meu país as instituições deste gênero.²³¹

Mas a influência francesa na origem da Universidade não se limitaria à sua conformação institucional ou ao modelo de ensino praticado na FFCL; ela chegaria a condicionar os critérios para a escolha de docentes no campo das humanidades – o que foi justificado por Mesquita Filho como forma de assegurar o caráter liberal do ensino superior e “evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos de adeptos do credo italiano, sobretudo aquelas que mais aptas se mostravam a influir na formação moral da nossa juventude”.²³²

No primeiro grupo da Missão Universitária Francesa, vieram Paul Arbousse-Bastide (Sociologia), Émile Coornaert (História da Civilização), Pierre Deffontaines (Geografia Física e Humana) e Étienne Borne (Filosofia), Robert Garric (Língua e Literatura Francesa) e Michel Berveiller (Língua e Literatura Grega e Latina) – alguns deles presentes à primeira visita oficial do grupo à redação de *O Estado de São Paulo*, registrada nas páginas do jornal (ver o Anexo 5). Na segunda leva, estavam Claude Lévi-Strauss (Sociologia), Fernand Braudel (História da Civilização), Pierre Monbeig (Geografia Física e Humana), Jean Mangué (Filosofia) e Pierre Hourcade (Língua e Literatura Francesa).

Ao apresentar o programa pedagógico que elaborou para o curso de Sociologia, Paul Arbousse-Bastide reconhecia tratar-se de uma “empresa delicada em uma época

²²⁹ FAUCONNET *apud* LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.147.

²³⁰ “Julinho (de Mesquita Filho) ficou conhecendo o George Dumas e tornou-se amigo dele. E ele voltou muitas vezes aqui ao Brasil. Quando ele vinha ao Brasil, ia para o *Estado*. Imediatamente, ele ia para lá (DUARTE *apud* SCHWARTZMAN, S. 1979. *Op. cit.*, p.198).

²³¹ DUMAS *apud* LIMONGI, F. 1989. *Op. cit.*, p.147, nota 55.

²³² MESQUITA FILHO *apud* SCHWARTZMAN, S. 1979. *Op. cit.*, p.199.

em que se discute a respeito de seu próprio objetivo”²³³ e propunha uma grade de disciplinas inspirada na divisão estabelecida em 1925 por Marcel Mauss nas seções de *L'Année Sociologique*. Sob a rubrica “Sociologia Geral”, o primeiro ano do curso apresentava como tópicos introdutórios Filosofia Social, Metodologia Social, Morfologia Social e História da Sociologia; o segundo ano reunia Sociologia mental e intermental, Ciência dos costumes e as Sociologias Econômica, Jurídica e Criminal; o terceiro e último ano era dedicado a disciplinas mais específicas como Sociologia Aplicada, Noções de Etnologia, Sociologia Religiosa, Sociologia Política e Sociologia Doméstica, entre outras.

Apesar da previsão no regulamento da FFCL de “cursos auxiliares” relacionados às especialidades de cada professor,²³⁴ as atividades de coleta de dados realizadas junto aos alunos até o final da década de 1930 foram bastante limitadas.²³⁵ O enraizamento da Sociologia na tradição filosófica (característica marcante da constituição do campo das ciências sociais na França) seria determinante para o caráter eminentemente teórico do seu ensino na FFCL. Contribuíam ainda neste sentido as expectativas locais em torno da utilidade da Sociologia para solucionar questões sobre a nacionalidade levantadas pelo pensamento social brasileiro da época – expectativas baseadas, sobretudo, no papel atribuído a esta disciplina na obra de Comte.²³⁶

De fato, para os idealizadores do projeto universitário, a FFCL deveria ser

como o molde indispensável, onde se fundiriam os futuros modeladores da juventude nacional. Nela se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse em vista [...] alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traz lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe. Esperavam seus fundadores que desse foco ardente de ambição desinteressada se irradiasse para todo o país uma concepção nova das coisas e que, combatendo sem desfalecimentos a velha e desagregadora ideia do saber pelo saber, implantasse na consciência das gerações de amanhã o sentimento do sacrifício pelo bem da comunidade.²³⁷

²³³ ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. 2009. Condições e organização do ensino de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1934-1935 (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, p.158.

²³⁴ *Ibidem*, p.164.

²³⁵ Ao que tudo indica, as únicas atividades didáticas desta natureza no curso de ciências sociais foram os exercícios práticos aplicados nas aulas de Claude Lévi-Strauss e de Roger Bastide, seu sucessor na segunda cadeira de Sociologia da FFCL.

²³⁶ *Ibidem*, p.158.

²³⁷ MESQUITA FILHO, J. 1937. *Op. cit.*, p.116.

A defesa do “conhecimento desinteressado”, entendido como saber a serviço da sociedade, em oposição ao “saber pelo saber”, associado à erudição inútil motivada pela vaidade individual, legitimava-se tanto pelo caráter universal e apolítico atribuído à racionalidade científica diante dos interesses em jogo na arena política quanto pela convicção da elite intelectual na sua capacidade de se colocar acima dos interesses de classe. Neste sentido, as palavras de Mesquita Filho expressam a percepção dos fundadores da Universidade quanto ao significado político da constituição de uma comunidade científica bem estruturada. A superação das vicissitudes do ensino superior brasileiro – marcado tanto pelo isolamento e a debilidade da comunidade acadêmica quanto pela simplificação do conhecimento acumulado em esquemas obsoletos em comparação à produção científica estrangeira²³⁸ – aparece em seu discurso com uma importância equivalente à da instituição do voto secreto para impedir a monopolização do poder pelas oligarquias.

Devido ao seu protagonismo tanto na adequação do ensino superior aos critérios e consensos estabelecidos no contexto internacional quanto na consolidação da pesquisa científica no contexto acadêmico brasileiro, a FFCL se tornaria, de fato, um exemplo de comunidade intelectual capaz de se impor a outros setores da sociedade na defesa da autonomização do campo científico. Mas o debate historiográfico a respeito demonstra que o êxito alcançado pela Universidade não pode ser entendido como consequência do projeto concebido por seus idealizadores.

No primeiro ano de funcionamento da FFCL, atraídos pela obstinada campanha do jornal *O Estado de São Paulo*, representantes da elite paulista²³⁹ marcavam presença, sobretudo, nas aulas dos professores franceses.²⁴⁰ A esse respeito, não é demais lembrar que a língua e as referências culturais francesas compartilhadas eram aspectos

²³⁸ O depoimento do físico Marcelo Damy, integrante da primeira geração de engenheiros formados na USP, apresenta alguns dos aspectos mais pragmáticos desta transformação: “Eram professores que não eram pesquisadores, tinham outras profissões e, durante certo número de horas por dia, dedicavam-se ao ensino. Ensinavam aquilo de que gostavam. Naturalmente, na sua maioria, eram professores que tinham grandes deficiências de formação. A escola tinha um regime de *inbreeding*, quer dizer, o engenheiro formava o engenheiro, e o engenheiro ia formar outro, e assim por diante, lecionando sempre as matérias básicas. Por isso, nós achávamos, por exemplo, que ciências como matemática, química, física, etc, representavam algo que já estava completamente resolvido, cristalizado e morto. Física, para nós, era aquilo que se encontrava em certos livros de física; a química e a matemática, idem” (DAMY *apud* SCHWARTZMAN, S. 1979. *Op. cit.*, p.224-225).

²³⁹ Fernand Braudel, que assumiu a cátedra de História da Civilização, relata que “Minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal *O Estado de São Paulo*, e diversos grã-finos que deixavam carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado, um homem de enorme *finesse* e que possuía uma fantástica coleção de pinturas. Muitos vinham só para se distrair (BRAUDEL *apud* LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.158).

²⁴⁰ Cf. LIMONGI, F. 1989b. *Op. cit.*, p.159.

fundamentais na interação entre docentes e estudantes nos cursos de ciências humanas da Universidade. Como explica Fernanda Peixoto Massi,

Os professores que vieram inaugurar a USP não destoam da vida cultural local ao darem suas aulas em francês, por exemplo. Para os alunos das primeiras turmas da USP (ou pelo menos, para boa parte deles), a língua e a cultura francesa fazem parte do cenário cotidiano.²⁴¹

Mas o público mobilizado de início pelo ineditismo da iniciativa não demonstrou interesse duradouro pela proposta dos fundadores, conduzindo a instituição a uma grave crise de legitimidade. De acordo com o levantamento realizado por Fernando Limongi, do total de 182 matriculados no primeiro ano apenas 37 alunos (cerca de 20%) permaneceram. Este fato sugere que naquele momento a FFCL não era percebida pelos potenciais alunos como uma alternativa para o aprimoramento profissional e que mesmo a elite paulista não se dispunha a contribuir para a consolidação da iniciativa – o que expunha as fragilidades do projeto original.²⁴²

Fernando de Azevedo, principal artífice da solução implementada pela direção da Faculdade, relembra o episódio.

Abertas as inscrições para os cursos na Faculdade de Filosofia, verificou-se, com decepção para muitos, ser insignificante o número de candidatos, inferior ao de professores já contratados e por contratar no estrangeiro. Alarma-se, não sem razão, Júlio de Mesquita Filho com a indiferença com que parecia ser acolhida a grande iniciativa. Pede-me sugestões e, em resposta, solicitei a necessária liberdade de ação para resolver o problema do momento. Era o mês de fevereiro em que começavam a realizar-se no Instituto de Educação, de que era diretor, as provas de admissão dos candidatos inscritos. Percorrendo, uma por uma, as salas em que se encontravam, em exames, professores normalistas, inscritos para cursos de aperfeiçoamento e especialização, falei-lhes da Faculdade de Filosofia, do seu papel no sistema universitário, da variedade de seus cursos e das perspectivas que abriam para novos estudos, em diversos domínios de conhecimentos. Que estavam em tempo de escolher entre os cursos do Instituto, a que afluíram candidatos, e os da Faculdade, a que se apresentaram em número extremamente reduzido. O resultado não se fez esperar. Reabertas, segundo minha proposta, as inscrições na Faculdade de Filosofia e prestados os exames exigidos por lei, foram matriculados condicionalmente numerosos normalistas que, acudindo a meu apelo, rumaram para a Faculdade, onde deveriam fazer os cursos a que os atraíam as suas aptidões e preferências. Salvou-se, com essa medida, a Faculdade em perigo: a situação dos alunos mais

²⁴¹ PEIXOTO MASSI, Fernanda. 1989. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, p.416.

²⁴² Cf. LIMONGI, F. 1989b *Op. cit.*, p.158-159.

tarde regularizou-se, aprovadas as matrículas, e dentre os normalistas que então se inscreveram muitos puderam ser considerados dos melhores estudantes que já teve a Faculdade de Filosofia, desde sua fundação.²⁴³

A proposta de Fernando de Azevedo elevou o número de alunos matriculados para 255, dos quais 85% entravam no primeiro ano do curso. Esses ingressantes eram professores primários que haviam sido dispensados de suas atividades profissionais sem prejuízo dos vencimentos para estudar na FFCL. O êxito imediato dessa medida e a sua manutenção inevitável nos anos seguintes modificaria inteiramente o perfil dos estudantes, mudança que se refletiu, embora de maneiras diferentes, nos relatórios de Pierre Monbeig, Fernand Braudel e Paul Arbousse-Bastide, publicados no *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1934-1935*. Todos eles apontam como problemas a serem enfrentados a escassa cultura geral de boa parte dos alunos e as deficiências da formação secundária no país entre outros obstáculos ao cumprimento integral dos programas previstos para cada ano. Pierre Monbeig, o mais agudo dos três, indica o desafio a ser enfrentado naquele momento pela FFCL.

De um lado, uma minoria desejosa sobretudo de completar a sua cultura geral, tendo o gosto das ideias e das discussões; de outro lado, um grupo de jovens, animado de grande ardor para o trabalho, conhecendo perfeitamente as suas possibilidades, mas sabendo também que, antes de mais nada, são professores e que é por esta razão que foram enviados à Faculdade. Os desejos e as aspirações de uns e de outros são diferentes, e esta situação formula o problema da Faculdade.

Essa situação se reflete na finalidade mesma da Faculdade. Destina-se ela verdadeiramente a fornecer professores ao ensino secundário? Os estudantes, interrogados pessoalmente, testemunham essa dúvida. Torna-se necessário dar aos estudos da Faculdade uma finalidade prática: no dia em que os estudantes tiverem a certeza de encontrar uma situação garantida e estável, como conclusão dos seus anos de trabalho, tornar-se-ão mais numerosos e será então possível e indispensável fazer-se uma seleção estrita entre eles. Mas, até lá, que valor e que importância dar a um título que não consubstancia senão vaidades mundanas?²⁴⁴

Inteiramente diversa era a situação do Curso de Sociologia e Política da ELSP, cuja orientação eminentemente prática fora garantida pela participação de Roberto

²⁴³ AZEVEDO, Fernando de. 1958. A Universidade de S. Paulo. In: DUARTE, Paulo (Org). Ensaio Paulistas: contribuição de O Estado de S. Paulo às comemorações do IV Centenário da cidade. São Paulo: Anhambi, p.222.

²⁴⁴ MONBEIG, Pierre. 2009. "Orientação didática". In: Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1934-1935 (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, p.114.

Simonsen – que era presidente do Conselho Superior da instituição – no grupo que elaborou o primeiro projeto pedagógico. Simonsen defendia a racionalização como forma de otimizar o processo produtivo e, com isso, elevar a média salarial dos operários sem colocar em risco os lucros do setor industrial. Em um relatório aos diretores e acionistas da Companhia Construtora de Santos, referente aos anos de 1918 e 1919, ele sustentava que

A indústria moderna tem evoluído, como tudo. Os industriais tem hoje de abandonar os moldes antigos para considerar como uma força nova, existente realmente, o descontentamento operário; e proporcionar com desassombro, a justa remuneração do trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão desse problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas.²⁴⁵

O engajamento de Simonsen na difusão dessa proposta reflete a percepção dos setores mais progressistas da classe industrial paulista acerca do reconhecimento de direitos sociais básicos enquanto solução menos inconveniente em um período de acirramento dos conflitos sociais, de crescente organização política da classe trabalhadora e de aproximação de suas lutas com orientações ideológicas que ameaçavam a manutenção do próprio sistema capitalista.

Neste contexto, a insuficiência das velhas disciplinas acadêmicas, referidas por Simonsen como alheias à necessidade científica de descrição minuciosa e ao compromisso com a transformação da realidade nacional, tornava-se objeto de preocupação. Em conformidade com o ideário idortiano, Simonsen apostava na difusão dos preceitos da Economia Política como instrumento para criar uma “consciência nacional [...] pelo esforço da inteligência”.²⁴⁶ No discurso que proferiu aos formandos da Escola Politécnica em 1920, Simonsen se aproxima do compromisso reformista comum entre intelectuais cientistas da época, encarnado tanto no Movimento Sanitarista quanto no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Divulgados esses conhecimentos, verificaremos então que os caipiras, os jagunços e os cangaceiros não são a prova da inferioridade de nossa raça: são “corpos de prova”, vivos, em que os que sabem estudar, vão aprender as hostilidades cósmicas e os meios para combatê-las! Heróis inconscientes oferecidos em holocausto à ciência, até termos evoluído a ponto de fazermos acompanhar, os que se embrenham em nossos sertões, pelos conhecimentos precisos para aproveitar as nossas

²⁴⁵ SIMONSEN *apud* DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.12.

²⁴⁶ DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.13.

riquezas e para combater os malefícios, que são muitas vezes apenas reações da natureza contra os que a desbravam sem ciência e inconscientemente destroem a sua produtividade.²⁴⁷

Apesar de seu interesse pelo avanço das ciências, o que concebia como uma evolução cumulativa, Roberto Simonsen não era um pesquisador em nenhuma das áreas a que se referia – sua maior contribuição como intelectual encontra-se no campo da História Econômica; mas tanto sua lucidez quanto seu prestígio social o converteriam em liderança política da classe industrial em São Paulo. Del Vecchio e Dieguez (2009) observam que “Simonsen não declara afiliação a qualquer escola nem perfilha com as ideias de qualquer autor. Sua exposição é a de um cultor da ciência, em especial, da Sociologia”.²⁴⁸ A este respeito, cabe observar que tanto a perspectiva reformista de Simonsen quanto suas reservas em relação ao academicismo (em particular, o pensamento social de inspiração positivista) o aproximam dos adeptos da Economia Social, campo de estudos desenvolvido na França, à margem da universidade, pelos discípulos de Frédéric Le Play²⁴⁹ – a quem Simonsen se refere no discurso que proferiu durante a inauguração da ELSP. A relevância da obra de Le Play para as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da Escola se deve ao pioneirismo de seu “método monográfico”, que serviu de base para

um estudo meticuloso sobre os trabalhadores europeus, inventariando e monografando para mais de trezentas famílias proletárias, observadas nas indústrias mais características em várias localidades da Europa. Foram os seus trabalhos que libertaram a Sociologia do ponto de vista puramente dialético e acadêmico, trazendo-a, ao lado da biologia, para um lugar determinado na hierarquia das ciências.²⁵⁰

²⁴⁷ *Ibidem.*

²⁴⁸ *Ibidem*, p.15.

²⁴⁹ Frédéric Le Play (1806-1882) foi um engenheiro de minas francês que, após percorrer regiões habitadas por famílias operárias, desenvolveu um método de observação direta e registro sistemático para descrever as formas de subsistência da população. Sua principal obra, *Os trabalhadores europeus*, publicada em seis volumes, apresenta uma exposição detalhada desse método com dados coletados dentro e fora do país, cobrindo quase todas as regiões do continente europeu. O livro foi premiado pela Academia Francesa de Ciências e o autor tornou-se conselheiro do imperador Napoleão III, criando em 1856 a *Société d'Économie Sociale*. Com a emergência da Terceira República, Le Play abandonou as expectativas de regulação da sociedade pelo Estado, orientando seu trabalho para o estudo da vida privada e a construção de uma “pedagogia da reforma”, cujos resultados insatisfatórios o fizeram retomar a proposta inicial, fundando em seguida a *École des Voyages* e a revista *La Réforme Sociale*. Seus discípulos dividiram-se em dois grupos: os adeptos da intervenção de caráter regulatório pelo Estado e os de orientação metodológica, que criaram a revista *La Science Sociale*. Ambos seriam desprezados pela Sociologia nascente, devido à incompatibilidade entre seus critérios de cientificidade e aqueles aceitos pela tradição positivista. A tradição leplaysiana foi retomada em outros países europeus e teve um papel decisivo na institucionalização das ciências sociais em universidades norte-americanas (cf. BOTELHO: 2002. Tarcísio Rodrigues. A família na obra de Frédéric Le Play. *Revista Dados*, v.45, n.3).

²⁵⁰ SIMONSEN *apud* DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.15.

A preferência de Simonsen pela objetividade da investigação empírica em detrimento de orientações mais filosóficas e especulativas da Sociologia e pela aplicação dos postulados da Economia Política e da Administração Científica seria determinante, como mostram Del Vecchio e Dieguez (2009), para o caráter da formação oferecida na ELSP em seus primeiros anos de existência. Como esclarece o relatório do primeiro inquérito realizado por docentes da Escola, o regulamento da instituição já previa o treinamento dos alunos através de exercícios práticos deste gênero. Ademais, o tema do padrão de vida dos operários, proposto pelo Conselho Diretor da ELSP,²⁵¹ estava entre as principais preocupações de Roberto Simonsen,²⁵² o que evidencia sua influência sobre a orientação assumida pela ELSP durante a década de 1930.

O Curso de Sociologia e Política durava três anos, tendo cerca de cinco disciplinas por semestre, e articulava um amplo espectro de conhecimentos especializados como Psicotécnica, Fisiologia do Trabalho, Biologia Social, Estatística, Política Financeira e Antropologia Cultural, entre outros, sempre de modo a combinar princípios e aplicações. As disciplinas mais constantes no programa do curso eram a Sociologia Geral (ministrada no primeiro e no segundo semestre), a História Política e Social do Brasil e a Economia Brasileira (ambas ministradas nos dois últimos semestres).

O objetivo de preparar administradores capazes de racionalizar os processos de gestão pública e privada, de coletar e manipular dados empíricos e propor intervenções cientificamente orientadas levaria os dirigentes da ELSP a se interessarem pela Sociologia norte-americana. Nos EUA, desde o final do século XIX, tanto a maior plasticidade das universidades recém-criadas quanto a independência, inclusive administrativa, do ensino superior em relação ao poder central haviam favorecido a rápida institucionalização da Sociologia.

O Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (primeiro caso paradigmático deste processo), que já realizava estudos baseados na observação direta através da coleta de depoimentos, ganharia notoriedade a partir da entrada de Robert Park, em 1914. O interesse de Park pelo estudo do contexto urbano mobilizou o apoio tanto do governo quanto de organizações civis e atraiu o financiamento privado para

²⁵¹ Cf. DAVIS, Horace. 1935. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, v.13, p.115.

²⁵² Cf. DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.11.

projetos de “utilidade pública”, como as pesquisas sobre a inadaptação social, que auxiliaram a formulação de políticas orientadas para a integração dos grupos marginalizados,²⁵³ constituindo para a Sociologia de Chicago uma identidade institucional marcada pelo compromisso com a reforma social.

Simonsen, que era um admirador declarado da experiência norte-americana de aplicação da Sociologia para solucionar os problemas suscitados pela industrialização, contratou Sebastião Sampaio, Cônsul Geral do Brasil em Nova York, para selecionar cientistas sociais da Universidade de Colúmbia,²⁵⁴ cuja produção despontara no período entre guerras, conferindo a Nova York a condição de contraponto à liderança da Sociologia de Chicago.²⁵⁵

Horace Davis e Samuel Lowrie²⁵⁶ foram os primeiros norte-americanos contratados pela instituição e sua principal contribuição para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil foi a introdução de uma modalidade de investigação inédita no país, a Sociologia Aplicada, a partir dos inquéritos promovidos no DC com a colaboração da ELSP.²⁵⁷ Afora as pesquisas da SDSEM referidas no Capítulo 1, o levantamento sobre as condições de vida dos lixeiros da cidade²⁵⁸ – o maior trabalho de campo realizado por Samuel Lowrie como técnico do Departamento – foi objeto de grande interesse para a administração municipal.

²⁵³ Cf. PEIXOTO MASSI, F. 1989. *Op. cit.*, p. 436; SIMÕES, Júlio de Assis. 2009. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, p.37.

²⁵⁴ A bibliografia consultada não esclarece as razões da contratação de sociólogos formados na Universidade de Colúmbia e não – como seria de esperar – na Universidade de Chicago. A única informação sugestiva com que me deparei encontra-se em um texto de Renato Ortiz que, no entanto, trata de outros aspectos do processo de institucionalização das ciências sociais no país. Segundo ele, na década de 1940 “os pensadores da escola de Chicago, hegemônicos até então no campo das ciências sociais, e que se pensavam como intelectuais e sociólogos, são suplantados pela Universidade de Columbia, onde floresce um entendimento profissionalizante das ciências sociais” (ORTIZ, R. 1990. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, jul., p.170).

²⁵⁵ Cf. DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.17-18.

²⁵⁶ Samuel Lowrie lecionava Sociologia Geral e sua tese *Culture Conflict in Texas (1821-1835)* tratava da colonização anglo-americana na região; Horace Davis lecionava Economia Social e era autor de *Labor and Steel*, estudo sobre os metalúrgicos norte-americanos que desenvolveu como tese de doutorado. Ambos os trabalhos já haviam sido publicados pela *Columbia University Press* quando seus autores foram contratados pela ELSP (cf. CERQUEIRA: 2010. *Op. cit.*, p.44; DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.23).

²⁵⁷ Cf. DEL VECCHIO, A. e DIEGUEZ, C. 2009. *Op. cit.*, p.11.

²⁵⁸ O primeiro inquérito realizado no país sobre as condições de vida da classe trabalhadora foi coordenado por Horace Davis e teve seu relatório final publicado em junho de 1935, no volume 13 da RAM. O tema foi retomado por Samuel Lowrie, que modificou aspectos da metodologia utilizada por Davis e organizou uma pesquisa mais minuciosa e abrangente, sobre o padrão de vida das famílias dos lixeiros da capital, publicada em outubro de 1938, no volume 51 da RAM.

Paulo Duarte revela que, no exílio em 1932, Lindolfo Color havia lhe contado suas tentativas junto ao presidente para criar uma legislação trabalhista nacional e que, diante disso, a administração de Fábio Prado adotou uma medida semelhante, antecipando-se à iniciativa federal.²⁵⁹ O inquérito sobre o padrão de vida dos lixeiros serviu de base para a elaboração da Lei 3.663, decretada pela Prefeitura em 10 de novembro de 1937, que aumentava em 20% o salário da categoria e, juntamente com outros estudos, subsidiou a regulamentação do salário mínimo nacional em 1938.²⁶⁰ De acordo com Antonio Candido, a importância dessa pesquisa também se deve ao seu caráter pioneiro quanto à renovação dos temas mobilizados no debate sobre a sociedade brasileira.

Lowrie efetuou uma pesquisa, que considero histórica, sobre as condições de vida dos lixeiros da cidade, a meu ver um sinal da virada temática que seria a característica da nossa geração, deslocando a Sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas. Na Faculdade de Filosofia, a partir de 1940, houve uma espécie de reviravolta empírica fazendo com que fosse privilegiada a pesquisa, e as pesquisas se concentraram nestas classes subalternas, cessando praticamente os estudos sobre as privilegiadas. Assim, passamos a estudar o negro, o índio destribalizado, o trabalhador urbano, o lavrador pobre, o pescador etc.²⁶¹

O impacto produzido no ambiente intelectual paulista da época pelas práticas científicas introduzidas a partir da ELSP e seu significado no contexto do desenvolvimento do pensamento social brasileiro foi expresso com grande lucidez por Sérgio Milliet no depoimento que concedeu a Edgard Cavalheiro em 1944.

Nosso ensino superior exclusivamente formal produzia anualmente centenas de bacharéis inúteis e nenhum elemento de verdadeira cultura. Nosso ensino superior desumanizava o indivíduo, afastava-o da vida e dos problemas da vida e enchia-lhe a cabeça de retórica barata. [...]

Fundamos a Escola de Sociologia e fundamos a Universidade. Mas principalmente a Escola teve importância renovadora. Havíamos compreendido (Tácito de Almeida, Antônio de Alcântara Machado, Couto de Barros, Ciro Berlinck, e outros) que a mentalidade é que se fazia imprescindível mudar, transformar mesmo por completo. Como? Despindo-a de seu formalismo, colocando-a perante a realidade “suja”, tomando-a objetiva.²⁶²

²⁵⁹ Cf. DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.100.

²⁶⁰ Cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.76.

²⁶¹ CANDIDO, Antonio. 2009. Homenagem a Florestan Fernandes. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, p.211-212.

²⁶² MILLIET, Sérgio. 1944. O meu depoimento. In: Testamento de uma geração: 26 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Edgard Cavalheiro. Porto Alegre: Globo, p.241-242.

Suas palavras parecem ainda mais significativas quando confrontadas com o relato a seguir, de Paulo Duarte.

Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer, obtido o cadastro dos lixeiros, visitaram as respectivas famílias e chegaram a acompanhar, durante a noite o serviço desses verdadeiros párias. Era a miséria mais revoltante. Eles passavam fome. Ganhavam uma miséria sem direito a nada. Nesse tempo, na Europa, alguns países haviam adotado a lei de férias. Mas nenhum eco chegara ainda no Brasil.²⁶³

Creio que o panorama traçado até aqui é suficiente para constatarmos tanto a relevância da produção sociológica da ELSP antes mesmo de sua fase mais consagrada – após a chegada de Donald Pierson – quanto a discrepância entre o que era a Seção de Sociologia da FFCL na década de 1930 e o que ela se tornaria na década de 1950, quando é criado o Departamento de Ciências Sociais, reunindo nomes como Florestan Fernandes, Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ao que tudo indica, a “escola sociológica paulista” teve origem na interação entre matrizes sociológicas inteiramente diversas²⁶⁴ – uma mais especulativa, de caráter eminentemente filosófico e humanista, e outra mais utilitária, marcada pela coleta e exploração de dados empíricos como subsídio às suas análises e conclusões.

A necessidade de relativizar o pioneirismo tradicionalmente atribuído à USP neste processo também se deve ao fato de a primeira geração de cientistas sociais brasileiros a substituir os franceses ter se formado na FFCL e complementado sua formação na criação da Divisão de Estudos Pós-Graduados da ELSP, criada em 1941 por iniciativa de Donald Pierson. Este fato nos ajuda a compreender as condições que tornaram possível a “reviravolta empírica” referida por Antonio Candido.

Diante disso, parece forçoso reconhecermos a limitação de análises que utilizam a institucionalização universitária como modelo paradigmático ao interpretar o processo de institucionalização da pesquisa científica no Brasil. Na literatura especializada, o trabalho, hoje clássico, do sociólogo Simon Schwartzman sobre a estruturação da ciência como um campo profissional no país continua a ser o principal representante

²⁶³ DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.99.

²⁶⁴ Angelo Del Vecchio sugere haver pelo menos três “escolas sociológicas paulistas” e que duas delas teriam surgido no âmbito da ELSP: “uma entre 1933 e 1939, inspirada pelos professores Davis e Lowrie de Colúmbia, e outra de maior notoriedade, comandada por Pierson entre 1940 e 1953” (DEL VECCHIO, Angelo. 2009. *In*: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, p.23).

desta perspectiva. *A formação da comunidade científica no Brasil* foi escrito em 1979, publicado a seguir em inglês em versão revista pelo autor em 1991 e reeditado em português no ano de 2001 a partir da versão americana, sob o título *Um Espaço para a Ciência*. Ambas as edições analisam a institucionalização da pesquisa em ciências naturais e procuram acompanhar a formação do campo científico em ciências humanas, com ênfase nas ciências sociais.

Apesar de apontar o fracasso da proposta original²⁶⁵ dos fundadores da FFCL, Schwartzman (2001) conclui que “a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, foi o acontecimento mais importante na história da ciência e da educação no Brasil”,²⁶⁶ à medida que, “mesmo em pequena escala, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo abriu um espaço para a ciência, que foi explorado por um pequeno grupo de visitantes estrangeiros e seus discípulos brasileiros”.²⁶⁷

No caso particular das ciências sociais, isto equivale a dizer que tanto a sua institucionalização no ensino superior quanto a profissionalização das pesquisas e a consequente formação de uma comunidade científica se devem, sobretudo, à criação do curso de graduação em Sociologia na USP em 1934. Com este argumento, Schwartzman (2001) atribui à Seção de Sociologia da FFCL um mérito superior às suas reais possibilidades naquele momento e – o que é pior – deixa à sombra iniciativas fundamentais à época da criação da Universidade, mas que nunca alcançariam a mesma longevidade ou tamanha amplitude. Não pretendo aqui, evidentemente, refutar a relevância para o futuro desenvolvimento das ciências sociais deste que, décadas depois, se tornaria o maior centro de ensino e pesquisa da área em todo o país, mas sou obrigado a discordar da conclusão de Schwartzman ao confrontar sua perspectiva a respeito com os dados fornecidos pelas fontes.

Entre os pressupostos fundamentais para sua análise destacam-se a vinculação entre a crescente “valorização da universidade como local privilegiado não apenas para a

²⁶⁵ Na edição de 2001, Schwartzman incorpora à sua argumentação os resultados de estudos mais recentes, como o trabalho de Limongi (1989b), e reconhece que “Sob muitos aspectos a Universidade de São Paulo foi um projeto frustrado. A esperada integração entre as escolas profissionais não aconteceu; a inscrição na Faculdade de Filosofia foi sempre difícil, e ela continuou sendo uma escola para a formação de professores. A maioria dos seus estudantes eram mulheres, vindos das pequenas cidades do interior do estado ou filhos de imigrantes recentes. Nessas circunstâncias, era impossível fazer com que a nova instituição exercesse o esperado papel de liderança na formação da elite, como queria Júlio de Mesquita. Se havia uma hierarquia de prestígio e reconhecimento entre as diferentes instituições reunidas na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia não estava no primeiro plano” (SCHWARTZMAN, Simon. 2001. *Um Espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, p.177).

²⁶⁶ *Ibidem*, p.164.

²⁶⁷ *Ibidem*, p.178.

formação sistemática de novos pesquisadores como também para a própria prática científica”²⁶⁸ e o surgimento na década de 1930 de universidades dotadas de maior autonomia em relação ao poder central. Ora, se por um lado a USP é criada como instrumento da revanche paulista contra o Governo Federal, por outro não se pode dizer que no caso das ciências sociais a FFCL fosse desde o início um espaço dedicado à produção científica regular. Ao contrário, como relata Roger Bastide,²⁶⁹ no contrato assinado pelos professores franceses havia uma cláusula que os impedia de se dedicar a atividades diferentes da docência, incluindo “pesquisas pessoais”²⁷⁰ – expressão que esclarece a natureza das dificuldades encontradas para se estabelecer uma produção científica regular. Quanto à hipótese do ensino de Sociologia na FFCL orientar-se desde o início para a preparação de pesquisadores, veremos mais adiante as dificuldades enfrentadas por Lévi-Strauss ao insistir neste objetivo.

Reconhecer que no caso brasileiro a universidade se tornaria a longo prazo o espaço mais bem sucedido no processo de institucionalização das ciências não implica concebê-la como parâmetro normativo para se avaliar a produção científica posterior à emergência deste modelo institucional. No âmbito das ciências sociais, este raciocínio indutivo torna-se particularmente problemático à medida que condiciona a validade das reflexões sobre a sociedade brasileira produzidas a partir de meados da década de 1930 à sua inserção no contexto universitário.

No caso de Schwartzman (2001), o privilégio deste padrão institucional torna-se patente tanto pela avaliação a respeito do significado histórico da criação da USP quanto – embora ao avesso – pela única ressalva do autor a esta conclusão: a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que iniciou “um processo de internacionalização semelhante ao de São Paulo”²⁷¹ mas foi sufocada em 1938, no seu terceiro ano de funcionamento, por não se enquadrar ao projeto ideológico e institucional do regime autoritário de Getúlio Vargas.

A abrangência do objeto investigado por Schwartzman ao discutir em conjunto a institucionalização de diferentes disciplinas científicas, como Física, Química,

²⁶⁸ *Idem.* 1979. *Op. cit.*, p.227.

²⁶⁹ Como conta Roger Bastide, na entrevista que concedeu em 1973 a Irene Cardoso, “me impediram de fazer pesquisa; só durante as férias. E até mesmo durante as férias, o contrato estipulava que não se podia sair muito longe de São Paulo. E sempre dando meu endereço. Porque se, durante as férias, a Faculdade precisasse de mim para dar aulas no cursinho da Faculdade, por exemplo, era obrigado a deixar as férias, para voltar a São Paulo” (BASTIDE: 1987, p.191).

²⁷⁰ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. 1987. Entrevista com Roger Bastide (realizada em outubro de 1973). *Revista Discurso*, n.16, p.185.

²⁷¹ *Ibidem*, p.227.

Farmácia, Botânica, Medicina, Geologia, Sociologia, entre outras, o faz assumir como procedimento de análise a identificação de semelhanças entre processos bastante diversos, embora simultâneos, e a generalização de um modelo de institucionalização mais ou menos homogêneo, observável de alguma forma em todos os casos considerados. Ou seja, a imprecisão resulta tanto da opção metodológica quanto da amplitude do escopo.

Mas se, deixando de lado os problemas decorrentes do privilégio concedido ao modelo universitário, explorarmos os critérios utilizados pelo autor na sua análise sociológica da institucionalização das ciências no contexto brasileiro, poderemos alcançar resultados mais interessantes. Schwartzman identifica os fatos e episódios que contribuíram para a formação de uma comunidade científica na primeira metade do século XX a partir da ocorrência simultânea de dois processos – profissionalização e internacionalização. O primeiro assenta na possibilidade de o pesquisador desenvolver uma carreira como profissional da ciência, o que depende da criação de cargos especializados e da destinação de recursos adequados para a sua manutenção;²⁷² o segundo corresponde tanto à introdução no ensino superior de padrões de trabalho sancionados pela comunidade científica internacional quanto à especialização de pesquisadores brasileiros fora do país.²⁷³

Apesar de independentes em princípio, estes processos tendem, com a progressiva estruturação do campo científico, a se conjugar, resultando, respectivamente, na formação de um novo perfil de cientistas que se dedicam em tempo integral às atividades de sua área – contribuindo para acelerar o desenvolvimento simultâneo dos diversos segmentos que compõem qualquer disciplina – e no deslocamento do grupo de referência da comunidade científica local para a internacional. Se no caso das ciências sociais verificamos a conformação inicial deste processo na capital paulista entre as décadas de 1930 e 1940, isto se deve tanto às características da formação oferecida da ELSP, que favorecia a profissionalização dos estudantes ali formados, quanto às pesquisas conduzidas na administração municipal por docentes da instituição – o que corrobora o papel decisivo da rede de cooperação interinstitucional referida no capítulo anterior.

A esse respeito, as informações mais esclarecedoras de que dispomos atualmente se encontram nos relatos de ex-alunos da Faculdade, como Mário Wagner Vieira da Cunha, Antonio Candido e Florestan Fernandes, cujos testemunhos possibilitam uma

²⁷² *Ibidem*, p.215.

²⁷³ *Ibidem*, p.224.

compreensão mais densa da experiência acadêmica e profissional dos estudantes de sua geração. Mário Wagner conta que ao ser nomeado assistente de Sociologia optou por manter, sem prejuízo do título, seu vínculo como professor de Pedagogia em regime de comissionamento,²⁷⁴ cargo cujo piso salarial era superior ao recebido pelos assistentes na Universidade. Antonio Candido, que ingressou no Curso de Ciências Sociais pouco depois e tornou-se assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia da Educação, destaca a orientação filosófica da formação oferecida pela FFCL e as marcas desse padrão de ensino na produção de parte dos intelectuais de sua geração.

nós fomos levados muito para misturar a reflexão filosófica e a reflexão sociológica com a arte, com a vida, com o amor, com a música, com acontecimentos dos jornais. Então, a nossa geração, parte se dirigiu para a profissão sociológica e antropológica e parte se dirigiu para a aplicação da sociologia a outras coisas: à crítica de arte, à literatura, ao teatro, à pintura.²⁷⁵

O caráter especulativo do ensino na FFCL tornava a docência a principal opção para os diplomados em ciências sociais – o que, nesse contexto de institucionalização incipiente, parecia constituir um obstáculo à profissionalização na área, à medida que o número limitado de vagas deixava de fora grande parte dos recém-formados – e criava dificuldades mesmo para aqueles que conseguissem trilhar uma carreira científica regular. Neste particular, o testemunho de Florestan Fernandes, em um artigo de 1957, parece bastante oportuno.

Para falar de minha experiência pessoal: ao terminar meu curso, encontrei-me perplexo pelas dúvidas que me assaltavam sobre as mais variadas questões, sem saber ao certo como caracterizar a Sociologia, seus problemas fundamentais e como abordá-los vantajosamente, tendo em vista as oportunidades de investigação existentes no Brasil. Precisei preparar e levar a cabo um duro plano pessoal de estudos, para encontrar resposta a questões que deveriam estar esclarecidas em minha mente como produto natural da influência dos próprios professores.

²⁷⁴ No seu depoimento ao projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, Mário Wagner conta: “Eu era professor primário. Depois entrei com recurso para ir para a escola normal, e fiquei também na Padre Anchieta, como professor de uma das cadeiras, a de pedagogia. Como professor de pedagogia eu ganhava mais do que como assistente na faculdade. Então eu sempre preferi estar comissionado como professor de pedagogia a ser assistente. Era assistente no título, mas em termos de ordenado eu preferia o outro cargo” (cf. PINHEIRO FILHO, Antônio e MICELI, Sérgio. 2008. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. *Revista Tempo Social*, v.20, n.2, p.277).

²⁷⁵ Entrevista concedida a Mariza Peirano em 24 de novembro de 1978, no projeto “Cientistas Sociais na Comunidade de Países de Língua Portuguesa” do CPDOC/FGV, e disponível no *site* da pesquisadora (http://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/antonio_candido.pdf).

Em outras palavras, a aprendizagem com que contavam os alunos de ciências sociais tinha um alto padrão e assegurava-lhes bases para maiores voos, no caso de se disporem a realizá-los. Não lhes oferecia, porém, apoio seguro na transição inevitável dos papéis de aluno para os papéis de professor ou pesquisador. Essa transição manteve-se, até há pouco tempo, como uma espécie de autodidatismo encastado no ápice de um ensino de magnífica qualidade acadêmica.²⁷⁶

Parece não haver dúvidas de que o processo de institucionalização das ciências sociais em São Paulo decorre da coexistência de modelos diversos com contornos relativamente bem definidos: enquanto a reprodução de padrões acadêmicos franceses imprimiu ao ensino universitário de ciências sociais um caráter especulativo,²⁷⁷ que para a maioria dos recém-formados afastava as possibilidades de profissionalização, o utilitarismo conferido ao Curso de Sociologia e Política sob a direção de Roberto Simonsen contribuía para a inserção dos egressos da Escola em cargos especializados que envolviam a coleta e a análise de dados.

Cabe observar, no entanto, que em ambos os casos o perfil institucional resultante encontra-se na base tanto do vigor quanto das limitações da iniciativa em questão. Dito de outro modo, se por um lado, o caráter privado que garantia a independência da ELSP, favorecendo a profissionalização do modelo de ciência sociais nela representado, por outro, esse perfil institucional a tornaria mais suscetível às circunstâncias econômicas e políticas imediatas; da mesma forma, pelo ideário da “ciência pura” – que, no caso da Sociologia, parece ter limitado o dinamismo interno da instituição – a FFCL garantiria a sua sobrevivência e a incorporação posterior da vocação empírica norte-americana à formação acadêmica regular.

Diante disso, as palavras de Armando de Salles Oliveira em sua conversa com os jovens idealizadores da Escola parecem sintetizar as características que distinguem esses dois modelos de institucionalização:

Armando de Sales disse: “Vocês estão enganados, absolutamente, eu conheço a Escola de Sociologia e Política. É uma coisa excelente, mas precisam se convencer de uma coisa: [...] a Universidade vai ser uma

²⁷⁶ FERNANDES, Florestan. 1980. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, p.89 – o trecho citado encontra-se no artigo *A “crise” das ciências sociais em São Paulo*, publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, em novembro de 1957.

²⁷⁷ Mário Wagner conta que os escolhidos para ser assistentes dos professores franceses eram referidos como os “príncipes herdeiros” e que entre os alunos havia os “mais humildes”, cuja contribuição foi esquecida (PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.263), e os mais elitizados, que “estavam sempre flanando” (*Ibidem*, p.267). Ao término do curso, os primeiros “saíam para o interior para serem professores [nas Escolas Normais] e ficava aquele corpo de assistentes com mais uns quatro ou cinco apêndices, alunos que estavam desgarrados e ficaram por ali” (*Ibidem*, p.293).

escola oficial dentro de um regulamento, de um Ministério, dentro de umas coisas, tudo isso, que a Escola Livre não terá, a Escola Livre vai ser uma coisa mais aberta para o público. A Escola de Sociologia e Política vai receber muita gente já formada, como vocês têm atualmente”. E nos animou muito a continuar.²⁷⁸

A discrepância entre as contribuições de cada uma dessas iniciativas para o desenvolvimento das ciências sociais parece ainda maior ao avaliarmos a vigência, em cada caso, do “processo de internacionalização” referido por Schwartzman. Não há dúvidas de que a contratação de docentes estrangeiros foi decisiva para a introdução de novos padrões de trabalho científico em ambos os casos; no entanto, se a FFCL conseguiu substituir a certa altura os docentes franceses por seus alunos brasileiros, isto também se deve ao aprimoramento da formação oferecida às primeiras gerações na Divisão de Estudos Pós-Graduados da ELSP – onde, além dos cursos com professores visitantes como Robert Redfield e Alfred Radcliff-Brown, havia possibilidades concretas de obter financiamento para estudar fora do país.

É o que nos informa Mário Wagner ao esclarecer que na FFCL não havia a menor expectativa quanto à concessão de bolsas de estudo na França – “de tanto que eles estavam afastados daquela coisa pragmática, muito materialista, de fazer viagens ao exterior”²⁷⁹ – e, com isso, justificar o seu interesse pelas aulas de Donald Pierson, cuja mediação lhe possibilitou realizar o mestrado na Universidade de Chicago.²⁸⁰ Ademais, no caso da Sociologia, não pude encontrar qualquer indício de que entre as décadas de 1930 e 1940 a contribuição da ELSP tenha sido menos significativa que a da FFCL para o deslocamento do grupo de referência da comunidade científica local para a internacional.

²⁷⁸ MORAES, R.B.M. 2009. *Op. cit.*, p.205-206.

²⁷⁹ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.272.

²⁸⁰ “Eu fui lá com o interesse meramente egoísta de conseguir uma viagem para os Estados Unidos. Aguentava então as aulas do Pierson, que tinham certo sentido para nós, porque estávamos à procura da ciência, e achando que a ciência dependia de fatos, e tínhamos que aprender a manipular os fatos. [...] Nisso a Escola de Sociologia se apresentava mesmo para nós como mais pragmática” (*Ibidem*).

2.1.2 Controvérsias científicas e fronteiras disciplinares

A relevância da produção antropológica de Claude Lévi-Strauss e a repercussão de sua obra fora do campo das ciências sociais alimentam um interesse renovado pelas atividades desenvolvidas durante a sua permanência no Brasil, formando o que o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro chamou de “minimito” em torno da pré-história brasileira do mito Levi-Strauss.²⁸¹

Formado em Filosofia na Sorbonne em 1928 e em Direito na Faculdade de Direito de Paris em 1929, antes de ser contratado pela USP Lévi-Strauss era – como quase todos os integrantes da Missão Universitária Francesa – apenas um professor de liceu. O interesse do jovem pela Etnologia,²⁸² disciplina que na França havia se desenvolvido fora da universidade, o levaria a procurar seus antigos professores para comunicar a disposição de lecionar em países distantes.²⁸³

O Brasil surgiu então de maneira abrupta em seu horizonte com um telefonema de Célestin Bouglé, que fora seu professor de Sociologia da *École Normal Supérieure*.

Então apresente sua candidatura para professor de Sociologia da Universidade de São Paulo. Os arredores estão repletos de índios, a quem você dedicará os seus fins de semana. Mas é preciso dar sua resposta definitiva a Georges Dumas antes do meio-dia.²⁸⁴

Selecionados entre professores do ensino público para servir à política cultural francesa no Brasil, Claude Lévi-Strauss e Fernande Dina Dreyfus²⁸⁵ chegaram a São Paulo junto a outros integrantes da Missão Universitária Francesa durante o carnaval de 1935 e se estabeleceram na rua Cincinato Braga, numa casa próxima da esquina com a rua Carlos Sampaio, na região central da cidade. Ao descrever as condições materiais confortáveis em que viviam os franceses contratados pela Universidade, Lévi-Strauss menciona a mudança de hábitos do casal.

²⁸¹ CASTRO, Eduardo Viveiros de. 2011. Desencontros Marcados. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Longe do Brasil*. São Paulo: Unesp, p.10.

²⁸² Nomenclatura difundida pela tradição francesa de estudos sobre a organização social e a cultura dos povos distantes. Com o desenvolvimento da antropologia moderna – sobretudo fora da França – e o estabelecimento de uma comunidade científica internacional, essa rubrica seria assimilada à Antropologia Cultural.

²⁸³ Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. *Jornal O Estado de S. Paulo*, 06/06/1982, p.2.

²⁸⁴ *Idem*. 2001. Saudades de São Paulo. São Paulo: Instituto Moreira Sales/Companhia das Letras, p.45.

²⁸⁵ A mesma personagem é mencionada nas fontes como “Dina Levi-Strauss” e aparece em uma parte da bibliografia como “Dina Dreyfus”. A decisão de referi-la pelo seu nome completo de solteira, em desacordo com os registros da época, será discutida no Capítulo 3.

Após termos vivido em alojamentos muito modestos, nos instalávamos em vastas casas particulares com jardim nas quais nossas esposas seriam servidas por domésticas [...] Não estávamos habituados ao luxo. Um deles era o alfaiate vir tomar nossas medidas e fazer as provas em domicílio. O baixo preço dos produtos alimentares e dos serviços nos dava a impressão de termos escalado vários degraus na escala social.²⁸⁶

Na época com 27 anos, Lévi-Strauss costumava fazer longas caminhadas pelas ruas do Centro, onde um observador bem informado podia desvendar através da arquitetura as sucessivas camadas de ocupação do espaço urbano.

naquele tempo, podia-se flunar em São Paulo. Não como em Paris ou em Londres, diante de lojas de antiguidades. [...] Mas, justamente, não era preciso pedir à cidade outros objetos de contemplação e de reflexão senão ela mesma: imensa desordem em que se misturavam numa confusão aparente igrejas e prédios públicos da época colonial, casebres, edifícios do século XIX e outros, contemporâneos, cuja raça mais vigorosa tomava progressivamente a dianteira.²⁸⁷

Algumas vezes, seguia também em direção às áreas periféricas, onde a persistência de aspectos da vida provinciana revelava as múltiplas realidades humanas existentes na cidade devido à complexidade da dinâmica de interação entre os diferentes padrões de ocupação do espaço, as formas de vida estabelecidas a partir deles e a inserção cada vez maior da capital paulista na economia internacional.

O encanto da cidade, o interesse que ela suscitava vinham primeiro de sua diversidade. Ruas provincianas onde o gado retardava a marcha dos bondes; bairros deteriorados que sucediam sem transição às mais ricas residências; perspectivas imprevistas sobre vastas paisagens urbanas: o relevo acidentado da cidade e as defasagens no tempo, que tornavam perceptíveis os estilos arquitetônicos, cumulavam seus efeitos para criar dia após dia espetáculos novos. Bairros nasciam. Assim, ao norte do cemitério do Araçá, as colinas do Pacaembu mal começavam a se urbanizar e painéis publicitários propunham terrenos à venda.²⁸⁸

A multiplicação das demolições de imóveis antigos para a construção de outras edificações e, sobretudo, o avanço desproporcional do processo de urbanização em diferentes partes da cidade (ver o Anexo 6) causavam perplexidade ao jovem professor

²⁸⁶ LÉVI-STRAUSS, C. 2001. *Op. cit.*, p.8.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.16-17.

²⁸⁸ *Ibidem*, p.69.

que pela primeira vez se deparava com referências socioculturais inteiramente diferentes daquelas que conhecia na Europa.²⁸⁹ Ao formular suas impressões a respeito em *Tristes Trópicos*, cerca de dez anos depois, Lévi-Strauss identificou – pela comparação das cidades brasileiras àquelas que observou em outras regiões do continente americano – padrões que permitem postular a ocorrência de um processo de evolução urbana singular no Novo Mundo.

Para as cidades europeias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Pois não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal. [...] Não são cidades novas contrastando com cidades velhas, mas cidades com ciclo de evolução curtíssimo, comparadas com cidades de ciclo lento. Certas cidades da Europa adoecem suavemente na morte; as do Novo Mundo vivem febrilmente uma doença crônica; eternamente jovens, jamais são saudáveis, porém.²⁹⁰

Este aspecto constitutivo do desenvolvimento das cidades do continente se manifestaria de forma distinta, segundo ele, em regiões sustentadas pela produção agrícola ou metrópoles como São Paulo, onde a diversificação das atividades econômicas fornecia uma base mais sólida que tornava irreversível o processo de urbanização.

Ao percorrer o interior do estado, Lévi-Strauss observava as marcas do deslocamento do eixo agroexportador em direção ao oeste paulista, onde os números sobre o crescimento da população acompanhavam os da expansão da produção cafeeira, e a lenta decadência a que fora condenado o norte do estado, anunciada desde 1854 pelo progressivo abandono das terras, esgotadas pela monocultura do café. Podia-se, segundo ele, identificar ali um “ciclo de utilização do espaço [que] correspondia a uma evolução histórica cuja marca era igualmente passageira”.²⁹¹

Em suas primeiras viagens de exploração à procura de populações indígenas brasileiras,²⁹² Lévi-Strauss esteve no norte do Paraná, região colonizada por uma empresa britânica – a *Parana Plantation*, mais conhecida como Companhia de Terras Norte do Paraná – que havia recebido do governo brasileiro um milhão e meio de hectares de terra em troca da construção da malha ferroviária projetada para escoar a produção agrícola a ser desenvolvida no local. Na época, os ingleses mantinham a

²⁸⁹ Cf. *idem*. 1982. *Op. cit.*, p.3.

²⁹⁰ *Idem*. 1996. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, p.91-92.

²⁹¹ *Ibidem*, p.106.

²⁹² Cf. *idem*. 1982. *Op. cit.*, p.3.

ferrovia sob sua propriedade e revendiam o restante das terras, dividido em lotes, a imigrantes europeus recém-chegados. Com o avanço da linha, uma nova estação era instalada a intervalos regulares de aproximadamente 15 km, em áreas desprovidas de acidentes geográficos, e a partir dela erguia-se uma nova cidade sobre um plano geométrico em que as ruas se cruzavam em ângulos retos.²⁹³ Esse padrão inteiramente diverso do observado na capital paulista (ver o Anexo 8) levaria o jovem filósofo a especular sobre as tendências inconscientes que deviam orientar o desenvolvimento posterior daqueles núcleos embrionários.²⁹⁴

a vida urbana oferece um estranho contraste. Conquanto represente a forma mais complexa e mais requintada da civilização, pela excepcional concentração humana que promove num pequeno espaço e pela duração de seu ciclo, ela precipita em seu crisol atitudes inconscientes, cada uma delas infinitesimal, mas que, em virtude do número de indivíduos que as manifestam por motivo idêntico e de modo idêntico, se tornam capazes de gerar grandes efeitos.²⁹⁵

Como podemos notar, a perspectiva assumida nesses relatos traduz um esforço de compreensão racional do fenômeno urbano em sua dimensão sociocultural. Tratava-se, como explica o autor, de uma interpretação “morfológica” da cidade inspirada em

Durkheim e Mauss em seu estudo de 1901-2 sobre as formas primitivas de classificação. Com eles aprendi a traçar a diferença entre o espaço do geômetra, contínuo, homogêneo em todas as suas partes, e o espaço social no qual, consciente ou inconscientemente, cada grupo humano imprime uma estrutura, no qual distingue regiões e orientações dotadas de qualidades próprias que refletem o sistema de valores do grupo e sua organização. Ora, a cidade é primeiramente um espaço, talvez indiferenciado antes que homens o ocupem; mas a maneira como, ao longo dos séculos ou dos anos, eles escolhem se distribuir nesse espaço, a maneira como as diversas formas de atividade política, social, econômica se inscrevem no terreno, nada disso se faz ao acaso, e é apaixonante investigar se as cidades se diferenciam em tipos e se é possível discernir constantes em sua estrutura e seu desenvolvimento.²⁹⁶

²⁹³ Cf. *idem*. 1996. *Op. cit.*, p.113-114.

²⁹⁴ “Nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início, todas parecidas: traçados geométricos, privados de qualidade própria. Entretanto, umas são centrais, outras, periféricas; algumas são paralelas e outras, perpendiculares à via férrea ou à estrada; assim, as primeiras estão no sentido do tráfego, as segundas o cortam e o interrompem. O comércio e os negócios escolherão as primeiras, necessariamente com grande freguesia; e, por motivo inverso, as residências particulares e certos serviços públicos preferirão as segundas, ou a elas serão relegados. Por sua combinação, essas duas oposições entre, de um lado, central e periférica, e de outro, paralela e perpendicular, determinam quatro modos diferentes de vida urbana que moldarão os futuros habitantes, favorecendo uns e desestimulando outros, gerando sucessos ou fracassos” (*Ibidem*, p.114).

²⁹⁵ *Ibidem*, p.115.

²⁹⁶ *Idem*. 2001. *Op. cit.*, p.13.

Apesar de menos discutido, este aspecto da atividade intelectual de Lévi-Strauss merece maior atenção à medida que possibilita compreender suas pesquisas junto a populações indígenas em um quadro mais amplo de interesses filosóficos,²⁹⁷ além de constituir um esforço pioneiro de compreensão do desenvolvimento urbano local. Sua obsessão pelo tema da cidade também se traduzia nas atividades práticas propostas aos alunos do curso de Sociologia, incentivando a percepção das ruas da capital paulista como espaço privilegiado para a observação dos temas estudados.

[Bastava] ao interessado sair à rua para se aprender todos os métodos e disciplinas de trabalho, no próprio campo, [então] tratei de explorar essa rica realidade como um dos meios de ordenar os conhecimentos de meus alunos. Assim, seus primeiros trabalhos consistiram na elaboração de pequenas monografias sobre a vida das ruas: como elas se transformavam, quem eram seus moradores, de que maneira o comércio se distribuía, além das pesquisas sobre os maravilhosos mercados paulistas.²⁹⁸

A repercussão imediata dos interesses do jovem professor em suas práticas docentes reflete o aspecto positivo, como observou Luiza Valentini, da situação inicialmente precária da Universidade. Ao mesmo tempo em que enfrentava uma crise de legitimidade junto à sua clientela e não dispunha de recursos básicos como uma biblioteca especializada ou mesmo de instalações próprias, a FFCL vivia um momento de flexibilidade próprio das instituições recém-criadas.²⁹⁹ Nas páginas do seu primeiro anuário, os docentes estrangeiros podiam apresentar, além dos programas das respectivas disciplinas, suas próprias perspectivas quanto ao desenvolvimento posterior da área no contexto universitário brasileiro.

Nesta publicação, a pretexto de expor o programa da segunda cadeira de Sociologia, Lévi-Strauss polemiza com Paul Arbousse-Bastide ao propor uma revisão dos paradigmas vigentes na tradição francesa em direção a uma “Sociologia Cultural” – definida não como ramo especializado, mas como disciplina autônoma – e faz diversas objeções à orientação em que se baseava o ensino da disciplina na FFCL. O caráter provocativo de seu texto transparece, por exemplo, na afirmação de que “os sociólogos se encontram ainda no estágio em que há mais preocupação de se saber o que seja [a]

²⁹⁷ Em entrevista a Véronique Mourgne, Lévi-Strauss refere-se ao seu interesse pelo “fenômeno urbano” como “uma dimensão à qual nem sempre se presta atenção e que foi capital para mim” (*Idem*. 2011. *Op. cit.*, p.43).

²⁹⁸ *Idem*. 1982. *Op. cit.*, p.3.

²⁹⁹ Cf. VALENTINI, Luíza. 2010. Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, p.88.

Sociologia, do que de estudar a sociedade” e que mesmo “depois de um século de reflexões ininterruptas” a disciplina ainda não dispunha de um tratado verdadeiramente científico – algo que a tradição francesa encontrava em *As Regras do Método Sociológico*, de Durkheim.

Como esclarece Fernanda Peixoto Massi, “a Sociologia francesa na acepção durkheimiana não é uma disciplina isolada, mas acima de tudo um método, com a ajuda do qual os fenômenos adquirem inteligibilidade”.³⁰⁰ Lévi-Strauss criticava o fato de a maioria das obras gerais tratar da Sociologia como “um método universal que permite abordar todos os problemas defrontados, sob qualquer título pelo, homem”³⁰¹ e apontava como consequência dessa concepção a divisão da disciplina em subáreas definidas de acordo com o objeto investigado – precisamente o critério adotado por Paul Arbusse-Bastide na estruturação da segunda metade do curso. Na sua opinião, assim como as outras ciências, a Sociologia devia ser definida não “pela categoria dos fatos que ela isola, mas pelo *sistema de relações*” a partir do qual são construídos os seus objetos de estudo.

Em seu comentário a respeito dessa controvérsia Valentini (2010) destaca que, ao comparar a defasagem da Sociologia francesa com os recentes avanços da Etnologia e apresentar no seu programa de ensino apenas duas referências em francês (Durkheim e Montandon), o jovem filósofo assume a influência da produção antropológica de língua inglesa e alemã sobre seu trabalho³⁰² – orientações que só seriam consideradas pelos franceses após a Segunda Guerra.³⁰³ A Sociologia deveria ser definida, segundo ele, como o “estudo das coletividades humanas” a partir de “métodos pacientes e modestos” como os que haviam conferido à Etnologia o estatuto de conhecimento científico. Lévi-Strauss chega mesmo a cogitar a fusão entre as duas áreas, afirmando que, para tornar-se de fato científica, a Sociologia deveria utilizar os mesmos pressupostos na investigação dos “selvagens”, dos “povos desaparecidos” e da sociedade moderna³⁰⁴ – princípio que parece orientar a sua interpretação da evolução urbana através dos ciclos de utilização do espaço.³⁰⁵

³⁰⁰ PEIXOTO MASSI, F. 1989. *Op. cit.*, p.428.

³⁰¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. 2009. A Sociologia Cultural e seu ensino. *In: Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 1934-1935* (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/ USP, p.175.

³⁰² Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.89 e 91.

³⁰³ Cf. MERCIER, Paul. s/d. *História da Antropologia*. Lisboa: Teorema, p.56.

³⁰⁴ Cf. LÉVI-STRAUSS, C. 2009. *Op. cit.*, p.176-178.

³⁰⁵ Embora não tenha sido seu aluno na FFCL, Florestan Fernandes conclui – com base nos resumos de aula que encontrou nos arquivos da instituição – que Lévi-Strauss “dava grande atenção às possibilidades teóricas de descrição das comunidades humanas e às diretrizes metodológicas em que elas repousavam, procurando

O objeto desta Sociologia heterodoxa, concebida a partir da diversidade dos “modos de comportamento”, não estaria no social mas no cultural à medida que o segundo abrange em suas categorias o domínio do primeiro.³⁰⁶ Para sustentar esta hipótese, Lévi-Strauss utiliza-se do próprio Durkheim, afirmando que se podemos tratar fatos sociais como coisas não há razão para investigarmos em domínios diferentes a cultura material e as instituições sociais, já que ambas podem ser apreendidas do mesmo modo. Por conseguinte, “invenção, difusão, acúmulo e continuidade oferecem, para o estudo das instituições, como para o dos objetos, as categorias fundamentais do comportamento das coisas sociais”.³⁰⁷

A polêmica entre os colegas franceses aparecerá de forma discreta, já que nenhum deles se refere explicitamente ao seu interlocutor, nas páginas do primeiro anuário da FFCL, relativo aos anos de 1934 e 1935. A resposta às críticas de Lévi-Strauss encontra-se diluída no texto em que Arbousse-Bastide apresenta o programa pedagógico de Sociologia³⁰⁸ e, ao fazê-lo, discute as alternativas para a estruturação do curso e avalia diferentes possibilidades em termos de adequação às circunstâncias, considerando tanto as contingências de ordem institucional e quanto as injunções determinadas pelo contexto sociocultural brasileiro.

Apesar de encontrar-se referenciado na tradição durkheimiana o programa pedagógico do curso de Sociologia seria, segundo Arbousse-Bastide, capaz de absorver diferentes orientações³⁰⁹ e seu contra-argumento à proposta da “Sociologia cultural” de Lévi-Strauss se estrutura a partir deste princípio. Como sintetizou Valentini (2010),

Nessa controvérsia em torno de fronteiras disciplinares nebulosas, as questões de construção do objeto da Sociologia traduzem-se muitas vezes através de acusações quanto à abertura “doutrinária” do adversário: enquanto Lévi-Strauss, embora constrangido pela obrigação de fazer a propaganda da cultura francesa na Universidade,

descobrir em que consistia a contribuição positiva e as limitações de cada uma delas” (FERNANDES, Florestan. 1975. *A investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, p.135).

³⁰⁶ Cf. LÉVI-STRAUSS, C. 2009. *Op. cit.*, p.177-178.

³⁰⁷ *Ibidem*, p.182.

³⁰⁸ Cf. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. Condições e organização do ensino da Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1934-1935 (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, pp.157-174.

³⁰⁹ “Supusemos possível, com as principais rubricas de *L'Année Sociologique*, propiciar aos estudantes um plano de trabalho bastante vasto para conter a maior parte das pesquisas sociológicas, e suficientemente flexível para poder adaptar-se à orientação que o professor preferir em seu curso. Supusemos, em particular, que todas as tendências doutrinárias poderiam situar-se livremente nesse quadro, desde que se considerasse que um programa escolar usa sempre uma fórmula e que as fórmulas vêm sempre eivadas de certo dogmatismo latente ao qual não nos sujeitamos de bom grado senão enquanto nos conservamos como discípulo servil, e contra o qual não deixamos de reagir logo que nos desejamos colocar ao serviço de outro dogmatismo” (*Idem*, p.160).

não quer se restringir a um durkheimianismo para ele obsoleto, Arbousse-Bastide procura estruturar uma grade viável do ponto de vista institucional, enraizada na tradição francesa, mas aberta à incorporação de diversas “tendências doutrinárias”. Assim, se Lévi-Strauss parece acusar em Arbousse-Bastide uma certa obsolescência programática, este responde caracterizando-o, nas entrelinhas, como dogmático e inconsequente do ponto de vista da viabilidade e dos projetos da Faculdade.³¹⁰

A afinidade entre as convicções de Lévi-Strauss e a perspectiva dos antropólogos norte-americanos ficaria ainda mais evidente em um episódio anterior que marcou o desdobramento da polêmica fora do âmbito da FFCL. No número XV da RAM,³¹¹ sob o título “Que se entende por cultura”, foram reproduzidos dois artigos de Arbousse-Bastide publicados originalmente no jornal *O Estado de São Paulo* em 23 de abril e 21 de julho de 1935. A série se completaria no volume seguinte da Revista (setembro de 1935) com a reprodução de mais dois textos do autor publicados no mesmo jornal a 1 e 8 de setembro de 1935.

O primeiro artigo constitui um exemplo notável de engajamento espontâneo nas ações de propaganda cultural francesa. Nele Arbousse-Bastide compara três acepções da palavra “cultura” e, vinculando cada uma delas a uma origem nacional, defende a acepção “latina”. Sua argumentação atribui aos norte-americanos a concepção materialista e aos alemães a compreensão de “cultura” como capacidade criadora, que se opõe à ideia francesa de “civilização”.³¹²

Ao discutir a concepção alemã, Arbousse-Bastide critica o seu caráter de apologia ao “gênio criador”, identificado como uma tendência individualista, e o perigo decorrente da atitude destrutiva para com a herança humanista da “civilização” – apresentada como princípio da comunhão entre os “povos latinos”, cuja orientação intelectual caberia aos franceses. Já a concepção materialista de cultura, atribuída pelo autor aos norte-americanos, seria inspirada na obra do antropólogo inglês Edward B. Tylor, para quem a palavra cultura remetia a “um complexo que compreende os conhecimentos, as crenças, as artes, a moral, as leis, os costumes e todos os demais hábitos e aptidões adquiridas pelo homem na qualidade de membro de uma sociedade”.³¹³

³¹⁰ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.91.

³¹¹ Nesse mesmo número da Revista, foram publicados o memorial sobre a ELSP elaborado por Samuel Lowrie e o artigo “Previsão da População” resultante de sua primeira pesquisa como técnico do DC.

³¹² Cf. ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. 1935b. Que se entende por cultura – cultura e matéria. *Revista do Arquivo Municipal*, v.15, p.204.

³¹³ TYLOR *apud* ARBOUSSE-BASTIDE, P. 1935b. *Op. cit.*, p.204.

A abrangência da conceituação de Tylor explicaria o surgimento de conceitos como “conflito de cultura”, “área de cultura” e “difusão de cultura”,³¹⁴ percebidos por Arbousse-Bastide como produtos de uma abordagem redutora que limita o significado da palavra aos seus aspectos puramente materiais. Ambas as perspectivas (alemã e norte-americana) concorreriam, assim, para a crescente desvalorização da concepção humanista e universalista da cultura – no singular – valorizada pela propaganda cultural francesa.

Um homem cultivado tem o sentido da tradição humana. Não despreza em absoluto o passado porque é passado e, por isso, parece, às vezes, conservador e retardatário. Enquanto se atarda, comovido, o aventureiro inculto fá-lo passar por retardatário e senil. [...] Pode-se afirmar que na nossa época de renascimento nacionalista a noção de cultura universal não tem mais crédito. A crise moral do século reside precisamente nesse “partipris” do pensamento estreito, míope e fechado.³¹⁵

Mas a sua reação às críticas de Lévi-Strauss aparecerá de forma mais clara, ainda que indireta, no segundo artigo da série, dedicado a discutir os problemas que resultariam da incorporação à Sociologia daquela concepção atribuída aos norte-americanos.

Verificamos que, para grande número de sociólogos e etnólogos, a cultura representa tão somente as características materiais do modo de vida dos diversos povos, tribos ou grupos humanos, que possuiriam, assim, cada um sua própria cultura. [...] Tende essa concepção a expandir-se entre os sociólogos, por ser, pelo menos aparentemente, prática e precisa. Facilmente perceptíveis, mensuráveis, classificáveis como o são, tornam-se os objetos materiais suscetíveis de descrição científica. E, assim, parece vantajoso às ciências sociais, para a coleta de informações seguras relativas à evolução e à própria natureza das sociedades, fixar a atenção sobre a base material e neste sentido orientar suas pesquisas.³¹⁶

Embora reconheça as limitações da tradição francesa, Arbousse-Bastide se utiliza desta constatação para enfatizar o que lhe parece precário na proposta de Lévi-Strauss, referida como um “behaviorismo social”, cujo “êxito resulta das insuficiências reais da Sociologia contemporânea”.³¹⁷ A concepção referida como “materialista”

³¹⁴ Ao citar Tylor, Arbousse-Bastide ressalta a influência difusionista presente na origem da antropologia culturalista norte-americana. Como explica Paul Mercier, “Tylor [...] pode ser considerado um dos fundadores das escolas de história cultural” (MERCIER, P. s/d. *Op. cit.*, p.30).

³¹⁵ ARBOUSSE-BASTIDE, P. 1935b. *Op. cit.*, p.205.

³¹⁶ *Ibidem*, p.206.

³¹⁷ *Ibidem*.

equivale, para Arbousse-Bastide, a um “deturpamento do vocabulário” e sua notoriedade se deve à afinidade que guarda com o “materialismo histórico de Marx, que as circunstâncias políticas trouxeram novamente à baila”.³¹⁸

Portanto, apesar de não haver referências explícitas a respeito, as reivindicações de Lévi-Strauss para o desenvolvimento futuro da Sociologia francesa aparecem no texto como sinônimo da precarização de uma disciplina que continuava a oferecer solo bastante fértil aos novos pesquisadores.

Não é a cultura de um povo o conjunto de objetos fabricados que servem à sua subsistência, nem tampouco o conjunto de ideias, crenças e artes; é o esforço que faz uma sociedade para sobrepujar a vida material, para libertar-se por um ideal. [...]. Não é uma verdade a afirmação de que toda sociedade possui uma cultura. Se se deseja com isso afirmar que toda sociedade humana fabrica alguma coisa, não se descobre verdade muito original. Não vale a pena utilizar uma palavra nova para dizer que numa sociedade, por mais simples que seja, existem objetos e língua, hábitos e crenças; isto é evidente. Se sustentarmos, porém, que nem em todas as sociedades existe a mesma energia para dominar a matéria pelo instrumento e este pela reflexão e a reflexão pela ação moral, chamando de cultura essa reação do homem em face da matéria, novos e inesperados problemas surgirão e não daremos um sentido artificial a uma velha palavra cheia de seiva.³¹⁹

Apesar de suscitados por uma controvérsia entre docentes da FFCL, ao extrapolar os limites da instituição sem esclarecer suas motivações imediatas os textos de Arbousse-Bastide aparecem como uma declaração de princípios e um diagnóstico sobre o alcance e a validade de cada uma das concepções de cultura analisadas. No volume XVIII da RAM, publicado em outubro de 1935, um artigo intitulado “Que é cultura?”, escrito por um professor da ELSP, o sociólogo Samuel Lowrie, surge como resposta aos dois primeiros textos de Paul Arbousse-Bastide.

Lowrie se pronuncia então como membro de uma comunidade científica consolidada cuja produção foi subestimada,³²⁰ diante disso, procura identificar o que considerava equívocos de seu interlocutor e distingue claramente as críticas de caráter metodológico – que poderiam ser feitas por outros especialistas – das suas observações pessoais. Sua entrada no debate revela a coexistência de contribuições e perspectivas muito diversas na origem do que se conhece hoje como uma única disciplina,

³¹⁸ *Ibidem*, p.206-208.

³¹⁹ *Ibidem*, p.208.

³²⁰ A contundência da reação de Lowrie fica patente desde o início do artigo: “Esses escritos, por qualquer motivo, escaparam à minha atenção, quando pela primeira vez foram publicados no “Estado de S. Paulo”. Não fora isso e eu teria mais prontamente expressado o meu desacordo com as ideias neles contidas” (LOWRIE, S. 1935c. *Op. cit.*, p.257).

evidenciando a natureza pluriparadigmática da Sociologia, e comprova que as peculiaridades do processo de constituição de um campo do saber podem, em determinados contextos, conduzir a posições incompatíveis, embora compreendidas sob a mesma denominação.

Antes de examinar as declarações de seu colega francês, Lowrie constata que “o autor se afasta da prática corrente e geral dando às suas definições de cultura um caráter nacional” e afirma serem enganos tanto a identificação de Tylor³²¹ – cuja teoria “tendia mesmo a limitar a cultura aos elementos imateriais”³²² – enquanto precursor do interesse dos antropólogos pela cultura material quanto a atribuição aos norte-americanos de uma conceituação de cultura que inclui os aspectos materiais.

o autor classifica de “americana” a concepção antropológica de cultura, sem se lembrar que está citando a definição de um escritor inglês. Na realidade, o uso do vocábulo nesse sentido não é peculiar aos antropólogos norte-americanos; vemo-lo empregado na literatura antropológica de todos os países modernos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outros países. A concepção antropológica de cultura é um estágio da evolução da ciência antropológica, e não tem feição nacional, a não ser pelo fato de alguns de seus mais eminentes representantes viverem na América do Norte. E nem todos eles são norte-americanos de nascimento.³²³

Ao discutir os comentários de Arbousse-Bastide sobre a perspectiva dos pesquisadores que utilizam o conceito antropológico de cultura, Lowrie declara ainda que

como pessoa presumivelmente familiarizada com a literatura de língua inglesa sobre o assunto, não posso, entretanto, citar um só sociólogo, etnólogo ou antropólogo norte-americano, bem conhecido, que restrinja a definição de cultura às características materiais da civilização de um povo. Se apenas um nome pudesse ser citado, eu me daria por satisfeito com a observação.³²⁴

Com isso, além de evidenciar a incompreensão de seu colega francês quanto aos conceitos utilizados nas ciências sociais norte-americanas, Samuel Lowrie contrapõe à perspectiva humanista a conceituação de “cultura” como conjunto saberes e práticas adquiridos pelo indivíduo por intermédio da socialização com seu grupo de referência

³²¹ Apesar de contestar a observação de Arbousse-Bastide a respeito de Tylor, Lowrie não esclarece se, na sua avaliação, outro autor deveria ser considerado como precursor dessa abordagem.

³²² LOWRIE: 1935c. Que é cultura? *Revista do Arquivo Municipal*, v.18, p.257.

³²³ *Ibidem*, p.257-258.

³²⁴ *Ibidem*, p.258.

ou criados pela necessidade, o que de saída inviabiliza o privilégio de uma única forma cultural, considerada superior, em detrimento das demais.³²⁵

É claro que quaisquer que sejam as crenças, hábitos ou instrumentos que o homem mais primitivo pudesse ter tido ou possa ainda ter, são criações ou realizações humanas que concorrem para distingui-lo dos animais, tal como seus instrumentos concorrem para distingui-lo da natureza bruta que os circunda.

As suas realizações mentais (conhecimentos, crenças e hábitos) teve ele de criá-las ou de aprender de seus antepassados; tiveram que lhe ser inculcadas ou ensinadas seja pela experiência, seja pela tradição. Do mesmo modo, aprendeu a usar ou a construir os instrumentos e ferramentas, característicos da sua gente, aperfeiçoando-os ou ainda inventando novos. Na medida em que passou por esse processo de aprendizagem, tornou-se “culto”, pouco importando saber que coisas lhe foram ensinadas pelo grupo a que pertencia. E, como se sabe, não há grupo humano sem certos conhecimentos, por mais rudimentares que sejam; não há grupo humano que não possua uma certa língua, certos instrumentos ou certos costumes para transmitir às novas gerações que vão surgindo. Neste sentido, não há grupo humano que seja inculto.³²⁶

Depois de apresentar suas objeções de ordem conceitual, Lowrie repele com veemência a hipótese da afinidade entre a concepção antropológica de cultura e o materialismo histórico, levantada por Arbousse-Bastide, mostrando-se indignado³²⁷ com esta sugestão.

Antropólogos eminentes, tais como Lowie, Kroeber, Goldenweiser e Wissler, rejeitam a teoria do determinismo econômico; alguns deles até atacam-na vigorosamente. Fiz realçar tais fatos em aulas que foram mimeografadas e distribuídas em São Paulo a numerosas pessoas [...] Nem mesmo remotamente existe qualquer ligação entre a concepção antropológica de cultura e o marxismo. As duas concepções apareceram em épocas diferentes, em condições muito diversas. [...] não conheço a menor razão que permita imaginar qualquer parentesco entre elas. É claro que, ao mesmo tempo que considero valiosa a concepção antropológica de cultura e a adoto, sou, por outro lado, um vigoroso antagonista do Marxismo e das conclusões que dele se depreendem.³²⁸

³²⁵ Lowrie não apenas defende esta conceitualização, mas a operacionaliza em suas pesquisas, como observa Cerqueira (2010): “Esta sensibilidade para a questão cultural viabilizou o entendimento da existência de variáveis como nacionalidade e suas características específicas em pesquisas como a que versou sobre o padrão de vida dos operários de limpeza pública” (CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.46).

³²⁶ LOWRIE: 1935c. *Op. cit.*, p.260.

³²⁷ Sua atitude de aversão ao marxismo certamente contribuiu para a manutenção do contrato com a ELSP e para a sua convocação – em lugar de Horace Davis (ver a nota 202) – para coordenar o segundo inquérito de padrão de vida.

³²⁸ LOWRIE: 1935c. *Op. cit.*, p.260-261.

Com seu artigo, Samuel Lowrie acabaria – embora, ao que tudo indica, não o soubesse – por reforçar a crítica de Lévi-Strauss às limitações da tradição sociológica francesa. Este episódio aparentemente isolado deve ter contribuído para aprofundar a insatisfação com as posições assumidas pelo jovem professor. Na entrevista que concedeu a Didier Eribon em 1988, Lévi-Strauss comenta os problemas que teve de enfrentar na época.

Fui para o Brasil porque queria ser etnólogo. E eu tinha sido conquistado pela Etnologia em rebelião contra Durkheim, que não era um homem de campo, ao passo que eu descobria a Etnologia de campo através dos ingleses e americanos. Eu estava, portanto, numa posição falsa. Chamaram-me para perpetuar a influência francesa, por um lado, e a tradição Comte-Durkheim, por outro. E eu chegava conquistado, naquele momento, por uma Etnologia de inspiração anglo-saxônica. Isto me criou sérias dificuldades. [...] Georges Dumas tinha empregado na universidade, desde o primeiro ano, um jovem parente que era sociólogo. Quando cheguei, este quis colocar-me numa posição subordinada. Não fiquei satisfeito, e como resistisse, esforçou-se para que me despedissem em nome da tradição comtista, em que era especialista, e que meu ensino traía. Os donos da Universidade, que também eram donos do grande jornal *O Estado de S. Paulo*, ouviam-no com complacência. Devo o fato de ter ficado à solidariedade de alguns colegas, hoje mortos: Pierre Monbeig e Fernand Braudel, que me apoiou com a autoridade de que gozava.³²⁹

Como parece claro a esta altura, embora tenha reconhecido a influência de Durkheim sobre parte de sua produção intelectual, Lévi-Strauss assumiria nessa época uma postura crítica quanto à orientação durkheimiana hegemônica na Sociologia francesa – o que lhe trouxe algumas dificuldades profissionais. De fato, sua indicação para uma das cátedras de Sociologia da FFCL não resultava de uma escolha deliberada de Georges Dumas, mas da interferência de Paul Rivet e, indiretamente, da participação de Paulo Duarte na elaboração do projeto para criação da USP. A esse respeito, Paulo Duarte conta que

como o Georges Dumas era um conservador muito renitente, coloquei também um socialista, que foi o Paul Rivet. E foi o Paul Rivet que indicou o Lévi-Strauss, que já era um estudante de esquerda. E o Lévi-Strauss veio exatamente por causa da interferência do Paul Rivet, porque o Dumas não o mandaria.³³⁰

³²⁹ ERIBON, Didier e LÉVI-STRAUSS, Claude. 1990. De perto e de longe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.31-32.

³³⁰ DUARTE *apud* SCHWARTZMAN, S. 1979. *Op. cit.*, p.199.

Paul Rivet foi, junto com Marcel Mauss, um dos principais responsáveis pela institucionalização da Etnologia na França e seu protagonismo no governo do *Front Populaire* (1936-1938) parece ter contribuído tanto para o êxito dos projetos institucionais que conduziu quanto para a sua rejeição pelos adversários políticos do socialismo dentro e fora do país. A proximidade com Rivet, de quem Fernande Dina Dreyfus fora assistente no *Musée d'Ethnographie du Trocadéro*, acrescentaria uma razão política ao conflito entre Arrousse-Bastide e Lévi-Strauss – algo que não ficaria evidente na ocasião e cuja informação se deve a Roger Bastide,³³¹ seu sucessor na FFCL.³³²

Um fator fundamental para se compreender os experimentos institucionais constituídos à época neste campo e mesmo os interesses de pesquisa neles representados é o corte epistemológico operado no âmbito da disciplina³³³ sobretudo a partir das críticas de Franz Boas³³⁴ ao uso do método comparativo na investigação da cultura. A apresentação de seu artigo “As limitações do método comparativo da Antropologia”, em 1896, marcaria o fim do consenso em torno do evolucionismo cultural enquanto fundamento paradigmático da Antropologia.³³⁵

A avaliação de elementos culturais particulares como fenômenos indistintos a partir de um sistema de referências universal – perspectiva análoga à das ciências

³³¹ Na entrevista que concedeu a Irene Cardoso, Roger Bastide esclarece detalhes a respeito de sua convocação para ocupar segunda cadeira de Sociologia da FFCL: “Eu soube depois que foram feitas duas críticas a Lévi-Strauss. A primeira é que ele era da Frente Popular, na França, e que ele teria feito aqui [em São Paulo] um artigo ou dois em favor do movimento da Frente Popular. E Mesquita achava que a Frente Popular era comunista, porque tinha ligações com socialistas e comunistas. Lévi-Strauss não era comunista, era socialista. Mas era de esquerda. E Mesquita mesmo bem liberal, era de direita. Em segundo lugar, Lévi-Strauss veio aqui para fazer uma pesquisa entre os índios e no último ano ele deixou seus alunos para ir ao Mato Grosso, à Amazônia e assim por diante. Foi feita uma crítica na época, dizendo que se pedia ao professor francês para vir trabalhar para os estudantes e não para fazer pesquisas pessoais. [...] E quando ele foi fazer sua pesquisa entre os índios, pediram-me para tomar seu lugar. Eu não sabia disso, porque estava longe do Brasil, e aceitei. E depois soube, muito bem, que fui chamado porque algumas pessoas não desejavam que Lévi-Strauss voltasse à Faculdade. [...] Foi [algo planejado]. Porque senão, em lugar de me dar um contrato de três anos, eu teria um por um ano, apenas durante a pesquisa de Lévi-Strauss entre os índios. A pesquisa durava um ano e depois disso eu poderia voltar” (Cardoso, I.A.R. 1987. *Op. cit.*, p.185 e 190).

³³² Cf. LÉVI-STRAUSS, C. 2001. *Op. cit.*, p.9.

³³³ A esse respeito ver a apresentação escrita por Celso Castro para a coletânea *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005) e a exposição de Heloísa Bertol Domingues no artigo “Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia”, publicado no *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v.3, n.1, 2008.

³³⁴ Atento às trajetórias particulares das populações investigadas e às conexões da cultura com o meio social e geográfico, Boas acreditava que “antes de supor sem provas cabais, como faziam os evolucionistas, que fenômenos aparentemente semelhantes pudessem ser atribuídos às mesmas causas, era preciso perguntar, para cada caso, se eles não teriam se desenvolvido independentemente, ou se não teriam sido transmitidos por difusão de um povo a outro” (CASTRO, C. 2005. *Op. cit.*, p.17).

³³⁵ Cf. MERCIER, P. s/d. *Op. cit.*, p.29.

naturais – passaria a ser percebida como uma postura parcial e etnocêntrica.³³⁶ Com a publicação de novas investigações e o conseqüente avanço da revisão paradigmática da disciplina, se tornaria cada vez mais nítida a sua divisão em dois domínios: a Antropologia Física, herdeira da ciência produzida pelos naturalistas europeus, e a Antropologia Social ou Cultural (que incorpora a Etnologia francesa), constituída a partir dos trabalhos de antropólogos ingleses e norte-americanos do final do século XIX e início do século XX.

Neste período, quando surgem as obras consideradas fundamentais para o desenvolvimento posterior da disciplina, a produção francesa continuava a operar segundo padrões de trabalho tradicionais, como o estudo comparativo das “raças”, e o interesse suscitado pela cultura limitava-se à coleta de material etnográfico suplementar.³³⁷ Como observa François Laplantine,

Enquanto que um campo empírico e teórico considerável se constituía tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha; enquanto, nesses dois países, administradores utilizavam cada vez mais os serviços de antropólogos formados nas universidades, a Etnologia francesa dessa época permanecia ainda uma Etnologia selvagem, que não era praticada por etnólogos e sim por missionários e por alguns administradores de colônias francesas.³³⁸

Na França, até meados da década de 1920, as investigações empíricas sobre povos “primitivos” ou “selvagens” vinculavam-se a instituições do século XIX – em particular, o *Musée d’Ethnographie du Trocadéro* e o laboratório de antropologia do *Muséum Nationale d’Histoire Naturelle* – e a Etnologia agregava-se ao estudo dos aspectos físicos e biológicos³³⁹ destas populações. O próprio Paul Rivet, que foi o responsável pela recriação dessa arquitetura institucional com a concepção inovadora do *Musée de l’Homme*, era médico de formação. Como resume a historiadora Heloisa Bertol Domingues, “a Antropologia nasceu no século XIX com estudos osteométricos de restos arqueológicos e não se desprendeu automaticamente destes quando assumiu seu lado social”.³⁴⁰

³³⁶ Cf. CASTRO, C. 2005. *Op. cit.*, p.17.

³³⁷ Cf. MERCIER: s/d. *Op. cit.*, p.34.

³³⁸ LAPLANTINE, François. 2003. *Aprender Antropologia*, p.78-79.

³³⁹ Como esclarece Lévi-Strauss, “evidentemente não excluía os antropólogos, de seus estudos, os restos das técnicas pré-históricas ou os objetos dos povos primitivos. Mas estas criações da indústria humana não eram encaradas em si mesmas, porém tão somente como um meio complementar de classificar as raças e acompanhar a sua evolução” (LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural. Revista do Arquivo Municipal*, v.18, p.249).

³⁴⁰ DOMINGUES, H.B. 2008. *Op. cit.*, p.34.

A Etnologia começaria a ser ensinada ainda de forma marginal³⁴¹ em 1901, quando Mauss assumiu a cadeira anteriormente ocupada por Durkheim na *École Pratique des Hautes Études*. O passo seguinte seria dado em 1926 com a fundação do *Institut d'Ethnologie* da Sorbonne³⁴² por iniciativa de Mauss, Rivet e Lucien Lévy-Bruhl e, embora Mauss (que era sobrinho de Durkheim e foi seu principal colaborador) tenha sido responsável pela formação da primeira geração de etnólogos preparados sistematicamente,³⁴³ a disciplina se desenvolveria fora dos espaços consagrados à Sociologia durkheimiana. De acordo com Peixoto Massi (1989), quando o ensino da Etnologia foi instituído na universidade, os durkheimianos já contavam com quatro cadeiras³⁴⁴ no ensino superior francês, mas os alunos de Mauss dificilmente se interessavam pelos cursos de Sociologia.³⁴⁵

Como evidencia a controvérsia entre Lévi-Strauss e Arrousse-Bastide, a Etnologia encontrava-se à margem do universo acadêmico estabelecido e não era percebida sequer como desdobramento da reflexão sociológica, mas antes como um conhecimento “novo” a respeito de povos distantes e culturas exóticas. Devido à inexistência de recursos³⁴⁶ para o financiamento de expedições etnográficas, os estudantes de Etnologia mantinham relações estreitas com o *Musée d'Ethnographie du Trocadéro* – onde as investigações eram conduzidas por Paul Rivet, um dos grandes responsáveis pela ampliação das pesquisas desse gênero no país.³⁴⁷

Como observa Peixoto Massi (1998), para quem não havia frequentado as aulas de Marcel Mauss – o que era o caso de Lévi-Strauss – a melhor maneira de se tornar etnólogo seria uma experiência de campo.³⁴⁸ No entanto, como vimos, havia uma cláusula no contrato assinado pelos professores estrangeiros que exigia dedicação integral à docência e os impedia de desenvolver “pesquisas pessoais” (ver a nota 269).

³⁴¹ De acordo com Peixoto Massi (1989), no sistema educacional francês a *École Normale Supérieure* constituía junto com a universidade a elite do ensino superior e a *École Pratique* passaria a ser valorizada somente após a I Guerra (cf. PEIXOTO MASSI, F. 1989. *Op. cit.*, p.420). Ainda segundo a autora, o público presente nos cursos de Mauss entre 1901 e 1911 variava de 16 a 38 alunos (cf. PEIXOTO MASSI, F. 1998. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Revista Maná*, Rio de Janeiro/RJ, v.4, n.1, p.83).

³⁴² A importância da institucionalização da Etnologia na universidade pode ser medida pelo aumento do número de alunos, que passou de 26 matriculados em 1926 para 258 em 1938 (*Ibidem*, p.83).

³⁴³ Cf. MERCIER, P. s/d. *Op. cit.*, p.82.

³⁴⁴ Em Strasbourg, a cátedra criada por Maurice Halbwachs; em Bordeaux, a cadeira ocupada por Gaston Richard; e as duas cadeiras da Sorbonne, ocupadas por Paul Falconet e Célestin Bouglé (cf. PEIXOTO MASSI, F. 1989. *Op. cit.*, p.426-427).

³⁴⁵ Cf. *ibidem*, p.428.

³⁴⁶ Esta situação só irá se modificar na década de 1930, com a entrada na *Rockefeller Foundation* na França. Antes disso, a pesquisa etnológica “não conhece senão curtos períodos de trabalho de campo com poucos recursos oferecidos pelas colônias” (*Ibidem*, p.429).

³⁴⁷ *Ibidem*, p.428-429.

³⁴⁸ Cf. *idem*, F. 1998. *Op. cit.*, p.81.

Nestas circunstâncias, para viabilizar seu ingresso no campo da Etnologia, o jovem professor elaborou ainda no seu primeiro ano de trabalho no Brasil um projeto para a criação na USP de uma instituição especializada – o Instituto de Antropologia Física e Cultural (IAFC). A proposta aparece no artigo “Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural”, publicado em 17 de outubro de 1935 no jornal *O Estado de S. Paulo*, que discute desde os aspectos institucionais até a orientação técnica do trabalho a ser desenvolvido na nova unidade.

Nesse texto, é significativo que antes de expor em detalhe a sua proposta Lévi-Strauss mencione a transitoriedade dos contornos assumidos à época pela Antropologia e reconheça que as transformações em curso tendiam a “perturbar” a estabilidade das disciplinas adjacentes – circunstância que poderia se tornar inconveniente para o ensino regular se transposta de maneira arbitrária para o quadro institucional das respectivas faculdades. Sua postura evidencia um esforço para evitar que reações semelhantes à de Paul Arrousse-Bastide lhe criassem embaraços em outros setores da Universidade. A solução encontrada para conciliar o interesse no avanço da pesquisa científica com a estabilidade do ensino regular reside no modelo institucional adotado.

A fórmula do instituto parece, efetivamente, convir exatamente aos períodos de intenso desenvolvimento dos conhecimentos humanos. Um instituto congrega um conjunto de pesquisas ao mesmo tempo demasiado especializadas para que constituam um departamento de Faculdade e ainda insuficientemente coordenadas para que sejam compreendidas estritamente dentro do programa de uma única Faculdade. [...] Daí resulta possuir o instituto uma dupla função: a de escolher, para impô-los aos estudantes, aqueles cursos, entre os já existentes nos quadros das Faculdades e secções, que preenchem seu próprio fim; por outro lado, a de organizar cursos especiais que podem ter por objetivo, seja a demonstração do laço interno que justifica a ligação assim estabelecida entre disciplinas dispersas, seja a outorga de um ensino não previsto atualmente nos programas.³⁴⁹

Além das motivações políticas que podemos presumir, a escolha desse modelo se justificava pelo caráter transdisciplinar da “antropologia moderna” que, devido à amplitude dos problemas discutidos, exigia conhecimentos e técnicas associados a outras áreas, como “a anatomia, considerada matéria da Faculdade de Medicina, [...] a biologia, ensinada nas Faculdades de Ciências, [...] a linguística, ligada ao ensino das Faculdades de Letras, etc”.³⁵⁰ Portanto, para Lévi-Strauss, a viabilidade do projeto

³⁴⁹ LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.248.

³⁵⁰ *Ibidem*, p.247-248.

reside na sua capacidade de “não sobrecarregar a jovem universidade com uma abundância de ensinamentos suplementares, antes de ter o número de seus alunos evidenciado sério aumento”.³⁵¹

O artigo também discute, mesmo que de maneira sucinta, a trajetória das investigações etnológicas desde o século XIX e contextualiza o corte epistemológico ocorrido no âmbito da disciplina ao considerar a criação de espaços especializados em instituições francesas e brasileiras.³⁵² Embora pareça evitar polêmicas com os defensores da tradição durkheimiana, Lévi-Strauss não deixa de mencionar o conflito latente e de se posicionar diante dele.

Surgiu então o problema de saber se o estudo das culturas humanas devia ser um simples ponto de partida para a reflexão filosófica (assim o concebe a Sociologia corrente) ou se se devia abordá-lo com o mesmo objetivismo, o mesmo rigor científico, a mesma preocupação de conhecimentos profundos que, a partir de meados do século XIX, foram aplicados ao estudo do desenvolvimento físico da espécie humana. Os que respondem pela afirmativa, desejando exprimir a completa identidade de método e objeto que une o estudo “físico” ao “cultural” do homem, alargam mais consideravelmente ainda o sentido antigo do termo “antropologia”.³⁵³

Não obstante a sua afinidade com a Antropologia Cultural norte-americana, ao defender a complementariedade entre o estudo dos aspectos biológicos e socioculturais das sociedades humanas, Lévi-Strauss declara sua filiação à agenda de pesquisas preconizada por Paul Rivet à frente do *Musée de l’Homme*, cujo projeto fora aprovado semanas antes, segundo esclarece o próprio artigo. As investigações conduzidas por Rivet³⁵⁴ no Laboratório de Antropologia do *Muséum Nationale d’Histoire Naturelle* e no *Musée d’Ethnographie du Trocadéro*, marcadas pela integração entre Antropologia Física, Arqueologia e Etnologia,³⁵⁵ assumiriam desde então – com a fusão das duas instituições – um caráter programático, exemplificado pela investigação das migrações

³⁵¹ *Ibidem*, p.251.

³⁵² “É este estágio que vimos em França até o presente ano, ilustrado pela distinção entre “Museu de Etnografia” do Trocadero e “Laboratório de Antropologia” do Museu de História Natural. Do mesmo modo, acha-se de há muito a antiga seção de Antropologia do [Museu Nacional do] Rio de Janeiro desdobrada em duas: uma de Antropologia Física e outra de Etnografia” (LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.249).

³⁵³ *Ibidem*, p.249.

³⁵⁴ Entre as principais pesquisas realizadas por Paul Rivet destacam-se o “estudo dos esqueletos da raça dita de Lagoa Santa; elementos de antropologia física e de patologia comparada; estudo do sinal pigmentar congênito, de doenças específicas; pesquisa sobre cultura material; estudo sobre a metalurgia pré-colombiana, entre outras. Tal convergência de métodos é essencial para tentar apreender as provas das antigas migrações” (MERCIER, P. s/d. *Op. cit.*, p.86).

³⁵⁵ *Ibidem*, p.86.

pré-históricas para descrever o processo de ocupação das Américas.³⁵⁶ A Antropologia, seria, desta perspectiva, capaz de

unir num só e mesmo “*corpus*” científico todas as pesquisas que nos campos mais diversos permitem a constituição do conhecimento do “homem real” [...] tal qual existiu e existe na superfície da Terra, com todas as manifestações locais e particulares de sua atividade mental e prática”³⁵⁷

Afora o interesse compartilhado com Paul Rivet pelas origens mais remotas do “homem americano”, Lévi-Strauss acreditava que os avanços verificados à época nas ciências biológicas possibilitariam uma revisão das pesquisas de Franz Boas³⁵⁸ sobre as modificações nos corpos de descendentes de imigrantes estabelecidos na América do Norte. O problema é formulado por Lévi-Strauss nos seguintes termos:

possuem a mesma possibilidade de adaptação os diferentes “stocks” humanos transplantados para uma nova região do mundo? Apresentam a mesma resistência ao clima, às doenças, o mesmo nível de produtividade e adaptam-se igualmente à alimentação?³⁵⁹

Na tentativa de atrair apoio governamental para o seu projeto, Lévi-Strauss menciona a utilidade desta agenda de pesquisa para a política de imigração³⁶⁰ – tema que já havia motivado diversas polêmicas na imprensa e cuja importância pode ser medida tanto pelos extensos debates a respeito na Assembleia Nacional Constituinte quanto pela sua inclusão na Constituição de 1934.³⁶¹ Devido às singularidades de seus respectivos processos de formação social, tanto o estado de São Paulo³⁶² quanto o

³⁵⁶ Lévi-Strauss esclarece que “a teoria oficial da origem mongólica do povoamento americano sofreu, nestes últimos anos, com os trabalhos de Rivet e Imbelloni, sérias restrições. Um terreno imenso de pesquisas revelou-se assim aos cientistas” (LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.252).

³⁵⁷ *Ibidem*, p.249-250.

³⁵⁸ “Desde já confesso que a meu ver, é muito duvidoso [que] sejam os resultados de Boas confirmados. É de um método antropológico um tanto primário o contentar-se, como elemento de apreciação, com medidas externas. [...] A classificação dos grupos sanguíneos, a pressão arterial, o metabolismo de base, a composição da fauna e flora intestinais, a acuidade e modalidade de percepção dos diferentes sentidos, etc, constituem novos pontos de referência que trarão, talvez, ao estudo das raças, um auxílio que apenas começamos a entrever” (*Ibidem*, p.252-253).

³⁵⁹ *Ibidem*, p.252.

³⁶⁰ *Ibidem*, p.251.

³⁶¹ Trata-se do parágrafo 6º do artigo 121 da Constituição de 1934, mais conhecido como “lei de cotas” da imigração, que estabelecia limites proporcionais à entrada dos imigrantes segundo sua nacionalidade. A esse respeito ver o artigo *A 'lei de cotas' de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*, de Endrica Geraldo.

³⁶² “Os resultados importantes a que chegou [Franz Boas] foram largamente discutidos e contestados, porém nenhuma contra experiência realmente decisiva foi ainda tentada. Onde poderia, melhor do que no estado de São Paulo, ser levada a efeito [essa investigação]?” (LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.251).

conjunto do país³⁶³ seriam referidos como campos privilegiados para investigações como essa.

O trabalho científico a ser desenvolvido no IAFC encontra na coleta e no processamento dos dados extraídos tanto de fontes etnográficas quanto de levantamentos bibliográficos e documentais a sua atividade mais constante.³⁶⁴ A catalogação dessa massa de informações daria origem um imenso “fichário antropológico”, que além de viabilizar a investigação de temas muito diversos sobre bases científicas mais rigorosas³⁶⁵ tornaria possível o mapeamento geográfico não apenas da incidência, mas ainda dos traços, tipos e aspectos constitutivos dos fenômenos investigados.³⁶⁶

A possibilidade de abordar na mesma disciplina fenômenos biológicos ou socioculturais seria justificada pela inconsciência dos indivíduos estudados acerca dos fenômenos que neles se manifestam “ou [com] o fato da consciência [a respeito] nada acrescentar ou modificar”³⁶⁷ – suposição que nos diz bastante sobre as concepções de cultura e identidade correntes à época.³⁶⁸ Na prática, a viabilidade da articulação entre Antropologia Física e Antropologia Cultural decorre, sobretudo, da convergência entre os procedimentos de pesquisa previstos para cada uma delas, o que Lévi-Strauss exemplifica ao enfatizar a urgência do estudo das populações indígenas remanescentes, mesmo aquelas cuja cultura encontra-se mais deteriorada.

com a Antropologia [Física] não ocorre o mesmo que com o estudo etnográfico dos índios do Brasil, o qual apresenta dificuldades em virtude do processo rápido de "desculturização". No coração do estado de São Paulo, na vizinhança quase da capital, vivem ainda famílias indígenas que já perderam até a lembrança de suas crenças e técnicas,

³⁶³ Lévi-Strauss refere-se ao Brasil como o “mais admirável laboratório de Antropologia Física” que se pode conceber e afirma que “a abundância dos fenômenos de mestiçagem oferece aqui uma possibilidade talvez única no mundo, de estudar de maneira concreta o jogo das leis da hereditariedade no homem” (*Ibidem*, p.251-252).

³⁶⁴ No sistema de trabalho proposto por Lévi-Strauss, enquanto “uma categoria de funcionários cataloga as informações declaradas significativas e classificadas por especialistas, outra transforma esses conjuntos de fichas em mapas, os mapas retornando ao final aos especialistas para reformulações teóricas” (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.39).

³⁶⁵ Lévi-Strauss o exemplifica ao afirmar que “somente quando a Antropologia Cultural tiver estabelecido, para o conjunto do mundo ou um país considerado isoladamente, o estado real das unidades elementares que o compõem, [é] que o Sociólogo poderá verificar suas hipóteses”. E acrescenta que “se a Sociologia, para conseguir sair do estágio metafísico em que ainda se encontra, necessita da Antropologia Cultural, esta, por sua vez, apoia-se necessariamente sobre a Etnografia” (LÉVI-STRAUSS: 1935, p.254).

³⁶⁶ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.38.

³⁶⁷ LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.251.

³⁶⁸ Os pressupostos que informavam a perspectiva de Lévi-Strauss emergem de maneira ainda mais clara na passagem em que ele afirma ser possível “proceder ao mesmo estudo objetivo e científico dos agrupamentos humanos caracterizados por determinadas instituições administrativas e dos agrupamentos caracterizados por determinada cor da pele ou secção do cabelo” (*Ibidem*, p.253).

mas conservam sempre inscritas na sua estrutura anatômica e na sua vida fisiológica verdades que urge recolher.³⁶⁹

Obviamente, nesse contexto de institucionalização incipiente, tamanho volume e diversidade de tarefas não poderiam contar apenas com o trabalho dos especialistas da área; o projeto previa a participação de pesquisadores menos especializados – cujo treinamento caberia ao próprio IAFC – e de colaboradores externos não especializados com facilidade de acesso às populações investigadas. Como esclarece Lévi-Strauss,

por um esforço de propaganda, procurar-se-á atrair para os cursos do Instituto todas as pessoas destinadas a viver em regiões longínquas do interior: engenheiros, militares, missionários, viajantes, etc., que poderão, assim, receber uma instrução teórica e prática evidentemente sumária, mas suficientemente precisa para fazer deles colaboradores aproveitáveis. Mais importante, porém, ainda, é a massa dos que, demasiado afastados ou ocupados, não podem tornar-se estudantes provisórios. Para esses, o Instituto estabelecerá "Instruções" e "Questionários" de diversos tipos, mostrando o espírito dentro do qual devem ser orientadas as pesquisas, seu objeto, os problemas essenciais que surgem *in loco*, as dificuldades habitualmente encontradas, o meio de evitá-las ou resolvê-las, os processos mais simples de classificação e enfiamento ou encaixotamento, de remessa de documentos, as informações indispensáveis que devem ser recolhidas, a técnica elementar das escavações, o modo de tomar as medidas principais nos vivos, etc...³⁷⁰

Este *modus operandi*, que revela o quanto as práticas de investigação correntes à época continuavam a se inspirar nos mecanismos de pesquisa desenvolvidos no século XIX, “encontra o seu lugar num cenário de institucionalização da Antropologia em curso e, principalmente, num momento em que o desaparecimento dos povos primitivos é dado como certo e muito próximo”.³⁷¹

Por tudo isso, a criação do IAFC representaria “um passo colossal das ciências antropológicas” e seria capaz de fazê-las, “em dois ou três anos, dobrar o caminho percorrido em dez”.³⁷² A julgar pela repercussão alcançada pelo projeto, esta avaliação parece ser compartilhada entre os pesquisadores que compunham a *Société des Américanistes* e, mais especificamente, por Paul Rivet, que publicou uma nota a respeito³⁷³ no volume 27 no *Journal de la Société des Américanistes* (JSA).

³⁶⁹ *Ibidem*, p.253.

³⁷⁰ *Ibidem*, p.255.

³⁷¹ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.39.

³⁷² LÉVI-STRAUSS, C. 1935. *Op. cit.*, p.256.

³⁷³ “M. Claude Lévi-Strauss, professor na Faculdade de Letras, Ciências e Artes (sic) de São Paulo e sua mulher foram encarregados de missão pelo Ministério de Educação Nacional para estudarem de perto

Apesar de sua aparente viabilidade, a proposta do Instituto não despertou o interesse dos dirigentes da Universidade – fato que, pela ausência de documentação a respeito, requer algum esforço interpretativo. Fundada em modelos acadêmicos um tanto heterodoxos para os padrões aceitos pela tradição filosófica predominante na Sociologia francesa, a proposta de Lévi-Strauss tanto não correspondia às expectativas dos idealizadores do projeto universitário paulista – que pretendiam formar uma classe dirigente esclarecida e dispor das ciências como instrumento para solucionar o que lhes parecia ser o “problema nacional” – quanto procurava apoio onde menos poderia esperar encontrá-lo: junto a um setor da intelectualidade local cuja pretensa superioridade diante do restante da sociedade assentava na validade de teorias evolucionistas e raciais questionadas pela Antropologia Cultural.

Ademais, uma instituição como o IAFC, que dependia tanto da colaboração de outras unidades, tinha poucas chances de sair do papel em meio ao clima de crescente antagonismo que havia se instalado na Universidade,³⁷⁴ cada vez mais dividida entre a autoridade administrativa dos fundadores e a resistência contraposta por docentes e alunos³⁷⁵ das escolas profissionais subordinadas à FFCL.

Cabe observar, por último, que embora não haja evidências bastante seguras a respeito seria insensato desconsiderar entre os fatores decisivos para a rejeição do projeto do IAFC a precedência de Paul Arbousse-Bastide sobre a direção do jornal *O Estado de S. Paulo* – aspecto referido diversas vezes por Lévi-Strauss e confirmado por Roger Bastide. Diante das ressalvas feitas pelo jovem professor tanto à tradição acadêmica durkheimiana quanto à orientação conferida ao ensino da Sociologia na Universidade, não devia ser difícil

algumas tribos pouco ou mal conhecidas no Mato Grosso. M. Lévi-Strauss apresentou ao Conselho da Universidade de São Paulo um projeto de fundação de um Instituto de Antropologia Física e Cultural”. Peixoto Massi (1998) observa que “no momento mesmo em que esse comunicado aparece nas páginas da publicação, o nome de Lévi-Strauss passa a constar na relação de membros da Sociedade dos Americanistas” (PEIXOTO MASSI, F. 1998. *Op. cit.*, p.86).

³⁷⁴ A esse respeito ver *Os primórdios da Universidade de São Paulo*, artigo de Marcioniro Celeste Filho.

³⁷⁵ Na entrevista que concedeu a Heloisa Pontes em 1987, Antonio Candido relata um episódio emblemático ocorrido durante uma aula de Pierre Hourcade, quando a FFCL ainda não tinha instalações próprias e alguns cursos ocorriam na Faculdade de Medicina: “em protesto contra o que eles consideravam intromissão no espaço do seu prédio, estudantes de medicina entraram na sala quebrando ampolas do fétido gás sulfídrico e expulsaram professor e alunos. Os diretores das duas faculdades se demitiram indignados, mas a Filosofia foi de fato expulsa e se refugiou num prédio da rua da Consolação, que ia ser demolido para a construção da Biblioteca Municipal. Traumatizado, Pierre Hourcade infelizmente interrompeu dali a pouco o curso que eu seguia e no fim do ano voltou para a Europa” (PONTES, Heloísa. 2001. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n.47, p.12-13).

suscitar a contrariedade de Julio de Mesquita Filho, que era um admirador da obra de Durkheim e, segundo Roger Bastide, era pouco receptivo às críticas dirigidas à FFCL.³⁷⁶

³⁷⁶ Como esclarece Roger Bastide, “a Faculdade era obra de Mesquita e toda crítica que se fazia a ela, mesmo se eram críticas ideologicamente perto de suas ideias, eram para ele uma ofensa pessoal” (CARDOSO, I.A.R. 1987. *Op. cit.*, p.195-196).

2.2 Para uma ciência da brasilidade

2.2.1 A brasilidade modernista de Mário de Andrade

A articulação entre identidade nacional e diversidade cultural, questão que perpassa diferentes momentos da nossa história intelectual, tem sido uma das principais linhas de força do pensamento social brasileiro desde o século XIX. A aposta na complementaridade entre essas duas categorias constitui um dos fundamentos da concepção de nacionalidade preconizada pelos autores do Modernismo.³⁷⁷

Movimentos dessa natureza, representativos das nacionalidades emergentes em países periféricos durante os séculos XIX e XX, exprimem a crescente insatisfação das elites intelectuais nativas diante do compromisso de representar e interpretar sua própria realidade de maneira antiquada ou alheia ao contexto nacional – compromisso esse fundado na manutenção de cânones artísticos e filosóficos europeus (quase sempre de proveniência francesa) legitimados por instituições de ensino dedicadas à difusão de determinados padrões de bom gosto e correção.³⁷⁸

De modo geral, a nacionalidade sustentada pelos intelectuais engajados nesses movimentos – oriundos tanto das camadas médias urbanas em expansão quanto de setores avançados das classes dominantes – baseava-se na afirmação da produtividade literária de sua língua vernácula, da qualidade e da originalidade dos artistas nacionais, da autenticidade de aspectos da cultura regional, assumindo por vezes o caráter de luta pela autonomia política de seus países.³⁷⁹

Ao analisar o quadro de referência que informa o Modernismo artístico e literário brasileiro o filósofo Eduardo Jardim de Moraes divide o movimento em duas fases. A primeira delas inicia-se em 1917, ano da exposição de Anita Malfati e da polêmica entre Monteiro Lobato e Oswald de Andrade, engloba a Semana de Arte Moderna de 1922 e vai até 1924, quando os modernistas se dividem em diferentes orientações. A segunda fase tem início com a publicação do “Manifesto Poesia Pau-

³⁷⁷ Cf. MORAES, E.J. 2005. As tradições da diversidade cultural – o modernismo. *In*: LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia. *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, p.88.

³⁷⁸ Cf. TRAVASSOS, Elizabeth. 1997. *Os Mandarins Milagrosos: Arte e Etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Funarte/Jorge Zahar, p.11; VILHENA, L.R.P. 1997. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, p.25.

³⁷⁹ Cf. TRAVASSOS, E. 1997. *Op. cit.*, p.11.

Brasil”, de Oswald de Andrade, cuja proposta estética conduziria a uma reavaliação das premissas e consensos iniciais do Movimento, estendendo-se daí por diante.

Os dois momentos teriam em comum, de acordo com Moraes (1983), a compreensão da modernidade como *télos* universal ou destino inescapável para toda a humanidade e a identificação dessa categoria com a realidade sociocultural difundida pelo “concerto das nações cultas” – expressão utilizada por Mário de Andrade.³⁸⁰ Apesar dessa semelhança, tanto a percepção do processo modernizador quanto as estratégias encontradas para instituí-lo no país seriam bastante diversas em cada período considerado.

Desta perspectiva, a primeira fase do Movimento se distinguiria pela afirmação da urgência da modernização, então concebida como processo idêntico em toda parte, e pela expectativa de introduzir o país no “concerto das nações cultas” através da incorporação à arte brasileira dos meios de expressão mais representativos do “espírito” da época – o que Moraes (1983) caracteriza como uma “perspectiva imediatista”. Trata-se de uma formulação restrita às artes e sua principal estratégia consiste em atualizar os recursos técnicos e estilísticos em uso nas diferentes linguagens, de modo a compatibilizá-las com as referências culturais difundidas pelos centros da “civilização”.³⁸¹ Contudo, a insuficiência destes esforços no sentido de aproximar a realidade local à das nações “cultas” agravaria a frustração dos modernistas diante da escassez de elementos modernizadores na sociedade brasileira e do alcance limitado da cultura letrada das elites.³⁸²

O segundo momento seria marcado, segundo Moraes (1983), pela formulação de novas orientações, caracterizadas pela inversão dos juízos de valor negativos a respeito do país – o tema do “atraso” brasileiro – e pela afirmação da realidade local através de um raciocínio mais elaborado, capaz de conjugar de forma consistente o imperativo universalista da modernização e a necessidade de redefinir as representações da identidade nacional.

³⁸⁰ Cf. MORAES, Eduardo Jardim de. 1983. A Constituição da ideia de modernidade no Modernismo brasileiro. Tese (doutorado em Filosofia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.13.

³⁸¹ No dizer de Mário de Andrade, reivindicava-se “o direito à pesquisa estética permanente, a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional” (ANDRADE, Mário de. 1978. *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, p.242).

³⁸² Como explica Moraes (1983), “sem abrir mão de seu ideal universalista, o Modernismo brasileiro, vivendo um momento que se poderia dizer de crise de participação passa a se interessar pelos problemas que dizem respeito à sua identidade e à determinação da entidade nacional. Será este momento a partir do qual o ingresso na modernidade não será mais buscado dentro de uma vertente imediatista mas ao contrário serão agora discutidas as mediações que irão ao mesmo tempo constituir o seu caminho e a sua garantia” (MORAES, E.J. 1983. *Op. cit.*, p.38-39).

As viagens realizadas em meados da década de 1920 por alguns dos principais representantes do Modernismo paulista ilustram bem essa mudança de perspectiva.³⁸³ No início do ano de 1924, o poeta suíço Blaise Cendrars³⁸⁴ foi recebido por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que o haviam conhecido em Paris, e por D. Olívia Guedes Penteadó – milionária da oligarquia paulista que ficaria conhecida pelo mecenato que praticava junto aos modernistas de São Paulo. O grupo³⁸⁵ partiu em viagem para o Rio de Janeiro, onde seu convidado descobriu o Carnaval, e cerca de duas semanas após o término da festa popular Oswald de Andrade publicava nas páginas do jornal paulista *Correio da Manhã* o “Manifesto Poesia Pau-Brasil”.

Mário de Andrade se reuniria aos demais apenas na segunda parte do itinerário – que ficou conhecida como “viagem de redescoberta do Brasil pelos modernistas”³⁸⁶ – para percorrer as cidades históricas de Minas Gerais no período da Semana Santa. Como já havia visitado as cidades de Ouro Preto e Mariana em 1919 e desde então nutria profundo interesse pela arquitetura colonial, a arte sacra e o barroco mineiro, ele se encarregaria de guiar o grupo.

A comparação entre as experiências de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, ambos formuladores de propostas fundamentais para as orientações assumidas a partir de então pelo Modernismo, ajuda a esclarecer algumas questões a respeito dos rumos assumidos pelo Movimento. Enquanto Mário parecia procurar em grandes artistas brasileiros do passado, cuja produção encontrava-se então à margem da ideia de identidade nacional, um modo de aprofundar o seu conhecimento a respeito da brasilidade; inspirando-se, por sua vez, nas propostas das vanguardas artísticas europeias,³⁸⁷ Oswald se mostrava mais interessado pelos aspectos típicos da realidade local, que contrastavam com as referências culturais difundidas pelos principais representantes da “civilização”.

³⁸³ Ribeiro (2005) observa que “as viagens compreendidas no ano de 1924 dão o start para a busca de um Brasil desconhecido, na verdade podemos dizer “inexistente”, cujas dimensões e fronteiras transparecem em obras como *Macunaíma* e *Manifesto Antropófago*, ambos publicados pela primeira vez em 1928” (RIBEIRO, Mônica Cristina. 2005. *Arqueologia Modernista: viagens e reabilitação do primitivo em Mário e Oswald de Andrade*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, p.48).

³⁸⁴ As impressões desta viagem ficaram registradas na coletânea de poemas *Feuilles de Route / Le Formose*, de Blaise Cendrars, publicada na França em 1924 (com capa e ilustrações de Tarsila do Amaral), e no livro de poemas *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade, editado na França em 1925.

³⁸⁵ Para ser mais exato, embarcaram para o Rio de Janeiro nesta ocasião: D. Olívia, Tarsila, Oswald e seu filho, Nonê, Paulo Prado, René Thiollier, Gofredo da Silva Telles e Blaise Cendrars.

³⁸⁶ *Ibidem*, p.77.

³⁸⁷ Neste período, Oswald de Andrade parece observar a realidade local pela perspectiva do estrangeiro (*cf. ibidem*, p.123), o que o levaria a descobrir a singularidade nacional nos elementos percebidos como “primitivos”, reificados através da ênfase nos aspectos “exóticos” e “pitorescos” da cultura brasileira.

Na periodização proposta por Eduardo Jardim de Moraes, a publicação do “Manifesto Poesia Pau-Brasil” aparece como o primeiro passo para a reorientação do Movimento em direção a um adensamento das reflexões a respeito da brasilidade. A proposta oswaldiana tanto modificaria os termos do debate sobre a modernização da arte brasileira que as diferentes orientações surgidas a partir de então seriam elaboradas como que em diálogo com a estética *Pau-Brasil*. Seu impacto pode ser mensurado pela ampla repercussão que teve nas declarações e nas obras de integrantes do Movimento nesse período.³⁸⁸

Apesar da importância decisiva da proposta oswaldiana, o problema do ingresso do país na modernidade encontraria sua formulação clássica na obra de Mário de Andrade, cuja produção como escritor, crítico e pesquisador consagrou uma ideia de nacionalidade que expressava não apenas as suas convicções a cada momento, mas traduzia concepções compartilhadas entre artistas e intelectuais modernistas daquele período.³⁸⁹ Este fato, assim como a atitude de liderança assumida pelo escritor entre os demais integrantes do movimento, se explica principalmente pelo seu engajamento na conscientização dos artistas em atividade quanto aos parâmetros que, segundo ele, deveriam orientá-los.

Como mostra o crítico e pesquisador Marcos Antonio de Moraes, as cartas trocadas por Mário de Andrade com interlocutores de diversas partes do país – sobretudo os mais jovens – constituem um espaço “de difusão dos fundamentos de um nacionalismo de cunho crítico”³⁹⁰ e compreendem, em seu conjunto, uma verdadeira campanha ideológica pela nacionalização da arte brasileira.³⁹¹ Tanto a amplitude quanto a capacidade de persuasão alcançadas por essa iniciativa permitem compará-la às ações sistemáticas da propaganda cultural francesa no Brasil durante a década de 1920.

Um exemplo bastante oportuno encontra-se em uma polêmica entre Mário de Andrade e Sérgio Milliet, veiculada pela revista *Terra Roxa e Outras Terras*. No seu primeiro número, lançado em janeiro de 1926, uma resenha de Milliet ao livro de poemas *Raça*, do poeta paulista Guilherme de Almeida, afirmava:

³⁸⁸ Cf. MORAES, E.J. 1983. *Op. cit.*, p.22.

³⁸⁹ *Ibidem*, p.3-4.

³⁹⁰ MORAES, Marcos Antônio de. 2003. “Abrasilizar o Brasil”: arte e literatura na epistolografia de Mário de Andrade. *Revista Caraveile*, n.80, p.37.

³⁹¹ A esse respeito, Marcos Antônio de Moraes observa que “emprega[ndo] uma retórica avessa às ”formas perigosas do conselho”, que implicam a superioridade de um e a inferioridade do outro [...] Mário, então, semeia a inquietação, exigindo posicionamentos artísticos, incitando reações” (*Ibidem*, p.37, nota 6).

Pode-se criticar “Raça”, sob o ponto de vista mesquinho dos modernismos franceses e italianos. Eu nego, porém, qualquer valor a essas críticas, porque o nosso modernismo tem de ser diferente. E Guilherme é profundamente brasileiro! Digo mais: é paulista [...] Isso não é um defeito, porque só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu país.³⁹²

Mário de Andrade era um crítico contumaz dos regionalismos e, embora a partir de 1924 demonstrasse uma tendência claramente nacionalista, sua orientação filosófica o conduzia mais para um nacionalismo de cunho universalista³⁹³ do que para o nativismo corrente entre os intelectuais paulistas de sua geração. O regionalismo era, para ele, um empecilho à constituição de uma identidade brasileira de alcance nacional, como evidencia sua resposta a Sérgio Milliet, publicada no número seguinte da revista.

Em que sentido simbólico, heroico, grandiloquente e errado você está empregando a palavra “paulista!” Eu não nego um valor enorme sobretudo no passado dos meus coestaduanos, porém carece tomar cuidado com os símbolos e com os sentimentos perniciosos. Como o símbolo, o paulista é também aquela besta reverendíssima da guerra dos Emboabas, ainda por cima arara e covardão. É o homem que abandonou toda uma região, porque sem providências de tratamento, sem bom senso e carinho ela não dava mais café [...] Sérgio companheiro, [me parece] que o sentimentalismo não está em gemer gozando os desejos que nascem no corpo e no espírito, porém em se deixar levar por vaidadinhas rompantes e afirmativas sem realidade e perigosas. Perigosa como a de você que é desnacionalizante, irritante e errada. O Brasil é um vasto hospital. Amarelão de regionalismo e bairrismo histórico. Visão de míope sem futuro e sem presente. Cuidado com o saudosismo! É sintoma de decadência.³⁹⁴

Ao apontar a parcialidade do discurso nativista e a veleidade inerente às diversas formas de regionalismo, e fazê-lo dentro de um espaço dedicado à crítica literária, Mário de Andrade demonstra o quanto as dimensões estética e ideológica³⁹⁵ se

³⁹² Terra Roxa e Outras Terras, n.1 (edição fac-similar). 1977. São Paulo: Martins/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, p.6.

³⁹³ Desde os artigos que escreveu em 1918, questionando-se sobre o sentido da guerra, Mário de Andrade vê como problemáticas as diferentes ideologias nacionalistas que emergiam naquele período, assumindo como postura um universalismo de base filosófica humanista, inspirado no princípio da fraternidade entre os homens (cf. LOPEZ, Telê Porto Ancona. 1972. Mário de Andrade: ramais e caminho. São Paulo: Duas Cidades, p.33). Como vemos adiante, o nacionalismo que passa a defender a partir de 1924 era concebido como condição necessária para se alcançar a universalidade.

³⁹⁴ Terra Roxa e Outras Terras, n.2 (edição fac-similar). 1977. São Paulo: Martins/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, p.4.

³⁹⁵ A compreensão do Modernismo a partir do diálogo entre um projeto estético e um projeto ideológico que se correspondem deve-se ao crítico João Luiz Lafetta, que foi o primeiro a propor uma periodização para o Movimento ao discutir sua trajetória inicial. A divisão proposta por Lafetta (2000) se distingue por focar a produção artística e intelectual enquanto a de Moraes (1983) procura explicar a constituição das bases conceituais do Modernismo. Para Lafetta (2000), a primeira fase, situada entre 1922 e 1930, se caracteriza

tornariam profundamente imbricadas após a fragmentação do Modernismo em diferentes orientações. Ademais, a citação da célebre sentença de Miguel Pereira, transformada à época em *slogan* do movimento sanitarista,³⁹⁶ demonstra o caráter programático das intervenções de Mário de Andrade. A referência metafórica à insalubridade da população – que na época encontrava-se concentrada em áreas rurais desprovidas de serviços médicos e repletas de endemias incapacitantes – expressa uma percepção comum entre intelectuais do período ao representar os aspectos problemáticos da sociedade brasileira como enfermidades que só poderiam ser superadas com a intervenção terapêutica adequada, ou seja, pelo recurso a um saber técnico especializado que não se encontra ao alcance do senso-comum e da opinião corrente.

Mário de Andrade encarava a constituição da nacionalidade como um processo de natureza social e, consoante com as tendências de pensamento social em voga no país, a interpretava a partir de um raciocínio organicista fundado na ideia de evolução. A exemplo disto, ao discutir o distanciamento entre a produção dos autores eruditos brasileiros e a tradição musical popular, ele afirma que “a nação brasileira é anterior à nossa raça”,³⁹⁷ referindo-se ao fato de o Estado nacional ter se constituído antes que a sociedade local pudesse adquirir uma conformação étnica particular e desenvolver expressões intelectuais e artísticas correspondentes.

Não se trata, portanto, de uma aposta racista no branqueamento da população brasileira através da “importação” de imigrantes europeus. Nesta acepção, a palavra “raça” remete ao mesmo campo semântico que “caráter nacional” ou “imperativo étnico” (expressões do próprio autor) e se refere a “uma força interna a cada povo, sua alma ou personalidade, que se manifesta na história, na língua, nas instituições sociais, nas formas de governo e de expressão artística”;³⁹⁸ algo que nos países de civilização mais antiga constituiria o fundamento de uma “comunidade étnica, nacional, ideológica que de alguma forma programa a vida do indivíduo à sua revelia”.³⁹⁹

Elizabeth Travassos resume bem as preocupações do autor ao dizer que “Mário de Andrade debruçou-se sobre um embrião, um povo que não tivera tempo de se constituir,

pela ênfase na dimensão estética e a segunda, que abrange toda a década seguinte, pela ênfase na dimensão ideológica. Com a mudança de ênfase, o projeto estético acabaria por se revigorar à medida que se diluía e se estabilizava.

³⁹⁶ A esse respeito ver *A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”*, de Dominichi Miranda de Sá (*Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.16, suplemento 1).

³⁹⁷ ANDRADE, Mário de. 1962. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, p.13.

³⁹⁸ TRAVASSOS, E. 1997. *Op. cit.*, p.8.

³⁹⁹ SANDRONI, Carlos. 1988. *Op. cit.*, p.23.

mas já sofria o cerco do internacionalismo e da urbanização”.⁴⁰⁰ De fato, grande parte de sua obra seria dedicada à elaboração de estratégias para viabilizar o amadurecimento dessa nacionalidade larvar,⁴⁰¹ sintetizada na figura emblemática do *herói sem nenhum caráter* – representação satírica de um povo desprovido de caracteres “raciais” bem definidos.

Seu crescimento foi instável: passou seis anos sem falar, retardo atribuído à preguiça; foi abandonado pela mãe no Cafundó do Judas, onde não poderia mais crescer; a Cotia banha-o no caldo da mandioca para “igualar o corpo com o bestuntó”, mas o resultado é invertido e seu corpo fica adulto na cabeça de menino. Idades mental e física descompassadas, o herói é um “menino-home”. O brasileiro que passa a ser não está apto a consumir o processo de civilização e assumir uma identidade étnica e cultural nítida. [...]

A hipótese de volta à vida tribal e reintegração no universo autóctone está afastada no relato da extinção dos índios pretos. A assimilação bem-sucedida de falsos brancos na sociedade civilizada também não parece viável. Resta a Macunaíma a saída individualista, o caráter dos que não têm caráter. Não existe comunidade primitiva, de índios ou africanos, sobre a qual os brasileiros poderiam projetar uma utopia de entidade nacional. Mal formados como Macunaíma, vivem tentados pela solução individualista.⁴⁰²

Mas o interesse suscitado pela narrativa não se resume à expressão da perspectiva evolucionista em que se baseia a crítica do escritor à solução individualista – comportamento que lhe parecia sintomático entre os brasileiros, manifestando-se tanto na conduta de indivíduos quanto em “coletivos como regiões, classes, famílias, etnias e nações”.⁴⁰³ *Macunaíma* constitui ainda um dos melhores exemplos da proposta defendida por Mário de Andrade após a mudança de perspectiva que marcaria o amadurecimento da reflexão modernista sobre a nacionalidade. Inspirado na pesquisa etnográfica realizada pelo naturalista alemão Theodor Koch-Grünberg, o autor recria o mito fundador dos índios taupéang recorrendo a uma profusão de referências mais ou menos explícitas a circunstâncias históricas, realidades sociais, aspectos culturais e elementos da fauna e da flora de diversas partes do país para misturá-los e homogeneizá-los deliberadamente. Em um prefácio inédito, publicado na edição crítica de *Macunaíma*, o próprio autor esclarece:

⁴⁰⁰ TRAVASSOS, E. 1997. *Op. cit.*, p.17.

⁴⁰¹ Travassos (1997) observa mais adiante que para Mário de Andrade as “ameaças de disrupção do processo formador, ainda em curso, provinham não somente das elites internacionalizadas, mas também das forças centrífugas da heterogeneidade e do individualismo” (*Ibidem*, p.151).

⁴⁰² *Ibidem*, p.149-150.

⁴⁰³ *Ibidem*, p.145.

Um dos meus interesses foi desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea – um conceito étnico nacional e geográfico.⁴⁰⁴

Pela aplicação deste procedimento nas dimensões espacial (com a desregionalização) e temporal (com a justaposição de diferentes circunstâncias históricas), a própria narrativa demonstra a viabilidade de uma alternativa identitária que o protagonista – assim como seu referente, o povo brasileiro – não conseguia enxergar, embotado pelo seu próprio individualismo e pela ausência de uma “consciência da nação”.

O êxito dessa solução reside por um lado na sua capacidade inclusiva, que permite estabelecer pela combinação de elementos particulares uma identidade brasileira de alcance nacional, e por outro na possibilidade de prevenir tanto o efeito desagregador produzido pelo regionalismo quanto o choque entre elementos culturais arcaicos e modernos ou, o que dá na mesma, a contraposição entre a herança colonial e o desenvolvimento posterior à emancipação nacional. Deste modo, a heterogeneidade percebida antes como obstáculo passaria a ser entendida como fundamento racial da brasilidade, isto é, como realidade mais profunda diante da qual a diversidade aparente constituiria apenas um aspecto superficial.⁴⁰⁵

A concepção de identidade nacional exposta pela primeira vez em *Macunaíma* reúne os princípios da orientação artística e intelectual preconizada pelo escritor a partir de então. O projeto estético correspondente será apresentado em outra obra clássica, embora menos conhecida, publicada no mesmo ano. Trata-se do *Ensaio sobre a Música Brasileira*, um texto programático onde – utilizando-se de sua expertise como crítico de arte, historiador da música e catedrático do CDM – Mário de Andrade convoca os músicos brasileiros a se engajarem no esforço conjunto de desenvolver uma “arte nacional” que tenha, ao mesmo tempo, a universalidade daquela produzida pelos grandes compositores europeus e a autenticidade de uma expressão genuinamente brasileira.

O *Ensaio* se propõe a identificar, embora não de maneira exaustiva, as características perenes da musicalidade brasileira e a demonstrar o equívoco daqueles que confundem a expressão autêntica da nacionalidade com “o exotismo, o jamais

⁴⁰⁴ ANDRADE, Mário de. 2008. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, p.220.

⁴⁰⁵ Cf. MORAES, E.J. 1983. *Op. cit.*, p.73.

escutado em música artística, sensações fortes, vatapá, jacaré, vitória-régia”.⁴⁰⁶ Apesar de referenciada nos debates da crítica musical especializada, a posição defendida por Mário de Andrade reitera a sua divergência quanto às demais orientações elaboradas no âmbito do Modernismo⁴⁰⁷ – em particular, as estéticas primitivistas de Oswald de Andrade.

Depois de apontar as fragilidades da concepção que identifica o nacional com base na perspectiva do estrangeiro, cuja compreensão a respeito se limita a aspectos superficiais, Mário de Andrade prescreve as diretrizes de seu projeto de nacionalização da música brasileira como a orientação mais adequada naquele momento para os compositores e arranjadores em atividade.

O período atual do Brasil, especialmente nas artes, é o de nacionalização. Estamos procurando conformar a produção humana do país com a realidade nacional. E é nessa ordem de idéias que justifica-se o conceito de Primitivismo aplicado às orientações de agora. É um engano imaginar que o primitivismo brasileiro de hoje é estético. Ele é social. [...] Ora numa fase primitivística, o indivíduo que não siga o ritmo dela é pedregulho na botina. Si a gente principia matutando sobre o valor intrínseco do pedregulho e o conceito filosófico de justiça, a pedra fica no sapato e a gente manqueja. "A pedra tem de ser jogada fora". É uma injustiça feliz, uma injustiça justa [...] Todo artista brasileiro que no momento atual fizer arte brasileira é um ser eficiente com valor humano. O que fizer arte internacional ou estrangeira, se não for gênio, é um inútil, um nulo.⁴⁰⁸

Poucos textos do autor assumem com tamanha franqueza o caráter doutrinário do seu nacionalismo, fato que faz do *Ensaio sobre a Música Brasileira* uma obra imprescindível para se compreender os pressupostos da orientação artística e intelectual de Mário de Andrade – o que em outros textos aparecerá de forma menos evidente ou mais circunstancial.

Ao discutir a relevância estética da introdução de elementos ameríndios na música erudita, o autor declara “seguir um princípio universal” que lhe permite determinar o modo como deverá ser constituída a “arte nacional”. Segundo ele, a situação de isolamento em que se encontravam as populações indígenas remanescentes perante a sociedade brasileira tornava imprópria a consideração de seus elementos musicais como as formas mais representativas da nacionalidade.⁴⁰⁹ Esse mesmo

⁴⁰⁶ ANDRADE, M. 1962. *Op. cit.*, p.14.

⁴⁰⁷ “É que os modernos, ciosos da curiosidade exterior de muitos dos documentos populares nossos, confundem o destino dessa coisa séria que é a Música Brasileira com o prazer deles, coisa diletante, individualista e sem importância nacional nenhuma” (*Ibidem*, p.13).

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p.18.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p.16-17.

raciocínio seria aplicável, embora em grau diferente, a outras espécies de “unilateralidade”, como a preferência pelos elementos musicais de origem africana.⁴¹⁰

Mário de Andrade sustenta que no caso da música essa “arte nacional” não seria construída a partir do nada, que ela “já está feita na inconsciência do povo. O artista tem só que dar para os elementos já existentes uma transposição erudita que faça da música popular, música artística”.⁴¹¹ Analogamente, o melhor critério para julgar as obras de compositores brasileiros contemporâneos seria, segundo ele, a avaliação da sua capacidade de exprimir “as características musicais da raça”, que – eis aqui o núcleo de seu argumento – “estão na música popular”.⁴¹²

Embora defendesse a nacionalização das artes como um todo, Mário de Andrade enfatiza a significação deste esforço na música erudita, campo que dispunha de condições excepcionalmente favoráveis à medida que, na sua avaliação, “a música popular brasileira é a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora”.⁴¹³ Do conjunto heterogêneo de obras produzidas por autores engajados neste esforço coletivo surgiria uma “escola musical brasileira”⁴¹⁴ similar àquelas constituídas por compositores europeus de diferentes origens étnicas e nacionais.

A novidade representada por esta concepção, que atribui o estatuto de “arte” à música folclórica, parece ainda mais significativa ao considerarmos que na época as práticas sociais vinculadas a tradições populares eram coibidas de diversas formas – desde a exigência de licenças especiais e taxas exorbitantes⁴¹⁵ até a violenta repressão policial – e que algumas delas foram objeto de legislação específica no Código Penal; que para a fração alfabetizada da sociedade estas práticas representavam o avesso da “civilização” e que, por conseguinte, seria inconcebível considerá-las elementos constitutivos da “cultura nacional”.

Não obstante, como parece claro a esta altura, a “Música Brasileira” a que se refere o título do texto não se confunde com o folclore; a expressão mais plena da

⁴¹⁰ “Já escutei de artista nacional que a nossa música *tem de ser tirada dos índios*. Outros embirando com guarani afirmam que a verdadeira música nacional é... a africana. O mais engraçado é que o maior número manifesta antipatia por Portugal” (*Ibidem*, p.28).

⁴¹¹ *Ibidem*, p.16.

⁴¹² *Ibidem*, p.20.

⁴¹³ *Ibidem*, p.24.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p.71.

⁴¹⁵ Em 1942, ao comentar as conquistas da recém-criada Sociedade Brasileira de Folclore junto a autoridades locais, Mário de Andrade observa que “a libertação desses grupos [folclóricos] do excessivo controle policial e do pagamento de taxas de licença estaduais e municipais proibitivas já provocou no Estado do Rio Grande do Norte um reflorescimento vivo dos bailados e cerimônias populares de fim de ano” (ANDRADE, Mário de. 1998. Folclore. In: MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William (Orgs.). Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, v.1. Brasília: Senado Federal, p.432).

musicalidade nacional seria, para Mário de Andrade, aquela composta em linguagem erudita utilizando-se de elementos do folclore musical.⁴¹⁶ Portanto, se por um lado, a sua concepção de “arte nacional” reconhece o valor das tradições populares, por outro, se baseia em uma concepção de cultura⁴¹⁷ que hierarquiza as categorias “popular” e “erudito”, estabelecendo entre elas uma distinção menos de grau do que de natureza.

Na via analítica em que se inscreve a ideia modernista de nacionalidade o ingresso do país na ordem moderna equivale a uma forma específica de projeção no contexto internacional, que se traduz pelo nivelamento do Brasil aos países que lhe fornecem a referência de “civilização”. Fundado nesse pressuposto, Mário de Andrade elabora sua orientação nacionalista a partir dos padrões estabelecidos pelas “nações cultas”, percebidos como critério universal que orienta no plano simbólico a constituição de qualquer comunidade nacional. Como esclarece Moraes (1983), a desejada integração supunha a constituição de uma *entidade nacional* – categoria que corresponde à parte que pretende se integrar ao contexto internacional – caracterizada tanto por sua *unidade* interna quanto pela *singularidade* que a distingue dos demais elementos do conjunto.

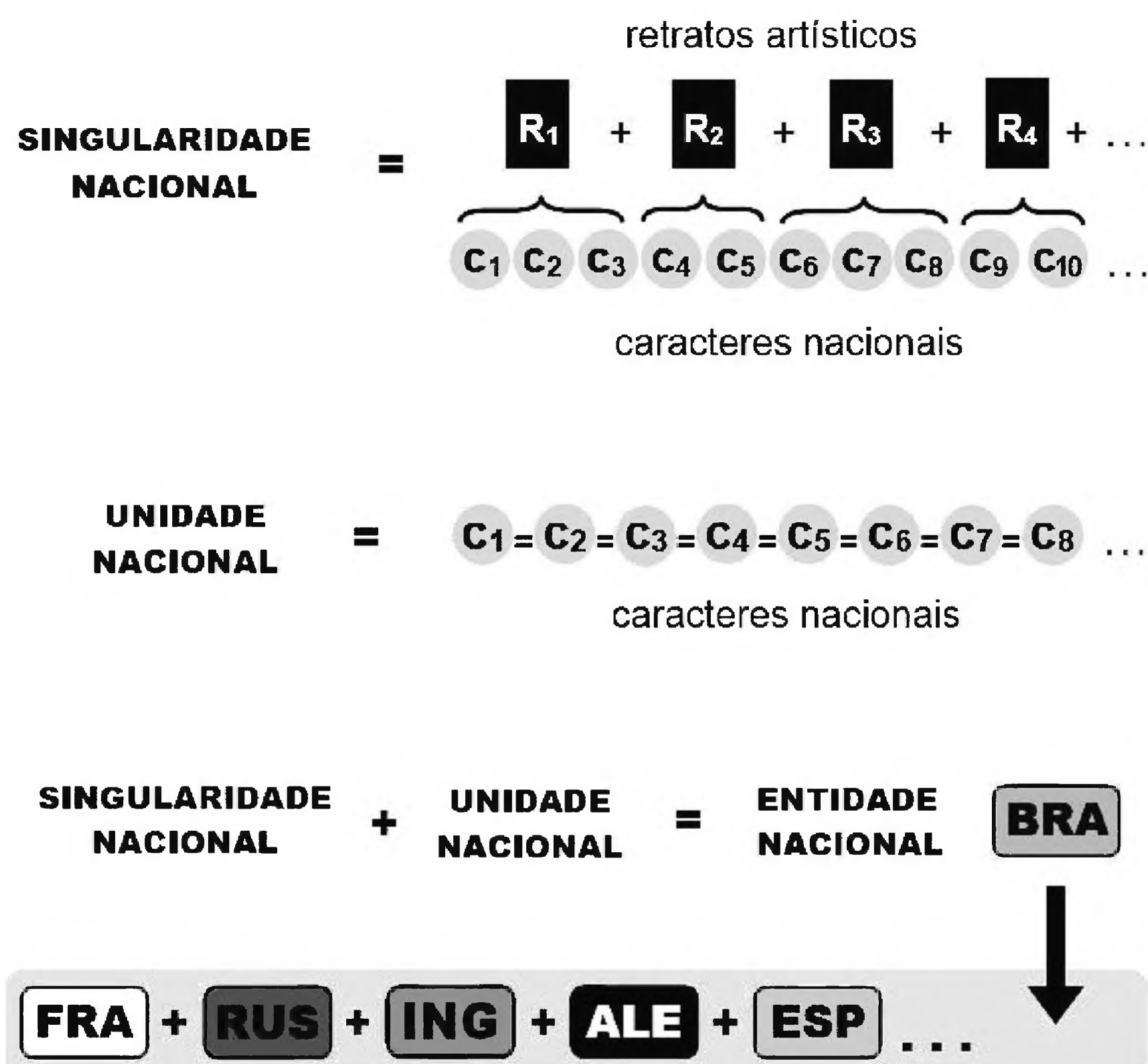
Desta perspectiva, o engajamento de Mário de Andrade em projetos de nacionalização da arte e de popularização da produção artística brasileira (objetivos que dialogam constantemente em sua obra) deve ser entendido como consequência de sua concepção de modernidade. Enquanto, de um lado, o desenvolvimento de uma “arte nacional” se traduziria na criação de inúmeros retratos artísticos do Brasil, os quais, fundados na pesquisa das diversas realidades humanas existentes no país, revelariam a singularidade nacional; de outro, a popularização dessa produção artística fundada na concepção inclusiva de identidade preconizada pelo autor permitiria a estabilização de uma unidade nacional coerente diante da imensa heterogeneidade do país.

⁴¹⁶ As obras de Luciano Gallet, Lourenço Fernandes e Heitor Villa-Lobos são mencionadas como exemplos bem sucedidos (cf. ANDRADE, M. 1962. *Op. cit.*, p.72).

⁴¹⁷ Travassos (1997) esclarece que a concepção de cultura utilizada por Mário de Andrade diz respeito às chamadas “atividades do espírito” (conjunto que compreende “filosofia, ciência, moral, religião, mas sobretudo literatura e arte”) e que esta acepção “tem pouca afinidade com a visão da cultura como “costume”, conjunto de regularidades empíricas da vida social, que inclui, entre outras coisas, as atividades de provimento das necessidades básicas do homem”. Ainda de acordo com a autora, o quadro de referência em que se baseia a perspectiva de Mário de Andrade combina aspectos do conceito humanista de cultura – que seria referido por Paul Arbousse-Bastide como o “sentido latino” de cultura – com acepção que os alemães atribuíam à palavra *kultur*. Trata-se, portanto, de uma noção bastante pessoal que “não solicita a neutralidade axiológica da abordagem adotada na antropologia moderna” (TRAVASSOS, E. 1997. *Op. cit.*, p.18).

As etapas desse projeto de construção simbólica da nacionalidade estão representadas de maneira bastante esquemática na figura a seguir.

Figura 6 – Projeto de construção da identidade nacional



No entanto, a consecução desse esforço coletivo pelo desenvolvimento de uma expressão musical “cultura” genuinamente brasileira assenta em duas circunstâncias quase inexistentes à época: por um lado, na aproximação entre a música erudita e o folclore ou, para ser mais exato, entre compositores acadêmicos e “fontes populares”; por outro, na existência de uma documentação representativa da diversidade de gêneros musicais do folclore brasileiro.

Pode-se dizer que o populário musical brasileiro é desconhecido até de nós mesmos. Vivemos afirmando que é riquíssimo e bonito. Está certo. Só que me parece mais rico e bonito do que a gente imagina. E sobretudo mais complexo.

Nós conhecemos algumas zonas. Sobretudo a carioca por causa do maxixe impresso e por causa da predominância expansiva da Corte sobre os Estados. Da Baía também e do nordeste ainda a gente

conhece alguma coisa. E no geral por intermédio da Corte. Do resto: praticamente nada.⁴¹⁸

O fato de sua avaliação a respeito das lacunas deixadas pelo acervo documental disponível basear-se no zoneamento de todo o território nacional já revela a amplitude do trabalho de campo cogitado pelo autor. Este indício se confirmaria com a realização da sua primeira viagem inteiramente dedicada à pesquisa de campo entre novembro de 1928 e fevereiro de 1929, meses depois da publicação do *Ensaio sobre a Música Brasileira*.

A respeito da documentação folclórica acumulada, Mário de Andrade informa aos compositores que se interessarem pelas “formas características” da música popular que poderão encontrá-las mais facilmente caso se disponham a ir diretamente às fontes, pois o “nosso folclore musical não tem sido estudado como merece. Os livros que existem sobre ele são deficientes sob todos os pontos de vista”.⁴¹⁹ Segundo ele, a credibilidade de boa parte dos registros disponíveis fica comprometida pela frequência de problemas de grafia musical decorrentes tanto da insuficiência da formação técnica dos compositores quanto de convenções que lhes permitiam omitir os detalhes, limitando-se aos aspectos elementares da frase melódica.⁴²⁰

Diante disso, Mário de Andrade saúda o compositor carioca Luciano Gallet pela publicação dos arranjos que compôs para as canções populares que havia recolhido,⁴²¹ mas pondera que “si a obra folclórica de L. Gallet enriquece a produção artística nacional, é incontestável que não apresenta possibilidade de expansão e suficiência de documentos para se tornar crítica e prática”,⁴²² Se ao longo do texto Mário de Andrade não deixa dúvidas quanto ao seu interesse pela pesquisa etnográfica (expressão que apesar de não aparecer aqui, será utilizada pelo autor ao se referir à viagem de pesquisa que realizou no final de 1928), seu comentário a respeito da iniciativa de Gallet demonstra uma

⁴¹⁸ ANDRADE, M. 1962. *Op. cit.*, p.20.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p.70.

⁴²⁰ “Um dos pontos que provam a riqueza do nosso populário ser maior do que a gente imagina é o ritmo. Seja porque os compositores de maxixes e cantigas impressas não sabem grafar o que executam, seja porque dão só a síntese essencial deixando as sutilezas para a invenção do cantador, o certo é que uma obra executada difere às vezes totalmente do que está escrito” (*Ibidem*, p.21).

⁴²¹ Entre 1924 e 1926, Luciano Gallet publicou em cinco volumes intitulados “Canções Populares Brasileiras” os 18 arranjos para piano e voz que compunha a partir de melodias que recolheu. Na capa de cada edição, constava que “em todas elas a linha melódica é conservada autêntica e respeitada a letra original, observando-se mesmo as alterações de grafia, fonética e construção” (*apud* BRUM, Marcelo Alves. Luciano Gallet e a multiplicidade do artista. *In*: Anais do XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-graduação em Música, p.5).

⁴²² ANDRADE, M. 1962. *Op. cit.*, p.21.

preocupação bem mais específica com a adoção de critérios sistemáticos para a produção de registros fidedignos.

A urgência e a prioridade atribuídas aos trabalhos de coleta o levariam a cogitar que estes fossem realizados de maneira mais modesta, embora não menos criteriosa, do que os sofisticados arranjos do compositor carioca.⁴²³

Do que estamos carecendo imediatamente é dum harmonizador simples mas crítico também, capaz de se cingir à manifestação popular e representá-la com integridade e eficiência. [...] Harmonizações duma apresentação crítica e refinada mas fácil e absolutamente adstrita à manifestação popular.⁴²⁴

Para comprovar as observações feitas ao longo do texto e contribuir para a superação dos problemas apontados na literatura especializada, a segunda parte do *Ensaio* seria dedicada à análise de 122 melodias populares, com o objetivo de estabelecer critérios rítmicos, de harmonia, de instrumentação etc. que permitam caracterizar a brasilidade musical.⁴²⁵

Em novembro de 1928, Mário de Andrade finalmente consegue recursos para uma viagem de pesquisa pelo nordeste – idealizada em 1924 e planejada desde 1926 – que seria sua primeira experiência de imersão.⁴²⁶ Organizado de acordo com o calendário folclórico da região, o roteiro da viagem incluía os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco abrangendo os ciclos natalino e carnavalesco, o que lhe permitiu observar uma enorme variedade de manifestações populares no intervalo de pouco mais de três meses.

Desde então, o interesse crescente pela literatura antropológica – que Mário de Andrade havia descoberto em relatos de etnógrafos estrangeiros – o levaria a aprimorar suas preocupações de natureza metodológica, aprofundando as críticas à deficiência da bibliografia sobre folclore brasileiro, e a propor novos esforços coletivos para viabilizar a constituição simbólica da nacionalidade.

⁴²³ Mário de Andrade observa que “os trabalhos dele são de ordem positivamente artística, requerendo do cantor e do acompanhador cultura que ultrapassa a meia-força. E requer o mesmo dos ouvintes” (*Ibidem*, p.21).

⁴²⁴ *Ibidem*, p.21.

⁴²⁵ Cf. SANDRONI, C. 1988. *Op. cit.*, p.36-37.

⁴²⁶ Os registros dessa missão apareceram pela primeira vez nas páginas do jornal paulista *Diário Nacional* (órgão do Partido Democrático, ao qual Mário de Andrade se filia no mesmo ano) que além de financiar a expedição publicou os relatos quase diários de seu “correspondente” no decorrer da viagem. Esses textos foram reunidos em *O Turista Aprendiz*, edição póstuma cujo título remete à coluna homônima assinada pelo autor no *Diário da Nacional*.

2.2.2 Um novo paradigma no estudo das tradições populares

Durante a viagem de pesquisas que fez pelo nordeste entre 1928 e 1929 e que seria sua primeira experiência propriamente etnográfica, Mário de Andrade se mostra pouco inclinado ao compromisso exigido pelo estudo sistemático do folclore – o que, provavelmente, se deve à percepção das dimensões do desafio que se impunha aos que desejassem investigar a fundo a impressionante diversidade de práticas socioculturais que encontrava diariamente.

Já afirmei que não sou folclorista. O folclore hoje é uma ciência, dizem... Me interessa pela ciência porém não tenho capacidade pra ser cientista. Minha intenção é fornecer documentação pra músico e não, passar vinte anos escrevendo três volumes sobre a expressão fisionômica do lagarto...⁴²⁷

No entanto, ao acompanhar as reflexões a respeito apresentadas nos textos que publicou a partir de então torna-se patente o aprimoramento do autor em direção a uma abordagem científica da matéria, pela adoção de critérios metodológicos que apontam para padrões mais rigorosos de estudo e de sistematização. As publicações a que me refiro, comentadas adiante, testemunham seu amadurecimento como folclorista e parecem motivadas pela proximidade do autor com dois jovens etnógrafos franceses – Fernande Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss – entre os anos de 1935 e 1938.

No texto intitulado “A situação etnográfica do Brasil”, publicado em outubro de 1936 na revista *Síntese*, Mário de Andrade discute as deficiências da bibliografia brasileira sobre folclore e esboça alguns dos argumentos que irá desenvolver em artigos posteriores. Na sua avaliação os problemas da produção acumulada a respeito relacionam-se a duas características persistentes nessa tradição de estudos: “muita teoria e pouca seriedade na colheita dos documentos”.⁴²⁸ Sem especificar as obras ou autores a que dirige sua crítica, Mário de Andrade afirma que a documentação existente é “mal colhida, anticientífica, deficiente” e desprovida de “dados absolutamente essenciais”; que diante dela “o estudioso do assunto desanima [...] e tem a impressão desesperada de que tudo deve ser repudiado”.⁴²⁹

⁴²⁷ ANDRADE, Mário de. 1976. Táxi e crônicas do Diário Nacional. São Paulo: Duas Cidades, p.232.

⁴²⁸ *Idem*. 2005. A situação etnográfica do Brasil. In: MORAES, Marcos Antonio de (Org.). Mário, Otávio: cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936-1944). São Paulo: Ateliê Editorial/IEB-USP/Imprensa Oficial, p.107.

⁴²⁹ *Ibidem*, p.108.

A inversão desse quadro dependeria, segundo ele, de uma completa reorientação das pesquisas em uma direção “prática baseada em normas severamente científicas”,⁴³⁰ algo que para se concretizar supunha a preparação de investigadores tecnicamente habilitados

que aprendam a colher, para depois colher [...] [em vez de] amadoristicamente se meterem no meio do povo, de lápis em punho, perguntando coisas, rindo das aparentes tolices que escutam, assustando o povo e sendo enganado por ele. É preciso aprender a lidar com o povo, e saber o que dever ser colhido, como e para que.⁴³¹

A data da publicação revela que a alternativa defendida pelo autor baseava-se na experiência do Curso de Etnografia promovido naquele ano pelo DC.

Mário de Andrade tornaria a afirmar a necessidade de renovação dos padrões de trabalho dos folcloristas brasileiros alguns anos depois, no período em que se transferiu para o Rio de Janeiro – após a exoneração do prefeito Fábio Prado e a substituição de servidores nomeados em sua administração. Em 2 de abril de 1939, ele publica na coluna literária que mantinha no jornal carioca *Diário de Notícias* o texto “Uma grande inocência”, comentando o livro *O Folclore mágico do Nordeste*, do médico pernambucano Albino Gonçalves Fernandes, lançado no ano anterior.⁴³²

O espaço utilizado por Mário de Andrade para elaborar suas reflexões a respeito e as flutuações de gênero surgidas ao longo do texto (que transita da crônica para a resenha e, por vezes, assume um caráter ensaístico) revelam tanto a precária institucionalização da pesquisa folclórica naquele momento quanto o pioneirismo do autor, que atuava em diversas frentes, aproveitando todas as oportunidades de que dispunha para se pronunciar.

Desta vez, suas observações sobre a fragilidade da documentação existente aparecem de forma ainda mais detalhada e a defesa da abordagem científica do folclore torna-se contundente. Entre os fatores que explicam essa radicalização encontra-se, ao que parece, o receio diante de um possível retrocesso após o declínio dos experimentos institucionais promovidos na capital paulista com o apoio da Prefeitura – entregue em maio de 1938 ao engenheiro Francisco Prestes Maia, cuja administração seria orientada pelas metas do projeto urbanístico elaborado a partir de seu Plano de Avenidas.

⁴³⁰ *Ibidem.*

⁴³¹ *Ibidem.*

⁴³² ANDRADE, Mário de. 1972b. O empalhador de Passarinho. São Paulo: Livraria Martins/Instituto Nacional do Livro, pp.39-44.

Mário de Andrade reconhece as qualidades do trabalho de Gonçalves Fernandes (que, na sua avaliação, teria superado “mesmo no assunto principal do livro, o catimbó, o que de melhor havia sobre ele, a contribuição imprescindível de Luís da Câmara Cascudo”),⁴³³ mas não deixa de apontar os problemas que identifica na documentação apresentada – o que lhe permite retomar o debate proposto no texto de 1936.

Quase toda a nossa documentação folclórica [...] é deficitária, desprovida de elementos acessórios que a valorizem, é não selecionada. Um documento folclórico colhido da memória de um advogado tem o mesmo valor de outro colhido da boca de um vaqueiro; não se faz diferença entre o colaborador urbano e o rural, o alfabetizado e o analfabeto, nem data, nem idade, nem sexo, nem nada; o folclore é o paraíso da “sensação” democrática; tudo é igual.⁴³⁴

Na sequência, Mário de Andrade também denuncia o que considerava a degradação da música folclórica por “cantoras de improviso, que por impossibilidade absoluta de cantar Schubert, deturpam chiquemente a toada e o jongo, [e ainda por cima] se intitulam “folcloristas”!” e repele com veemência posturas como a de Afrânio Peixoto, que assumiu “serem da própria lavra dele várias dezenas dos documentos que expôs no seu livro sobre quadrinhas populares”.⁴³⁵ Sua indignação diante desta que lhe parecia uma atitude de menosprezo para com a tradição popular e, sobretudo, de descrença na possibilidade de tomá-la como objeto do estudo rigoroso foi expressa nos seguintes termos:

Basta uma simples comparação, para se verificar o que há de... o que há de inqualificável num procedimento desses: Seria concebível imaginar-se o Sr. Afrânio Peixoto confessando sorridentemente ter, pra fazer experiência, inventado documentação pra um dos seus livros de medicina legal? Mas é que, pra brasileiro, medicina legal é ciência séria, ao passo que folclore é brincadeira.⁴³⁶

Alguns meses depois, em 4 de junho de 1939, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicaria um novo artigo de Mário de Andrade a respeito da aula inaugural da cadeira de Folclore na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil. Apesar de não ter procedido a um levantamento exaustivo de seus escritos sobre etnografia e folclore nos arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), suspeito que dentre os textos publicados pelo autor – excluindo-se, portanto, obras póstumas, correspondência e

⁴³³ ANDRADE, M. 1972. *Op. cit.*, p.40.

⁴³⁴ *Ibidem*, p.41.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ *Ibidem*.

textos inéditos – esta seja a contribuição mais substantiva ao que ele chamava de estudo do folclore “em bases energicamente científicas”.⁴³⁷

O significado do episódio que motivou o artigo foi sintetizado no próprio título do texto, “Folclore na Universidade”, e detalhado no seu decorrer, quando Mário de Andrade esclarece ter sido, junto com Luciano Gallet e Antonio de Sá Pereira, o idealizador da nova cadeira – que era a única no país, e fora incluída já “há bastantes anos” no projeto para a reforma pedagógica da instituição.⁴³⁸ Publicado no jornal de Mesquita Filho, à época um dos veículos de imprensa mais receptivos a reflexões de maior fôlego e densidade a respeito de temas especializados, o artigo expõe o que parece ter sido a orientação metodológica em que se baseavam as pesquisas coletivas realizadas pelos membros da Sociedade de Etnografia e Folclore em cidades do interior paulista.

Mário de Andrade mantém então o mesmo posicionamento apresentado anteriormente, mas o foco de sua crítica se desloca da avaliação da produção bibliográfica para a identificação dos fatores que dificultavam a institucionalização do “folclore científico, sem amadorismo”.⁴³⁹ Referindo-se à descontinuação das atividades daquela que lhe parecia a iniciativa mais promissora neste campo, ele constata que

As poucas tentativas de alguns doidos, morrem depressa, desautorizadas no meio da total incompreensão dos governos e de quantos podem e deveriam pagar. Porque Folclore, especialmente Folclore compreendido em bases energicamente científicas, custa dinheiro também. E só pode desenvolver-se frutiferamente nas organizações coletivas. Tudo quanto não seja a parte final, crítica, filosófica da matéria, se esteriliza muito quando entregue ao trabalho individual.⁴⁴⁰

Como vimos no Capítulo 1, a constatação do desinteresse tanto das elites quanto dos atores governamentais pelo financiamento de iniciativas culturais era um dos assuntos recorrentes entre os idealizadores DC. A novidade, neste caso, consiste na avaliação do impacto produzido por essa circunstância em uma atividade ao mesmo tempo científica e

⁴³⁷ ANDRADE, Mário de. 1939. Folclore na Universidade. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 04 de setembro de 1939, p.4.

⁴³⁸ Em abril de 1931, após ser nomeado diretor do então Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, Luciano Gallet criou a comissão encarregada de organizar a reforma pedagógica. No entanto, como as inovações propostas foram recebidas com resistência entre os membros da instituição, as mudanças tiveram que ser implementadas aos poucos. No intervalo entre a criação da cadeira de Folclore e a realização do concurso para o seu funcionamento efetivo, uma cadeira semelhante foi criada no Instituto de Artes da UDF, mas acabou sendo extinta com o fechamento da Universidade por determinação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).

⁴³⁹ ANDRADE, M. 1939. *Op. cit.*, p.4.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

cultural, ou seja, no reconhecimento da especificidade do trabalho científico e das características do sistema social ou da subcultura de que depende toda produção de conhecimentos cientificamente orientada.

Na sequência, Mário de Andrade passa então a discorrer sobre as especificidades do trabalho de campo, as limitações inerentes à condição de pesquisador e sobre o impacto destes fatores na objetividade exigida pela investigação científica.

como nós não compreendemos exatamente o objeto folclórico, que não só não é nosso, mas deriva de outras classes, de outras necessidades, de outra mentalidade, nós somos fatalmente obrigados a interpretá-lo para compreendê-lo. Isto absolutamente não é um mal, pelo contrário, é exatamente a parte filosófica do folclore, quando, no final do estudo, na derradeira etapa do trabalho, a quantidade de fatos recolhidos permite e exige uma interpretação. Mas a interpretação age aprioristicamente mesmo antes do primeiro objeto recolhido; dirige muitas vezes e subrepticamente a colheita, manifesta insensivelmente as suas preferências.⁴⁴¹

Os três grupos de fatores referidos como condicionantes da “interpretação” – que opera como uma interferência involuntária da subjetividade durante o trabalho de campo – demonstram a pluralidade do quadro de referência do autor, que na tentativa de compreender a natureza do objeto estudado, combina a variável sociológica da classe a uma noção de “necessidade” que talvez decorra da leitura de James George Frazer e se utiliza de uma concepção de “mentalidade” aparentemente inspirada em Lucien Lévy-Bruhl⁴⁴². A referência a essas três dimensões (social, cultural e psicológica) como fundadoras da diferença entre pesquisadores e pesquisados diz bastante sobre a percepção do autor a respeito do “outro” com quem se defrontava no estudo empírico do folclore.

Mais adiante, ao descrever os afetos a que está sujeito o investigador, que “vai aos poucos amando o povo que estuda”, Mário de Andrade ilustra sua argumentação com exemplos extraídos de situações concretas e sugere que a singularidade do “objeto

⁴⁴¹ *Ibidem.*

⁴⁴² Como observa Telê Porto Ancona Lopez, Lévy-Bruhl era então o antropólogo francês mais conhecido na Europa e suas concepções sobre a mentalidade primitiva influenciaram obras modernistas como o *Manifesto Poesia Pau-Brasil* e o *Manifesto Antropófago*. Mário de Andrade entrou em contato com sua obra em algum momento entre 1929 e 1932, através da oitava edição de *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*, e as anotações que fez nas margens desse exemplar revelam o quanto absorveu das teorias do autor (cf LOPEZ, T.P.A. 1972. *Op. cit.*, p.92-93). Por volta de 1932 Mário de Andrade lê *Os horizontes místicos do negro na Bahia* e *Notas de Etnologia*, de Arthur Ramos, e (a julgar pelas anotações feitas nas margens dos dois exemplares) incorpora do autor a combinação entre elementos das teorias de Freud e Lévy-Bruhl. De acordo com Lopez, sua adesão torna-se explícita nas digressões sobre os elementos individuais que suscitariam o “fenômeno folclórico” (*Ibidem*, p.108-109).

folclórico” não se restringe à sua delimitação sociocultural, que é preciso considerá-lo em função da natureza das interferências a que está sujeito o olhar do próprio pesquisador.

O recolhedor de folclore que se apaixona pela coisa folclórica sofre todos os convites à desonestidade. Grafa uma canção e percebe logo a possibilidade de torná-la, pelo seu gesto, mais linda. A modificação é tão pequena, um sonzinho só, e pronto: a cantiga fica lindíssima. Quem sabe se ouviu mau, quem sabe se o som era mesmo o desejado e que, no momento, o cantador modificou por engano?...⁴⁴³

A única forma de evitar “estas e outras traições (como a fadiga, que torna impaciente um final de colheita)” estaria na realização coletiva do trabalho de campo, pela qual “se estabelece um policiamento natural”, à medida que “um recolhedor controla o outro e está sempre lhe cortando as asas por demais voláteis da interpretação ou da franca escamoteação da verdade”.⁴⁴⁴ A importância desse padrão de organização do trabalho se justificava pela necessidade de superar o amadorismo, caso se pretenda alcançar um conhecimento confiável a respeito da diversidade de formas culturais encontradas em todo o país. E nada disso seria possível sem a disponibilidade de recursos financeiros adequados.

No último artigo que dedicou ao tema, escrito em 1942 para integrar o *Handbook of Brazilian Studies*,⁴⁴⁵ Mário de Andrade sustenta as convicções que havia expressado anteriormente e discute a fundo algumas questões apenas aludidas em outros textos. Atendendo aos objetivos da publicação a que se destinava seu artigo, ele realiza um balanço da bibliografia brasileira a partir de um elenco de autores escolhidos segundo a importância de suas contribuições para a consideração do folclore como objeto de estudos sistemáticos. Convém observar que apesar de referir-se a autores do passado, o artigo não se propõe a traçar um histórico do desenvolvimento da pesquisa folclórica no Brasil, mas a identificar diferentes linhagens entre as obras comentadas e apontar para o leitor estrangeiro as qualidades e as limitações de cada uma delas.⁴⁴⁶

Na tipologia proposta por Mário de Andrade a produção brasileira sobre folclore encontra-se dividida em três segmentos. O mais difundido deles surge com “o movimento intelectual do Romantismo, que chamou a atenção dos escritores brasileiros para as

⁴⁴³ *Ibidem.*

⁴⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁴⁵ Editado no Brasil apenas em 1950 com o título *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*.

⁴⁴⁶ Neste sentido, sua perspectiva poderia ser comparada àquela adotada pelo sociólogo Samuel Lowrie no primeiro trabalho que produziu como técnico do DC, que verifica a utilidade e as limitações dos dados registrados pelo Serviço Demográfico do Estado sem discutir as condições em que foram registrados.

manifestações tradicionais populares”, e encontra seu marco de fundação na obra de Sílvio Romero, autor que pela primeira vez “organizou colheitas sistemáticas de documentos e iniciou simultaneamente o seu estudo”.⁴⁴⁷

Ao apontar as deficiências da documentação⁴⁴⁸ reunida em *Cantos Populares do Brasil* (1882) e *Contos Populares do Brasil* (1884), Mário de Andrade não questiona “a honestidade do trabalho de Sílvio Romero, a seriedade das suas antologias e o seu valor imprescindível”,⁴⁴⁹ mas observa que

escudados em tão grande autoridade e não lhe compreendendo o espírito e a época, muitos escritores de literatura e jornalistas lhe seguiram, não a lição, mas os processos [...] e o seu exemplo deu origem a toda uma orientação deplorável de folcloristas mais ou menos improvisados, recolhedores sem a honestidade do Mestre, descritores deficientes e levianos dos nossos costumes tradicionais.⁴⁵⁰

Uma orientação “muito mais nobre” teria origem nos trabalhos de “cientistas brasileiros, etnólogos, filólogos, naturalistas, médicos, que, impregnados do método das suas ciências, imprimiram aos estudos de folclore, entre nós, direção mais perfeita”.⁴⁵¹ As primeiras obras representativas deste segmento seriam *O Selvagem* (1876), do General Couto de Magalhães, e *Poranduba Amazonense* (1890), de João Barbosa Rodrigues, que apesar de se referirem a populações indígenas descrevem mitos e costumes que seriam incorporados às tradições populares brasileiras.⁴⁵²

Apesar das diferenças substanciais entre essas duas orientações, Mário de Andrade acredita que nenhuma delas havia “encarado [...] na sua integridade”⁴⁵³ a cultura popular tradicional e critica tanto os antologistas pela suposição de “que folclore significava apenas poesia, contos, provérbios e anedotas”⁴⁵⁴ quanto os demais por não

⁴⁴⁷ ANDRADE, M. 1998. *Op. cit.*, p.423.

⁴⁴⁸ Mário de Andrade exemplifica o que considera “defeitos da época e também da não especialização” referindo-se às nítidas interferências do autor sobre os textos orais coligidos em suas antologias: “Quem porém tenha algum conhecimento da maneira com que o povo canta, não pode deixar de se inquietar um bocado com a perfeição técnica tanto de metrificacão como de linguagem, desses documentos. Mesmo que se aceite como legítimas as correções de pronúncia, dada a verdadeira impossibilidade de registrar as mil e uma variantes de dicção por meio da escrita, e isto interessa mais propriamente à fonética, parece certo que os documentos foram “consertados” tanto sob o ponto de vista da técnica da poesia como quanto à inteligibilidade dos textos” (*Ibidem*, p.424).

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p.424-425.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p.426.

⁴⁵² Ambos encontram-se – junto com Theodore Koch-Grumberg, Karl Teschauer e Capistrano de Abreu – entre as principais fontes utilizadas na construção da narrativa de *Macunaíma*.

⁴⁵³ *Ibidem*, p.428.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p.425.

terem dado a devida atenção “ao nosso folclore jurídico, nem [...] à cultura material e vida social”.⁴⁵⁵

Uma terceira vertente, bem mais nova, teria se constituído a partir do trabalho desenvolvido em instituições governamentais, “como o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo (1935) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937)”,⁴⁵⁶ que se sobrepunham ao amadorismo predominante.

O que distingue especialmente esta orientação, embora nela se incluam as importantes obras de conjunto do Prof. Artur Ramos sobre a contribuição do negro no Brasil, é a consciência de que ainda não é possível ao folclorista o sedentarismo das obras de gabinete nem muito menos estabelecer desde já sínteses completas da formação folclórica do povo brasileiro. Entramos portanto numa fase monográfica, em que as largas obras gerais foram substituídas por pequenas monografias especializadas, de assuntos mais facilmente pesquisáveis por um só autor.⁴⁵⁷

Apesar de considerar a emergência deste segmento como um divisor de águas, Mário de Andrade admite que “o folclore no Brasil, ainda não é verdadeiramente concebido como um processo de conhecimento”⁴⁵⁸ e que a nova orientação não era “suficientemente forte e consciente para estabelecer qualquer espécie de policiamento, que ao menos possa por de sobreaviso o estudioso”⁴⁵⁹ – em suma, que o estudo científico do folclore ainda não havia alcançado o reconhecimento da sociedade brasileira.⁴⁶⁰

No artigo “O Folclore na Argentina”, publicado em 12 de março de 1941 nas páginas de *O Jornal*,⁴⁶¹ Mário de Andrade expressa seu apreço pela conformação

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p.428.

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p.423.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p.422.

⁴⁶⁰ A esse respeito, Mário de Andrade retoma alguns dos argumentos que havia apresentado na resenha ao livro de Gonçalves Fernandes, afirmando que “o folclore científico sofre no Brasil a concorrência impudica do amadorismo, escandalosamente protegido pelas casas editoras e o aplauso do público. Um exemplo basta para demonstrar esta confusão: é geral entre os cantores improvisados de rádio, disco e mesmo concerto, se intitulem “folcloristas” só porque usam e abusam da canção popular, consertando-lhes os textos, modificando-lhes as melodias em proveito de “maior facilidade vocal” como já me foi dito, deformando-lhes por completo a instrumentação e a harmonização. E como “folcloristas”, tanto eles como certos antologistas de cantigas e anedotas populares, cheios de boa vontade mas ignorantes, são aceitos unanimemente, não só pelos anúncios e *managers*, como pelo público educado e pela crítica dos jornais” (*Ibidem*, p.421-422).

⁴⁶¹ Este texto encontra-se nos arquivos do IEB-USP (Fundo Mário de Andrade, seção Matérias extraídas de periódicos – textos sobre folclore), mas os recortes não incluem informações sobre o nome do jornal nem a numeração da(s) página(s) em que o texto foi diagramado. Constam apenas a data da publicação – manuscrita a lápis – e a informação impressa, entre parênteses logo abaixo do título, de “copyright dos Diários Associados” (*cf.* ANDRADE, Mário de. 1941. O Folclore na Argentina. *O Jornal*, 12 de março de

institucional resultante do empenho dos folcloristas locais, o que revela muito de suas convicções sobre como deveria ser conduzida a institucionalização desses estudos no Brasil. Para contextualizar o surgimento da revista *Folklore*, publicação especializada que o Departamento de Folclore do Instituto de Cooperação Universitária da Argentina acabara de criar, ele comenta a trajetória do campo naquele país e compara alguns aspectos de sua institucionalização com as circunstâncias correspondentes no caso brasileiro.

O interesse crescente pela pesquisa folclórica no contexto latino-americano,⁴⁶² a semelhança entre as tradições pré-científicas desse campo em diferentes países e, sobretudo, a constatação da precariedade desses estudos no Brasil o fariam reconhecer:

O que me entusiasma na Argentina é a orientação associativa, a proteção universitária e oficial que receberam os estudos folclóricos lá. Exatamente o que mais nos falta, ou exatamente o que nos faz mais falta aqui. Não creio que os homens públicos argentinos sejam mais 'cultos' que os forasteiros, mas sob muitos pontos de vista parece haver, no país do sul, uma noção mais larga e humanística de nacionalidade, que permite pelo menos maior complacência com toda a árvore genealógica da cultura, e não só lhe reconhece a existência do tronco e dos galhos mestres, mas também dos brotos novos e menores ramos.⁴⁶³

A metáfora da “árvore genealógica da cultura” – figura indicativa das condições diversas em que se encontravam diferentes atividades intelectuais – revela que a abrangência do reconhecimento social de que depende o processo de institucionalização constitui para o autor uma das causas da discrepância entre os desempenhos de cada país no estudo de suas tradições populares.

A especificação da disciplina à qual o estudo do folclore se agrega como um ramo auxiliar não se encontra nesse artigo, mas aparece na resenha de 1939, quando Mário de Andrade introduz sua digressão sobre as deficiências da pesquisa folclórica afirmando que “é preciso acentuar o aspecto amador que tomam certas ciências aqui no Brasil, principalmente a Sociologia e as ciências que tendem a se destacar dela, como é o caso do

1941, recorte). A identificação do periódico se baseia no relato publicado por Maurício Loureiro Gama no número 33 da *Revista do IEB*, no qual se registra que certa vez o presidente dos Diários Associados, o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand, referiu-se a Mário de Andrade como “esse mulato safado”, desconhecendo as razões que fizeram o escritor interromper sua coluna em *O Jornal* – único veículo do grupo no Rio de Janeiro – e passar a escrever para um concorrente (cf. GAMA, Maurício Loureiro. 1992. Mário de Andrade – Apontamentos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.33, p.191-192).

⁴⁶² Mário de Andrade observa que a pujança de sua produção folclorística conferia aos argentinos uma posição análoga àquela ocupada por Cuba no contexto “ibero-americano” (cf. ANDRADE, M. 1941. *Op. cit.*, recorte).

⁴⁶³ *Ibidem*.

Folclore”.⁴⁶⁴ Sua convicção acerca da proximidade entre as duas áreas lhe permite tecer a respeito da Sociologia considerações semelhantes àquelas que fizera acerca dos Estudos de Folclore.

Si é sempre certo que um Oliveira Viana, um Gilberto Freire e poucos mais, de uma ou de outra forma, apresentam obra honesta ou valiosa, creio que algum filósofo indiano que desejasse saber o que é a Sociologia pelo que, com este nome, se faz entre nós, se sairia mais ou menos com esta definição: “A Sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil”.⁴⁶⁵

Não pretendo sugerir, com esta citação, que o autor acreditasse serem análogas as circunstâncias em que se achavam naquele momento ambas as áreas – o que seria um contrassenso, tratando-se do momento em que a Sociologia era introduzida no ensino superior. Seu comentário interessa à medida que identifica semelhanças entre alguns dos desafios a serem enfrentados por ambas as áreas em seus respectivos processos de institucionalização. Pode-se dizer o mesmo em relação a uma passagem do artigo de 1942, em que Mário de Andrade avalia que o interesse da Sociologia universitária pelo estudo das tradições populares tem contribuído para a consolidar uma abordagem do tema em bases científicas rigorosas.⁴⁶⁶

Como demonstram os textos comentados até aqui, Mário de Andrade não se pronunciava em nome de uma disciplina científica bem definida nem defendia a autonomia da pesquisa folclórica em relação às áreas em que esta compareceria enquanto ramo auxiliar. Suas preocupações eram inteiramente alheias aos debates em torno da definição de fronteiras disciplinares⁴⁶⁷ e referiam-se, principalmente, à necessidade de amparo institucional para a produção de um conhecimento confiável sobre o que lhe parecia ser o principal recurso para a construção simbólica da nacionalidade.

Trata-se, como no caso do *Ensaio sobre a Música Brasileira*, de um alerta sobre a urgência de um esforço coletivo a partir de diferentes iniciativas para o registro e o estudo desses construtos efêmeros que tenderiam a afastar-se de sua forma tradicional sob a influência irresistível da modernidade – algo que o autor já havia observado em seu texto de 1936.

⁴⁶⁴ ANDRADE, M. 1972. *Op. cit.*, p.40.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p.41.

⁴⁶⁶ Cf. ANDRADE. 1998. *Op. cit.*, p.438.

⁴⁶⁷ Sua autodefinição como não-folclorista parece caber apenas neste sentido, sobretudo se considerarmos que sua formação etnográfica quase que inteiramente autodidata.

Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnorteado pelo progresso invasor.⁴⁶⁸

Essa convicção, que está na base de diversas iniciativas de Mário de Andrade enquanto chefe da Divisão de Expansão Cultural do DC, explica o seu interesse pelo projeto para a criação do IAFC, evidenciado com a reprodução do artigo de Lévi-Strauss no número XVIII da RAM.⁴⁶⁹ Como veremos no próximo capítulo, os padrões de trabalho que determinaram a organização interna da instituição concebida por Lévi-Strauss seriam adotados como referencial de cientificidade tanto nas atividades da Sociedade de Etnografia e Folclore quanto na orientação do Curso de Etnografia promovido em 1936 – em que teria origem a entidade.

Embora insistisse desde o *Ensaio sobre a Música Brasileira* na necessidade de trabalhos sistemáticos de coleta das tradições populares em todo o país, antes de sua aproximação com Dreyfus e Lévi-Strauss o escritor conhecia bem pouco do instrumental de pesquisa referido no projeto do IAFC.⁴⁷⁰ Afora o interesse comum pela cultura tradicional e os modos de vida da população, a convergência entre as expectativas do diretor do DC e os horizontes de trabalho dos jovens etnógrafos franceses se evidencia no recurso comum ao fichário, instrumento em que assenta a viabilidade do aparato institucional previsto no projeto do Instituto e que era objeto de uma prática cotidiana para Mário de Andrade – o que se conclui pelas dimensões de seu “fichário analítico”, depositado nos arquivos do IEB-USP, composto por 9634 fichas.⁴⁷¹

O cuidado com a sistematização de suas pesquisas bibliográficas e a variedade de assuntos a que se dedicava o fariam adotar por conta própria, desde a década de 1920, esse sistema de organização, como revela o depoimento do poeta Raul Bopp.

Uma noite, Oswald levou-me à casa de Mário de Andrade. [...] A sombra do professor do Conservatório de Música estava sempre a seu lado. A sua erudição pesava, dogmaticamente, nas conversas. Deliciava-se com o seu repositório de folclore. Tudo vazado

⁴⁶⁸ ANDRADE, M. 2005. *Op. cit.*, p.108-109.

⁴⁶⁹ Nessa mesma edição foi publicada a resposta de Samuel Lowrie aos artigos de Paul Arbousse-Bastide acerca das diferentes conceituações de cultura.

⁴⁷⁰ Em seu artigo, Lévi-Strauss menciona o guia de pesquisas do *Royal Anthropological Institut*, que seria utilizado como material didático e como modelo para a elaboração de questionários, as instruções de pesquisa elaboradas por Marcel Mauss e enviadas pelo *Musée du Trocadero* a militares, administradores, missionários e turistas nas colônias francesas da África, além das técnicas cartográficas utilizadas pelos antropólogos da Escola de Frobenius (*cf.* LÉVI-STRAUSS: 1935, p.255).

⁴⁷¹ *Cf.* VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p. 58.

cuidadosamente em fichas. Era disciplinado nos seus métodos de trabalho. Homem de arquivo.⁴⁷²

Não há dúvidas de que a visita relatada ocorreu entre os anos de 1922, quando Mário de Andrade se tornara catedrático do CDM, e 1929, ano de sua ruptura com Oswald de Andrade. Ele mesmo fornece maiores detalhes a respeito de seu fichário no texto que escreveu em novembro de 1937 para a introdução de *Namoros com a Medicina*.

Minha maneira de trabalhar é assim: Vou lendo, desgraçadamente sem muito método, aquilo que pelo seu autor ou seu assunto me dá gosto, ou responde às perguntas do meu ser muito alastrado. Como desde muito cedo tive memória pouca mas estimo ter resposta pronta às minhas perguntinhas, tomei o hábito virtuoso de fichar. Os anos, não eu, reuniram assim um regular deserto de fichas. [...] Disse “deserto” mas foi por causa das miragens. Há os que me chamam de culto apenas porque tenho alguma paciente leitura. Há momentos em que me acredito seguro de um assunto, apenas porque sobre ele tenho cento e vinte fichas. Perigosas miragens...⁴⁷³

Tanto a qualidade de “homem de arquivo”, referida por Raul Bopp, quanto a sensatez autocrítica de Mário de Andrade ajudam a explicar o seu apoio ao projeto do IAFC e o seu empenho em conquistar a adesão de Dreyfus e Lévi-Strauss como colaboradores nos trabalhos do DC.

No caso de Lévi-Strauss, a convergência entre seus interesses e os de Mário de Andrade pode ser constatada em uma carta de 25 de outubro de 1936 em que o jovem professor de Sociologia registra suas impressões a respeito das melodias transcritas e analisadas na segunda parte do *Ensaio sobre a Música Brasileira*.

Seu comentário dá a ver, no texto musical, uma quantidade de traços que uma leitura descuidada certamente deixaria escapar. Quanta coisa admirável o senhor recolheu! Com um instrumento improvisado, fabricado com uma só corda, passei uma noite inteira a decifrar essas árias que são de uma riqueza melódica, de um sabor, de uma poesia extraordinárias. O senhor permitiu que eu me aproximasse de mais um aspecto do Brasil; sou-lhe mil vezes grato.⁴⁷⁴

⁴⁷² BOPP, Raul. 1966. *Movimentos Modernistas no Brasil (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, p.66-67. Trata-se de uma coletânea que reúne as anotações utilizadas pelo autor ao realizar duas conferências a respeito no Instituto Brasileiro de Estudos Internacionais.

⁴⁷³ ANDRADE, M. 1972. *Namoros com a Medicina*. São Paulo: Martins/Instituto Nacional do Livro, p.6.

⁴⁷⁴ LÉVI-STRAUSS, C. 2005. *Cartas a Mário de Andrade*. In: *Caderno Mais!*, *Jornal Folha de S. Paulo*, 22 de maio de 2005, p.6.

A amizade com os intelectuais do DC é referida por Lévi-Strauss em mais de uma ocasião;⁴⁷⁵ a mais significativa parece ser a entrevista concedida a Carlos Sandroni em 1993, quando o então renomado etnólogo conta que

mesmo se nós, jovens professores da Universidade, fomos muito bem acolhidos pelos que eu chamaria de “notáveis” – Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e outros –, os nossos verdadeiros amigos (aqueles com quem jantávamos, saíamos à noite, fazíamos excursões) eram os do Departamento de Cultura: Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e provavelmente outros cujo nome me escapa.

Por outro lado, o Departamento de Cultura se interessava muito pelas tradições populares; por este viés, como etnólogo, eu me sentia muito próximo de suas pesquisas e participava delas.⁴⁷⁶

A participação mencionada teria início com o apoio financeiro do Departamento à primeira “Missão Lévi-Strauss”, realizada no período das férias escolares entre 1935 e 1936, cerca de um mês após a reprodução do projeto do IAFC na seção “Noticiário” da RAM. O acordo firmado com Mário de Andrade previa como contrapartida a publicação na Revista de um artigo inédito a respeito das culturas indígenas investigadas na expedição. Como esclarece o ofício enviado por Mário de Andrade ao prefeito Fábio Prado (ver o Anexo 10), a administração municipal forneceu películas para a produção de filmes etnográficos⁴⁷⁷ destinados ao acervo do DC.

Dreyfus e Lévi-Strauss visitaram aldeias Bororo, no Mato Grosso Central, e Cadiueu,⁴⁷⁸ na fronteira com o Paraguai; na entrevista que concedeu a *O Jornal* após o retorno da expedição, Lévi-Strauss esclarece que seu interesse pelos “Kaduveos” se deve às indicações fornecidas em um artigo “anterior à guerra de 1914” publicado no

⁴⁷⁵ Por exemplo, ao descrever as relações estabelecidas entre os professores franceses e seus padrões brasileiros, Lévi-Strauss contrapõe o seu distanciamento em relação aos intelectuais do grupo do *Estado* à sua familiaridade com os dirigentes do DC: “Em face do meio um tanto pretensioso de *O Estado de S. Paulo*, muito ligado ao poder político [...] meus colegas e eu nos achávamos em posição de clientes, no sentido romano do termo. Como outros, sentia-me infinitamente mais à vontade no Departamento de Cultura da municipalidade” (LÉVI-STRAUSS, C. 2001. *Op. cit.*, p.10).

⁴⁷⁶ LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, Carlos. 2002. Mário, Oneida, Dina e Claude. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.30, p.238.

⁴⁷⁷ Foram produzidos, a pedido de Mário de Andrade, seis filmes etnográficos de oito minutos cada um, rodados em 16 milímetros: *Aldeia de Nalike* (I e II), *Cerimônias Funerais entre os índios Bororo* (I e II), *A vida de uma aldeia Bororo* e *Os trabalhos do gado no curral de uma fazenda no sul do Mato Grosso* (cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.85; PEIXOTO MASSI, F. 1998. *Op. cit.*, p.103, nota 15; VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.43).

⁴⁷⁸ Diante da variação constante da sua grafia seja nas fontes da época ou em entrevistas e publicações posteriores, decidi adotar a forma utilizada na edição brasileira de *Tristes Trópicos*.

JSA em que “se afirmava haver ligação entre as pinturas corporais dos Kaduveos e a cerâmica do vale do Amazonas (Marajó e Santarém)”.⁴⁷⁹

A importância do primeiro trabalho de campo do casal pode ser avaliada tanto pela “benção de Lévy-Bruhl, Mauss e Rivet”,⁴⁸⁰ após a exposição⁴⁸¹ organizada em Paris para apresentar as coleções formadas com o material recolhido na missão,⁴⁸² quanto pela obtenção de recursos junto ao *Musée de l’Homme* para subsidiar sua segunda missão. Se a nota publicada por Paul Rivet no JSA oficializava o ingresso de Lévi-Strauss nos quadros da *Société des Américanistes* (ver nota 372), o artigo “Contribuição para o estudo da organização social dos índios Bororo”, publicado simultaneamente em português na RAM⁴⁸³ e em francês no JSA,⁴⁸⁴ o tornaria um etnólogo reconhecido internacionalmente.⁴⁸⁵

De acordo com a informação fornecida por Dreyfus, a proposta do DC para a realização do Curso de Etnografia teria ocorrido no início de 1936⁴⁸⁶ – o que permite supor que sua aproximação com o Departamento após a entrega do acervo etnográfico resultante da missão e o seu protagonismo na coleta e no processamento desse material foram determinantes para a decisão de Mário de Andrade.

Assim como seu marido, Fenande Dina Dreyfus era formada em Filosofia pela Sorbone⁴⁸⁷ e obtivera sua *agrégation*⁴⁸⁸ alguns anos antes de integrar a Missão

⁴⁷⁹ LÉVI-STRAUSS *apud* VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.84.

⁴⁸⁰ LÉVI-STRAUSS, C. 1996. *Op. cit.*, p.62.

⁴⁸¹ A mostra, que a princípio seria recebida por Paul Rivet no *Musée d’Ethnographie*, teve que ser realizada em outro local devido às reformas do *Palais du Trocadero* para a inauguração do *Musée de l’Homme*, previstas para ocorrer durante a Exposição Universal de 1937. Na sua entrevista a Didier Eribon, Lévi-Strauss descreve os artefatos apresentados: “Tínhamos recolhido entre os cadiveu cerâmicas decoradas e peles pintadas com motivos singulares que só existem lá na América. Os objetos bororo eram principalmente enfeites de pluma, dentes e unhas de animais, pois os bororo decoram ricamente até suas armas de caça e utensílios” (ERIBON, D. e LÉVI-STRAUSS, C. 1990. *Op. cit.*, p.33).

⁴⁸² Os objetos recolhidos durante suas pesquisas no Brasil seriam divididos entre o DC e o *Musée de l’Homme*. De acordo com Valentini (2010), além dos filmes etnográficos, Dreyfus e Lévi-Strauss entregaram ao DC “161 artefatos Bororo, 164 Kadiwéu, dois Terena e um Kaingang” (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.182).

⁴⁸³ O artigo de Lévi-Strauss aparece no volume 27 da RAM, o mesmo em que foi publicado o primeiro relatório “A Assistência Filantrópica na cidade de S. Paulo”, de Samuel Lowrie.

⁴⁸⁴ Cf. PEIXOTO MASSI, F. 1998. *Op. cit.*, p.87; VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.43.

⁴⁸⁵ Cf. ERIBON, D. e LÉVI-STRAUSS, C. 1990. *Op. cit.*, p.36.

⁴⁸⁶ Luísa Valentini acredita que “a rigor, não é possível dizer se o convite a Dina Dreyfus para ministrar o Curso de Etnografia junto ao Departamento de Cultura é feito antes ou depois da articulação do apoio à primeira “Missão Lévi-Strauss” ” (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.43). A informação de que o convite teria ocorrido já em 1936 encontra-se em um relatório – discutido mais adiante – que a pesquisadora enviou à autoridade governamental responsável pela sua inclusão na Missão Universitária Francesa e não vejo razões para desconfiar do seu relato neste particular, à medida que a hipotética anterioridade desse convite não modificaria o panorama apresentado pelo documento nem lhe reduziria a capacidade de persuasão.

⁴⁸⁷ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.18.

Universitária Francesa, tornando-se professora de liceu em uma cidade do interior.⁴⁸⁹ Apesar de serem raras as referências textuais à sua presença nas primeiras viagens de exploração relatadas por Lévi-Strauss ao interior paulista e a outras regiões do país, pelo menos duas fotografias feitas por ele nessas ocasiões – publicadas em *Saudades de São Paulo* – permanecem como registro do seu protagonismo em campo (ver o Anexo 9). Numa delas, que parece tirada em algum local do interior de São Paulo, Dreyfus demonstra aos professores das cadeiras de História e de Filosofia da FFCL, que os acompanhavam na ocasião, como utilizar uma sonda arqueológica.

No que se refere ao trabalho etnográfico propriamente dito, como argumenta Ellen Spielmann, a experiência adquirida como assistente de Paul Rivet no *Musée du Trocadero* sugere que a habilidade de Dreyfus e possivelmente seus conhecimentos na matéria⁴⁹⁰ superavam os de Lévi-Strauss,⁴⁹¹ que na sua entrevista a Didier Eribon em 1988 admite ser “homem de gabinete” e que sempre lhe faltara “dedicação e paciência” para o trabalho de campo.

Enfim, por que não confessá-lo? Logo percebi que era mais homem de gabinete do que de campo. Dito sem nenhuma intenção pejorativa, muito pelo contrário, o trabalho de campo é um pouco “tarefa de damas” (razão provável pela qual as mulheres têm tanto sucesso nele). A mim, faltavam-me dedicação e paciência.⁴⁹²

Como mostra Valentini (2010), a colaboração estabelecida a partir de então entre Mário de Andrade, Claude Lévi-Strauss e Fernande Dina Dreyfus convergia para a introdução de práticas de pesquisa fundadas em padrões aceitos internacionalmente, de modo a viabilizar a investigação científica da imensa variedade de formas culturais e

⁴⁸⁸ Como explica Peixoto Massi (1989), “a *agrégation* é o primeiro título, propriamente dito, na carreira do professor, que está assim habilitado para o ensino secundário” (PEIXOTO MASSI, L. 1989. *Op. cit.*, p.420).

⁴⁸⁹ Cf. ERIBON, D. e LÉVI-STRAUSS, L. 1990. *Op. cit.*, p.22.

⁴⁹⁰ Ao ser questionado a esse respeito em seu depoimento ao projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, Mário Wagner Vieira da Cunha – que foi aluno tanto de Dreyfus no Curso de Etnografia do DC quanto de Lévi-Strauss na FFCL, tornando-se mais tarde seu assistente na cadeira de Sociologia – afirma que “ela tinha um pouquinho mais de conhecimento [do que o Lévi-Strauss], não há dúvida” (PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.274). Essa constatação é corroborada pelo antropólogo Luiz de Castro Faria, que participou da segunda expedição de Dreyfus e Lévi-Strauss, na entrevista que concedeu em dezembro de 2001 ao jornal *Folha de S. Paulo*: “Quem fazia a etnografia da expedição era Dina. Dina foi preparada para isso. Fiz retratos dela com os índios, fazendo anotações. Levi não fazia isso” (FARIA, Luiz de Castro. 2001. *Ridentes Trópicos. Caderno Mais!, Jornal Folha de S. Paulo*, 16 de dezembro de 2001, p.7).

⁴⁹¹ Cf. SPIELMANN, E. 2003. *Op. cit.*, p.83.

⁴⁹² ERIBON, D. e LÉVI-STRAUSS, C. 1990. *Op. cit.*, p.61.

modos de vida encontrados nas diferentes regiões do país, e para a constituição de um espaço institucional adequado a esse sistema de trabalho.

Ao mesmo tempo em que contemplava as preocupações de Mário de Andrade quanto ao desenvolvimento de iniciativas de coleta, registro, estudo e preservação das tradições populares, a criação desse espaço institucional no âmbito do DC tornava factível – ao menos em parte – a agenda de pesquisas preconizada por Lévi-Strauss e representava para Dreyfus não apenas a esperada colocação profissional, mas a possibilidade de inserir-se em uma atividade imprevista e provavelmente mais satisfatória que aquelas decorrentes de sua convocação para servir à política cultural francesa no Brasil.

Neste sentido, o trabalho conjunto desses três intelectuais em torno de projetos científicos sucessivos, concebidos a partir de uma orientação comum, pode ser interpretado como esforço de institucionalização tanto dos Estudos de Folclore quanto da Antropologia Cultural em um contexto de ausência de recursos financeiros e do apoio institucional necessário para ambas as áreas.

CAPÍTULO 3

3.1 A preparação do pesquisador profissional

3.1.1 Etnografia e folclore de uma perspectiva metropolitana

O cenário institucional constituído no âmbito das ciências sociais a partir de iniciativas surgidas na década de 1930 assumiria formas mais bem definidas em meados do século XX, período em que a USP emerge como principal centro de produção intelectual do país nas áreas de Sociologia e Antropologia e a mobilização dos folcloristas resulta na articulação de um Movimento Folclórico de âmbito nacional. A proximidade entre os estudos de folclore e as ciências sociais universitárias nesse período pode ser exemplificada pela inserção simultânea em ambos os campos de intelectuais como Edison Carneiro, Manuel Diegues Júnior, Thales de Azevedo e Maria Isaura Pereira de Queiroz.⁴⁹³

Enquanto a institucionalização do ensino superior em ciências sociais, iniciada na década de 1930, completava seu ciclo com a substituição dos professores estrangeiros por seus ex-alunos, possibilitando a estabilização de uma produção brasileira nesse campo, o desamparo dos estudos de folclore impunha, o padrão organizatório preconizado por Mário de Andrade ao identificar no “movimento associativo” iniciado em 1936 pelo DC e ampliado em 1941 com a criação da Sociedade Brasileira de Folclore, por iniciativa de Luís da Câmara Cascudo, e da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada por Arthur Ramos, a expressão do “desejo seguro de um alevantamento científico dos estudos folclóricos do país”.⁴⁹⁴

O Movimento Folclórico chegaria ao seu apogeu no período compreendido entre a formação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore (CNF) – que organizou quatro Semanas Nacionais de Folclore (entre 1948 e 1952), cinco Congressos Brasileiros de Folclore (entre 1951 e 1963) e um congresso internacional (realizado em 1954) – e a criação, em 1958, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro,⁴⁹⁵ vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Em sua pesquisa de doutorado, a respeito da mobilização em torno dos Estudos de Folclore no Brasil em meados do século XX, Luís Rodolfo Vilhena constata que os folcloristas demonstravam “impressionante capacidade [...] de mobilizar a opinião

⁴⁹³ Cf. CAVALCANTI, M.L.V.C. e VILHENA, L.R.P. 1990. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Revista Estudos Históricos*, v.3, n.5, p.77-78.

⁴⁹⁴ ANDRADE, M. 1998. *Op. cit.*, p.431.

⁴⁹⁵ Cf. CAVALCANTI, M.L.V.C. e VILHENA, L.R.P. 1990. *Op. cit.*, p.75-76.

pública em torno dos temas da identidade nacional e da cultura popular” e que isto não se devia apenas à divulgação de suas ideias e pesquisas em meios especializados, mas principalmente à tradução de sua agenda na forma de diretrizes para as “gestões políticas, apelos à opinião pública, grandes manifestações coletivas e festivais folclóricos”.⁴⁹⁶

Ao rastrear referências ao folclore e ao seu estudo na produção brasileira de ciências sociais, Vilhena (1997) constata que enquanto no período de 1945 a 1964 as tradições populares figuram como temática mais recorrente nas obras de Antropologia,⁴⁹⁷ no período seguinte as referências se tornariam cada vez mais escassas, convergindo em direção à crítica do “conservadorismo” e do “diletantismo” atribuídos aos folcloristas.⁴⁹⁸ O autor identifica nessa tendência uma clara “reversão do grau de legitimidade concedido aos estudos de folclore”,⁴⁹⁹ percebidos não mais como um campo de produção do saber, mas enquanto sobrevivência da tradição pré-científica ou ainda como orientação intelectual anacrônica fundada em “uma postura teórica e ideologicamente incorreta”.⁵⁰⁰

No artigo que dedicaram ao tema em 1990, Maria Laura Cavalcanti e Luís Rodolfo Vilhena observam que “os estudos atuais de Sociologia e Antropologia que lidam de alguma forma com a temática do popular referem-se frequentemente à ótica do folclore como redutora dos fatos da cultura a sobrevivências do passado” – concepção característica da Antropologia do século XIX – e que os comentadores em questão opunham à perspectiva criticada “a preocupação com o contexto e com o sentido ou função”⁵⁰¹ dos fenômenos socioculturais – argumento central nas críticas feitas durante o século XX à abordagem evolucionista da cultura. Ainda de acordo com Cavalcanti e Vilhena (1990), essa percepção a respeito dos estudos de folclore, bastante difundida entre os cientistas sociais da chamada “escola sociológica paulista”, justificaria a reiterada “incapacidade dessa área de estudos em se fazer reconhecer como ciência”.⁵⁰²

A mudança apontada por Cavalcanti e Vilhena (1990) e por Vilhena (1997) na percepção dos Estudos de Folclore não deixa dúvidas quanto à marginalização desse campo a partir do contexto universitário e demonstra o quanto os esforços de Mário de

⁴⁹⁶ VILHENA, L.R.P. 1997. *Op. cit.*, p.27-28.

⁴⁹⁷ Vilhena (1997) observa que do conjunto de 141 livros de Antropologia publicados no período “a maioria (48 títulos) era sobre folclore” e que os estudos sobre “grupos étnicos específicos” ocupavam o segundo lugar (*Ibidem*, p.39).

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p.65.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p.26.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p.65.

⁵⁰¹ CAVALCANTI, M.L.V.C. e VILHENA, L.R.P. 1990. *Op. cit.*, p.75.

⁵⁰² *Ibidem*.

Andrade não bastariam para viabilizar a sua institucionalização em bases científicas, enquanto ramo auxiliar das ciências sociais. Este fato não é referido aqui para explicar as iniciativas gestadas no período anterior, quando as dificuldades enfrentadas motivaram a colaboração entre a Sociologia universitária e a pesquisa folclórica; na verdade, a precisão analítica exige bastante cautela com raciocínios dessa espécie, que ao desconsiderar a dimensão causal inerente ao próprio contexto podem conduzir a conclusões equivocadas. Como enfatiza Vilhena (1997),

Mesmo que possamos retrospectivamente reconhecer variáveis que determinaram o curso dos eventos, no momento em que eles ocorreram, essa realidade aparece como relativamente “aberta”, e compreender esses processos significa restituir essa abertura vivida pelos sujeitos sociais (abertura que lhes permite “projetar” e, assim, agir socialmente) e explicar porque tais eventos tomaram o seu curso histórico preciso.⁵⁰³

Neste sentido, considerar a deslegitimação acadêmica desse campo a partir de meados do século XX torna ainda mais nítida a singularidade do período anterior quando, apesar de pouco desenvolvida, a pesquisa folclórica parecia ser mais valorizada no contexto universitário e as tradições populares figuravam entre os temas de interesse tanto de estudantes e assistentes quanto de catedráticos da Subseção de Ciências Sociais e Políticas da FFCL.

No contexto internacional, os esforços empreendidos à época no sentido da institucionalização dos estudos de folclore em diferentes países eram notórios tanto pela emergência de iniciativas locais quanto pelo interesse crescente no intercâmbio de ideias e experiências com folcloristas estrangeiros. Um episódio bastante oportuno para observar essa movimentação é o primeiro Congresso Internacional de Folclore (CIF) realizado em Paris no âmbito da Exposição Universal de 1937. O evento foi descrito em detalhes por Nicanor Miranda, que era chefe da Divisão de Educação e Recreios e fora designado como representante oficial do DC no evento.

De acordo com seu relato, publicado no volume 42 da RAM, os objetivos do Congresso seriam

promover o acesso definitivo do Folclore [entendido como disciplina] ao campo das ciências antropológicas e proporcionar às diversas nações meios para conhecerem as várias atividades sociais que se desenvolvem nesse domínio [...] [pois] a troca de ideias entre folcloristas pode conduzir a acordos, que harmonizem os esforços de

⁵⁰³ VILHENA, L.R.P. 1997. *Op. cit.*, p.70.

diversos países na escolha comum, não só de tarefas particulares de caráter urgente como de meios apropriados para a consecução dos mesmos fins.⁵⁰⁴

O representante do DC informa que durante o evento foram criadas, com estudiosos das respectivas matérias, duas comissões destinadas uma a estabelecer padrões para a produção dos “atlas folclóricos” e outra a criar uma “bibliografia internacional” com livros e periódicos “de interesse folclórico” publicados em diferentes áreas.⁵⁰⁵ Ao término do Congresso foram estabelecidos como objetivos comuns às diversas iniciativas ali representadas:

- a – que em cada país seja criada uma instituição oficial nacional para os estudos de Folclore.
- b – que sejam instituídas cadeiras públicas de Folclore, nas Universidades ou nos estabelecimentos de ensino superior.
- c – que o estudo de Folclore seja inscrito nos programas dos estabelecimentos de ensino.⁵⁰⁶

Entre as propostas aprovadas, encontrava-se também a adesão de diferentes países à concepção que divide a “ciência do folclore” em quatro domínios: civilização material, estruturas sociais, tradições e literaturas orais e metodologia⁵⁰⁷ – o que revela um esforço para o estabelecimento de uma comunidade científica internacional nesse campo.

Os critérios utilizados na organização das seções do evento também informam bastante sobre a conformação assumida por esse campo de estudos na França e refletem, em certa medida, as concepções correntes entre folcloristas europeus. As atividades compreendidas sob a rubrica “Folclore” abrangiam dois grandes segmentos, “Folclore Descritivo” e “Folclore Aplicado à Vida Social”, que se desdobravam em oito subseções (quatro por segmento) identificadas pelas respectivas áreas de concentração; a cada subseção correspondia uma seção plenária cujo eixo temático se ramificava em simpósios onde foram distribuídas as comunicações inscritas no evento.

A imagem a seguir representa a estrutura resultante até o nível das seções plenárias – sobre os simpósios (referidos como “seções particulares”), duas tabelas com a sua distribuição encontram-se no Anexo 16.

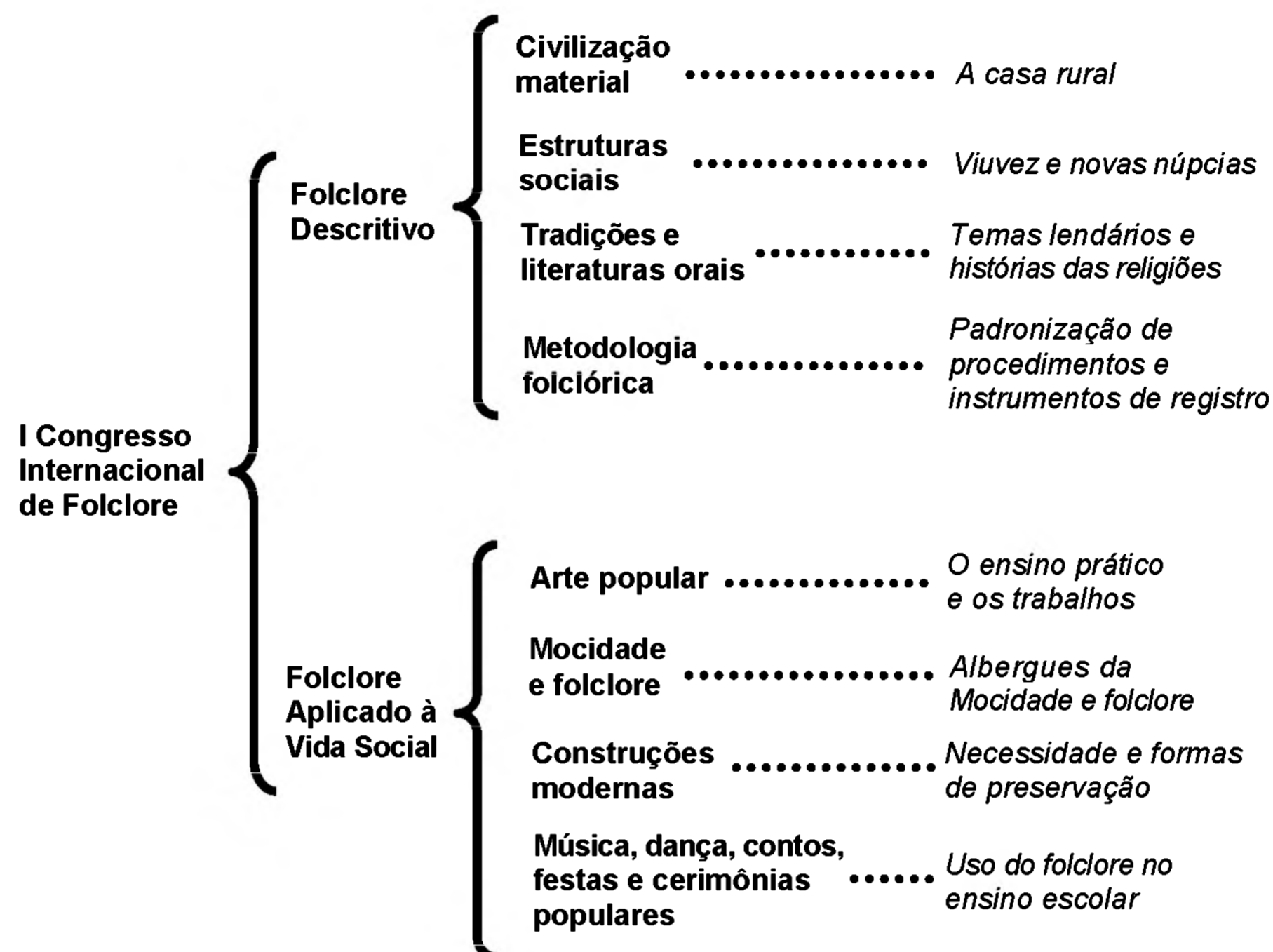
⁵⁰⁴ MIRANDA, Nicanor. 1937. *O Congresso Internacional do Folclore*. Revista do Arquivo Municipal, v.42, p.79.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.83.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p.84.

Figura 7: Seções temáticas do I Congresso Internacional de Folclore



Ao percorrer as áreas constituídas a partir das sucessivas ramificações, constata-se que no contexto europeu os estudos de folclore abrangiam desde os trabalhos de registro e pesquisa, centrais para o desenvolvimento desse campo no Brasil, até uma miríade de temas periféricos para os folcloristas brasileiros da época, assimilados na França ao domínio do “Folclore Aplicado à Vida Social”. Por exemplo, o aproveitamento pedagógico das tradições populares – que era um dos aspectos singulares do trabalho educativo dos Parques Infantis criados pelo DC (ver o Anexo 11) – e a utilização do folclore nas artes – questão a que Mário de Andrade dedicou parte significativa de sua produção como crítico, mas que fora dela encontraria uma repercussão bastante modesta.

Quanto ao domínio do “Folclore Descritivo”, onde se concentravam as iniciativas para o reconhecimento da produção dos folcloristas pelas “ciências antropológicas”, cabe observar que o critério adotado na delimitação de três das suas quatro subseções (civilização material, estruturas sociais e tradições e literaturas orais)⁵⁰⁸ assemelha-se bastante ao utilizado na elaboração do programa do curso de Sociologia da FFCL, com base nas seções

⁵⁰⁸ A influência da tradição francesa dos estudos de folclore sobre a perspectiva adotada por Mário de Andrade pode ser notada no texto de 1942, quando o autor observa na bibliografia brasileira anterior à década de 1930 a ausência de trabalhos sobre “cultura material e vida social” (ANDRADE, M. 1998. *Op. cit.*, p.428) e critica os antologistas pela suposição de “que o folclore significava apenas poesia, contos provérbios e anedotas” (*Ibidem*, p.425).

de *L'Année Sociologique*. Apenas a subseção de “Metodologia folclórica” parece seguir uma orientação diferente, aproximando-se do critério proposto por Lévi-Strauss no artigo “A Sociologia Cultural e seu ensino”, como evidenciam os temas de seus simpósios – técnica dos trabalhos bibliográficos, técnica dos trabalhos cartográficos, técnica dos registros sonoros e museu folclórico.

Nicanor Miranda fornece mais um dado significativo a respeito da composição desse campo na Europa ao informar o número de trabalhos apresentados em cada segmento: das 107 comunicações inscritas no evento, 36% relacionam-se ao segmento do Folclore Aplicado à Vida Social (39 trabalhos) e 64%, ao Folclore Descritivo (68 trabalhos) – fato que demonstra o quanto a prioridade conferida pelos folcloristas brasileiros a atividades de registro e pesquisa seguia uma tendência internacional.

A documentação reunida no Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore, depositado no Centro Cultural São Paulo, oferece mais alguns indícios da proliferação de iniciativas análogas em diferentes países e mesmo do interesse pelo folclore em associações científicas de outras áreas. Além da correspondência assídua com folcloristas franceses após o CIF, encontram-se uma cópia⁵⁰⁹ do artigo “*Breves instrucciones prácticas para el investigador folklorista*”, de José Miguel de Barandiaran, publicado em 1921 no *Anuario de la Sociedad de Eusko-Folcklore* (evidência da anterioridade da institucionalização dos Estudos de Folclore no contexto europeu), um postal do folclorista norte-americano Ralph Boggs⁵¹⁰, que em 1939 criaria na Universidade da Carolina do Norte um dos primeiros programas de pesquisa em Folclore dos Estados Unidos, e um ofício⁵¹¹ da *Asociación Folklorica Argentina*, responsável pela publicação da revista *Cuaderno Folklorico*.

O interesse pelos estudos esse campo de estudos em associações científicas de outras áreas ficaria registrado nos ofícios⁵¹² enviados pelo *Instituto Panamericano de Geografía e Historia* (do México), que publicava um *Boletim Bibliográfico*, e pela *Sociedad Mexicana de Antropología*, que editava a *Revista Mexicana de Estudios Antropológicos*. No contexto nacional, em que não havia outras associações dedicadas ao

⁵⁰⁹ Trata-se de uma folha datilografada em português, provavelmente utilizada para orientar as pesquisas de campo realizadas pelos membros da Sociedade. O documento encontra-se no Fundo SEF, doc.339, cx.4.

⁵¹⁰ Datado de outubro de 1938, o postal é dirigido a Fernande Dina Dreyfus e trata da remessa dos boletins da Sociedade de Etnografia e Folclore (Fundo SEF, doc.269, cx.4).

⁵¹¹ O ofício enviado em outubro de 1938 ao diretor da RAM propõe o intercâmbio através da remessa das publicações de ambas as entidades (Fundo SEF, doc.270, cx.4).

⁵¹² O ofício do *Instituto Panamericano de Geografía e Historia* foi enviado em resposta à carta que Mário de Andrade lhes enviara, em outubro de 1937, solicitando a remessa das publicações da instituição (Fundo SEF, doc.230, cx.4); já o ofício da *Sociedad Mexicana de Antropología*, enviado em setembro de 1938, informa a fundação da entidade e anunciava a publicação de sua revista (Fundo SEF, doc.268, cx.4).

estudo das tradições populares, são exemplos a correspondência com diretor da Sociedade Cearense de Geografia e História,⁵¹³ que se tornaria sócio-correspondente da SEF, e com o médico Josué de Castro,⁵¹⁴ que era professor de Antropologia da UDF e desenvolvia pesquisas a respeito dos hábitos alimentares da população brasileira (tema de sua conferência na SEF em janeiro de 1938).

A inserção das iniciativas aqui investigadas no âmbito internacional, como exemplo singular de uma tendência verificada em outros países, evidencia a diversidade de modos de constituição do mesmo campo em diferentes contextos e nos ajuda a compreender o aparente paradoxo de uma cidade como São Paulo – representativa do que havia de mais urbano e moderno no país e cujo crescimento assentava na origem estrangeira da população operária – ter sido pioneira na constituição de experimentos institucionais fundados na valorização de expressões e modos de vida considerados primitivos e atrasados, repelidos para fora do espaço “civilizado” da capital.

No discurso que pronunciou em janeiro de 1936 por ocasião do “Dia de São Paulo”, veiculado por rádio na “Hora do Brasil”, o diretor do DC expôs as razões que parecem justificar a institucionalização da pesquisa folclórica e etnográfica naquele contexto específico. Sua intervenção se inicia com uma releitura bastante original da história paulista – condizente com o recurso da radiodifusão – que parecerá surpreende se considerarmos a circunstância em que se pronunciava o orador e, sobretudo, a sua posição institucional.

Não existe propriamente uma São Paulo, são várias as cidades de emergência que aqui existiram à beira do Anhangabaú. Realmente o vilejo do jesuíta nada tem que o relacione ao centro que cingiu o mundo no comércio do café. Nada tem que ver a garoenta cidade jurídica com o centro de irradiação aventureira que foi buscar no sertão, índio e esmeralda. [...]

Constantemente na América, a psicologia dos caminhos demonstra bem nossas desarmonias. São frequentes entre nós as cidades cujos caminhos parecem apenas partir, ao passo que em outras os caminhos parecem apenas chegar... [...] Um desequilíbrio improvisado no presente tornava assim os caminhos desprovidos da sua mais humana finalidade, o intercâmbio, a troca, a generosidade do ir e vir.

Hoje, aniversariante, com os ouvidos do Brasil à escuta da sua voz, São Paulo escolhe o mais jovem dos seus organismos culturais para

⁵¹³ O ofício enviado por Florival Serraine acusava o recebimento dos boletins da SEF (Fundo SEF, doc.262, cx.4).

⁵¹⁴ Josué de Castro, que havia realizado uma conferência para os membros da Sociedade, escreve a Mário de Andrade em fevereiro de 1938 solicitando informações a respeito das proibições alimentares mapeadas pela entidade no estado de São Paulo (Fundo SEF, doc.252, cx.4).

anunciar que esse desequilíbrio está acabando e que isto se dará pelo completamento de cultura do espírito.⁵¹⁵

Além de abandonar a ritualística cultivada em torno da data⁵¹⁶ seu discurso anuncia a emergência na capital paulista de um espaço cosmopolita “onde o autoctonismo será simples soberbia desocupada”⁵¹⁷ e inscreve nele a missão do DC, que encontraria sua razão de ser tanto na superação daquele “desequilíbrio improvisado” quanto na reciprocidade dos “intercâmbios” com diferentes regiões do país. Não por acaso, ao referir-se em seu pronunciamento aos trabalhos realizados pela instituição, Mário de Andrade afirma que “feito um polvo, as pesquisas sociais tudo abarcam com uma audácia incomparável que permitirá muito breve à cidade conhecer-se em todas as suas condições, tendências e defeitos”⁵¹⁸ e, mais adiante, acrescenta – referindo-se ao patrocínio da primeira “Missão Lévi-Strauss” – que “já emissários seus internam-se por Mato Grosso em busca de conhecimentos ignorados”.⁵¹⁹

Como argumenta Valentini (2010), o desenvolvimento no âmbito do DC de um sistema de trabalho baseado no “fichário antropológico”, que permitisse o cruzamento de dados referentes tanto ao estado quanto ao país, e a padronização dos procedimentos de coleta e registro etnográfico coincidem com os esforços metodológicos da Divisão de Documentação Histórica e Social,⁵²⁰ referidos com frequência nos trabalhos de Samuel Lowrie. Ademais, o propósito de formar um corpo de investigadores profissionais, expresso tanto por Lowrie quanto por Lévi-Strauss, sugere uma comunhão não apenas de objetivos, mas ainda de procedimentos entre as pesquisas da Divisão de Expansão Cultural e os trabalhos da Divisão de Documentação Histórica e Social.

Um comentário a respeito do DC publicado por Lowrie na segunda edição do Boletim de Notícias do *New York International Institute of Education* – reproduzido no volume 41 da RAM – reforça a convergência entre ambos os objetivos. Ao mencionar a metodologia utilizada nas pesquisas folclóricas e etnográficas, o sociólogo norte-

⁵¹⁵ ANDRADE, M. 1936b. Dia de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, p.272.

⁵¹⁶ Embora não haja registros de um diálogo a respeito, é bastante significativa a proximidade entre a retrospectiva traçada por Mário de Andrade e as digressões apresentadas em *Tristes Trópicos*, quase dez anos depois, sobre os sucessivos ciclos de utilização do espaço nas cidades do “novo mundo”.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p.272.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p.273.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p.274.

⁵²⁰ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.44.

americano afirma que “é assim, recolhendo dados e registros completos que chegarão a ser, um dia, um importante centro de estudos etnológicos”.⁵²¹

A correspondência entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo também oferece indícios significativos a esse respeito. Numa carta ao amigo datada de 15 de abril de 1936, Mário de Andrade informa a sua nomeação para o Departamento e expressa o quanto essa oportunidade significava para ele.

você nem imagina o que está sendo minha vida, uma ferocidade deslumbrante, um delírio, um turbilhão sublime, um trabalho incessante, dia e noite, noite e dia, me esqueci já da minha língua literária, a humanidade me fez até voltar a uma língua menos pessoal, já me esqueci completamente de mim, não sou, sou um departamento da Prefeitura municipal de S. Paulo. Me apaixonei completamente. Também a coisa não era pra menos, bateu uma aura de progresso neste município sofrido, veio um Prefeito que topa com as coisas de cultura também, incrível! e me chamaram pra dirigir a coisa, imagine só, numa terra em que tudo está por fazer!⁵²²

Entre julho de 1936 e junho de 1937, a interlocução entre ambos irá se desenvolver em torno de questões como a orientação conferida aos estudos de folclore no DC e o convite para que o folclorista potiguar publicasse um texto seu na RAM. Em lugar de um trabalho sobre a poética do sertanejo nordestino, que acreditava ter perdido, Cascudo oferece um texto que, apesar de não versar sobre folclore brasileiro, referia-se a um assunto pertinente ao campo temático da Revista, o artigo “Uma interpretação da couvade”⁵²³ – publicado no volume 28 da RAM, em outubro de 1936. Em sua carta de 24 de julho, Cascudo procura reforçar o valor científico do artigo destacando que nele “a documentação americanista é regular”.⁵²⁴

Em sua resposta, Mário de Andrade não descarta publicar o texto, mas faz ressalvas quanto ao seu aproveitamento na RAM.

O escrito sobre a couvade não preenche bem a finalidade da *Rev. do Arquivo* que é em principal composta de ciência interessadamente brasileira. Aqui no Departamento estamos combatendo a ciência livresca que não traz documentação nova e prática, brasileira. [...] Se você não conseguir o livro, o que é um verdadeiro desastre, não podia

⁵²¹ LOWRIE, Samuel. 1937c. “Palavras do Professor Samuel Lowrie”. In: Algumas opiniões sobre o Departamento de Cultura. *Revista do Arquivo Municipal*, v.41, p.257.

⁵²² ANDRADE *apud* CASCUDO, L.C. 2010. Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924-1944 (Organização de Marcos Antonio de Moraes). São Paulo: Global, p.284.

⁵²³ A expressão “couvade”, criada pelo antropólogo Edward B. Tylor, diz respeito aos conjuntos de rituais e interdições impostos ao homem, em algumas sociedades, tanto durante a gestação de seu filho quanto nos dias subsequentes ao parto.

⁵²⁴ CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.277.

refazer a parte essencial? O estudo sobre a poética nordestina, dando exemplos inéditos, colhidos por você. Só em *último* caso aceito a couvade que em última análise também nos interessa à etnografia ameríndia.⁵²⁵

Numa das cartas que enviou em seguida,⁵²⁶ datada de 23 de fevereiro de 1937, Câmara Cascudo expressa sua desmotivação para refazer o estudo perdido e expõe as dificuldades impostas ao trabalho intelectual não institucionalizado, distinguindo-se – pelas circunstâncias em que se encontrava na sua cidade – do ímpeto renovador de Mário de Andrade à frente do DC.

V. tanto tem insistido sobre a técnica da poesia sertaneja que quase me disponho a reincetar a batalha para fazer outro ensaio. Mas continuo vacilando... Para que? Quem publica? Tanto esforço aqui, tanta leitura a fazer e reler e anotar... [...] Agora tenho apenas as noites livres e cada vez mais Natal é parco em livros úteis. Lembre-se que meus livros, em 3/4, estão em caixotes, no fundo dum escritório comercial, porque a casa que ocupo não os cabe. Fico meio acovardado quando me lembro que terei que rebater tanta folha, tanto “verso”, cotejar, pensar, resumir, explicar, esquemar, observar e mais burradas inúteis e pecaminosas, enquanto um quilo de café custa 2\$800 e há uma montanha dele ardendo em Santos.⁵²⁷

Na sequência, um bilhete enviado por Cascudo em junho de 1937, motivado pelas dificuldades financeiras que enfrentava naquele momento, apela ao prestígio do diretor do Departamento para lhe conseguir uma oportunidade como colaborador em algum jornal paulista,⁵²⁸ suscitando em resposta uma carta extensa em que, embora solidário, Mário de Andrade coloca em questão a qualidade da produção intelectual do amigo. A hesitação de suas palavras iniciais⁵²⁹ oferece um indício do ineditismo desse esforço em direção a um crescente “policiamento cultural” – expressão que utilizada em seu artigo de 1942.

⁵²⁵ ANDRADE *apud ibidem*, p.279.

⁵²⁶ Ao observar a periodicidade da correspondência trocada pelos autores durante a negociação em torno do artigo publicado na RAM, nota-se que à medida que as cartas de Mário de Andrade tornam-se menos frequentes as de Câmara Cascudo duplicam; se até o final de 1936 toda carta enviada por um deles recebe uma resposta do outro, a partir de 1937 cada duas cartas de Cascudo serão sucedidas por apenas uma de Mário de Andrade.

⁵²⁷ *Ibidem*, p.285.

⁵²⁸ Cascudo se expressa nos seguintes termos: “Ganho uma miséria como professor e as dez pessoas de família que sustento não podem esperar pão de outra parte. Nada posso nem devo solicitar ao governo e o mesmo à oposição. Venho pedir-lhe que V. “persona gratíssima” em São Paulo consiga de algum jornal daí uma colaboração remunerada para este seu companheiro. Até 100\$ mensais servir-me-ão para o leite de Ana Maria. Poderei dar artigos de divulgação histórica, folclórica, bibliográfica, curiosidades, etc. Creia que será um obséquio, sério” (*Ibidem*, p.291).

⁵²⁹ “E, apesar da tristeza não ser momento bom para rispidez, você vai me permitir, duma vez por todas que fale com franqueza sobre os seus artigos. Geralmente não gosto abertamente deles, e agora careço dizer por quê. Você aliás deve ter notado isso porque nunca deixei de pôr um ar de vago ao falar em trabalhos de você. Minhas cartas, nesse sentido, sempre foram com algumas reticências, que no entanto,

Além de apelar aos contatos de Sérgio Milliet na redação de *O Estado de S. Paulo*, Mário de Andrade propõe ao amigo que “faça dois artigos por ano a duzentos mil réis cada um” (o dobro do valor estipulado no ofício⁵³⁰ que lhe fora enviado meses antes por Milliet, que era secretário da RAM), esclarecendo que “mais não posso encomendar, porque monotonizaria a revista”.⁵³¹ Na condição de patrocinador da produção encomendada e, sobretudo, de editor do veículo onde a mesma seria publicada, ele reafirma sua preferência por “trabalhos sobre folclore” e exige que o amigo procure adequar sua produção aos padrões de cientificidade que orientavam a escolha dos trabalhos a serem publicados na Revista.

Mário de Andrade identifica nos escritos de Cascudo “dois erros que[,] em assuntos técnicos, me parecem fundamentais”. O que chamou de “desprezo pela medida” – resultante da “nossa pobreza de bibliografia” – ficaria evidente na desproporção entre o esforço despendido e a irrelevância do tema tratado. Isto ocorreria, por exemplo, no artigo sobre o Conde d’Eu – referido como “um príncipe vazio”⁵³² – a partir do qual Mário de Andrade questiona:

porque você atacou um assunto tão desimportante, uma figura sem nenhum alcance fundamental pra pesquisar tantos dados e dadinhos sobre ela! E depois reincidiu com o Stradelli. Porque em vez do Stradelli você não pegou o Von den Stein, o Koch-Grumberg, tão mais fundamentais. [...] você não mediu os pesos e lá veio um livro trabalhado mas de alcance quase nenhum.⁵³³

Para Mário de Andrade, esse “descomedimento” fazia com que o amigo “não tivesse paciência para escrever, senão um livro, pelo menos uma monografia de tema especializado, sobre folclore ao menos do R. Grande do Norte”,⁵³⁴ mas se dedicasse, no caso do artigo sobre a couvade, a um estudo que por não apresentar dados inéditos ou

jamais existiram quando eu te incitava a trabalhar e dava deixo sobre assuntos em que você podia produzir obras de real valor. Porque não terei sido totalmente franco? Meu Deus! nem sei bem... Um pouco de fadiga, um pouco medo de ferir você porque sinto você um bocado vaidoso, talvez erre. Mas nunca deixei de considerar o valor de você e a sua inteligência. Minha convicção é que você vale muito mais de que o que já produziu” (ANDRADE *apud ibidem*, p.292-293).

⁵³⁰ O documento, reproduzido em nota na edição da correspondência entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo, solicitava “que o ilustre escritor nos escrevesse um trabalho sobre assunto de sua especialidade e que se enquadrasse no programa da nossa revista, ficando desde já entendido não haver limitação para o número de páginas. / Essa colaboração deverá ser original e especialmente escrita para a revista, pois esta só publica trabalhos absolutamente inéditos. / A título de mera gratificação, retribuiremos cada trabalho à razão de cem mil réis, o que faremos mediante a entrega dos originais” (MILLIET *apud ibidem*, p.281, nota 381).

⁵³¹ ANDRADE *apud ibidem*, p.292.

⁵³² *Ibidem*, p.293.

⁵³³ *Ibidem*.

⁵³⁴ *Ibidem*, p.295.

uma interpretação realmente própria⁵³⁵ apenas engrossava a “ciência livresca” que o Departamento procurava combater.

you se meteu logo em que? em Etnografia, onde positivamente não se pode fazer muita novidade vivendo em Natal ou S. Paulo. Veja o descomedimento: qualquer individuíno que passar dois meses com os Tapirapés, mesmo falho e escrevendo cinco páginas[,] fará coisa de maior interesse etnográfico. Agora: em Natal e S. Paulo urbanos também se pode fazer obra importante de etnógrafo. Mas neste caso será obra da paciência, controle, comparação, análise, multifariedade e enfim síntese.⁵³⁶

Outro dos “dois erros” referidos por Mário de Andrade reside justamente na “falta de paciência” para a coleta de dados, exemplificada em sua crítica ao trabalho de Cascudo sobre os Catimbós.

Quando soube que você publicara isso fiquei egoisticamente gelado. Chi! pronto! o Cascudinho esgotou o assunto. O estudo sobre Catimbós que pretendo fazer está matado na cabeça. Só me sossegava um pouco o caso da música. Bem, mas fui ler o seu estudo, que matou nada! tenho de uns dias de convivência escassa com catimbozeiros uma série de dados muito mais larga e observações muito mais profundas, sem vaidade.⁵³⁷

Comedimento na escolha dos temas, paciência e controle tanto na coleta quanto na exploração dos dados são atitudes imprescindíveis ao labor científico, cuja aquisição e o exercício sistemático constituem requisitos à participação em qualquer comunidade de pesquisadores. Com base nesta premissa, Mário de Andrade contrasta a precariedade de um conhecimento amplo e erudito, como o de Câmara Cascudo, à autoridade de um iniciante tecnicamente preparado. Referindo-se ainda ao trabalho sobre os Catimbós, ele declara:

Fiquei num tal estado de irritação pela sua falta de paciência e leviandade de colheita de documentação, que disse palavras duras, te esculhambei mesmo, pra um amigo comum que também quer muito bem você, o Luís Saia. Ele que está se metendo também em folclore (científico, sério, pertencente ao grupinho de pesquisadores que estou formando aqui, com o Curso de Etnografia e agora com a Sociedade de Etnografia e Folclore) ele concordou logo com o jeito anticientífico do estudo de você, a ausência de dados sobre como foram colhidos os dados, de quem etc.⁵³⁸

⁵³⁵ *Ibidem*, p.294.

⁵³⁶ *Ibidem*, p.293-294.

⁵³⁷ *Ibidem*, p.295.

⁵³⁸ *Ibidem*.

Seu comentário exprime uma das consequências mais marcantes do processo de institucionalização em diferentes campos das ciências ao demonstrar o abismo que passa a separar os representantes desses dois perfis intelectuais – o autodidata, cujo trabalho obedece a critérios pessoais, e o especialista, orientado pelas convenções de uma comunidade científica institucionalizada. Esse contraste seria reiterado de maneira ainda mais explícita no final da carta.

Você tem a riqueza folclórica aí passando na rua a qualquer hora. Você tem todos os seus conhecidos e amigos do seu estado e [do] Nordeste pra pedir informações. Você precisa um bocado mais descer dessa rede em que você passa o tempo inteiro lendo até dormir. Não faça escritos ao vai-vem da rede, faça escritos caídos das bocas e dos hábitos que você foi buscar na casa, no mocambo, no antro, na festança, na plantação, no cais, no boteco do povo. Abandone esse ânimo aristocrático que você tem e enfim jogue todas as cartas na mesa, as cartas de seu valor pessoal, que conheço e afianço, em estudos necessários e profundos. Disso é que eu quero como Diretor, e exijo como amigo, pra minha revista que está sendo citada na Áustria, na França, nos Estados Unidos e mais.⁵³⁹

Mário de Andrade assume, então, enquanto folclorista, uma postura semelhante à que marcou as primeiras gerações de intelectuais formados na FFCL. Neste particular, creio ser imprescindível um comentário de Mário Wagner Vieira da Cunha que, além de oferecer um valioso testemunho a respeito, nos possibilita compreender o impasse entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo de uma perspectiva inacessível na sua correspondência. Referindo-se aos estereótipos correntes nos tempos da fundação da Universidade, Mário Wagner conta que

havia um repúdio muito forte com relação aos valores intelectuais brasileiros, inclusive com a preocupação de trazer professores estrangeiros, não reconhecendo que alguns daqui podiam ser aproveitados [...] porque os outros eram verdadeiros deuses, eram o deslumbramento para todos nós. E embarcamos duramente nesse posicionamento. O autodidatismo era considerado a coisa mais ridícula, como se não valesse absolutamente nada, inclusive Mário de Andrade, quer dizer, não se fazia grande diferença. Quem salvou Mário de Andrade foi de certo modo o Antonio Candido, quando criou aqueles grupos e o aproximou. Mas, mesmo assim, sempre ficou a oposição ao autodidatismo. Na segunda turma, eu fui o orador e, perfeitamente impregnado daquele clima, expus essa posição. Era a posição de uma ciência pura: tudo tinha de ser aprendido, até agora tudo que nós tínhamos feito estava mal, tínhamos que romper com todo aquele passado.⁵⁴⁰

⁵³⁹ *Ibidem*, p.296.

⁵⁴⁰ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.261.

Imbuídas, ao que tudo indica, das convicções reiteradas por Mesquita Filho acerca da superioridade do ensino oferecido na FFCL,⁵⁴¹ as primeiras gerações ali formadas encontravam no ideal da “ciência pura” um recurso de autoafirmação por meio do qual poderiam conquistar espaço e legitimidade em um contexto dominado pela tradição intelectual anterior. Nesta medida, a perspectiva de ruptura com o passado seria assumida de modo apriorístico, o que explica que mesmo uma contribuição como a de Mário de Andrade lhes parecesse sem valor.

Esse fato nos permite compreender tanto o desinteresse de Mário de Andrade por uma possível inserção acadêmica na FFCL – referido por Roger Bastide⁵⁴² em sua entrevista com Irene Cardoso – quanto a sua preferência pela institucionalização da pesquisa folclórica no âmbito da administração municipal, fora da universidade, embora com base em padrões de cientificidade equivalentes aos estabelecidos no ensino superior.

Presente a todas as aulas do Curso de Etnografia que promoveu no DC, Mário de Andrade desenvolveria a partir de então uma perspectiva metodológica mais elaborada do que aquela apresentada em sua produção anterior.⁵⁴³ Algo inacessível naquele momento para Câmara Cascudo, que em sua resposta declara:

não sou capaz de escrever coisa alguma depois de sua carta. Nem para o *Estado de S. Paulo* nem para a *Revista*. É uma situação inteiramente nova para mim e careço de tempos para voltar à tona e consertar a respiração. Venho pedir-lhe, numa confissão ultra-amistosa, para desobrigar-me do que é para mim materialmente intransponível.⁵⁴⁴

Apesar da proposta de dois artigos por ano, recebendo em dobro por cada publicação, ele só voltaria a publicar na RAM cerca de cinco depois. Concidentemente, nesse mesmo período Mário de Andrade – então desiludido com o destino das iniciativas

⁵⁴¹ No discurso que proferiu como paraninfo da primeira turma de formandos da FFCL, Mesquita Filho declarou: “não me seria lícito equiparar a entrega de diplomas à primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ao ato banal e corriqueiro pelo qual, findos os cursos regulamentares são considerados aptos [a] exercer as chamadas profissões liberais, aqueles que no Direito, na Engenharia ou na Medicina foram procurar as armas, que lhes pareceram as melhores, para vencer a luta pela existência. As vossas preocupações são de outra natureza. Não são passíveis de aplicação imediata as disciplinas em que formaste o vosso espírito” (MESQUITA FILHO, J. 1937. *Op. cit.*, p.109).

⁵⁴² “Quando Lavínia [Costa Vilela] fez seu doutoramento, era uma tese sobre folclore, pedi a Mário de Andrade, ainda tenho a carta na França, pedi a Mário de Andrade para ser membro do júri, ele me disse: “Não, eu sou um amador”. Era um homem de uma consciência intelectual muito grande. Eu, que não era um especialista em folclore do Brasil, fui obrigado a presidir a banca examinadora em lugar de Mário de Andrade” (CARDOSO, I.A.R. 1987. *Op. cit.*, p.192).

⁵⁴³ Cf. ALVARENGA, O. 1980. *Op. cit.*

⁵⁴⁴ CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.297.

que promovera à frente do DC – escreveria seu último artigo a respeito da pesquisa folclórica no Brasil.

3.1.2 Lições etnográficas da esposa do filósofo

Antes de tratar do Curso de Etnografia instituído pelo DC e de sua importância para a história das ciências sociais no Brasil, é necessário atentar para a singularidade da personagem aludida nas fontes como “Dina Lévi-Strauss” – nome que iria durar pouco mais que a sua permanência no país. A decisão por referi-la pelo nome que teve antes e depois deste curto período se inspira no encaminhamento semelhante proposto por Valentini (2010) e se nutre tanto do necrológio publicado por Bertrand Saint-Sernin na revista *Les Temps Modernes* quanto da análise de Mariza Corrêa a respeito da influência do gênero no reconhecimento do trabalho de antropólogas cujos maridos se tornaram autores renomados.⁵⁴⁵

O esquecimento do trabalho científico de Dreyfus – que viabilizou a base empírica das primeiras investigações etnológicas de Lévi-Strauss e contribuiu para habilitar nas práticas de campo parte da primeira geração de cientistas sociais formados em São Paulo – parece evidente pela dificuldade encontrada ainda hoje para se obter informações a respeito das atividades que desenvolveu à época e de seu papel na institucionalização da Antropologia no Brasil.

A história das ciências sociais apresenta outros exemplos⁵⁴⁶ de pesquisadoras cuja contribuição, embora imprescindível a investigações de reconhecida importância, acabaria encoberta pela sua condição de cônjuge daquele que recebeu os créditos pelos resultados publicados. Contudo, no caso de Fernande Dina Dreyfus, o efeito paradoxal produzido pela naturalidade de sua desapareição, diante da notoriedade mundial alcançada mais tarde por Claude Lévi-Strauss, acabaria por torná-la uma personagem quase emblemática dessa categoria, as esposas de antropólogo, mostrando que – como assinala Corrêa (1995) – muitas vezes

⁵⁴⁵ Corrêa (1995) discute o estatuto atribuído na história da disciplina às esposas de antropólogo e comenta as dificuldades que encontrou ao tentar entrevistar Fernande Dina Dreyfus cerca de quarenta anos depois de seu retorno à França. Saint-Sernin (1989) reitera a constatação do caráter traumático do silêncio de Dreyfus a respeito de seus trabalhos de campo no Brasil.

⁵⁴⁶ Casos como “a esposa de Donald Pierson, a esposa de Charles Wagley, a esposa de David Maybury-Lewis, a esposa de Darcy Ribeiro, a esposa de Eduardo Galvão, a esposa de Robert Murphy, a esposa de Charles Watson... a lista certamente poderia continuar. Todas elas adotaram o nome do marido ao casar, a ponto de ser muito difícil redescobri-las com seu próprio nome, mesmo quando descasadas, como no caso de Dina. Todas estiveram no campo e parecem ter sido auxiliares de pesquisa inestimáveis, segundo os relatos de seus próprios maridos. Só em poucos casos, no entanto, deixaram esse papel de auxiliares” (CORRÊA, Mariza. 1995. A natureza imaginária do gênero na história da Antropologia. *Cadernos Pagu*, n.5, p.113).

o que é chamado de personagem secundário na literatura teve tanta, ou mais, importância na construção institucional das ciências sociais no período examinado do que os personagens principais – aqueles que por seu destaque posterior pareciam os únicos a ocupar a cena.⁵⁴⁷

Os trabalhos que abordam a questão – Corrêa (1995), Spielmann (2003), Cerqueira (2010) e Valentini (2010) – concordam que suas atividades de ensino e pesquisa foram desconsideradas na genealogia das ciências sociais no país, como atestam tanto a ausência de referências ao seu nome na produção anterior à década de 1990 quanto a sua posição periférica, quase nula, nas primeiras obras em que Lévi-Strauss relata as experiências que viveu no início de sua carreira como etnólogo.⁵⁴⁸

Neste particular, um traço característico do contexto sociocultural urbano brasileiro da época também parece ter sido determinante. Corrêa (1995) o identifica ao observar que mesmo na correspondência de Mário de Andrade as referências ao seu nome são raras e que nelas a sua identidade encontra-se condicionada ao matrimônio,⁵⁴⁹ como exemplificam a sua presença implícita na expressão “casal Lévi-Strauss” ou a sua individualização como “Mme. Lévi-Strauss”.⁵⁵⁰ A anedota a seguir, extraída de uma entrevista que Mário Wagner Vieira da Cunha concedeu em 1993 ao jornal *Folha de S. Paulo*, demonstra a reação que na época podia causar o ingresso de uma mulher no ambiente acadêmico – marcado pela unanimidade masculina.

Antes, eu tinha sido aluno da Escola Politécnica. Éramos 300 alunos e só uma moça no Curso de Engenharia. Todo dia nós a esperávamos na rua para vaiá-la. Era uma forma de machismo miserável. Uma coisa vergonhosa. Mas era o clima daquela época. A Faculdade de Filosofia mudou isso.⁵⁵¹

Apesar das mudanças referidas por Mário Wagner, decorrentes da superioridade numérica das mulheres entre os estudantes da FFCL e da presença de algumas professoras estrangeiras no corpo docente, esse processo não deixaria de encontrar

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p.112.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p.111.

⁵⁴⁹ “Aí, um dos atributos da condição feminina está presente de antemão e recobrirá quase inteiramente a personagem: a *esposa de* deixa de ser uma referência e passa a ser tanto o nome de cada uma das esposas, como o nome genérico dessa categoria de parceiras etnográficas passa a ser sua identidade (atribuída) principal” (*Ibidem*, p.127-128).

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p.110.

⁵⁵¹ CUNHA, Mário Wagner Vieira da. 1993. Mulher une Lévi-Strauss a Mário de Andrade. In: Caderno Mais!, Jornal *Folha de S. Paulo*, 9 de setembro de 1993, p.1.

resistências⁵⁵² – o que permite que se preencha, por inferência, algumas lacunas da documentação consultada. Em sua dissertação, Valentini (2010) informa que Fernanda Peixoto Massi localizou nos *Archives Diplomatiques de Nantes* uma carta de Paul Arbousse-Bastide a Jean Marx (que era diretor do *Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger* e responsável, junto com George Dumas, pela Missão Universitária Francesa) em que se discute o “caso Lévi-Strauss” em referência ao “casal”.⁵⁵³

Apesar de não ter examinado essa fonte, creio que o fato nos permite cogitar, diante do exposto anteriormente, a possível contribuição do primo de Georges Dumas para as dificuldades profissionais encontradas por Fernande Dina Dreyfus, à medida que a existência de um vínculo institucional reconhecido pelo governo francês – algo que, em princípio, atenderia aos interesses do programa governamental que ensejou a sua convocação – poderia contribuir para prolongar as ações desenvolvidas pelo “casal” em São Paulo.

Esta hipótese torna-se ainda mais plausível se a considerarmos à luz do relatório elaborado por Dreyfus para informar os mentores da propaganda cultural francesa sobre os trabalhos que vinha realizando junto ao DC e suas expectativas para o futuro próximo. Encontrado por Carlos Sandroni nos *Archives Diplomatiques de Nantes* e publicado em português no número 30 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o texto expõe em detalhes o conjunto das atividades desenvolvidas pela pesquisadora no ano de 1936.

Redigido após o seu retorno a Paris – para organizar a exposição “*Indiens du Mato Grosso*” – e aparentemente dirigido a Jean Marx,⁵⁵⁴ o relatório nos ajuda a compreender a precariedade da situação de Dreyfus ao invocar o compromisso assumido pela autoridade governamental quanto ao reconhecimento da sua inserção profissional no Brasil.

Antes de minha partida, o senhor houve por bem considerar-me em deslocamento na Universidade de São Paulo, sem poder no entanto conceder-me nenhuma das vantagens ligadas a esta função; deixou-me no entanto a liberdade de criar uma situação por meus próprios meios, e a esperança de que, em caso de sucesso, meu caso merecesse novo exame. [...] Tomo pois a liberdade de pedir-lhe que queira, como permitiu-me esperar há dois anos, examinar de novo minha situação, tanto do ponto de

⁵⁵² A partir da bibliografia mobilizada em seu trabalho, Valentini (2010) menciona a “discriminação de gênero, relatada por muitas alunas e professoras da Faculdade nas suas primeiras décadas” (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.18, nota 8).

⁵⁵³ *Cf. ibidem*, p.101.

⁵⁵⁴ *Cf. SANDRONI, C. 2002. Op. cit.*, p.240.

vista moral como do material. E, se tiver a bondade de autorizar-me a tal, virei em alguns dias solicitar-lhe uma audiência sobre este assunto.⁵⁵⁵

A iniciativa de redigir o documento se justificava tanto pela realização de “atividades universitárias no Brasil”⁵⁵⁶ quanto pelas possibilidades futuras abertas por sua colaboração voluntária⁵⁵⁷ junto ao DC.

O curso, que seria “o primeiro do gênero no Brasil”,⁵⁵⁸ ocorreu entre 15 de abril e 1 de novembro de 1936 e foi divulgado na imprensa através da seguinte nota:

Acham-se abertas as inscrições para o Curso de Etnografia que o Departamento Municipal de Cultura vai realizar este ano. O curso, que será mantido pela sra. Lévi-Strauss, é totalmente grátis, durará o máximo de seis meses, e terá início logo após a Semana Santa. As aulas realizar-se-ão na Escola de Sociologia, todas as terças-feiras, às vinte horas. As inscrições são feitas no Departamento de Cultura, diariamente, das 12 às 17 horas [...].⁵⁵⁹

De acordo com o relatório, o curso visava a “preparação de funcionários municipais para pesquisas folclóricas”⁵⁶⁰ a serem promovidas pelo DC. No entanto,

o afluxo crescente de candidatos logo obrigou a limitar as inscrições, que se fecharam com um número de estudantes (54) sensivelmente superior às previsões. Mesmo tal medida, no entanto, revelou-se mais tarde insuficiente, e foi necessário, desde as primeiras aulas, recorrer a uma duplicação do curso.⁵⁶¹

A proposta da “duplicação”, que aparece pela primeira vez na carta⁵⁶² que Mário de Andrade enviou a Fernande Dina Dreyfus em 4 de maio de 1936, indica ter havido uma mudança no cronograma de aulas após o início do curso, que acabaria por ultrapassar a duração prevista de seis meses. No entanto, a documentação existente no Fundo SEF não

⁵⁵⁵ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.243.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, p.240.

⁵⁵⁷ Em um ofício que enviou ao prefeito em julho de 1937, Mário de Andrade pondera ser injusto “que a ilustre professora continue a nos prestar seu valioso auxílio sem que lhe seja reconhecido o trabalho, e não exigindo elas vencimentos pelo auxílio que presta”, e solicita a sua nomeação como “encarregada de organizar e dirigir os serviços etnográficos e folclóricos do Departamento de Cultura” (ANDRADE *apud* CATÁLOGO da exposição Mário de Andrade no Departamento de Cultura: imaginação e rigor. 2003. São Paulo: Imprensa Oficial, p.19).

⁵⁵⁸ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.242.

⁵⁵⁹ *Jornal Correio Paulistano*, 24 de março de 1936, p.8 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

⁵⁶⁰ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.241.

⁵⁶¹ *Ibidem*, p.242.

⁵⁶² A carta em questão foi anexada por Dreyfus no seu relatório e sua transcrição encontra-se junto à do documento em questão, publicado no número 30 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

esclarece no que consistiu essa mudança, cujos indícios aparecem de forma cifrada na lista de presença⁵⁶³ do curso (ver o Anexo 12).

Mas os informes enviados à imprensa semanalmente, avisando que uma determinada aula será ministrada na data e horário indicados, fornecem dados mais precisos, que permitem observar o encaminhamento do curso, e indicam as alterações provocadas pela sua “duplicação”. A nota publicada no dia 14 de maio esclarece que ao fim do dia será realizada “a 1ª aula prática” e, na sequência, apresenta uma lista com os nomes dos alunos convocados a comparecer. Ao acompanhar essas notificações compreende-se que o curso preparado por Dreyfus previa, desde o início, a alternância entre aulas expositivas e aulas práticas e que, diante da quantidade imprevista de alunos, os inscritos foram divididos em duas turmas que se reuniam nas aulas expositivas e se alternavam nas aulas práticas – solução que decorre, certamente, das necessidades pedagógicas inerentes ao ensino focado no desenvolvimento de habilidades práticas.

Com base nos dados levantados por mim no Ato Municipal 862 e nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo, por Valentini (2010) nos *Anuários da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras* e por Spirandelli (2008) nos arquivos da FFLCH-USP foi possível identificar a formação ou a inserção profissional de mais da metade dos alunos e traçar um perfil parcial dos frequentadores do curso. No universo de 62 inscritos, 34 alunos (55%) formam os sete grupos relacionados a seguir e há entre eles diversas sobreposições, exemplificando algo que Mário Wagner Vieira da Cunha havia destacado ao dizer que “era uma coisa comum a gente ter quatro ou cinco diplomas”.⁵⁶⁴

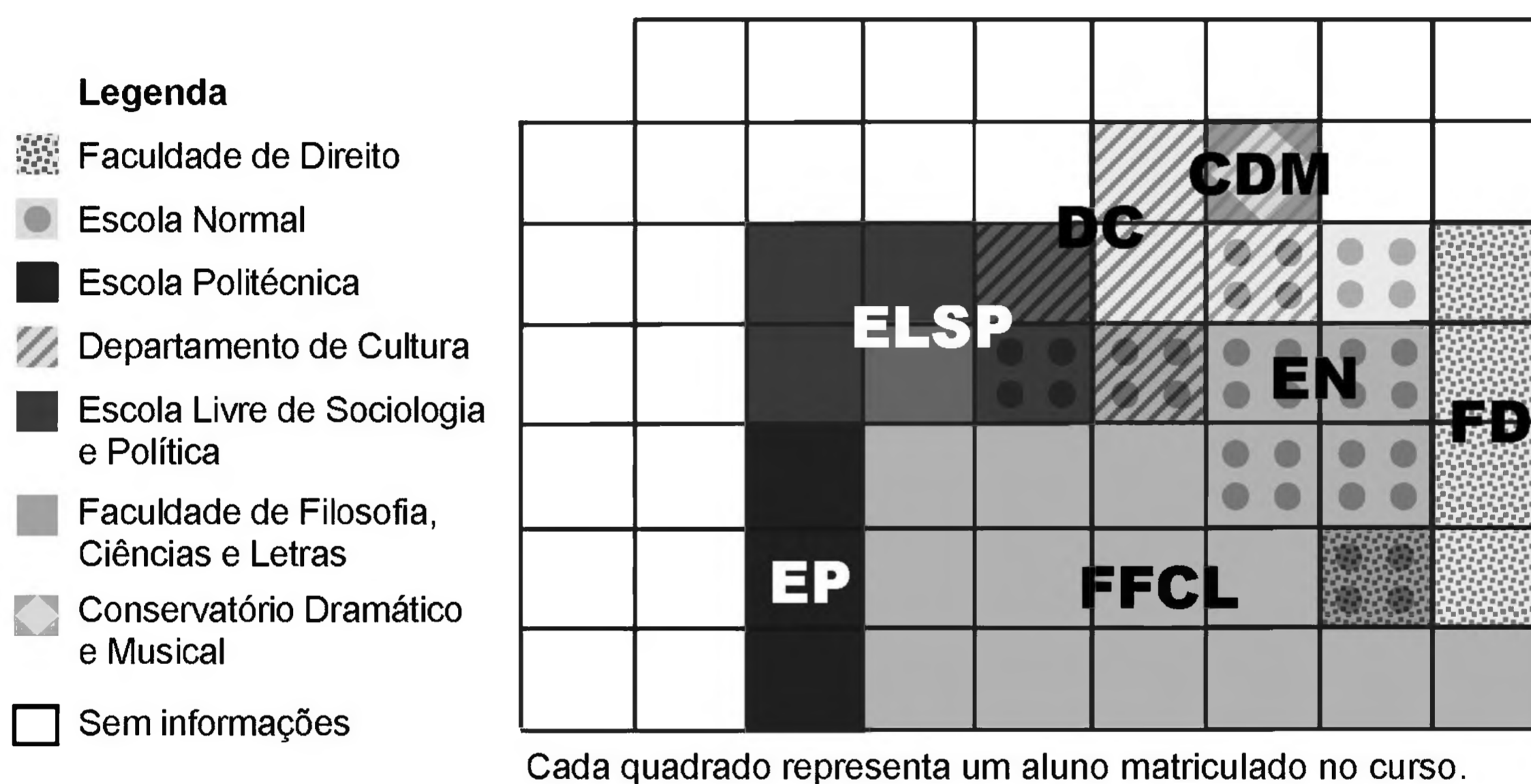
| Formação acadêmica ou vínculo profissional | Quantidade em relação ao grupo identificado | Quantidade em relação ao total de inscritos | Quantidade nominal |
|--|---|---|--------------------|
| Faculdade de Filosofia Ciências e Letras | 53% | 29% | 18 |
| Escola Normal | 30% | 16% | 10 |
| Escola Livre de Sociologia e Política | 18% | 10% | 6 |
| Departamento de Cultura | 18% | 10% | 6 |
| Faculdade de Direito | 12% | 6% | 4 |
| Escola Politécnica | 9% | 5% | 3 |
| Conservatório Dramático e Musical de São Paulo | 3% | 2% | 1 |

⁵⁶³ A lista de presença do curso encontra-se no Fundo SEF (doc.1, cx.1). Ao percorrê-la percebe-se que tanto nas ocasiões em que foi registrada a presença de apenas uma parte dos alunos quanto em outros dias (nos quais, à primeira vista, parecia não ter havido aula) encontram-se marcações em “x”, colocadas sempre acima ou abaixo da data.

⁵⁶⁴ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.266.

O pertencimento a um dos grupos não exclui a participação cumulativa em outros e os percentuais apresentados em relação ao total de inscritos constituem apenas uma estimativa aproximada – havendo, inclusive, possibilidade de pequenas variações nos números encontrados, já que os dados que obtive não resultam de um levantamento biográfico exaustivo. A Figura 8 fornece uma imagem mais precisa sobre a distribuição dos grupos e sua frequente sobreposição.

Figura 8 – Procedência dos alunos do Curso de Etnografia



Entre os alunos provenientes da FFCL, 10 encontravam-se matriculados na Subseção de Ciências Sociais e Políticas, 6 na de Filosofia e 1 na de Geografia e História, havendo ainda uma aluna inscrita como ouvinte na Subseção de Ciências Sociais e Políticas. Quanto aos estudantes da ELSP, há informações sobre 4 inscritos no curso de Sociologia e Política e 2 no de Biblioteconomia.

Além de atestar o interesse pela pesquisa folclórica entre os estudantes universitários de diferentes áreas, os dados apresentados revelam a importância do expediente criado por Fernando de Azevedo para aumentar o contingente de alunos matriculados na FFCL, à medida que, para boa parte dessa geração, a Escola Normal parece ter funcionado como uma etapa de acesso à universidade.

A surpresa referida por Dreyfus quanto ao número de alunos também foi expressa por Mário de Andrade no final de uma carta⁵⁶⁵ que escreveu para Câmara Cascudo em 15 de abril de 1936 (dia da aula de abertura) e na palestra que proferiu pouco depois, dando início aos trabalhos do curso.⁵⁶⁶ Na ocasião, o diretor do DC justificaria a necessidade do ensino da Etnografia esclarecendo que

é principalmente nisto, na colheita da documentação popular, que a enorme maioria dos nossos livros etnográficos é falsa. E é justamente nisso que temos que melhorar a nossa produção imediatamente, enquanto o progresso e o internacionalismo não destroem os nossos costumes e as bases culturais da nossa gente. Porque não nos importa ainda que nos orgulhemos de grandes monumentos científicos de Etnografia, da altura de um Frazer, dum Tylor, dum Lévy-Bruhl. Esses monumentos virão a seu tempo, e somente quando tivermos ao nosso dispor documentação legitimamente científica.⁵⁶⁷

O primeiro esboço elaborado por Dreyfus a partir das demandas do DC apresenta um “Curso de Etnologia Prática”⁵⁶⁸ cuja concepção remete ao trabalho de Paul Rivet. Nesse programa provisório, o curso se divide em uma seção de Antropologia Física e outra de Antropologia Cultural. A primeira se ramifica em três tópicos estreitamente relacionados:

- 1) Princípios gerais, objetivo, aplicações
- 2) Caracteres descritivos
- 3) Mensurações.

A segunda, que se assemelha aos programas de Antropologia Cultural das universidades norte-americanas da época, era dividida em seis partes que dizem respeito a áreas bastante diversas e, nesta medida, parecem constituir módulos independentes:

- a) Sociologia
- b) Folclore

⁵⁶⁵ “Estão me chamando pra janta e preciso ir. Já são 19 e 30 e às 20 e 30 justamente tenho que fazer a inauguração do Curso de Etnografia que instituí pelo Departamento. Aliás, com um sucesso inesperado, perto de setenta alunos!” (ANDRADE *apud* CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.377-378).

⁵⁶⁶ No documento intitulado “Minuta da palestra de inauguração do Curso de Etnografia” (Fundo SEF, doc.3, cx.1), Mário de Andrade declara: “que a nossa decisão foi acertada, prova cabalmente a vossa anuência, este afluxo inesperado de estudiosos que ultrapassou de muito a nossa expectativa”.

⁵⁶⁷ *Ibidem.*

⁵⁶⁸ Utilizo aqui a tradução feita por Valentini (2010) para o texto do “Plan sommaire pour un cours d’Ethnologie Pratique”, encontrado no Fundo SEF, doc.2, cx.1.

- c) Cultura material
- d) Linguística
- e) Arqueologia
- f) Instruções práticas para a reprodução e documentos.

Ao compararmos o “plano sumário”, onde não há informações sobre a distribuição dos conteúdos por aula, às transcrições realizadas durante o curso, torna-se clara a manutenção da primeira parte, sobre Antropologia Física, e o remanejamento de alguns conteúdos da segunda, referente à Antropologia Cultural. Enquanto a Sociologia foi suprimida – o que provavelmente se deve ao seu ensino regular na ELSP e na FFCL – e as “Instruções práticas para a reprodução de documentos” foram diluídas ao longo das lições, os módulos sobre Folclore e Cultura material passaram a ocupar a maior parte do programa – o que parece contemplar mais de perto os interesses do DC.

Neste sentido, não há dúvidas de que, com suas escolhas e ênfases particulares, o curso realizado pode ser compreendido como uma agenda de pesquisas construída a partir dos interesses de Dreyfus e Mário de Andrade. O “sentido eminentemente prático” enfatizado na palestra de abertura seria garantido tanto pelo espaço diminuto concedido às questões de natureza teórica – contempladas apenas na primeira aula e no início de cinco das outras 21 lições transcritas⁵⁶⁹ – quanto pelas “seções regulares de trabalho prático”⁵⁷⁰ realizadas no decorrer do curso.

Na sua aula de apresentação, Dreyfus expõe algumas definições e procura situar a Etnografia em relação à Etnologia, comentando, inclusive, a modificação do nome atribuído inicialmente ao curso.

Dera-lhe, antes, a denominação de Etnologia Prática. Pareceu-lhe, porém, uma denominação contraditória, uma vez que a Etnologia é, por natureza, um estudo teórico, sistemático, generalizador. Em contraste, a Etnografia não cuida de teorias nem de hipóteses, é essencialmente descritiva e monográfica.

Como estudo descritivo, não se aparta do objeto concreto; e como método monográfico, concentra-se num só objeto de cada vez, considerando um só grupo, uma só tribo; e qualquer conclusão é tirada exclusivamente sobre esse objeto particular estudado, somente em relação a ele.⁵⁷¹

⁵⁶⁹ A transcrição da Aula 22, sobre Arqueologia, não se encontra na documentação referente ao curso e não há informações a respeito de seu extravio nem de sua efetiva existência em algum momento anterior – o que permite supor que, talvez devido à ausência da pessoa responsável pelo registro das aulas, o documento não chegou a ser produzido.

⁵⁷⁰ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.242.

⁵⁷¹ Resumo da primeira aula expositiva do Curso de Etnografia, encontrado no Fundo SEF, doc.4, cx.1.

A ênfase no caráter descritivo do estudo etnográfico e na necessidade de que o pesquisador se atenha à especificidade do objeto parece reiterar as declarações de Mário de Andrade sobre a inconveniência de elaborações teóricas quando não se dispõe de dados que possam dar consistência a generalizações. Neste particular, a orientação adotada por Dreyfus aparece mais adiante, quando ela se refere à trajetória dos estudos etnográficos no processo de desenvolvimento do campo da Antropologia.

A evolução da Etnografia pode ser assimilada à evolução da Geografia e da História. Assim como existe uma Geografia – ciência descritiva do espaço [–] e uma História – estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo – existe um método geográfico, que intervém sempre que há o fator espaço; e um método histórico, aplicável sempre que há o fator tempo. Também a Etnografia, primitivamente ciência das raças, se transformou em método geral, aplicável sempre que se estuda o “outro”. O outro – quer dizer: a criança, o primitivo, o louco.⁵⁷²

Embora tratada de maneira bastante sucinta, devido ao caráter prático das lições, a definição de Etnografia como “método geral” para o estudo do “outro” remete ao mesmo conjunto de questões discutidas por Lévi-Strauss tanto em “A Sociologia Cultural e seu ensino” quanto no projeto para a criação do IAFC e coincide com um esforço de ampliação dos horizontes da disciplina comum, na época, a diferentes orientações – como a escola culturalista de inspiração boasiana, a abordagem funcionalista desenvolvida por Malinowsky e a “antropologia total” de Paul Rivet.

Da mesma forma, o cuidado em esclarecer ao longo do curso as diferenças entre Etnologia e Etnografia (Aula 1) e entre Etnografia e Folclore (Aula 5) se deve menos a um interesse em separá-los do que à necessidade de explicitar os parâmetros norteadores das atividades planejadas em meio à diversidade de perspectivas e interesses ali reunidos.⁵⁷³

Na sua primeira aula, Dreyfus rejeita tanto a perspectiva filosófica que deduz o isolamento ontológico do “outro” – quem quer que seja – com base no postulado bergsoniano da incomunicabilidade inexorável entre os sujeitos, quanto aquela que define a alteridade como tudo o que não coincide com “o conjunto de homens adultos, brancos, civilizados”, propondo em contrapartida que a Etnografia seja encarada como caminho para um conhecimento mais exato a esse respeito. A orientação teórica adotada

⁵⁷² *Ibidem.*

⁵⁷³ Como observa Lopez (1972), até então o próprio Mário de Andrade “não distingue etnografia de antropologia” (LOPEZ, T.P.A. 1972. *Op. cit.*, p.98).

por ela encontra na investigação empírica a alternativa possível para escapar à abstração – que tende a homogeneizar e a descaracterizar formas muito diversas de alteridade.⁵⁷⁴

São concepções filosóficas, muito respeitáveis, é certo, mas filosóficas. Ora, a Etnografia, no seu ponto de vista particular e concreto, não pode partir de soluções filosóficas. E no curso ora iniciado se esforça por dissolver a noção abstrata, contentando-se com estudar minuciosamente, não conjuntos, mas uma determinada técnica, um dado comportamento, qualquer manifestação cultural humana, por pequena que seja, desde que apresente alguma particularidade.⁵⁷⁵

Desta perspectiva, o trabalho etnográfico supunha a utilização de recursos e técnicas que viabilizassem a coleta ou o registro mais fidedigno possível dos aspectos culturais observados em campo, visando a sua posterior análise e, sobretudo, a sua comparação com “traços culturais”⁵⁷⁶ decorrentes de estudos análogos realizados junto a outras populações – princípio do “fichário antropológico” referido por Lévi-Strauss. Trata-se, como observa Valentini (2010), de uma abordagem adequada aos padrões da antropologia praticada no período entre-guerras.⁵⁷⁷

De fato, as 23 lições⁵⁷⁸ do curso reúnem um conjunto bastante diversificado de abordagens metodológicas e conhecimentos técnicos de ponta, resultantes da crescente especialização da pesquisa antropológica.⁵⁷⁹ Como informa o relatório de dezembro de 1936, a *expertise* adquirida durante o curso refere-se tanto aos “métodos de campo” – o que inclui padrões para o registro das características físicas e motoras dos indivíduos (Aulas 2, 3 e 4), procedimentos para descrição das técnicas locais de construção das habitações (Aulas 16 e 17), de tecelagem e cerâmica (Aulas 19 e 20) ou ainda estratégias comunicativas para aprender uma língua nativa (Aula 23) – quanto “os primeiros elementos do trabalho museográfico”⁵⁸⁰ – que envolve desde os cuidados para armazenar e transportar objetos como ferramentas, instrumentos musicais, indumentária,

⁵⁷⁴ Resumo da primeira aula (Fundo SEF, doc.4, cx.1).

⁵⁷⁵ *Ibidem.*

⁵⁷⁶ Um dos melhores exemplos da precedência desta concepção no trabalho de Dreyfus encontra-se na décima segunda aula, que trata da importância do estudo dos brinquedos e dos jogos (ver o Anexo 13).

⁵⁷⁷ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.29.

⁵⁷⁸ A referência utilizada baseia-se na numeração das apostilas do curso – que correspondem à transcrição em português de aulas ministradas em francês. Mas, como a seriação das apostilas refere-se apenas às aulas expositivas e os informes publicados na imprensa indicam que as aulas práticas seguiam uma numeração paralela, optei por chamar de “lições” às unidades constituídas por uma aula expositiva mais as aulas práticas a ela correspondentes.

⁵⁷⁹ Cf. SPIELMANN, E. 2003. *Op. cit.*, p.73.

⁵⁸⁰ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.242.

utensílios ou amostras de pigmentos utilizados na pintura decorativa destas peças até a elaboração de uma ficha padronizada para cada tipo de material recolhido.

Na primeira lição sobre cultura material (Aula 14), Dreyfus se posiciona de maneira bastante clara quanto às questões levantadas por Arbousse-Bastide em seus artigos sobre as diferentes concepções de cultura.

Quando, em qualquer estudo etnográfico, se distingue entre material e espiritual, isto não significa que existe um domínio do que é material, outro domínio do que é espiritual. Significa simplesmente que tudo quanto é suscetível de estudo etnográfico pode ser encarado de duas maneiras, sob dois pontos de vista.

Se, por exemplo, o assunto é a Justiça, do ponto de vista espiritual se consideram as representações coletivas; do ponto de vista material se considera o código do país, que concretiza essas representações, que são por assim dizer sua forma materializada.

Em segundo lugar, não há em Etnografia nenhum julgamento de valor; não se distingue entre o material e o espiritual nenhuma superioridade de categoria. São apenas diferenças de método, de processo. E note-se que o estudo do ponto de vista espiritual é mais difícil, mais decepcionador. Só se pode fazê-lo indiretamente, baseando-se em testemunhos que é preciso criticar e de cuja autenticidade nem sempre se está seguro.

A pesquisa do ponto de vista material, ao contrário, repousando sobre o objeto, tem garantia de autenticidade, de durabilidade, de autonomia. Concluindo, podemos dizer que a velha diferença estabelecida entre Etnografia – estudo do material – e Etnologia – estudo do espiritual, desaparece. A diferença real é apenas questão de método: Etnologia – estudo sistemático. Etnografia – estudo monográfico.⁵⁸¹

Essa mesma convicção, que explica a ênfase no estudo das culturas em sua dimensão material, também irá justificar o recurso à formação de coleções etnográficas, entendidas como um tipo de arquivo “mais seguro, mais durável que os arquivos escritos”⁵⁸² – princípio em que se baseia o paradigma museológico desenvolvido por Georges-Henri Rivière e Paul Rivet à frente de suas respectivas instituições (o *Departemen et Musée des Arts et des Traditions Populaires* e o *Musée de l’Homme*).

No estudo da cultura material, a abordagem adotada no curso baseia-se nas concepções de Marcel Mauss, autor com quem Dreyfus mais dialoga em suas lições e a cuja orientação teórica irá se filiar, como registra o resumo da aula de abertura.⁵⁸³ Ao

⁵⁸¹ Resumo da décima quarta aula expositiva do Curso de Etnografia, encontrado no Fundo SEF, doc.15, cx.1.

⁵⁸² *Ibidem*.

⁵⁸³ Na ocasião, Dreyfus observa que “segundo o conceito de Mauss, quase todos os fenômenos da vida são traduzíveis pelos objetos materiais, por causa da suscetibilidade do homem de deixar seus traços sobre as cousas que fabrica” (*Op. cit.*, Fundo SEF, doc.4, cx.1). A adoção dessa perspectiva ficaria ainda

final do primeiro módulo sobre Folclore (Aulas 5 e 6) – sobre as formas tradicionais de decoração dos objetos – esse diálogo irá se estabelecer em torno das diretrizes que devem orientar a atenção do pesquisador na descrição de um artefato.

Diante dum objeto etnográfico – diz Mauss – é preciso sempre indagar: onde, quem, quando, o que, de que maneira, por que?
A sra. Lévi-Strauss pensa que as indagações se podem reduzir a 4: de que? com que? para que? por quem?
Isto é: de que material é feito o objeto? Com que instrumento? Para que fim? Por que pessoa (homem ou mulher, feiticeiro ou profissional, etc)?⁵⁸⁴

A busca de formulações mais concisas a partir da perspectiva teórica adotada revela o caráter criativo, pouco conhecido, de seu trabalho científico. Ao tratar da formação de coleções etnográficas (Aula 14), novamente Dreyfus procura reelaborar a proposta de Mauss, conferindo-lhe maior rigor metodológico.

O problema preliminar e essencial em estudos dessa natureza é o da escolha dos objetos. [...]
Mauss diz que é preciso recolher tudo, pois que tudo é interessante. Uma coleção etnográfica não é uma coleção de obras de arte; mas representa uma cultura e seu interesse consiste nisto, somente nisto. Sobretudo o preconceito de pureza de estilo precisa ser posto de lado. Do ponto de vista etnográfico não há pureza de estilo, mas sempre mistura, influência, contato de culturas.
Quanto ao preconceito da raridade, Mauss diz que certos objetos comuns tem muito mais valor, significam muito mais para o conhecimento da cultura a que pertencem, do que objetos raros. Supondo que um cataclisma destruísse nossa cultura e que alguns objetos subsistissem, entre uma joia e uma lata de conserva seria certamente a conserva que poderia fornecer informação mais precisa sobre o gênero de vida a que estivera ligada.
A Sra. Strauss pensa que Mauss tem razão em parte e que seu ponto de vista é necessário para eliminar o ponto de vista vulgar. [...]
Mas, doutro lado, o princípio de tudo recolher é também um preconceito contra o qual se deve precaver. Como toda ciência a etnografia distingue o fato bruto do fato científico, isto é, o fato, qualquer que ele seja, visto pelo observador desprevenido, e o fato significativo que o cientista prevenido distingue da massa dos fatos comuns.⁵⁸⁵

mais evidente na primeira lição sobre Cultura material (Aula 14), quando Dreyfus irá retomá-la ao esclarecer que um arquivo formado a partir de coleções etnográficas “pode informar minuciosamente sobre a vida daqueles cuja cultura material representa, pois que o homem tende a deixar e efetivamente deixa a marca de sua atividade sobre os objetos que fabrica” (*Op. cit.*, Fundo SEF, doc.15, cx.1).

⁵⁸⁴ Resumo da quinta e sexta aula do Curso de Etnografia, encontrado no Fundo SEF, doc.8, cx.1.

⁵⁸⁵ *Op. cit.*, Fundo SEF, doc.15, cx.1.

Como ressalta Ellen Spielmann, a densidade desse diálogo nos permite cogitar a presença de Dreyfus, ao menos como ouvinte, em algum dos cursos oferecidos por Mauss no *Institut d'Ethnologie*.⁵⁸⁶ Na sequência, além de demonstrar um profundo conhecimento da orientação metodológica adotada, a antropóloga apresenta uma concepção alternativa à proposta de Marcell Mauss (que era pesquisador de gabinete), formulada com base na experiência, deixando clara a sua preferência pela cultura profissional adquirida em campo como parâmetro para orientar as escolhas e decisões inerentes ao trabalho etnográfico.

Meyerson diz que toda observação, toda experiência, quer se queira, quer não, nos conduz a proceder a uma escolha. Esta escolha é ao mesmo tempo teórica e prática. Prática, porque diante de grande quantidade de objetos a escolha às vezes se impõe, ou pela impossibilidade material de transporte, ou porque escasseiam os objetos de troca. A necessidade teórica é a distinção daquilo cuja possessão não constitui simples luxo, mas de fato seja útil ao conhecimento da cultura estudada. Interessa possuir o objeto do qual a simples fotografia ou descrição não constitui documentação suficiente. O etnógrafo, pois, não é simples colecionador de objetos. Mas deverá possuir uma cultura etnográfica e, doutro lado, essa espécie de tato, de sentido que faz não só distinguir o objeto interessante, mas pressentir a sua existência. Esta última qualidade pode ser natural e instintiva, mas pode também ser adquirida pela cultura e pela aprendizagem.⁵⁸⁷

A frequente alusão à expedição entre os Bororo e os Cadiueu para exemplificar procedimentos ensinados durante o curso expõe os nexos que parecem orientar a colaboração entre Dreyfus, Lévi-Strauss e Mário de Andrade – o que Valentini (2010) descreve como uma relação de “compartilhamento entre três aprendizes da ciência”⁵⁸⁸ – e sugere que a docência era concebida por Dreyfus como uma oportunidade para transmitir essa “cultura etnográfica” necessária aos praticantes do ofício.⁵⁸⁹

A credibilidade atribuída ao curso (que era descrito como de “extensão universitária”) no momento de sua realização pode ser medida não apenas pelo contingente de estudantes da FFCL e da ELSP entre os inscritos, mas também pela sua referência como “cátedra de Etnografia do Departamento de Cultura”, localizada por Valentini (2010) tanto em jornais da época quanto na correspondência de Mário de Andrade.⁵⁹⁰

⁵⁸⁶ Cf. SPIELMANN, E. 2003. *Op. cit.*, p.72.

⁵⁸⁷ *Op. cit.*, Fundo SEF, doc.15, cx.1.

⁵⁸⁸ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.167.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, p.54.

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p.48, nota 26.

Em seu relatório, Dreyfus informa que “o Departamento criou comissões de pesquisadores escolhidos entre os melhores estudantes, que sob minha direção realizaram pesquisas metódicas na Municipalidade e mesmo fora do Estado”.⁵⁹¹ Trata-se da pesquisa sobre a mancha mongólica,⁵⁹² discutida na segunda lição sobre Antropologia Física (Aula 3), e da pesquisa realizada em Minas Gerais por Oneyda Alvarenga a respeito do Cateretê tocado e dançado na região de Varginha, sua cidade natal.

Esses dois trabalhos, representativos das áreas de atuação priorizadas por Fenande Dina Dreyfus e Mário de Andrade, indicam os desdobramentos cogitados por ambos ainda durante o curso e evidenciam a prevalência de seus interesses no que se refere ao aproveitamento da mão de obra resultante. A esse respeito, Dreyfus declara em seu relatório que “logo que eu volte a São Paulo, haverá uma sessão de exames, onde serão outorgados diplomas que consagrarão os técnicos destinados a serem contratados pela Municipalidade para pesquisas futuras”.⁵⁹³

Apesar de não haver qualquer informação sobre a realização desses exames ou a certificação dos pesquisadores formados, a proposta sugere haver semelhanças entre o modelo de institucionalização cogitado inicialmente e a contratação temporária de estudantes universitários para a formação de equipes de investigadores nos inquéritos da SDSEM. No final do relatório, a pesquisadora esclarece haver planos para a ampliação das atividades etnográficas no ano seguinte e, para comprová-lo, menciona:

- 1) a aquisição, da qual fui encarregada oficialmente, de um material antropométrico completo;
- 2) a fundação de um Centro de Estudos Etnográficos, possuindo desde já suas instalações, seu orçamento, sua revista;
- 3) a criação, por mim proposta, de uma comissão linguística para redação de um vocabulário técnico etnográfico nas línguas francesa, inglesa, alemã e portuguesa;
- 4) a decisão de tornar permanentes as pesquisas de Antropologia Física, para as quais me foi solicitado que redigisse as Instruções destinadas a guiar os funcionários da Municipalidade. Estou atualmente preparando um segundo e um terceiro volumes de Instruções etnográficas e sociológicas.⁵⁹⁴

⁵⁹¹ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002, p.242.

⁵⁹² Dreyfus deixa bastante claro o seu engajamento nesta investigação ao esclarecer, no parágrafo seguinte, que “as Maternidades da cidade abriram suas portas aos estudantes que eu havia preparado especialmente para esta pesquisa, a qual continua em minha ausência, sob a orientação dada durante o ano” e apenas mencionar que há planos para a publicação de “uma série de pesquisas folclóricas realizadas por meus estudantes” (*Ibidem*), sem fornecer maiores detalhes a respeito.

⁵⁹³ *Ibidem*.

⁵⁹⁴ *Ibidem*.

O primeiro volume de suas *Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural*, publicado na “Coleção do Departamento de Cultura”, apresenta com maior riqueza de detalhes e com imagens ilustrativas (ver o Anexo 14) o conteúdo registrado na transcrição das Aulas 2, 3 e 4. Em suas primeiras páginas, Dreyfus esclarece que o manual pretende “guiar os pesquisadores não especializados e fornecer um método de trabalho imediatamente aplicável *no local*”.⁵⁹⁵

O texto introdutório do manual foi elaborado a partir da primeira aula do Curso de Etnografia e desenvolve melhor alguns argumentos expostos naquela ocasião, tornando ainda mais visíveis os pontos de contato entre a perspectiva de Dreyfus e as concepções expostas no projeto de Lévi-Strauss.

Lévy-Bruhl se esforçará por definir, para penetrá-las, a alma e as “funções mentais” do primitivo. Assim é que Blondel, indo mais longe, reunirá numa só categoria, tudo o que é diferente de nós e assimilará o comportamento do louco ao do primitivo. Quanto a psicólogos tais como Piaget e Luquet, quaisquer que sejam, por outro lado, suas intenções verdadeiras, sua análise não deixa de fato de concluir pela sua assimilação do comportamento da criança ao do primitivo.

A psicologia coloca-nos, pois, em presença de duas atitudes contraditórias: por um lado, oferece-nos tantos “outros” quanto[s sejam] os indivíduos. Por outro, apresenta-nos um só “outro” global, compreendendo, numa só categoria, tudo o que não é “nós”. Nenhuma psicologia traz outra coisa além de uma teoria semi-filosófica, nenhuma nos traz os dados de uma solução concreta. [...] Em lugar do infável, a Etnografia descobre gestos particulares, porém analisáveis, crenças, atitudes, modalidades específicas da técnica ou da reflexão que basta descrever, classificar e explicar pela reconstrução histórica e distribuição no espaço. O homem não é um enigma para o homem, senão na medida em que se observa a si mesmo como um panorama global e longínquo.⁵⁹⁶

Assim como Lévi-Strauss, que descobre nos métodos desenvolvidos pela Antropologia Cultural uma saída para as limitações da tradição sociológica durkheimiana, Dreyfus contrapõe a precisão empírica da pesquisa etnográfica à insuficiência das concepções filosóficas que se propunham a explicar a diversidade sociocultural humana. A complementaridade entre as perspectivas de ambos reforça a importância da contribuição de Dreyfus para viabilizar o trabalho teórico desenvolvido por Lévi-Strauss.

⁵⁹⁵ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, Dina. 1936. *Instruções práticas para pesquisas de Antropologia Física e Cultural*, v.1. São Paulo: Departamento de Cultura, p.7.

⁵⁹⁶ *Ibidem*: p.12-13.

Ademais, sua crítica à teoria de Lévy-Bruhl traz à tona um dos aspectos mais interessantes da colaboração entre os jovens pesquisadores franceses e o diretor do DC. Como vimos, a distinção estabelecida pelo etnólogo francês entre a mentalidade do homem civilizado e a do primitivo teria uma influência significativa sobre a perspectiva adotada por Mário de Andrade ao interpretar o “fenômeno folclórico”. Contudo, como argumenta Valentini (2010), os três parecem pôr de lado suas divergências teórico-metodológicas em benefício de uma interlocução pautada pelo aprendizado conjunto e, sobretudo, pela possibilidade da elaboração coletiva de projetos institucionais capazes de contemplar seus interesses imediatos.⁵⁹⁷

A exemplo disto, as considerações de Dreyfus a respeito da importância de uma verificação, a partir de dados recolhidos no Brasil, das hipóteses de Boas sobre as transformações morfofisiológicas observadas em gerações sucessivas de imigrantes conduzem a conclusões muito próximas à perspectiva que fundamenta o projeto de construção simbólica da nacionalidade concebido por Mário de Andrade. No final da introdução às suas *Instruções Práticas*, ao tratar da emergência de uma formação cultural autenticamente brasileira em meio ao isolamento dos sertões, Dreyfus pondera:

O caboclo, com efeito, não tem cultura própria; não tem tipo físico próprio. Não se acha, entretanto, totalmente desprovido deles. Na medida em que é possível atribuir-lhe uma cultura autônoma, é ela constituída de antigas tradições que sobreviveram de empréstimos tomados de culturas indígenas e de algumas invenções [...], muito raras, ao que parece, e, por isso mesmo, muito preciosas, porque podem fornecer bases à fundação, tão necessária ao Brasil, de uma cultura rural. Mais ainda do que por aquilo que possui, é o caboclo sem duvida interessante por aquilo de que está desprovido, pois realiza, num grau provavelmente excepcional no mundo, esta experiência tão rara e preciosa de um contato quase “acultural” entre o homem e a natureza.⁵⁹⁸

A complementaridade entre Antropologia Física e Cultural aparece aqui como chave interpretativa que possibilita o estudo minucioso da interação entre os homens e o meio que habitam e permite observar, de forma simultânea, tanto a progressiva estabilização de padrões biotipológicos quanto o funcionamento “das leis que regem os

⁵⁹⁷ A esse respeito, Valentini (2010) esclarece que “a dimensão de consenso tem muito a ver com a ideia, enunciada por todos esses pesquisadores, de que a constituição do arquivo etnográfico antecede a formulação teórica, a partir do pressuposto da objetividade dos traços culturais” (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.191, nota 146).

⁵⁹⁸ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, D. 1936. *Op. cit.*, p.17-18.

contatos culturais”.⁵⁹⁹ Nesta medida, o conceito de “aculturação”, referido com frequência pelos cientistas sociais em atividade à época em São Paulo, se tornaria central não apenas como categoria que permite explicar a mudança sociocultural em curso na cidade, mas como princípio que viabiliza a reconstituição da história dos contatos entre diferentes grupos humanos, pois, como assinala Rubino (1995), “já que a cultura era adquirida, inculcada e não biologicamente dada, também podia ser perdida”.⁶⁰⁰

⁵⁹⁹ *Ibidem*: p.17.

⁶⁰⁰ RUBINO, S. 1995. *Op. cit.*, p.490.

3.2 Uma escola folclórica paulista?

3.2.1 Institucionalidades em ação

Uma notícia publicada em 4 de novembro de 1936 no jornal *Diário da Noite* registra a realização, naquele mesmo dia, de um almoço no salão de inverno da Casa Mappin – em frente ao Teatro Municipal – para homenagear a “sra. Gina [sic] Levy-Strauss [...] por motivo de seu embarque amanhã para a Europa”.⁶⁰¹ Na ocasião estavam presentes Mário de Andrade, Claude Lévi-Strauss, mais 12 alunos do Curso de Etnografia, que havia terminado três dias antes. Como enfatiza o texto, tudo “transcorreu num ambiente de camaradagem, sendo a maioria dos presentes estudantes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo”.⁶⁰²

“Homenagens” como essa eram oferecidas com frequência por alunos da FFCL aos seus professores estrangeiros.⁶⁰³ O evento em questão, que parece não ter recebido destaque em outros jornais, ocupou um espaço significativo no *Diário da Noite* e, apesar da notícia não ter sido assinada, sua construção textual⁶⁰⁴ sugere que um dos alunos do curso – o estudante de filosofia Carlos Corrêa Mascaro – seria “o repórter do *Diário da Noite*”. Esta hipótese, pendente de confirmação documental, converge com a avaliação de Valentini (2010), que chama a atenção para a descrição do almoço como “uma espécie de momento de fundação idílico”.⁶⁰⁵

De acordo com a notícia, servida a sobremesa Mário de Andrade daria início ao seu discurso de saudação afirmando não ser um orador.

⁶⁰¹ Recorte de jornal encontrado no Fundo SEF, doc.22, cx.1.

⁶⁰² *Ibidem*.

⁶⁰³ Cf. LÉVI-STRAUSS, C. 1996. *Op. cit.*, p.99.

⁶⁰⁴ Como a fotografia que acompanha a notícia (ver o Anexo 15) exclui de seu enquadramento uma parte dos convidados, as informações apresentadas na notícia parecem ser uma fonte mais segura. No parágrafo em que cita cada um dos presentes ao almoço, o texto oferece duas sequências de nomes próprios. O período em que se encontra a segunda sequência é construído da seguinte maneira: “Ocuparam os outros lugares d. Maria Aparecida Duarte e alunos do Curso de Etnografia, Maria Stella Guimarães, Mário Wagner Vieira da Cunha, Carlos Mascaro, o repórter do *Diário da Noite*, Cecília de Castro e Silva, Rafael Grisi, Anita Castilho Marcondes Cabral e Seráfica Marcondes Pereira” (*Op. cit.*, Fundo SEF, doc.22, cx.1). Portanto, os nomes mencionados depois de “d. Maria Aparecida” (que também fora aluna do curso e era administradora dos Parques Infantis – algo que, junto com a diferença de idade marcada pelo pronome de tratamento, parece justificar a referência a seu nome antes dos demais) são identificados como “alunos do Curso de Etnografia”. Note-se que, se analisado de forma isolada, o mesmo trecho encerra uma ambiguidade que não permite saber se “o repórter do *Diário da Noite*” refere-se ao último nome citado, na função de aposto explicativo, ou se informa apenas a posição ocupada à mesa pelo jornalista anônimo. Essa ambiguidade não pode ser resolvida a menos que se considere a inserção do trecho analisado no conjunto do parágrafo.

⁶⁰⁵ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.61.

como não posso exprimir por palavras os meus agradecimentos à sra. Lévy-Strauss, proponho que, em homenagem à mesma, criemos o Clube de Etnografia. Seria o primeiro clube em São Paulo e no Brasil, porque não existe outro no país. Obtive já a autorização do prefeito Fábio Prado. A municipalidade patrocinará a novel agremiação, fornecendo os escritórios, material necessário, revista, etc.⁶⁰⁶

Com seu caráter de narrativa fundadora,⁶⁰⁷ o texto exprime algo destacado por Rubino (1995) ao observar a composição híbrida da entidade, que misturava “profissionais diversos, laços afetivos e profissionais, Universidade e Prefeitura”.⁶⁰⁸ Na ocasião, foram considerados seus sócios fundadores todos os presentes e incluídos na lista os nomes de Paulo Duarte e Oneyda Alvarenga.

No mês seguinte, surgia uma nova seção na RAM, dedicada “ao maior conhecimento do povo brasileiro”,⁶⁰⁹ batizada de “Arquivo Etnográfico”. Em sua nota de abertura, no volume 30 da Revista, são esclarecidos os requisitos mínimos para a submissão de trabalhos.

I – Nome do colaborador e seu endereço;

II – Indicações pormenorizadas de lugar (estado, município, cidade, fazenda, vila, engenho, etc.) e data em que foram feitas as observações;

III – Indicação pormenorizada dos indivíduos ou indivíduo de que a documentação folclórica foi colhida, seu lugar de nascimento, proveniência regional de família; si é alfabetizado ou não; si tinha confiança e franqueza ou não com o recolhedor; si era tímido, afoito, de demais condições psicológicas; qualidades de voz, si clara na pronúncia, se nitidamente sonorizada no canto, etc. E fotografia, si possível;

IV – As descrições de costumes, de coreografias, de processos de manufaturação, de objetos, de arquitetura, etc. deverão ser muito pormenorizadas, e, si possível, bem acompanhadas de fotografias e desenhos.⁶¹⁰

Ao estabelecer a obrigatoriedade da apresentação dos “dados sobre como foram colhidos os dados”⁶¹¹ garantia-se tanto a renovação dos critérios que orientam a pesquisa folclórica quanto a utilidade dos trabalhos publicados na nova seção. Outra evidência desse esforço (próprio dos períodos de institucionalização incipiente) para

⁶⁰⁶ *Op. cit.*, Fundo SEF, doc.22, cx.1

⁶⁰⁷ O toque idílico referido por Valentini (2010) é reforçado no último parágrafo, quando “findo o almoço a sra. Gina Lévy-Strauss foi cumprimentada pela filhinha da sra. Lavínia [Costa] Villela, encantadora menina de dez anos” (*Ibidem*).

⁶⁰⁸ RUBINO, S. 1995. *Op. cit.*, p.483.

⁶⁰⁹ ARQUIVO ETNOGRÁFICO. 1936. *Revista do Arquivo Municipal*, v.30, p.25.

⁶¹⁰ *Ibidem*.

⁶¹¹ ANDRADE *apud* CASCUDO, C. 2010. *Op. cit.*, p.295.

ampliar a capacidade de regulação e controle da produção intelectual pela comunidade especializada encontra-se mais adiante, na prescrição dos “assuntos por onde as pesquisas devem dirigir-se, e a que deve se aplicar a atenção dos colaboradores”.⁶¹²

Na página seguinte, anunciava-se um concurso com prêmios de um conto de réis para os dois melhores trabalhos publicados na seção ao longo do ano. Num contexto em que os gastos com deslocamento, alimentação, hospedagem e material de trabalho cabiam ao próprio investigador,⁶¹³ a justificativa para a criação de um concurso dessa natureza pode ser interpretada como princípio orientador para uma futura política de financiamento à pesquisa. De acordo com a nota de divulgação publicada na RAM, o prêmio foi criado “no intuito de incentivar as pesquisas deste gênero, no Brasil, e ainda como recompensa pelo esforço dispendido com indagações mais importantes”.⁶¹⁴ No júri constituído para a avaliação dos trabalhos encontravam-se os “prof. e etnógrafos Mário de Andrade, Nina [sic] Levi-Strauss, Samuel Lowrie, Plínio Ayrosa e Arthur Ramos”.⁶¹⁵

Apesar da nova seção não ser dedicada exclusivamente à publicação de trabalhos dos pesquisadores formados no curso, não há dúvidas de ser este um dos principais motivos de sua criação. A primeira edição de “Arquivo Etnográfico”, no volume 30 da RAM, trazia o artigo “Cateretês do sul de Minas Gerais”, resultante do trabalho de campo realizado por Oneyda Alvarenga.⁶¹⁶ Na edição seguinte, de janeiro de 1937, era publicado o artigo “Contribuição à Etnologia Paulista”, do médico Rafael de Paula Souza, que era aluno do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e não havia frequentado o Curso de Etnografia do DC.

No volume 32 da Revista, em fevereiro de 1937, a seção “Noticiário” publicava a resenha “O significado étnico das pálpebras”, de Lavínia Costa Vilela⁶¹⁷ (a propósito de

⁶¹² ARQUIVO ETNOGRÁFICO. 1936. *Op. cit.*, p.25.

⁶¹³ Mário Wagner Vieira da Cunha esclarece em seu depoimento ao projeto *História das Ciências Sociais no Brasil* que “tudo que fazíamos era com o dinheiro do nosso bolso. Viagens, estadias, material, tudo tinha que sair dali, é por isso que a gente saía pela tangente, fazia as pesquisas nas férias. Era tudo assim, porque não havia recursos de ordem nenhuma. Era tudo por conta do próprio pesquisador” (PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.272).

⁶¹⁴ ARQUIVO ETNOGRÁFICO. 1936. *Op. cit.*, p.26.

⁶¹⁵ *Ibidem.*

⁶¹⁶ Oneyda Alvarenga foi aluna de Mário de Andrade no CDM e depois de formada retornou à sua cidade natal até ser convocada para integrar os quadros do DC, em 1935, e assumir a direção da DPM. De acordo com Cerqueira (2010), essa pesquisa “foi iniciada quando ainda aguardava de Mário de Andrade notícias sobre sua possível contratação no Departamento. Recebera convite de Luís-Heitor Corrêa de Azevedo para publicar um artigo no *Boletim Latino-Americano de Música* e se entusiasmara em escrever sobre os cateretês” (CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.131).

⁶¹⁷ Lavínia Costa Vilela cursou a Escola Normal e foi contratada pelo DC, em 1935, como instrutora dos Parques Infantis, matriculando-se no mesmo ano na subseção de Ciências Sociais e Políticas da FFCL.

um artigo do antropólogo italiano Guido Landra, encontrado na revista *Sapere*) e a seção “Arquivo Etnográfico” publicava “A Entrada dos Palmitos”, texto em que Mário de Andrade se utiliza da hipótese de Frazer a respeito da sobrevivência do culto vegetal para especular sobre a origem do episódio homônimo encontrado na Festa do Divino de Mogi das Cruzes.⁶¹⁸

Na edição seguinte de “Arquivo Etnográfico”, publicava-se uma monografia de Marciano dos Santos⁶¹⁹ intitulada “A dança de São Gonçalo” e, meses depois, o volume 36 da Revista apresentava o relatório “Pesquisa sobre a Mancha Pigmentária Congênita na cidade de São Paulo”, de Maria Stella Guimarães e Cecília de Castro e Silva,⁶²⁰ com os resultados do levantamento realizado pelas autoras nas maternidades públicas da cidade.

No volume 40, a seção “Noticiário” trazia uma resenha de Cecília de Castro e Silva, visivelmente inspirada em sua experiência de campo, intitulada “A proteção à maternidade”, que comenta um texto de Pierre Vasseur, encontrado na revista *Mercure de France*, a propósito da regulamentação do aborto na Dinamarca. E a seção “Arquivo Etnográfico” apresentava a monografia “Um detalhe de arquitetura popular” redigida por Luís Saia⁶²¹ a partir de observações realizadas em cidades do interior do estado.

Em setembro, a Revista publicava os artigos “Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora”, de Mário Wagner Vieira da Cunha,⁶²² e “O Samba Rural Paulista”, de Mário de Andrade, baseados nas pesquisas realizadas pelos autores⁶²³ durante a festa do padroeiro da cidade. Trata-se, ao que parece, do primeiro – e talvez o único – resultado

⁶¹⁸ Este artigo constitui um interessante contraponto ao padrão dos trabalhos publicados na seção, por não resultar de observação direta, já que o autor “perdera a cerimônia que é tradicionalmente às primeiras horas da manhã” (ANDRADE, Mário. 1937. A Entrada dos Palmitos. *Revista do Arquivo Municipal*, v.32, p.52), o que limitaria sua análise ao relato de informantes locais que a presenciavam todo ano.

⁶¹⁹ As únicas informações que encontrei a respeito de Marciano dos Santos são as que remetem ao seu artigo sobre a Dança de São Gonçalo, à sua participação Curso de Etnografia e na Sociedade de Etnografia e Folclore.

⁶²⁰ Cecília de Castro e Silva matriculou-se nas subseções de Filosofia e de Ciências Políticas e Sociais da FFCL em 1936. Antes disso, participou, por indicação de Fernando de Azevedo, do inquérito de padrão de vida dirigido por Horace Davis. Maria Stella Guimarães matriculou-se na subseção de Ciências Sociais e Políticas em 1936 e na subseção de Ciências Naturais em 1938.

⁶²¹ Luís Saia ingressou no curso de Arquitetura da Escola Politécnica em 1932, mas se manteve afastado por cerca de dez anos, formando-se apenas em 1946.

⁶²² Mário Wagner Vieira da Cunha cursou o primeiro ano de Engenharia na Escola Politécnica em 1930 e, insatisfeito com o curso, ingressou na Faculdade de Direito e, simultaneamente, na Escola Normal da Praça da República. Em 1935, formou-se em ambos os cursos e matriculando-se na subseção de Ciências Sociais e Políticas da FFCL.

⁶²³ Ambos foram publicados no volume 41 da RAM e impressos posteriormente em forma de separata, o que reforça a identidade entre os dois artigos e o interesse dos autores em destacá-los da revista, de modo a facilitar a sua circulação.

concreto da metodologia de pesquisa coletiva referida por Mário de Andrade em seu artigo de 1939.

Comparando-se os objetos investigados nesses estudos, iniciados durante o Curso de Etnografia, com os subsídios fornecidos nas 23 lições ministradas por Dreyfus, encontramos alguns indícios da repercussão imediata de seus ensinamentos sobre a produção dos pesquisadores formados. A tabela a seguir apresenta de maneira bastante esquemática os dados disponíveis a respeito das pesquisas realizadas pelos alunos e as correspondências mais diretas que cada caso permite estabelecer.

| Aulas | Tópicos aproveitados | Pesquisadores | Localidades | Período |
|--------------------|--|--|--|-----------------------------|
| 8 a 11 | descrição de música e dança tradicionais e produção de um filme etnográfico a respeito | Oneyda Alvarenga | Varginha/MG | 01/1935 a 08/1935 e 09/1936 |
| 5 a 7, 9 a 10 e 13 | registro de lendas e descrição de uma cerimônia religiosa popular, incluindo as rezas cantadas, a dança, os instrumentos musicais e a cultura material a ela relacionada | Marciano dos Santos | Guarulhos, Bom Sucesso dos Guarulhos, Bragança Paulista e São Miguel | 09/1936 |
| 16 e 17 | descrição de técnicas artesanais utilizadas na construção das casas | Luís Saia | Carapicuíba, Itu, Pirapora e Tietê | – |
| 2 e 3 | descrição de manchas encontradas no dorso de bebês, levantamento da sua incidência em crianças da mesma família e registro das causas e significados atribuídos pelas mães à ocorrência do fato descrito | Cecília de Castro e Silva e Maria Stella Guimarães | São Paulo (capital) | 08/1936 a 03/1937 |
| ? | caracterização da sociedade local, descrição da festa do padroeiro e debate sobre o impacto que as mudanças sociais observadas teriam provocado no evento | Mário Wagner Vieira da Cunha | Pirapora | 08/1936 e 08/1937 |
| 8 a 11 | descrição etnográfica da execução musical e da performance coreográfica e debate sobre as vantagens e limitações das diferentes modalidades de registro | Mário de Andrade | Pirapora | 08/1937 |

A interrogação quanto às aulas que subsidiaram a monografia de Mário Wagner não se refere a uma lacuna da documentação, mas antes à riqueza de sua produção etnográfica, que resiste a simplificações como o esquema utilizado acima. O caráter sociológico de sua descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora é reiterado pela

comunicação “Sociologia e Etnografia”, apresentada a 21 de setembro de 1938 na Sociedade de Sociologia – entidade que será abordada mais adiante. Cabe observar ainda que a inclusão de Mário de Andrade entre os alunos do Curso de Etnografia – algo que Spielmann (2003) já havia sugerido⁶²⁴ – encontra respaldo não apenas nas características da sua produção sobre folclore no período posterior a 1936, mas também no depoimento de Oneyda Alvarenga⁶²⁵.

Além dos trabalhos publicados na RAM, a documentação depositada no Fundo SEF registra a realização de pesquisas mais modestas resultantes de trabalhos de campo em cidades como Bertioga, Atibaia e Jundiaí.⁶²⁶ Trata-se de comunicações que foram apresentadas nas reuniões da SEF e publicadas no boletim da entidade, mas que não chegaram a se desdobrar em artigos para a seção “Arquivo Etnográfico”.

Enquanto esteve em Paris apresentando o acervo etnográfico formado com o material recolhido na primeira “Missão Lévi-Strauss”, Fernande Dina Dreyfus também procurou divulgar a sua colaboração junto ao DC, cujo resultado mais concreto parecia ser, naquele momento, a publicação do primeiro volume das *Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural*.⁶²⁷ Além de se esforçar para obter os benefícios concedidos oficialmente aos agentes da propaganda cultural francesa, na ocasião Dreyfus procurou se aproximar de folcloristas franceses que vinham se dedicando a investigações semelhantes às que Mário de Andrade pretendia promover com o apoio da administração municipal. No relatório enviado a Jean Marx, fica registrada a sua intenção de “situar a atividade etnográfica e folclórica do Departamento de Cultura sob a orientação permanente do Museu do Trocadéro e das instituições folclóricas francesas”.⁶²⁸

Ao retornar a São Paulo no início de 1937, Dreyfus traz consigo a notícia que provocaria uma inflexão na trajetória do “Clube de Etnografia”: o DC fora convidado a apresentar um trabalho no primeiro Congresso Internacional de Folclore (CIF), a ser realizado no mês de junho. Como vimos, o Congresso ocorreria no âmbito da Exposição Universal, que naquele ano seria realizada em Paris sob a direção de Paul Rivet, e abrigaria eventos semelhantes, como o Congresso de Populações, para o qual seria convidada a SDSEM.

⁶²⁴ Cf. SPIELMANN, E. 2003. *Op. cit.* p.66.

⁶²⁵ Ao ser indagada a respeito na entrevista que concedeu em 1980, Oneyda Alvarenga afirma que “o Mário frequentava todas as aulas” (ALVARENGA, O. 1980. *Op. cit.*).

⁶²⁶ Cf. BOLETIM da SEF, n.7. In: *Revista do Arquivo Municipal*, v.54, pp.207-210.

⁶²⁷ Um exemplar foi enviado pela autora, junto com seu relatório, para Jean Marx.

⁶²⁸ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI, C. 2002. *Op. cit.*, p.243.

Em 30 de março de 1937, uma nota publicada no *Correio Paulistano* (ao que parece redigida por Mário de Andrade) informava que

Em seguimento ao Curso de Etnografia mantido ano passado com tanto êxito pelo Departamento de Cultura, lançou-se a ideia da formação duma sociedade de etnografia. As primeiras pesquisas foram excelentes, demonstrando que, com a união de professores e de alunos interessados nesta ciência, S. Paulo poderia manter um novo centro de estudos que viesse enfim dar uma orientação verdadeiramente científica aos estudos de folclore no Brasil.

No dia 2 de abril próximo, realizar-se-á a assembleia geral para a fundação da Sociedade de Etnografia e a aprovação dos seus estatutos. Para essa assembleia, além dos professores e particulares interessados na matéria, são convidados todos os alunos que fizeram o Curso de Etnografia do Departamento de Cultura.⁶²⁹

Referindo-se à mesma ocasião, o primeiro *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*, publicado em 1 de outubro, informa que a primeira reunião da entidade foi dedicada “à discussão do projeto de estatutos elaborado por uma comissão de sócios e ao estudo das modalidades de participação ao Congresso Internacional de Folclore de Paris”⁶³⁰ – o que sugere ter havido uma mudança de planos ao menos no que diz respeito à aprovação dos estatutos.

Ainda de acordo com o *Boletim*, a segunda reunião, realizada três dias depois, seria inteiramente dedicada á organização das comissões responsáveis pelo “plano de cooperação ao Congresso Internacional de Folclore”; a discussão sobre os estatutos seria retomada apenas no terceiro encontro, a 16 de abril, estendendo-se até a reunião seguinte, ocorrida em 20 de maio, quando foi aprovada a sua versão definitiva.⁶³¹

A comparação entre o “Projeto de Estatuto do Clube de Etnografia”,⁶³² redigido por Lavínia Costa Vilela, Mário Wagner Vieira da Cunha e Rafael Grisi,⁶³³ e os “Estatutos da Sociedade de Etnografia e Folclore”, publicados no volume 39 da RAM, sugere haver poucas diferenças formais entre a organização concebida pelos ex-alunos e a aprovada na quarta reunião. Mas essa comparação pode não refletir os debates ocorridos

⁶²⁹ *Jornal Correio Paulistano*, 30 de março de 1937, p.7 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

⁶³⁰ BOLETIM da SEF, n.1, p.1. In: SOARES, L.G. e LUZ, S. (Orgs.). 1983. Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1936-1939. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, p.21.

⁶³¹ *Ibidem*.

⁶³² O “Projeto de Estatuto do Clube de Etnografia” encontra-se no Fundo SEF, doc.23.

⁶³³ A responsabilidade de elaborar o projeto lhes fora atribuída por Mário de Andrade em novembro 1936, na ocasião em que foi fundada a entidade (cf. CATÁLOGO da Sociedade de Etnografia e Folclore. 2004. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, p.6).

durante as primeiras reuniões da entidade, já que o primeiro documento não foi datado de forma precisa e a sua redação pode ser anterior ou posterior à primeira reunião.

As modificações consistem, basicamente, na supressão de dois itens do Art. 3º (um sobre a aceitação de “sócios beneméritos” e outro sobre as restrições impostas aos sócios que atrasarem três mensalidades), na redução do quórum necessário à realização das assembleias e na reelaboração do quarto item do Art. 2º, que estabelecia como atribuição da entidade “auxiliar o museu etnográfico”, passando para “auxiliar coleções etnográficas”.⁶³⁴

A transformação do “clube” em “sociedade”, mudança que se torna mais significativa ao confrontarmos as duas fontes, não é justificada na documentação do Fundo SEF⁶³⁵ e parece mesmo resultar de uma decisão anterior à primeira reunião da “Sociedade de Etnografia”. Na carta que escreveu para Câmara Cascudo em 27 de julho de 1942 (e que é um dos raros momentos em que comenta suas divergências com Dreyfus e Lévi-Strauss), Mário de Andrade recorda o impasse resultante da necessidade de se estabelecer uma identidade institucional mais respeitável para a associação.

Quando [...] propus a fundação, no chá de fim de curso oferecido à professora, Mme. Lévi-Strauss, até o nome que eu lembrei era mais adequado. “Clube”. Mas logo nos dias seguintes o casal Lévi-Strauss propunha a substituição pra “Sociedade”, porque clube dava ideia depreciativa. Repliquei que “depreciativa” dava não, mas de coisa mais camarada, com obrigações técnicas menos pesadas, com obrigação de vida menos quotidiana, e era isso mesmo que eu queria, conhecendo o ambiente e o número exíguo de folcloristas de verdade aqui.⁶³⁶

A referência a um “Centro de Estudos Etnográficos” no relatório redigido por Dreyfus em dezembro de 1936 – um mês após o “chá de fim de curso” em que foi fundada a associação – e a ausência no texto da palavra “clube” já indicavam a hesitação da pesquisadora em apresentar uma instituição dessa ordem como resultado de suas “atividades universitárias no Brasil”. Neste sentido, parece não haver dúvidas de que a preferência pelo formato de “sociedade” se deve, como argumenta Valentini (2010), à

existência de outras *sociétés savantes* consolidadas como espaços de debate científico e de circulação de informações entre pesquisadores de diferentes graus de profissionalização (como a *Société des*

⁶³⁴ Projeto de Estatuto... *Op. cit.*, Fundo SEF, doc.23, cx.1, e ESTATUTOS da Sociedade de Etnografia e Folclore. 1937. *Revista do Arquivo Municipal*, v.39, p.61.

⁶³⁵ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.64.

⁶³⁶ ANDRADE *apud* CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.319.

Américanistes em torno da qual começavam a gravitar Dreyfus e Lévi-Strauss).⁶³⁷

As divergências entre os sócios quanto à identidade institucional atribuída à entidade também aparecem no depoimento concedido por Mário Wagner Vieira da Cunha a Suzana Luz, do Instituto Nacional do Folclore, em 1983.

Constituímos um pequeno grupo que queria, antes de tudo, voltar-se para o trabalho de campo. [...] Era chamado Clube justamente para ficar bem claro que não tinha nada do convencionalismo de Sociedade. Acabamos caindo nas amarras do convencionalismo e transformamos aquilo numa Sociedade mesmo. Mas nunca teve mais vida do que nas reuniões que se faziam, às segundas-feiras, na Escola de Comércio Álvares Penteado, onde havia mesmo um museu de etnografia, organizado, desde logo, pela Dina Lévi-Strauss, onde ela tinha reunido muitos cacos de cerâmica, muita palha.⁶³⁸

Para se compreender essa avaliação, que à primeira vista pode soar como simples nostalgia ou como apego à narrativa fundadora, convém considerá-la à luz dos comentários feitos por ele em outras ocasiões. Na entrevista que concedeu em abril 1998 a Débora A. Maciel e Luciano Pereira dos Santos, Mário Wagner refere-se à inexistência de espaços de socialização e, por conseguinte, de uma cultura universitária tanto entre estudantes da FFCL quanto da ELSP.

Durante muito tempo, essas escolas só se reuniam para as horas de aula. Havia uma biblioteca, raramente era utilizada fora daquelas horas. Realmente os alunos tinham pouca convivência; só nos intervalos de aula que eles conversavam. [...] O relacionamento com os professores também era pobre. O professor também chegava lá atrasado para a aula e saía antes da hora; era difícil ter um pouco mais de conversa.⁶³⁹

A mesma questão seria referida, embora de maneira diversa, no depoimento ao projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, na passagem em que Mário Wagner descreve a convivência entre os alunos do Curso de Etnografia – viabilizada pela possibilidade da permanência no local onde eram ministradas as aulas.

Quando a Dina Lévi-Strauss deu o curso, foi lá na Escola de Sociologia e Política, naquele edifício da Escola de Comércio, à noite. Nós nos reuníamos lá, aí se perdia a hora. A classe devia terminar às

⁶³⁷ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.64.

⁶³⁸ CUNHA *apud* SOARES, L.G. 1983. Mário de Andrade e o Folclore. *In*: SOARES, L.G. e LUZ, S. (Orgs.). 1983. *Op. cit.*, p.10.

⁶³⁹ CUNHA, M.W.V. 2009. *Op. cit.*, p.175.

nove, em geral terminava às dez e nós ficávamos no bate-papo até meia-noite, na escola mesmo.⁶⁴⁰

A participação no Curso de Etnografia equivale a uma oportunidade tanto para a convivência entre os universitários quanto para a interação com a professora, que – provavelmente estimulada pelo interesse dos estudantes – costumava encerrar suas aulas depois do horário previsto.

Na entrevista que concedeu em 1993 ao jornal *Folha de São Paulo*, Mário Wagner expôs suas impressões pessoais a respeito de Dreyfus, de quem se aproximaria mais após a fundação da SEF, e de Lévi-Strauss, de quem foi aluno e assistente na FFCL, e destaca o quanto as habilidades interpessoais da antropóloga contribuíam para o desempenho de suas atividades profissionais.

Enquanto ele era frio, ela era expansiva e cordial. Eram duas pessoas que a gente não podia entender que estivessem casadas. Apesar da diversidade, eles se somavam. Muita coisa do trabalho do Lévi-Strauss no Brasil não teria sido feita sem a Dina, se ela não puxasse. Participou de quase todas as expedições dele. Ele não tinha essa capacidade de relacionamento que ela tinha. [...] Eu ia à casa deles na Cincinato Braga, porque fazíamos muitas reuniões sobre a Sociedade de Etnografia e Folclore. Com a Dina a gente começava a conversar e nunca mais parava.⁶⁴¹

Tomados em conjunto, esses depoimentos reiteram o engajamento de Dreyfus no sentido de viabilizar a aquisição da cultura científica e profissional capaz de distinguir os pesquisadores formados no curso da tradição autodidata – distinção que, neste caso, dependia mais do caráter coletivo e sistemático da produção científica que da conversão ao ideário da “ciência pura”. E nos ajudam a perceber com mais nitidez a diferença entre as expectativas que poderiam justificar a manutenção da entidade como “clube” e os interesses que passaram a orientá-la enquanto “sociedade”.

De fato, como observa Valentini (2010), o convite para participar do CIF parece ter atropelado os projetos concebidos anteriormente – o que fica claro no caso do “vocabulário etnográfico nacional”, proposto como “tarefa imediata” no “Projeto de Estatuto do Clube de Etnografia”, mas que só começaria a ser discutido na quinta reunião da entidade, em 14 de junho de 1937, quando a pesquisa a ser apresentada no Congresso já estava em fase de finalização.

⁶⁴⁰ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.274.

⁶⁴¹ CUNHA, M.W.V. 1993. *Op. cit.*, p.1.

Essa constatação é reforçada ao confrontarmos, de um lado, os quase dois meses decorridos entre a primeira discussão sobre os estatutos e, de outro, a aprovação de sua versão definitiva com o intervalo de três dias (da primeira à segunda reunião) para que fossem iniciadas as atividades previstas no “plano de cooperação para o Congresso Internacional de Folclore”.⁶⁴² Tamanha urgência decorre, naturalmente, da proximidade do evento,⁶⁴³ mas não deixa de evidenciar a prioridade atribuída pelos membros da entidade ao intercâmbio científico com instituições francesas.

Em sua carta a Câmara Cascudo, Mário de Andrade conta que diante da preferência de muitos sócios pela categoria “clube” Dreyfus e Lévi-Strauss

retrucaram que assim ficava mais difícil [a] ligação com as “sociedades” estrangeiras, que logo o plano primeiro era concorrer ao Congresso Internacional de Folclore com trabalhos cartográficos e, pra encurtar, o batismo deles venceu.⁶⁴⁴

Seu comentário não deixa dúvidas quanto ao protagonismo dos franceses não só na orientação metodológica das pesquisas da SEF, mas também na definição de sua identidade institucional e, ao que parece, na escolha da modalidade de participação no Congresso.

Dentre os simpósios previstos na programação do evento (ver o Anexo 16), escolheu-se o de “Técnica dos trabalhos cartográficos”, que integrava a subseção de “Metodologia Folclórica” inserida, por sua vez, no segmento “Folclore Descritivo”. E a pesquisa concebida para ser apresentada em Paris colocava em prática alguns dos mecanismos de trabalho que Dreyfus planejava introduzir no DC – pela manutenção de um banco de dados etnográfico a partir da articulação entre uma rede de informantes não especializados, uma equipe de pesquisadores treinados e um grupo de especialistas encarregado de distribuir instruções e questionários e coordenar o trabalho coletivo.

A proposta de mapear manifestações culturais (algo que Lévi-Strauss já havia mencionado⁶⁴⁵ no projeto do IAFC) contava com a colaboração da SDSEM, cujas técnicas cartográficas vinham se aprimorando desde a sua criação – o que parece

⁶⁴² Esse contraste é evidenciado na convocatória para a quarta reunião da entidade que teve como pauta “a discussão dos estatutos e sua aprovação final e a comunicação aos sócios dos resultados obtidos com o recente inquérito de folclore aberto pela Sociedade” (Jornal *Correio Paulistano*, 18 de maio de 1937, p.8 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional).

⁶⁴³ Os pesquisadores reunidos pela entidade na primeira semana de abril teriam pouco mais de dois meses para desenvolver o que decidissem apresentar no evento, cuja abertura era prevista para 25 de junho de 1937.

⁶⁴⁴ ANDRADE *apud* CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.319.

⁶⁴⁵ Ver as notas 363 e 467.

indiscutível se compararmos suas primeiras pesquisas demográficas, publicadas na RAM, à comunicação enviada ao Congresso de Populações.

O trabalho apresentado em Paris por Sérgio Milliet, que era chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social, discutia a imprecisão resultante da adoção de unidades territoriais heterogêneas e demasiado abrangentes como os distritos de paz – cuja transposição para os mapas demográficos mostrava diferenças abruptas de concentração populacional no encontro entre distritos adjacentes, produzindo uma ilusão de homogeneidade dentro de cada um deles – e propunha como sistema alternativo⁶⁴⁶ o mapeamento por “faces de quarteirão” introduzido por Bruno Rudolfer, que era chefe da SDSEM e professor de Estatística da ELSP.

Para exibir os resultados desse método foi utilizado um dispositivo cartográfico composto de um mapa-base e sete mapas transparentes (a ele sobrepostos) que permitem visualizar de maneira simultânea ou alternada a concentração média por quarteirão de diferentes segmentos da população em um mesmo local. A zona mapeada correspondia à divisa entre os distritos Santa Efigênia e Sé, na região central da cidade; enquanto o mapa-base indicava os nomes das ruas, os tipos de logradouros e a densidade demográfica por quarteirão, os mapas transparentes segmentavam a população mostrando o percentual por quarteirão de crianças em idade escolar, de brasileiros e estrangeiros, de italianos, de sírios, de japoneses, de brasileiros nascidos de pais brasileiros e o número de homens por cem mulheres em cada quarteirão.⁶⁴⁷

O “Inquérito Folclórico” teria início no dia 5 de abril de 1937, quando “parti[r]am os primeiros questionários”⁶⁴⁸ para serem distribuídos por todo o estado. Impresso em uma folha papel tamanho A4, dobrada ao meio no acabamento, o questionário era composto de quatro páginas. Na sua folha de rosto, uma mensagem de Mário de Andrade pedia “o apoio e a compreensão cultural de todos os paulistas” e associava a realização da pesquisa ao “vigor do possante organismo do nosso estado”.⁶⁴⁹ Cada uma das três páginas seguintes tratava de uma determinada categoria de manifestações, dentre danças folclóricas, proibições alimentares e métodos alternativos de cura do terçol (ver o Anexo 17).

⁶⁴⁶ Uma fonte bastante esclarecedora a respeito dessa metodologia é a entrevista com Bruno Rudolfer publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* e reproduzida no volume 39 da RAM.

⁶⁴⁷ Cf. RUDOLFER, Bruno. 1937. Alguns pormenores sobre os trabalhos do Departamento de Cultura, que acabam de alcançar grande repercussão no Congresso de População recentemente realizado em Paris. *Revista do Arquivo Municipal*, v.39, p.285.

⁶⁴⁸ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, L. 1937. *Op. cit.*, p.5.

⁶⁴⁹ Um exemplar não preenchido do “Questionário Folclórico” encontra-se no Fundo SEF, doc.37, cx.4 (ver o Anexo 17).

Na comunicação enviada pela Sociedade ao CIF, a preferência por essas formas culturais específicas seria justificada

por preocupações de ordem tanto prática como teórica. Prática, pois, por um lado, possuíamos já sobre esses problemas uma certa documentação (enquetes de grandes jornais, monografias e obras gerais, cf. bibliografia). Por outro lado, seu caráter concreto parecia destinado a suscitar o interesse dos informantes. Enfim, sua simplicidade relativa assegurava um máximo de respostas utilizáveis. Do ponto de vista teórico, os fatos escolhidos aparecem como representativos de alguns dos grandes aspectos da vida popular: as proibições alimentares entram na rubrica da alimentação cotidiana, e, mais particularmente, das crenças e superstições relativas aos alimentos.⁶⁵⁰

A esperada precedência de Mário de Andrade na seleção das manifestações investigadas transparece tanto na referência ao “inquérito sobre superstições instaurado em 1929 pelo *Diário de São Paulo*”⁶⁵¹ num dos artigos que escreveu para atrair colaboradores quanto em seu “Projeto de elaboração do questionário sobre o inquérito folclórico”,⁶⁵² redigido na véspera da segunda reunião da SEF.

Com a finalização do questionário, teria início uma campanha intensiva de divulgação,⁶⁵³ sobretudo nos jornais de circulação estadual, e uma maratona para a seleção e o processamento das respostas recebidas. Nos artigos a respeito que publicou semanalmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, Mário de Andrade se utiliza de artifícios retóricos diversos⁶⁵⁴ e dos seus conhecimentos sobre as tradições populares paulistas para atrair o interesse do maior número possível de informantes.

Um desses textos, publicado a 10 de abril, revela um dado significativo ao mencionar a oposição de parte dos membros da Sociedade à realização do inquérito durante a segunda reunião da entidade – ocorrida no mesmo dia em que foi iniciada a distribuição dos questionários.

⁶⁵⁰ Minuta da comunicação, intitulada “Cartes Folkloriques”, localizada no Fundo SEF, doc.343, cx.4 – tradução de Valentini (2010).

⁶⁵¹ ANDRADE, Mário. 1937f. Um inquérito de costumes. *Revista do Arquivo Municipal*, v.34, p.205.

⁶⁵² Documento encontrado no Fundo SEF, doc.347, cx.4.

⁶⁵³ Apesar de não ter realizado uma busca exaustiva, encontrei cinco artigos a respeito no jornal *O Estado de S. Paulo* – um assinado por Dreyfus e três por Mário de Andrade – e três notas sem indicação de autoria, embora certamente redigidas pelo diretor do DC – duas no *Correio de São Paulo* e uma no *Correio Paulistano*.

⁶⁵⁴ O artifício utilizado com mais frequência consiste em alternar opiniões comuns e observações técnicas ou em apresentar uma opinião ambígua quanto à manifestação comentada: “Também a cura do terçol com anel é superstição espalhadíssima entre nós. E será mesmo superstição?... Confesso ter “curado” muito terçol passando-lhe um anel de ouro por cima, e si não persevero mais nessa terapêutica dourada, é porque principiei a ter uma certa vergonha de mim mesmo. Ou porque não tenho mais terçóis” (ANDRADE, M. 1937f. *Op. cit.*, p.204).

É incontestável que a urgência com que as respostas devem vir [...] torna bem possível que a tentativa fracasse ao menos em parte. Na última seção realizada na Sociedade de Etnografia os seus associados dividiram-se francamente em dois grupos: os que afirmam que a empreitada fracassará e os que acreditam no seu êxito.⁶⁵⁵

No fim do artigo, Mário de Andrade refere-se a um inquérito “muito mais complexo” iniciado “em 1921, por intermédio da Universidade de Buenos Aires”⁶⁵⁶ e sugere que com suas respostas ao inquérito da SEF os paulistas poderiam demonstrar que seu “nível cultural” não é inferior ao dos argentinos.⁶⁵⁷

A mesma ideia aparecerá, embora com menor ênfase, no artigo seguinte, publicado a 16 de abril, quando o autor se refere ao CIF como “uma competição internacional”.⁶⁵⁸ Nesse texto, Mário de Andrade comenta mais algumas respostas recebidas e chega mesmo a arriscar algumas interpretações a respeito – ao que parece, motivadas mais pela necessidade de demonstrar aos leigos a utilidade das informações solicitadas no questionário⁶⁵⁹ do que por uma tentativa de aproveitamento sistemático desses dados.

Seu esforço para mobilizar o máximo possível de informantes torna-se mais nítido na comparação dos textos comentados acima, publicados nos dias 10 e 16 de abril, com o artigo do dia 21, ainda no jornal *O Estado de S. Paulo*, em que o maior despojamento do autor lhe permitiria preencher a segunda parte do texto com uma lista (de fato, curiosíssima) de métodos para a cura do terçol registrados nos municípios de Ituverava e Guará.⁶⁶⁰

⁶⁵⁵ *Ibidem*, p.205.

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ “A mim me parece impossível que, embora se exija [...] que as respostas venham até a data de 30 de abril o mais tardar, duas instituições culturais da maior seriedade como são a Sociedade de Etnografia e o Departamento de Cultura não consigam interessar o povo dum estado cujo nível cultural positivamente não pode de forma alguma estar muito abaixo do argentino. Mas não insisto neste ponto. Dirão que estou a açular o brio dos bons paulistas...” (*Ibidem*).

⁶⁵⁸ ANDRADE, Mário de. 1937e. Primeiros resultados. Algumas outras proibições. *Revista do Arquivo Municipal*, v.34, p.208.

⁶⁵⁹ É o que sugere, por exemplo, sua interpretação funcionalista dos tabus relacionados à mistura de frutas com bebida alcoólica: “pode-se compreender muito bem a raiva secreta do povo pelo álcool, traduzida em numerosos tabus. É a vingança. Nas revoluções brasileiras, a primeira cólera exterminadora do povo se manifesta contra as casas de jogo. [...] Finda a revolução, o povo tranquilo volta ao joguinho estragoso que lhe desarticula os lares. Da mesma forma o povo reconhece secretamente os males causados pelo abuso do álcool, mas continua usando e abusando dele. Mas a raiva se manifesta na criação dos tabus” (*Ibidem*, p.206-207).

⁶⁶⁰ Cf. ANDRADE, Mário de. 1937b. Primeiros resultados. Algumas outras proibições. *Revista do Arquivo Municipal*, v.35, p.277.

Uma explicação possível para esse afrouxamento dos artifícios retóricos presentes em seus primeiros artigos sobre o Inquérito pode ser encontrada no texto publicado por Dreyfus no jornal *O Estado de S. Paulo* cerca de um mês depois, a 20 de maio de 1937. O êxito alcançado pelo esforço conjunto dos sócios empenhados no “plano de cooperação” é referido logo em seus primeiros parágrafos.

Alguns dias depois [do envio dos primeiros questionários], já se podia prever, pelas respostas recebidas, que o apelo feito fora bem compreendido.

Com efeito, dia a dia, as respostas afluíram em número tão considerável que os mais pessimistas se calaram, e os mais otimistas viram ultrapassadas as suas esperanças.⁶⁶¹

A referência aos “mais pessimistas” ainda nesse momento sugere que as contrariedades suscitadas pela sobreposição do “Inquérito Folclórico” às demais atividades previstas deixaria um lastro duradouro entre os sócios da entidade.

Na sequência, Dreyfus esclarecia que “mais de 700 respostas estão em elaboração”, lamentava que o prazo divulgado para o seu envio tenha sido até 30 de abril, pois a SEF “acaba de receber o aviso de que o Congresso foi adiado para 23 de agosto”, e informava que, diante disso, o Inquérito “continua aberto por algumas semanas”.⁶⁶² Ao todo, quatro mil cópias do questionário foram distribuídas no estado, em quantidades variáveis segundo o local de trabalho ou a profissão dos informantes.

| Destinatários | Quantidade |
|--|------------|
| Médicos e farmacêuticos | 2000 |
| Escolas públicas | 600 |
| Juizes de paz | 600 |
| Imprensa local | 500 |
| Ferrovários, policiais e funcionários da administração pública local | 200 |
| Inspetores de ensino | 100 |

Outro dado significativo a respeito da escolha dos informantes – que diz bastante sobre a relação entre pesquisador e “objeto folclórico” – aparece na folha de rosto do questionário, logo após a mensagem de Mário de Andrade, escrito entre parênteses e em

⁶⁶¹ [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, D. 1937. Questionários Folclóricos. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 18 de maio de 1937, p.5.

⁶⁶² *Ibidem*.

caixa alta: “COMUNIQUE ESTE QUESTIONÁRIO A OUTRAS PESSOAS CULTAS QUE A ELE POSSAM TAMBÉM RESPONDER”.⁶⁶³

Dentre as 850 respostas recebidas pela Sociedade, apenas 1% foi considerado inaproveitável e as informações nelas registradas referiam-se a 259 municípios paulistas. No trabalho de tabulação dos questionários, a cargo de uma comissão coordenada por Dreyfus e constituída por Carlos Corrêa Mascaro, Mário Wagner Vieira da Cunha, Oneyda Alvarenga e Rafael Grisi (que foram alunos do Curso de Etnografia) com o auxílio de sócios voluntários, os dados extraídos de cada resposta foram segmentados, classificados e inseridos em fichas padronizadas.⁶⁶⁴ O material resultante desse processo foi utilizado na elaboração⁶⁶⁵ das “cartas folclóricas” apresentadas em Paris, preparadas sob a orientação de Bruno Rudolfer, Claude Lévi-Strauss e Mário de Andrade⁶⁶⁶ e impressas no mesmo padrão que os mapas enviados pela SDSEM ao Congresso de Populações.

O dispositivo consistia em um mapa-base do estado de São Paulo, impresso em preto sobre papel branco, indicando seus principais rios, suas ferrovias e os limites entre os municípios existentes à época, seguido de oito mapas transparentes. O primeiro deles, impresso em preto, indicava a área coberta pelo inquérito e os sete seguintes, impressos em cores distintas, indicavam a existência e a localização aproximada das manifestações culturais mais difundidas dentre as indicadas no questionário (ver o Anexo 17).

Na entrevista que concedeu ao jornal *O Estado de S. Paulo* em 17 de agosto de 1937, Bruno Rudolfer, que parece ter sido o responsável pela introdução desta técnica na SDSEM, explica que os

mapas transparentes apresentam vantagens incontestáveis, permitem, de uma só vez, a apresentação destacada do fenômeno independente das divisões e acidentes geográficos que [...] se veem no mapa-base e

⁶⁶³ *Op. cit.*, Fundo SEF, doc.37, cx.1.

⁶⁶⁴ As etapas de processamento das informações extraídas dos questionários foram sistematizadas vinte páginas de “instruções para a codificação dos questionários do inquérito folclórico e tabulação referente a proibições alimentares”. O documento encontra-se no Fundo SEF, doc.364, cx.4.

⁶⁶⁵ De acordo com a comunicação enviada ao Congresso, a transposição das respostas a cada item do questionário para coordenadas cartográficas resulta da “classificação de cada um dos fatos submetidos à enquete, de modo a fazê-los entrar num sistema de codificação numérico. Esse procedimento, que o Departamento de Cultura utiliza para todas suas pesquisas de ordem sociológica, permite uma tabulação mecânica, graças à qual os diferentes dados podem entrar em combinações as mais diversas conforme as necessidades do estudo. Todo fato é enquadrado num grupo, mas ao mesmo tempo conserva sua maleabilidade pela multiplicidade das modalidades pelas quais pode ser afetado” (*Op. cit.*, Fundo SEF, doc.343, cx.4). Tradução de Luísa Valentini (VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.135).

⁶⁶⁶ Cf. CATÁLOGO. 2004. *Op. cit.*, p.7.

o estabelecimento da correlação de certos fenômenos pela superposição das cartas respectivas que, no caso em apreço, possibilitaram pôr-se em evidência as relações de identidade folclórica em certas zonas.⁶⁶⁷

A apresentação no CIF foi bastante elogiada e suscitou grande interesse⁶⁶⁸ entre os presentes no simpósio de “Técnica dos trabalhos cartográficos”. No relato que publicou no volume 42 da RAM, Nicanor Miranda menciona os comentários do folclorista Paul Fortier-Beaulieu, da *Société du Folklore Français et du Folklore Colonial*, que “elogiou com muito entusiasmo a técnica simbólica do trabalho”, e de Andre Varagnac, do *Departement des Arts et Traditions Populaires*, que afirmou que “poucos países no mundo estavam em condições de apresentar um trabalho metodológico daquele valor”.⁶⁶⁹

Ao percorrer o texto da comunicação apresentada⁶⁷⁰ nota-se que, de fato, a exposição das “cartas folclóricas” privilegiou os aspectos metodológicos do inquérito, justificando detalhadamente as técnicas cartográficas utilizadas e a simbologia adotada nas legendas de cada mapa – o que se deve, respectivamente, às contribuições de Bruno Rudolfer⁶⁷¹ e Claude Lévi-Strauss.

Como já foi dito, a realização do Inquérito correspondia tanto às expectativas dos pesquisadores paulistas interessados no intercâmbio com instituições estrangeiras quanto aos planos de Fernande Dina Dreyfus, que passava a se engajar em uma atividade profissional capaz de alavancar sua carreira como pesquisadora e institucionalizar a antropologia no país a partir de São Paulo.

Com base nas respostas recebidas, a SEF constituiu uma rede de sócios correspondentes ou “delegados” dispostos a colaborar de forma mais sistemática nas pesquisas futuras. No artigo que publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* em meio aos trabalhos do Inquérito, Dreyfus avalia as possibilidades abertas a partir de então e esclarece

⁶⁶⁷ RUDOLFER, B. 1937. *Op. cit.*, p.286.

⁶⁶⁸ O estreitamento do diálogo com os pesquisadores franceses presentes à seção ficou registrado nas cartas recebidas entre março e junho de 1938. No Fundo SEF, encontram-se três correspondências desse período, enviadas por Paul Fortier-Beaulieu e Vernant Roukens, interessados em debater as técnicas de cartografia e simbologia utilizadas nos mapas folclóricos, e por Georges-Henri Rivière, agradecendo pela remessa da RAM.

⁶⁶⁹ MIRANDA, N. 1938. *Op. cit.*, p.93.

⁶⁷⁰ Refiro-me a uma versão datilografada em francês, com algumas correções manuscritas, localizada no Fundo SEF (doc.343, cx.4).

⁶⁷¹ Referindo-se à elaboração dos mapas folclóricos durante a entrevista que concedeu ao jornal *O Estado de S. Paulo* em 17 de agosto de 1937, Bruno Rudolfer cita quase literalmente a tipologia que criou para os mapas folclóricos, encontrada ao fim da comunicação apresentada no CIF (*cf.* RUDOLFER, B. 1937. *Op. cit.*, p.286).

que “esta primeira pesquisa estava destinada, secundariamente, a revelar as possibilidades de informação no interior do estado”⁶⁷².

[O Inquérito] mostrou que informantes qualificados e de boa vontade não faltam. Pode-se, desde já, para os próximos questionários, contar não só com respostas afirmativas ou negativas, mas ainda ricas em detalhes e informações até chegarem a ser, para cada fato, uma pequena monografia. O questionário terá, portanto, o fim de indicar apenas a direção das pesquisas.⁶⁷³

A satisfação da pesquisadora com a possibilidade de uso do questionário como instrumento pedagógico evidencia a sua reconhecida aptidão para o ensino – mesmo com um público não-especializado – e o seu protagonismo na orientação das atividades científicas da entidade.

O *modus operandi* concebido por Dreyfus encontra-se em um trecho da carta que enviou a Mário de Andrade⁶⁷⁴ para iniciar a elaboração do regimento da Sociedade, sob o título “Organization du travail collectif”. Como mostra Valentini (2010), a sistemática de trabalho prevista nesse documento remete tanto ao projeto do IAFC quanto aos debates ocorridos durante o CIF na subseção de “Metodologia folclórica”; seu aproveitamento fica evidente pela reprodução quase integral da proposta de Dreyfus no “Regimento Interno”⁶⁷⁵ aprovado na nona reunião da entidade, em 1 de setembro de 1937.

De acordo com o Regimento, as pesquisas da SEF passariam a ser coordenadas por um Conselho Técnico, a ser nomeado pelo chefe da Divisão de Expansão Cultural do DC, e executadas por um “corpo permanente de pesquisadores” que poderiam atuar como “residentes” ou “móveis” com ênfase variável no trabalho de campo ou em arquivo. Caberia ao Conselho fornecer orientações tanto aos “pesquisadores residentes” quanto aos “pesquisadores móveis” (que seriam contratados por serviço), segundo o seu grau de especialização, e elaborar instruções e questionários para enviar aos sócios-correspondentes e aos colaboradores externos.

O mecanismo de trabalho coletivo instituído com a aprovação do Regimento pode ser representado da seguinte maneira:

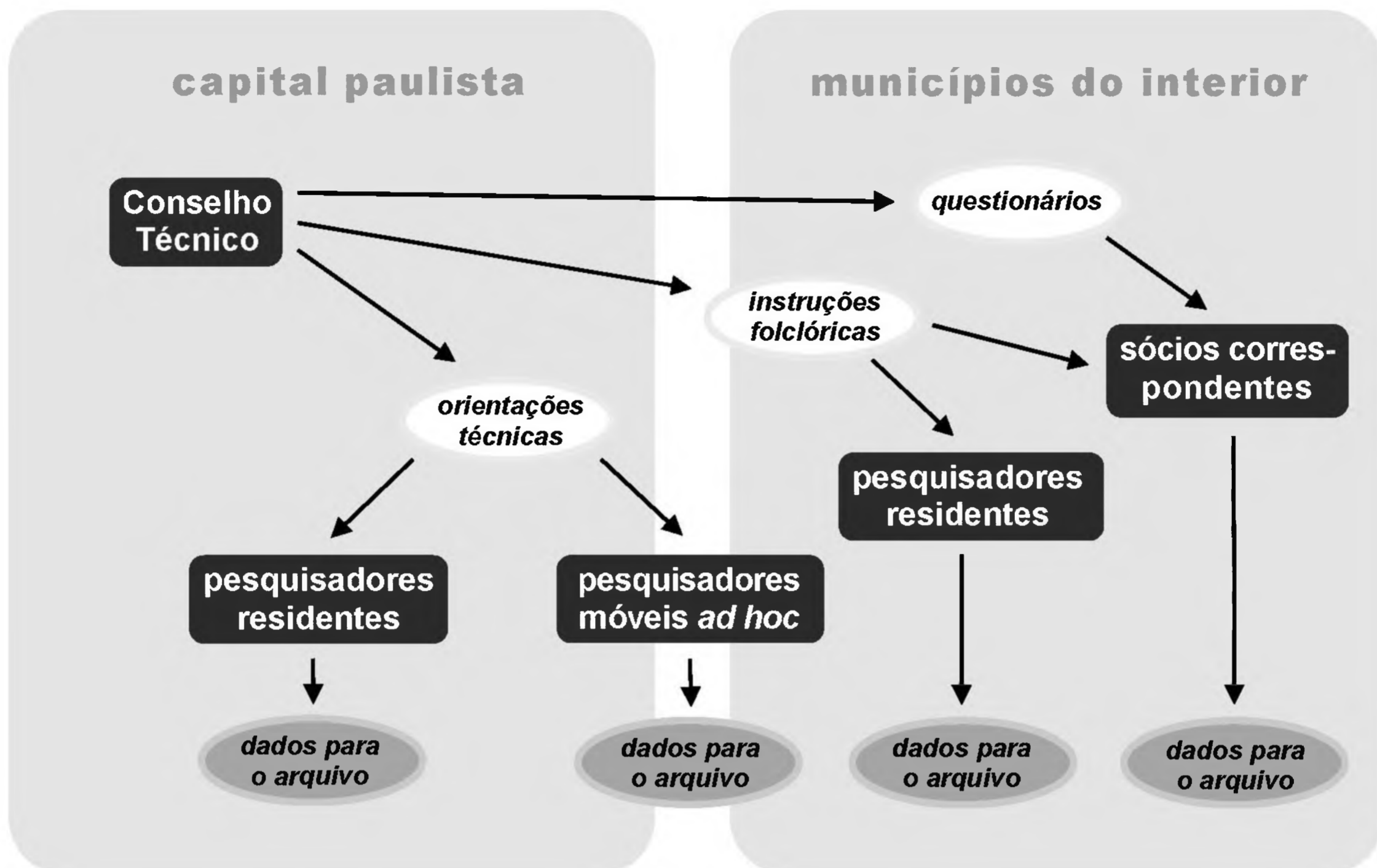
⁶⁷² [DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, D. 1937. *Op. cit.*, p.5.

⁶⁷³ *Ibidem.*

⁶⁷⁴ Carta em francês sem data, provavelmente redigida em setembro de 1937, localizada no Fundo SEF, doc.242, cx.4.

⁶⁷⁵ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.67.

Figura 9: Sistema de trabalho instituído pelo Regimento da SEF



Os seis nomes indicados por Mario de Andrade para compor o Conselho Técnico refletem a diversidade de orientações intelectuais existentes entre os sócios da SEF. Enquanto o médico Rafael de Paula Souza representa a Antropologia Física e Claude Lévi-Strauss, a Antropologia Cultural, Fernande Dina Dreyfus respondia por ambas as especialidades e Bruno Rudolfer representava os especialistas em metodologia da pesquisa social; de outro lado, o pesquisador autodidata Plínio Ayrosa⁶⁷⁶ (que era engenheiro de formação, titular da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi da FFCL e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) representava os folcloristas tradicionais e Oneyda Alvarenga respondia pelo grupo formado no Curso de Etnografia.

Essas quatro orientações ficam bastante nítidas ao observarmos a lista de associados da entidade, que chegaria a 110 nomes incluindo pesquisadores estrangeiros que lecionavam na ELSP ou na FFCL, alunos dessas duas escolas, funcionários do DC, estudantes ou egressos da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica.⁶⁷⁷

⁶⁷⁶ Cf. SCHADEN, Egon. 1984. Os primeiros tempos da Antropologia em São Paulo. Anuário Antropológico, n.82, p.253.

⁶⁷⁷ Acrescentando-se a esse contingente os 70 sócios-correspondentes incorporados a partir do Inquérito, chega-se ao universo total de 180 participantes engajados de diferentes maneiras nas atividades da SEF.

Em outubro de 1937, exatamente um mês após a aprovação do “Regimento Interno”, seria publicado o primeiro número do *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*. A publicação era descrita como “o órgão permanente de ligação entre o corpo central da Sociedade e os seus sócios correspondentes e pesquisadores residentes no Interior”.⁶⁷⁸

Nas seis edições⁶⁷⁹ publicadas entre outubro de 1937 e março do ano seguinte, foram registrados os debates ocorridos nas reuniões e assembleias da entidade, os informes da Secretaria e os resumos das comunicações apresentadas pelos sócios. Ao final de cada número eram veiculadas as “Instruções Folclóricas” redigidas por Dreyfus, que apesar de focar temas muito diversos tinham em comum o proposta de partir do estudo dos objetos para compreender as práticas e as representações em que estes se encontram implicados (ver o Anexo 20).

Na primeira edição das Instruções, Dreyfus esclarece os objetivos que orientaram a sua elaboração e a maneira como as indicações fornecidas deviam ser aproveitadas, sublinhando as diferenças entre o caráter estritamente informativo do questionário utilizado no “Inquérito Folclórico” e a dimensão pedagógica do novo instrumento.

Estas Instruções tem por fim dar aos nossos correspondentes uma ideia exata do auxílio que eles nos podem trazer, bem como das indicações sobre o modo por que devem responder. Mas só devem ser consideradas como uma moldura em que podem caber tanto as observações mais variadas, como as mais detalhadas ou mais breves. [...] Não é, naturalmente, necessário responder a todas as perguntas constantes das Instruções, nem respondê-las com pressa. Os correspondentes dispõem de todo o tempo que desejarem para a informação dos assuntos que os interessarem especialmente.⁶⁸⁰

Tanto a sugestão de “uma pequena monografia” para cada fato, referida por Dreyfus no artigo para *O Estado de S. Paulo*, quanto as observações sobre a possibilidade de cada colaborador dedicar mais tempo à investigação dos temas que lhe interessassem particularmente evidenciam o reconhecimento de que a função didática e o propósito informativo das “Instruções Folclóricas” constituem dimensões distintas do mesmo instrumento e demonstram haver certa mobilidade, com possibilidades de progressão, dentro da rede de colaboradores.

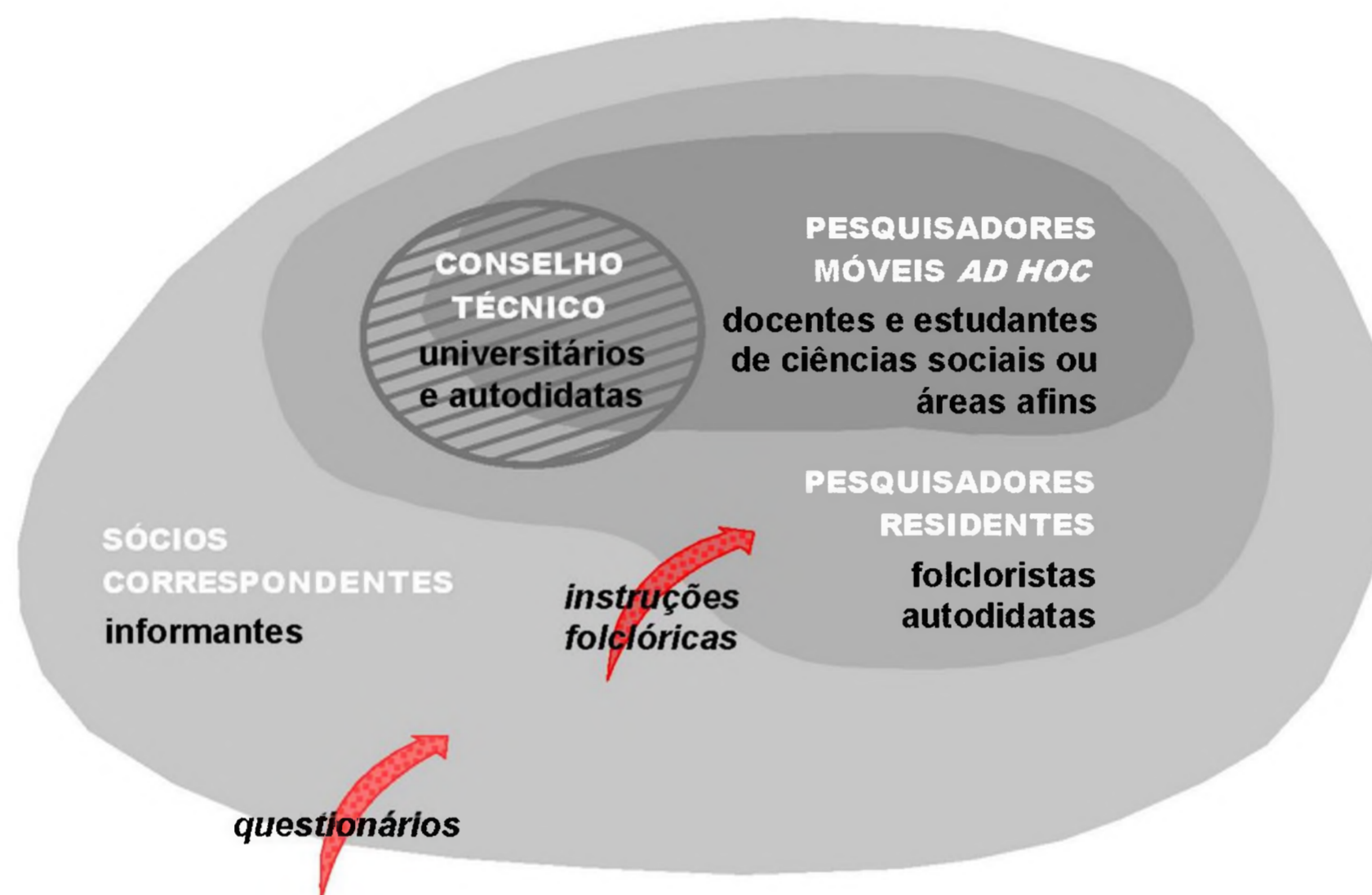
⁶⁷⁸ BOLETIM, n.1, p.1. In: SOARES, L.G. e LUZ, S. (Orgs.). 1983. *Op. cit.*, p.21.

⁶⁷⁹ O Boletim da SEF teve seis edições mensais entre outubro de 1937 e março de 1938, quando sua publicação foi interrompida. O último número, realizado como uma tentativa de retomar a sua publicação regular, aparece nas páginas da RAM em janeiro de 1939, mas por diversas razões (discutidas adiante) não pode ser considerado como continuação dos volumes anteriores.

⁶⁸⁰ *Ibidem*, p.3.

Mesmo sem dispor de informações exatas a respeito dos requisitos para o acesso às diferentes modalidades de participação previstas no regimento, é possível situá-las aproximadamente na hierarquia profissional decorrente da institucionalização universitária das ciências sociais e, com isso, projetar a dinâmica de trabalho prevista para as atividades futuras da entidade.

Figura 10: Modalidades de participação por grau de especialização



Tamanho esforço para a reconstrução de uma arquitetura institucional que não chegaria a produzir resultados efetivos, por ter sido instituída pouco antes das circunstâncias que levariam ao seu sufocamento, não parecerá exagerado se considerado à luz de um informe encontrado na sexta edição do *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*, publicada em março de 1938.

O Departamento Francês das Artes e das Tradições Populares inaugurou no dia 11 de janeiro deste ano um curso teórico e prático de folclore. Este curso tem dupla finalidade: formar pesquisadores e apresentar ao público interessado os resultados das pesquisas empreendidas pelo Departamento. As conferências em número de dez, se dividem em preleções teóricas de alcance geral (Que é o Folclore? História do Folclore – Os métodos do folclorista no local da pesquisa – Os métodos do folclorista no museu – As artes populares no quadro do folclore) e em exposições de caráter concreto e aplicado, compreendendo a relação minuciosa duma grande missão folclórica realizada pelo Departamento durante o ano passado.⁶⁸¹

⁶⁸¹ *Idem*, n.6, p.1. In: SOARES, L.G. e LUZ, S (Orgs.). 1983. *Op. cit.*, p.53.

O programa do curso apresenta semelhanças evidentes com os tópicos abordados nas aulas de Dreyfus, evidenciando a via de mão dupla estabelecida a partir da aproximação entre instituições brasileiras e francesas; ademais, os nomes dos dois pesquisadores responsáveis por ministrá-lo, Georges-Henri Rivière e Andre Varagnac, aparecem na lista para a remessa do *Boletim* da entidade.⁶⁸² Tomados em conjunto, esses fatos não deixam dúvidas quanto à importância das contribuições do DC ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil e ao reconhecimento do pioneirismo de suas iniciativas não apenas no contexto nacional.

⁶⁸² Listagem de destinatários para remessa do Boletim da SEF, localizada no Fundo SEF, doc.35, cx.1.

3.2.2 Vestígios de uma semente intelectual

Em sua breve trajetória, a SEF seria marcada por um período de intenso desenvolvimento, a partir de abril de 1937, e por uma reviravolta, em meados de 1938, que precipitaria seu progressivo declínio. No entanto, como veremos adiante, a descontinuação de suas atividades resulta de um conjunto de acontecimentos que, embora subsequentes, não resultam do mesmo fator condicionante nem exemplificam uma tendência facilmente identificável. A apreciação cautelosa das fontes sugere que, neste caso, a singularidade do processo resiste a esquemas interpretativos gerais.

Na carta que escreveu a Mário de Andrade em 12 de abril de 1938, quando ainda exercia o cargo de 1ª Secretária, Dreyfus identificava divergências entre o roteiro que havia preparado e a versão efetivamente publicada do quinto boletim da SEF, publicado no mês anterior. A bibliografia antropológica apresentada no fim da edição – parte que era dedicada às “Instruções Folclóricas” – não seguiu os critérios estabelecidos por ela e os três verbetes conceituais⁶⁸³ inseridos no final da comunicação de Dalmo Belfort de Matos contrariavam o acordo de evitar o uso de terminologia técnica até que fosse elaborado o “vocabulário etnográfico nacional”.⁶⁸⁴

Pouco depois, na reunião de 27 de abril, Dreyfus – que então se preparava para realizar sua segunda pesquisa de campo⁶⁸⁵ – apresentaria um “plano geral de trabalho para o ano de 1938 e instruções para a sua execução”,⁶⁸⁶ descrevendo em detalhe as atividades a serem realizadas pelos sócios nos meses seguintes.

A - Durante as reuniões, se fará:

- 1 - Resumo e relatório de trabalhos, artigos, livros de Etnografia e Folclore, pelos associados. Cada reunião compreenderá obrigatoriamente um resumo ou relatório, de que será fornecida ficha para arquivo.
- 2 - Discussão sobre o vocabulário técnico. A comissão designada para este trabalho terá a função centralizadora e decidirá em

⁶⁸³ “CULTURA – conjunto de representações, modos de pensar e de agir, característicos de um povo, ou raça. / CULTURALIZAÇÃO (ACCULTURATION) – influência de uma “cultura” superior sobre outra menos evoluída, modificando-lhe alguns elementos culturais. / INFLUÊNCIAS MARGINAIS – influência de uma “cultura” sobre as que lhe são contíguas geograficamente” (BOLETIM, n.1.p.3 In: SOARES, L.G. e LUZ, S. (Orgs.). 1983. *Op. cit.*, p.23).

⁶⁸⁴ Cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.74.

⁶⁸⁵ A expedição, que partiu a 8 de maio de 1938 (cf. CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.114), ficou conhecida como “missão Vellard-Levi-Strauss”, devido à participação do médico francês Jean Vellard, e foi financiada tanto pelo *Musée de l’Homme* quanto pelo DC. Seu roteiro incluía os estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.

⁶⁸⁶ *Jornal Correio Paulistano*, 20 de abril de 1938, p.6 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

última instância. A procura de termos, sua definição e tradução, serão objeto de debate entre os sócios.

B - Fora das reuniões:

- 1 - Expediente geral: correspondência, intercâmbio de publicações, etc.
- 2 - Trabalho bibliográfico: será feito sobre os resumos comunicados nas reuniões, fichando-se não só as notas fornecidas por estes resumos, como também todas as informações bibliográficas que se recolham durante e fora das reuniões.
- 3 - Fichário de todas as informações fornecidas pelos sócios correspondentes e delegados e em geral todas as respostas a questionários e instruções.
- 4 - O Boletim, que será publicado mensalmente e que, além do resumo dos trabalhos das reuniões e do noticiário, compreenderá:
 - a) bibliografia metódica;
 - b) planos gerais de pesquisas;
 - c) lista de termos do vocabulário técnico que tenham sido discutidos durante as reuniões e orientação geral para este trabalho.⁶⁸⁷

No mês de maio, conforme o previsto no regimento, ocorreria uma assembleia geral para a escolha da nova diretoria da entidade e Mário de Andrade seria reeleito presidente.⁶⁸⁸ Sob a aparente normalidade dessa rotina de trabalho, cresciam os receios suscitados pela instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, e a prisão de Armando de Salles Oliveira,⁶⁸⁹ Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, entre outros, seguida de seu exílio do país meses depois. Sob o novo regime de exceção seria retomada a prática da nomeação de interventores federais e o engenheiro Francisco Prestes Maia assumiria o executivo municipal.

Em sua cerimônia de posse, o novo prefeito antecipava o tom de sua gestão ao garantir:

⁶⁸⁷ Projeto do sétimo boletim da SEF, encontrado no Fundo SEF, doc.348, cx.4. O esboço elaborado por Dreyfus não foi utilizado na edição do Boletim n.7 (ver a nota 679).

⁶⁸⁸ A nova diretoria da SEF era composta por Mário de Andrade (reeleito presidente), Nicanor Miranda (1º Secretário), Antonio Rubbo Muller (2º Secretário) e Nair Ortiz (tesoureira).

⁶⁸⁹ Armando de Salles Oliveira havia anunciado sua candidatura à sucessão presidencial em fevereiro de 1937 e desde então conquistara o apoio do governo do Rio Grande do Sul e dos opositores de Vargas – que àquela altura eram inúmeros – em Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Seus concorrentes eram o candidato governista José Américo de Almeida, que havia lançado sua candidatura em maio do mesmo ano, angariando o apoio da situação na maioria dos estados, e Plínio Salgado, que anunciaria a sua candidatura em junho. Com a instauração do novo regime autoritário, a residência em que Armando de Salles Oliveira havia se instalado no Rio de Janeiro foi ocupada por soldados do Exército que o mantiveram em prisão domiciliar até maio, quando o próprio Getúlio Vargas lhe ordenou, por telegrama, que se exilasse do país (cf. KELLER, Vilma. 1984. Armando de Salles. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Forense/FINEP).

farei uma administração, única e exclusivamente técnica, sem quaisquer outras considerações. A parte política, de que sempre me mantive afastado, continuará a ser alheia aos meus atos, como homem público. Aliás, no regime vigente, a política depende, diretamente, dos meus superiores.⁶⁹⁰

Com a nomeação subsequente de um novo diretor para o DC, Mário de Andrade permaneceria pouco mais de um mês na Divisão de Expansão Cultural até ser contratado pelo MESP e partir para a capital federal – onde, além de colaborador do Ministério, tornou-se professor do Instituto de Artes da UDF. Sua transferência para o Rio de Janeiro o levaria a renunciar à condição sócio efetivo e de presidente da SEF, como registra a carta que enviou ao então 1º Secretário na entidade, Nicanor Miranda.⁶⁹¹

O cenário resultante da saída de Mário de Andrade em meio às incertezas dos sócios quanto ao futuro da entidade levou a uma rearticulação interna da entidade. A nota publicada a 18 de agosto no jornal *Correio Paulistano*, que relata os resultados da assembleia extraordinária realizada na semana anterior, apresenta os informes a esse respeito:

Tendo sido eleito para presidente o sr. dr. Nicanor T. Miranda, que vinha exercendo o cargo de 1º Secretário, foi, logo após, feita a eleição para preenchimento desse cargo, que assim se vagava, sendo eleito o sr. Mário Wagner Vieira da Cunha. A posse dos novos titulares deverá ser dada na próxima seção, marcada para o dia 23 do corrente.

Durante a reunião foram ventilados diversos assuntos de grande importância para a Sociedade, tais como o prosseguimento da edição do Boletim, que, por proposta do sócio sr. Sérgio Milliet, passará temporariamente a fazer parte da Revista do Arquivo, órgão da Sociedade de Etnografia.⁶⁹²

O chefe da Divisão de Educação e Recreios era amigo pessoal do novo diretor do DC, o jornalista Francisco Patti, e sua escolha como presidente da SEF visava assegurar o apoio institucional da Prefeitura, que oferecia o local onde eram realizadas as reuniões e a confecção dos impressos da entidade. Uma evidência bastante significativa do impacto deste fator na manutenção da rotina de atividades da SEF reside na proposta de retomar a publicação do seu boletim mensal, cuja última edição fora impressa cinco

⁶⁹⁰ A POSSE DO NOVO PREFEITO. 1938. *Revista do Arquivo Municipal*, v.48, p.252.

⁶⁹¹ Carta datada de 27 de julho de 1938, localizada no Fundo SEF, doc.265, cx.4.

⁶⁹² *Jornal Correio Paulistano*, 18 de agosto de 1938, p.5 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

meses antes, incorporando-o à RAM, que graças à interseção de seu secretário se mantinha à disposição.

Embora seu nome constasse entre os sócios-fundadores, Sérgio Milliet não parece ter participado com a mesma intensidade das reuniões realizadas pela SEF no ano anterior. A frequência de suas intervenções a respeito da rotina de trabalho da entidade durante o ano de 1938 demonstra um esforço para dar sequência à produção científica da SEF em meio às adversidades daquele momento. Na mesma ocasião, além de dispor das páginas da Revista para que fosse retomada a publicação do boletim, ele propôs “que as próximas comunicações à Sociedade sejam completadas com a citação da bibliografia especializada”.⁶⁹³ Antes disso, na seção realizada a 27 de abril, quando Dreyfus expunha o plano de trabalho a ser executado durante o ano, Sérgio Milliet havia feito uma conferência sobre o “Zoneamento estatístico do estado”, questão central na elaboração dos mapas folclóricos apresentados em Paris no ano anterior, abrindo o tema para o debate com os demais sócios após a apresentação.⁶⁹⁴

Na nota publicada no jornal *Correio Paulistano* informando a eleição de Nicanor Miranda e Mário Wagner Vieira da Cunha registrava-se ainda que

A Sociedade incumbiu uma comissão composta dos srs. Nicanor Miranda, dd. Lavínia da Costa Villela, Maria Stella Guimarães e Corina Marcondes Cabral, de fazer uma visita oficial à sra. Dina Levi-Strauss, presentemente nesta capital, e que, por motivo de moléstia contraída no interior do Brasil, onde se encontrava fazendo parte da expedição custeada pelo governo francês, deverá regressar à França afim de tratar de sua saúde.⁶⁹⁵

A doença contraída por Dreyfus durante sua atividade de campo junto ao marido também é mencionada por Oneyda Alvarenga, que em carta a Mário de Andrade, datada de 13 de agosto, indaga:

você sabe que Mme. Lévi-Strauss está quase cega e talvez venha a mesmo a perder totalmente a vista? Apanhou em Mato Grosso uma conjuntivite purulenta, de que o marido escapou, me informaram, por usar óculos. (O que me parece besteira). Não sei outros detalhes. Ela está aqui, devendo voltar logo para a França. O Lévi-Strauss continua atrás de índios.⁶⁹⁶

⁶⁹³ *Ibidem*.

⁶⁹⁴ Cf. *Jornal Correio Paulistano*, 20 de abril de 1938, p.6 – disponível na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

⁶⁹⁵ *Idem*, 18 de agosto de 1938, p.5.

⁶⁹⁶ ALVARENGA *apud* ANDRADE, Mário de. 1983b, p.143.

Não há na documentação consultada outras informações a respeito dessa breve passagem da antropóloga pela capital paulista antes de seu retorno definitivo à França, o que impossibilita acompanhar a repercussão do incidente tanto em sua vida profissional quanto, de maneira mais detalhada, nas atividades da SEF. O certo é que sua ausência inicialmente temporária e, meses depois, definitiva parece ter motivado a participação de Sérgio Milliet – a julgar pelo caráter metodológico de suas intervenções nas reuniões de abril e agosto de 1938.

Neste sentido, a saída precoce dos principais mentores da SEF naquele momento, em que a sistemática do trabalho coletivo ainda não fora inteiramente implantada⁶⁹⁷ e os pesquisadores formados no curso não demonstravam ter autonomia para assumir a condução das atividades científicas, deve ter acentuado as incertezas já existentes quanto ao futuro da entidade.

Embora essas circunstâncias inviabilizassem o funcionamento do mecanismo de trabalho elaborado por Dreyfus, ainda era possível manter uma rotina de atividades mais modesta, pautada na apresentação de pesquisas individuais e na realização de conferências com professores universitários filiados à entidade e com convidados externos. De fato, como registram os informes publicados na imprensa, a SEF realizou entre novembro de 1938 e agosto de 1939 pelo menos cinco reuniões, que incluíam uma conferência de Roger Bastide, a recepção oferecida a Claude Lévi-Strauss após o retorno de sua segunda expedição e a conferência feita pelo próprio no mês seguinte, pouco antes de seu retorno à França, além de duas comunicações apresentadas por Luís Saia e Dalmo Belfort de Mattos a respeito de suas pesquisas individuais.

No entanto, a manutenção desse conjunto modesto de atividades seria dificultada pela interferência do que parece ter sido, após a perda do apoio institucional da Prefeitura, o fator decisivo para o declínio da entidade. Na carta que escreveu a Câmara Cascudo em 27 de julho de 1942, Mário de Andrade detalha o caso.

imaginamos que a coisa podia continuar protegida, inventando pra presidente da SEF o Nicanor Miranda, gostoso de folclore, alto funcionário do Dep. de Cultura e amigo particular do diretor novo. O Nicanor é um anjo, gosto dele pessoalmente, mas é muito vaidoso e no caso tem procedido muito e sempre mal. Gostou do título, aceitou, mas meio ressabiado porque é muito inteligente e consciente de suas próprias possibilidades. Ainda tentou no princípio reunir a Sociedade pra cerimônia da posse dele, mas não apareceu ninguém! Aqui também entra uma alta frequência que dá

⁶⁹⁷ Cabe acrescentar que, apesar de seus membros já terem sido nomeados, a Comissão Técnica – que passaria, nos planos de Dreyfus, a orientar os trabalhos científicos da Sociedade – ainda não estava em plena atividade.

certa razão a ele. Se os sócios aceitaram e combinaram que fosse o Nicanor o presidente novo, só o fizeram por conveniência (da Sociedade) mas não tinham confiança no homem e muitos antipatizavam francamente com ele. Mas o Nicanor que tinha razão de se sentir e mesmo [se] mostrar magoado por não aparecer ninguém a uma reunião (ninguém ou um ou dois, não sei), o certo é que nunca mais não marcou reunião, até hoje não tomou posse e tudo está nisso! Não está certo. Ou devia desistir do cargo em circular, ou marcar reunião nova pra ao menos se demitir. E o que é pior, procurada a SEF por um Ralph Boggs, por exemplo, e conseqüentemente ele, presidente, bancou presidente com o homem, mesmo sem ser empossado, e o que é pior, aceitou um título honorífico norte-americano de folclore!⁶⁹⁸

No período, em que permaneceu no Rio de Janeiro, Mário de Andrade se manteve informado sobre os desdobramentos de sua renúncia tanto por meio de correspondências quanto pessoalmente, nos breves intervalos em que retornou a São Paulo, através de Oneyda Alvarenga e Luís Saia.

Na mesma carta em que comentou o incidente ocorrido com Dreyfus durante a expedição, Oneyda menciona a eleição de Nicanor Miranda, deixando transparecer para Mário de Andrade a sua insegurança quanto aos rumos da SEF.

Nicanor foi eleito, por razões diplomáticas, presidente da Sociedade de Etnografia e Folclore. Como estamos certos de que trabalhos folclóricos ele não fará mesmo e irá sufocar a gente, nas seções, com artigos do Estatuto, pusemos o Mário Wagner no lugar de 1º Secretário, como contrapeso. Lhe parece acertado esse arranjo?⁶⁹⁹

Além de nos esclarecer mais sobre as causas da rejeição⁷⁰⁰ do novo presidente por parte dos sócios, seu comentário ajuda a compreender as razões que levaram Mário Wagner Vieira da Cunha (que se mantivera no cargo de 1º Secretário até agosto de 1939) a considerar que “acabamos caindo nas amarras do convencionalismo”.

A convergência entre as avaliações de ambos pode ser notada no depoimento de Mário Wagner ao projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, quando, ao ser indagado sobre Nicanor Miranda, o entrevistado responde com ironia:

⁶⁹⁸ ANDRADE *apud* CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.319-320.

⁶⁹⁹ ALVARENGA *apud* ANDRADE, M. 1983. *Op. cit.*, p.143.

⁷⁰⁰ Nesse período, embora por outras razões, até os demais dirigentes do DC se afastariam de Nicanor Miranda. Ao apresentar sua versão a respeito, Paulo Duarte menciona um compromisso firmado entre os chefes de cada divisão “pelo qual se resolveu que aquele que contasse relações prestigiosas na nova situação, mesmo que tivesse de humilhar-se, se aproximaria dos donos do regime para a defesa do Departamento. Nicanor Miranda foi o primeiro que teve oportunidade, mas foi longe demais: aderiu inteiramente à nova situação. [...] Foi premiado com a confiança dos donos do Brasil e de São Paulo, àquele momento. Mas foi praticamente expulso do nosso grupo, pois todos, sem exceção, manifestavam a sua repulsa” (DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.85).

Esse era o pai do folclore. Era advogado e trabalhou com o Mário de Andrade no Departamento de Cultura. Ele era um colaborador muito íntimo do Mário de Andrade [...] E ele se considera mesmo o papa do folclore no Brasil. Tem vários livros publicados.⁷⁰¹

As observações a respeito da produção de Nicanor Miranda e da sua consciência acerca das “próprias possibilidades” revelam a natureza do impasse que acabaria por minar de vez as possibilidades de sobrevivência da SEF. O último registro de reunião da entidade encontra-se em uma nota publicada no *Correio Paulistano* em agosto de 1939, um ano após a votação que conduziu Nicanor Miranda à Presidência. O informe revela a composição da nova diretoria: Nicanor Miranda (reeleito Presidente), Ruy Cardoso (1º Secretário), José Bento Faria Ferraz (2º Secretário), Marciano dos Santos (Tesoureiro). Ao contrário do que se verifica na composição das diretorias anteriores, os cargos seriam em sua maioria assumidos por folcloristas⁷⁰² amadores e Marciano dos Santos, que era o único remanescente do Curso de Etnografia, não pertencia ao grupo dos estudantes da FFCL ou da ELSP.

Em 1941, de volta a São Paulo, Mário de Andrade acompanharia por correspondência as articulações de Câmara Cascudo para constituir uma rede de associações estaduais a partir da entidade que acabara de fundar no Rio Grande do Norte, a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF). Na carta que lhe escreveu em 19 de outubro, Cascudo esclarece os padrões de trabalho a serem adotados na entidade.

Eleito o presidente este designa seus auxiliares e a ata só existe quando há alguma coisa de valioso para registro. Começa-se pelo arquivamento, em espécie, livros, revistas ou jornais, da bibliografia existente. Não sendo possível, apenas se fará a notação com detalhes, editor, datas, páginas, assunto, etc. Idem, registro, por cópia, de autos populares, tradições características, toponímia que seja de origem popular, etc. Enfim, quase tudo quanto você começou a fazer aí, incluindo inquéritos. As reuniões são mensais para... conversar, acertar passeios, planos de publicação. Essa é a parte estratosférica. A outra é a seguinte: – apelo ao Governo para dispensar de toda e qualquer despesa as representações de caráter popular; criação de sociedades típicas, entre pessoas do povo, para manter os autos populares, revendo-se, sem deformar, os textos, e fixar suas representações dentro das épocas tradicionais. Pequena

⁷⁰¹ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.255.

⁷⁰² Nicanor Miranda era formado na Faculdade de Direito – onde foi colega de Paulo Duarte – e José Bento Fria Ferraz foi aluno de Mário de Andrade no CDM e trabalhou como seu bibliotecário e secretário pessoal de 1936 a 1945. Marciano dos Santos frequentou o Curso de Etnografia e publicou um trabalho na RAM, mas não encontrei dados a respeito de sua trajetória anterior ou posterior, e sobre Ruy Cardoso não há informações seguras – apenas a possibilidade de que seja Ruy Barbosa Cardoso, pesquisador formado na ELSP cujo depoimento (inédito) se deve a Angelo Del Vecchio e Carla Dieguez.

subvenção para a sociedade e esta dará uma certa parte às sociedades mirins que fazem os autos populares. Independência total quanto à organização. 90% quanto à orientação, 100% quanto às despesas, relativamente à nossa Sociedade Brasileira de Folclore que apenas regista as suas maninhas para os efeitos de permuta de notas, músicas, inquéritos, etc.⁷⁰³

Além de incluí-lo como sócio-fundador, Câmara Cascudo também solicita o engajamento do amigo na criação de um grupo semelhante em São Paulo.⁷⁰⁴ Mas Mário de Andrade, que já havia manifestado sua impossibilidade de assumir compromissos dessa ordem naquele momento,⁷⁰⁵ dirá em sua carta de 27 de julho de 1942:

somos muito poucos e, voltado a S. Paulo, três anos e pico depois, não tive ânimo pra reprincipiar a coisa. Ainda cheguei a falar com vários (que aceitaram), chegamos até a imaginar uma fusão com a Sociedade de Sociologia que também sobrevive no mesmo estado de *evanouissement*,⁷⁰⁶ mas acabei desistindo. Agora estou com comichões outra vez, mas vamos fazer coisa muito outra: creio em principal no meu Clube (sic) de Folclore com dias de encontro (não: reuniões) na minha casa. Talvez... Se a coisa eu tiver mesmo coragem de fazer, nos ajuntaremos com a SBF de vocês.⁷⁰⁷

A Sociedade de Sociologia foi criada pouco antes da SEF e reunia desde educadores como Noemi da Silveira Rudolfer e Fernando de Azevedo (seu presidente) e autodidatas como Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte até especialistas estrangeiros que lecionavam na ELSP ou na FFCL. Como nota Rubino (1995), apesar de muitos de seus sócios serem também vinculados à SEF, os intelectuais mais atuantes em uma e outra associação não são os mesmos e há entre elas diferenças nítidas quanto aos assuntos privilegiados⁷⁰⁸ e às abordagens utilizadas. E, embora Mário de Andrade

⁷⁰³ CASCUDO, L.C. 2010. *Op. cit.*, p.313-314.

⁷⁰⁴ “Você é sócio fundador dessa nossa sociedade. Pergunto o que pode fazer aí em São Paulo? Um grupment... zinho de 5, 7, 9, 11 amigos não seria possível, em sua ou na casa dum camarada e começarmos animando uns aos outros para a publicação comum? O Artur Ramos ofereceu-me a revista da Sociedade de Etnologia que ele fundou no Rio. Que me diz, Macunaíma?” (*Ibidem*, p.314).

⁷⁰⁵ “Você nem imagina que vida tenho levado, inteiramente disperso em obrigações de circunstância e de ganhar o esquivo pão quotidiano” (ANDRADE *apud ibidem*, p.318).

⁷⁰⁶ O organizador da edição, Marcos Antonio de Moraes, esclarece tratar-se de um “neologismo a partir do verbo francês “*s'évanouir*” (desmaiar)” (*cf. ibidem*, p.319, nota 452).

⁷⁰⁷ ANDRADE *apud ibidem*, p.320.

⁷⁰⁸ A primeira referência à Sociedade de Sociologia data de agosto de 1935, na capa do volume 15 da RAM, que passa a ser designada como “órgão da Sociedade de Sociologia”. Afora os artigos publicados na Revista com a nota “comunicação à Sociedade de Sociologia de São Paulo”, a fonte mais esclarecedora a respeito de sua atividade é um anúncio publicado na RAM em novembro de 1937 sobre a realização em abril do ano seguinte da “primeira semana de estudos sociológicos, no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo”. Como observa Silvana Rubino, a ausência de informações a respeito nos volumes posteriores da Revista permite supor que o evento não chegou a ocorrer de fato (*cf. RUBINIO, S. 1995. Op. cit.*, p.513).

encontrasse semelhanças entre as dificuldades enfrentadas por ambas, a RAM registra as atividades realizadas pela Sociedade de Sociologia até 1944.⁷⁰⁹

A reiterada preferência pelo formato de “clube” e sua aceitação por parte dos pesquisadores próximos a Mário de Andrade demonstram ter havido alguma chance de retomada, ao menos parcial, das atividades da SEF e sugere que naquele cenário de renovação da intelectualidade local os pesquisadores formados por Dreyfus constituíam um grupo distinto em relação aos folcloristas autodidatas e aos demais estudantes de ciências sociais, que não estavam familiarizados com a etnografia como ferramenta de pesquisa nem com a cultura popular enquanto campo de investigação.

Ademais, ao considerarmos a complexidade das circunstâncias que conduziram ao declínio da Sociedade tornam-se claros os limites das interpretações que não problematizam a perspectiva dos atores em seus relatos a respeito. Neste sentido, os depoimentos de Paulo Duarte e as cartas de Oneyda Alvarenga para Mário de Andrade exemplificam o quanto os testemunhos daqueles que se engajaram visceralmente nesse projeto identificam na clivagem⁷¹⁰ entre o “nosso grupo” e a “nova situação” uma explicação suficiente para a progressiva desestruturação⁷¹¹ de diversas iniciativas criadas pelo Departamento – entre elas, notadamente, a SEF.

A exemplo disto, um ensaio publicado em 1983 pela antropóloga Lélia Gontijo Soares como introdução à edição fac-similar dos boletins da SEF (e que parece ser o primeiro texto substancial sobre a trajetória da entidade) refere-se à publicação da última edição do boletim nas páginas da RAM, em janeiro de 1939, como um esforço dos “seus sócios” decididos a “corajosamente não esmorecer”,⁷¹² sugerindo, com isso, tratar-se de um grupo coeso que resistiu o quanto pôde às arbitrariedades da política oficial. Mas, como vimos, desde suas primeiras reuniões a SEF foi marcada por divergências internas que colocariam seus membros em posições antagônicas quanto à

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p.512.

⁷¹⁰ Ao comparar entrevistas concedidas na década de 1980 por funcionários que permaneceram na administração municipal após a saída de Fábio Prado, nota-se, por exemplo, que enquanto todas as referências feitas por Oneyda Alvarenga ao nome de Prestes Maia são acompanhadas de algum comentário crítico, mesmo que breve (*cf.* ALVARENGA, O. 1980. *Op. cit.*), em seu depoimento o fotógrafo Benedito Duarte (irmão de Paulo Duarte) lamenta a desestruturação do DC e reconhece a condição orçamentária limitada em que foram mantidas as atividades dos setores remanescentes, mas se refere às prioridades da nova administração como um projeto urbanístico sonhado pelo “dr. Maia” desde a década de 1920 (*cf.* DUARTE, Benedito Junqueira. 2007. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify/Secretaria Municipal de Cultura, p.202).

⁷¹¹ É bastante provável que, futuramente, as investigações sobre iniciativas que tiveram continuidade no período seguinte – como a SDSEM, a Seção de Iconografia, a RAM, a Biblioteca e a Discoteca Pública Municipal – tragam novos elementos, permitindo um exame mais cuidadoso dos rearranjos institucionais ocorridos a partir de então.

⁷¹² *Cf.* SOARES, L.G. 1983. *Op. cit.*, p.11.

pertinência de iniciativas determinantes para os rumos da própria entidade, como a realização “Inquérito Folclórico”.

Nesta medida, embora não haja indícios de uma concorrência explícita entre diferentes propostas de condução das atividades, creio ser mais adequada a interpretação das sucessivas orientações assumidas pela SEF não como manifestações mais ou menos vigorosas do mesmo projeto, mas como produtos de negociações entre seus sócios e, sobretudo, como expressões da prevalência maior ou menor dos diferentes interesses abrigados em seu interior e defendidos pelos associados a partir das oportunidades surgidas em cada momento.

Deixando de lado as tensões existentes entre os membros da entidade e deslocando-se o foco da análise para a consecução do projeto institucional elaborado por Dreyfus, não há dúvidas de que, como conclui Valentini (2010), as circunstâncias que acabariam por inviabilizá-lo resultam da perda do apoio oficial. No entanto, há outros fatores que não podem ser desconsiderados na interpretação da sua viabilidade e que evidenciam a complexidade do processo histórico em questão.

Por exemplo, o incidente que anteciparia o retorno definitivo de Dreyfus à França, inviabilizando qualquer possibilidade futura de adequação do seu plano de trabalho ao novo contexto institucional, não parece ter qualquer relação direta com a perda do suporte material concedido pela Prefeitura. Desta perspectiva, o desinteresse de Prestes Maia pelas políticas culturais gestadas no DC e pela manutenção do aparato institucional criado para implementá-las pode ser considerado como condição necessária, mas não suficiente, para a decadência da SEF.

Como observa Valentini (2010), a maioria dos autores que escreveram sobre o Curso de Etnografia e a SEF – assim como muitos dos que trataram do DC – converge na avaliação do destino dessas iniciativas pela ótica da perda. Creio que, ao menos quanto à mudança de paradigmas promovida por Mário de Andrade e aos padrões de trabalho introduzidos por Dreyfus, é possível adotar uma perspectiva diferente se considerarmos que

a sua importância na formação dos primeiros cientistas sociais profissionais da USP e da ELSP e os indícios de seus desdobramentos nas práticas e questões das ciências humanas em São Paulo apontam, no sentido contrário, para a necessidade de aferir com mais calma as continuidades e descontinuidades dessa

experiência com os rumos tomados pelas ciências sociais em São Paulo e no Brasil.⁷¹³

Isto se torna mais nítido ao acompanharmos as carreiras de alguns dos intelectuais que levaram consigo o repertório aprendido no Curso de Etnografia e no desenvolvimento de seus trabalhos individuais. Embora bastante limitado, o levantamento realizado para dar suporte a esta pesquisa oferece um panorama geral a respeito.

Entre os pesquisadores formados por Dreyfus, não há dúvidas de que Oneyda Alvarenga e Luís Saia se tornariam os principais continuadores das iniciativas concebidas por Mário de Andrade à frente do DC. Sua preferência por Luís Saia fica bastante evidente na carta que escreveu para Sérgio Milliet em 28 de março de 1938, explicando porque não contrataria o candidato indicado para uma vaga no Departamento.

Quanto ao caso Rossini Guarnieri, ninguém mais do que eu (a não ser ele...) já pensara em engajá-lo de qualquer forma no DC. Sei da situação precária dele e que é inteligente. [...] Pra esse mesmo cargo de que você fala já pensara nele. Recusara por honestidade *doentia*. [...] As razões são óbvias. Nada sabe de folclore nem tem a menor a menor prática de pesquisa no popular. Mas isso com pouco tempo de leitura (que orientarei) e de prática ele sanará. Mas fiz um curso prático de etnografia e folclore, cujos estudantes, com exceção do Saia, ainda não foram aproveitados.⁷¹⁴

No mês anterior, a Missão de Pesquisas Folclóricas (MPF) promovida pelo Departamento havia partido para as regiões nordeste e norte do país⁷¹⁵ com o objetivo de registrar tradições populares locais (sobretudo músicas, danças e encenações) e recolher objetos para a coleção etnográfica da instituição. Luís Saia – que é citado como exemplo na carta em que Mário de Andrade crítica o “jeito anticientífico” das pesquisas de Câmara Cascudo – fora incumbido de dirigir a expedição à frente de uma equipe formada pelo maestro Martin Braunwieser, o técnico de gravação Benedito Pacheco e seu auxiliar Antônio Ladeira.

As Fichas de Campanha, de Local e de Repertório utilizadas durante a viagem para coletar os dados a respeito de informantes, os detalhes sobre a documentação

⁷¹³ VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.164.

⁷¹⁴ ANDRADE *apud* DUARTE, P. 1985. *Op. cit.*, p.305.

⁷¹⁵ A MPF partiu de São Paulo na primeira semana de fevereiro de 1938 e percorreu, ao todo, 28 cidades (cinco em Pernambuco, dezoito na Paraíba, duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará), produzindo um farto material audiovisual considerado um dos primeiros mapeamentos musicais realizados no país (*cf.* CERQUEIRA, V.L.C. 2010. *Op. cit.*, p.40).

produzida pela equipe e sobre os artefatos recolhidos foram elaboradas por Oneyda Alvarenga a partir dos modelos apresentados por Dreyfus nas respectivas aulas,⁷¹⁶ O roteiro da expedição baseava-se nas viagens realizadas por Mário de Andrade entre 1928 e 1929, mas a flexibilidade das recomendações feitas à equipe evidencia a sua confiança na qualificação de Luís Saia, como esclareceria o próprio:

Dentro das instruções e fins, nos foi dada a mais inteira liberdade: a própria região e informes aí obtidos deveriam, como realmente o fizeram, aconselhar o melhor itinerário e o manancial mais rico.⁷¹⁷

Já sabemos os motivos da escolha de Oneyda Alvarenga para organizar as pesquisas da Divisão de Expansão Cultural, mas não há nas fontes consultadas razões claras para justificar a preferência por Luís Saia dentre os demais estudantes que haviam frequentado o Curso de Etnografia. Nem mesmo a sua especialização em Engenharia e Arquitetura parece capaz de explicá-lo, já que desde que ingressou na Escola Politécnica o jovem se afastou diversas vezes⁷¹⁸ para atuar profissionalmente em atividades que extrapolavam o programa de ensino ainda bastante tradicional da instituição. Nesta medida, a comparação entre a sua atitude diante da academia e a dos demais universitários – em particular, os estudantes da FFCL – talvez possa ser útil, no sentido de sugerir hipóteses a respeito.

Em mais de uma passagem de seu depoimento ao projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, Mário Wagner Vieira da Cunha afirma que os estudantes de ciências sociais da sua geração na FFCL estavam encantados com os acadêmicos franceses e engajados num projeto no qual os estudos de folclore não desempenhavam o papel que lhes fora atribuído por Mário de Andrade.

Nós estávamos profundamente influenciados pelos franceses, que iríamos ser grandes intelectuais; que realmente a ciência é a ciência pura, não tem nada que ver com ação, com política, e que então a gente tinha que se compenetrar naquilo, a metodologia era muito importante, o alheamento a uma série de circunstâncias etc.⁷¹⁹

⁷¹⁶ Valentini (2010) esclarece que na organização do Curso de Etnografia foram utilizados como material de referência as instruções elaboradas por Marcel Mauss e distribuídas pelo *Musée du Trocadero* e o manual *Notes and queries on anthropology*, elaborado pelo *Royal Anthropological Institute* – ambos eram enviados a viajantes, administradores e militares nas colônias francesas e inglesas, respectivamente (cf. VALENTINI, L. 2010. *Op. cit.*, p.56-57).

⁷¹⁷ SAIA apud TONI, Flávia Camargo. 1985. *A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, p.27.

⁷¹⁸ Ver a nota 621.

⁷¹⁹ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.271.

Mais adiante, na mesma entrevista, ao ser indagado sobre a influência dos trabalhos realizados no DC sobre a produção dos primeiros cientistas sociais formados na FFCL, Mário Wagner discorda dessa hipótese e sugere que a recorrência da cultura popular como objeto das pesquisas realizadas à época se devia à sua abundância no interior do estado e às possibilidades oferecidas por dados dessa natureza – já que as pesquisas realizadas à época no contexto urbano dependiam da formação de equipes de investigadores e a análise dos dados cabia ao especialista que coordenava os trabalhos.

Eu não sei bem dizer por que folclore. Mas a ideia era a seguinte: nós precisávamos fazer uma ciência, essa ciência dependia de dados, esses dados exigiam que nós encontrássemos uma relação com a realidade social.⁷²⁰

Desta perspectiva, a escolha de Luís Saia indica que, diante do empenho de Mário de Andrade pela institucionalização da pesquisa folclórica enquanto atividade profissional, os estudantes de ciências sociais da FFCL⁷²¹ talvez não parecessem suficientemente engajados ou, o que dá na mesma, que o seu engajamento seria proporcional às possibilidades de construir por este meio uma carreira universitária no campo das ciências sociais. Esta hipótese parece se confirmar nas décadas seguintes tanto pela progressiva marginalização dos estudos de folclore no campo das ciências sociais em São Paulo quanto pela trajetória profissional do próprio Luís Saia.

Após redigir, por encomenda do ministro Gustavo Capanema, o anteprojeto do que viria a ser o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Mário de Andrade tornou-se representante da instituição em São Paulo e designou como seus assistentes Luís Saia e Nutto Sant'Anna – que era paleógrafo e historiador do Arquivo Municipal, além de colaborador da RAM. Ainda em 1937, os três percorreram diversas cidades do interior paulista para recensear monumentos históricos locais a serem tombados pelo organismo federal. No ano seguinte, quando Mário de Andrade deixou o cargo, Luís Saia assumiu a superintendência regional do SPHAN, dando continuidade aos trabalhos de tombamento e desenvolvendo estudos de caráter histórico e arqueológico acerca das construções paulistas do período colonial.

⁷²⁰ *Ibidem*, p.293.

⁷²¹ A esse respeito, a única exceção parece ser Lavinia Costa Vilela, contratada pelo DC como instrutora de Parques Infantis no mesmo ano em que se matriculou na Subseção de Ciências Sociais da FFCL. Contudo, não se sabe por que razão ela não foi aproveitada nas pesquisas promovidas pela Divisão de Expansão Cultural nem se sua convocação estaria entre os planos de Mário de Andrade.

Quanto a Oneyda Alvarenga, como sabemos sua vida profissional seria dedicada e em parte consumida no regime de escassez a que foi submetida a DPM a partir de 1938. Mas essas limitações não a impediram de deixar um legado intelectual importante, no qual se destacam dois estudos sobre música popular,⁷²² a classificação do acervo resultante da MPF e a publicação de obras inéditas (inacabadas) de Mário de Andrade sobre folclore brasileiro. De resto, tanto as contribuições específicas de Dreyfus quanto a participação nas atividades científicas da SEF se traduziram, embora de maneira menos evidente, nas trajetórias daqueles⁷²³ que passaram a competir pelas possibilidades de inserção profissional no campo das ciências sociais.

Após concluírem o curso na FFCL, Gioconda Mussolini, Lucila Hermann e Lavínia Costa Vilela se tornariam assistentes da cadeira de Sociologia I e passariam tanto a participar das pesquisas⁷²⁴ promovidas pelos professores catedráticos quanto a ministrar aulas em seu lugar. Com o advento da Divisão de Estudos Pós-graduados da ELSP, criada em 1941, as três também fariam o mestrado na instituição, refletindo o notório interesse de alunos da primeira geração das ciências sociais uspianas em complementar sua formação fora da Universidade.⁷²⁵

As pesquisas desenvolvidas na ELSP por Gioconda Mussolini e Lucila Hermann, ambas sob a orientação de Herbert Baldus, baseavam-se em fontes bibliográficas e tratavam de aspectos da vida de populações ameríndias⁷²⁶ – o que

⁷²² Refiro-me ao artigo “A influência negra na música brasileira”, publicado no *Boletim Latino-Americano de Música* em 1946, e ao livro “Música Popular brasileira”, editado em 1947.

⁷²³ Maria Stella Guimarães se afastou das ciências sociais após ingressar no curso de Geografia da FFCL e concluiu seu doutoramento nessa área em 1942. E, afora a participação no Curso de Etnografia do DC e a formação em ciências sociais na Universidade, não pude encontrar qualquer informação a respeito das trajetórias acadêmicas de Cecília de Campos Vampré e Serafina de Falco.

⁷²⁴ Gioconda Mussolini havia participado de duas investigações dirigidas por Samuel Lowrie – a pesquisa sobre a assistência filantrópica da cidade e o inquérito sobre o padrão de vida dos lixeiros (cf. CIACCHI, Andrea. 2007a. *As testemunhas do silêncio. Gioconda Mussolini entre lembranças e esquecimento*. In: Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS, p.12). Embora não disponha de dados a respeito, creio que Lucila Hermann e Lavínia Costa Vilela também tenham colaborado de algum modo em pelo menos uma das pesquisas da SDSEM. Ao se formarem todas elas tornaram-se colaboradoras do Centro de Pesquisas e Documentação Social da FFCL, vinculado às cadeiras de Sociologia I e II. Dentre as atividades desenvolvidas nesse setor, destaca-se uma pesquisa coletiva realizada entre maio e julho de 1939, que resultaria no artigo “Alterações da estrutura demográfico-profissional de São Paulo – da capital e do interior – num período de catorze anos (1920-1934)”, publicado no volume 89 da RAM. Constam como autoras desse trabalho Lucila Herrmann, Gioconda Mussolini, Nair Ortiz e Cecília Castro Paiva (cf. CIACCHI, Andrea. 2007b. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Revista de Antropologia*, v.50, n.1, p.16).

⁷²⁵ A constatação baseia-se não apenas no número de estudantes que fizeram um percurso semelhante, mas ainda no fato de que em 1941 também foi criado oficialmente o doutoramento da FFCL – informação que devo a Luciana Vieira de Souza da Silva, a quem agradeço pela atenta observação.

⁷²⁶ Gioconda Mussolini concluiu o mestrado em etnologia na ELSP em 1945 com um trabalho sobre *Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e*

evidencia o amadurecimento da concepção de ciências sociais adotada nos programas da instituição. Com a entrada de Donald Pierson, as pesquisas da ELSP assumiriam uma orientação acadêmica, mas sem abolir as linhas introduzidas anteriormente, o que tornaria mais regulares⁷²⁷ os trabalhos de campo com objetivo pedagógico. Neste sentido, apesar de não dispor de informações sobre a pesquisa de mestrado desenvolvida por Lavínia Costa Vilela, o fato de Donald Pierson ter sido seu orientador⁷²⁸ sugere tratar-se de uma investigação sobre aspectos socioculturais de alguma das localidades visitadas durante as expedições de treinamento etnográfico da Escola.

Com o auxílio de Pierson, Cecília de Castro e Silva e Mário Wagner Vieira da Cunha conseguiram bolsas de estudo para cursar o mestrado em instituições norte-americanas – respectivamente, a Faculdade de Radcliffe (instituição para moças posteriormente incorporada à Universidade de Harvard) e a Universidade de Chicago. No caso dela, embora não haja informações mais detalhadas a respeito de seus estudos, sabe-se ela foi nomeada assistente de Noemi da Silveira Rudolfer, no Instituto de Educação da USP, na cadeira de Psicologia Social.

A esta altura, com o engajamento dos pesquisadores pertencentes ao grupo formado por Dreyfus em diferentes especialidades, torna-se bastante significativo o fato de Mário Wagner ter proposto a Robert Redfield um projeto de mestrado que daria sequência ao seu trabalho de campo sobre a Festa de Bom Jesus de Pirapora.

A tese de mestrado eu tinha a intenção de fazer com base no material que levava de Pirapora, que era uma interpretação dos festivais, como o próprio Redfield tem vários estudos. Mas quando comecei a elaborar, a imaginação começou a atuar muito fortemente. Havia hiatos na documentação, e eu estava preenchendo com a imaginação. [...] Então eu parei e disse ao Redfield, “eu acho que não dá. Eu vou ter que escolher outro tema”. Como eu estava muito metido em festival, lendo muito sobre isso, [...] acabei encontrando algo muito rico sobre festivais na biblioteca da universidade. Era um material dos comissionados, dos técnicos ingleses, que iam colonizar aquelas ilhas do sul. Eles faziam os relatórios para Sua Majestade, uma coisa extraordinária. Eu me propus a fazer aquilo e depois tomar outros festivais, outros locais, e elaborar uma teoria funcionalista do festival. Dasquelas grandes ambições, grandes ideias. E fiz! Fiz

Bororo Oriental e Lucila Herman, em 1946, com uma pesquisa sobre a *Organização social dos Vapidianos do território do Rio Branco*.

⁷²⁷ A partir de então, com o financiamento da ELSP pela *Smithsonian Institution* e pela *Rockefeller Foundation*, as atividades de campo com finalidade pedagógica, antes realizadas em parceria com o DC, passariam a ser promovidas pela própria instituição.

⁷²⁸ Cf. SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. 2008. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese (doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, p.90, nota 158.

a tese, saiu razoável, apesar do meu inglês, que também não era muito bom para escrever. A tese era tão razoável que depois, nos cursos que se deram lá na universidade, de psicologia social, ou de matéria relacionada com isso, sempre era de leitura obrigatória. Essa tese também não foi publicada.⁷²⁹

Tanto Cecília de Castro e Silva quanto Mário Wagner seriam contratados pela ELSP após retornarem ao país – o que parece ter sido uma condição estabelecida por Pierson para a concessão das bolsas de estudo.⁷³⁰ Mário Wagner conta que ministrou na Escola cursos de Arqueologia, Linguística, Antropologia Física, Antropologia Cultural e Etnografia, inovando em relação ao enfoque de Herbert Baldus, “que era já bem antiquado”.⁷³¹

Antonio Rubbo Muller, que havia se formado tanto em ciências sociais na FFCL quanto no Curso de Sociologia e Política, trabalhou como auxiliar de Radcliffe-Brown durante a sua permanência na Divisão de Estudos Pós-graduados da ELSP e passou um ano na Faculdade de Antropologia e Geografia da Universidade de Oxford, onde obteve, em 1951, o título de bacharel com o trabalho *A Study of the Social Organization of Indian Tribes of South America*, orientado pelo próprio Radcliffe-Brown. Logo depois, tornou-se professor de Antropologia Social da Escola e passou a organizar trabalhos de campo⁷³² com seus alunos.

Gioconda, Lavinia e Lucila permaneceram vinculadas à Universidade na condição de comissionadas – expediente cuja manutenção revela as limitações do processo de institucionalização incipiente – e deram sequência às suas pesquisas de doutorado, seguindo em direções bastante diversas. Na FFCL, Roger Bastide – que devido à sua formação francesa considerava os estudos de folclore como área das ciências sociais – estimulava⁷³³ as pesquisas sobre tradições populares brasileiras. A exemplo disto, em maio de 1943, Lavinia Costa Vilela, Gioconda Mussolini, Antonio

⁷²⁹ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.289.

⁷³⁰ *Ibidem*, p.278.

⁷³¹ *Ibidem*.

⁷³² No trabalho que desenvolveu em Oxford, Antônio Rubbo Muller elaborou a “Teoria da Organização Humana”, um sistema axiomático que identifica invariantes funcionais do comportamento pela observação de pequenas comunidades. Embora suas aulas de campo com alunos da ELSP ocorressem sob a rubrica da “Antropologia Social”, os procedimentos utilizados nessas atividades não condizem com os princípios metodológicos da área. Por exemplo, na página 39 de seu livro *Teoria da Organização Humana* (1958) o autor ressalta que durante essas atividades práticas “os estudantes não precisam comutar com os habitantes da comunidade para assimilar as lições”.

⁷³³ Na verdade, a contribuição de Roger Bastide para o desenvolvimento dos estudos de folclore em São Paulo vai além de sua atuação na FFCL. Além da conferência realizada na SEF em junho de 1939, intitulada “Ensaio de metodologia afro-brasileira – o método linguístico no estudo dos negros”, ele publicou na revista *Anhembi* uma análise do material recolhido na MPF, chamando a atenção para o valor do acervo etnográfico da DPM e o descaso da administração municipal quanto à sua manutenção.

Candido e Gilda de Mello e Souza estiveram com ele na cidade paulista de Tietê para a coleta de “material folclórico” e assistiram ao Batuque de Umbigada⁷³⁴ (provavelmente, durante as comemorações do 13 de maio).

Ao que tudo indica, a viagem estava relacionada à tese de doutoramento de Lavínia Costa Vilela, intitulada *Algumas danças populares no estado de São Paulo*, que seria desenvolvida sob a orientação de Roger Bastide e Emílio Willems e apresentada em 1945. Embora não disponha de maiores informações a respeito dessa pesquisa, cabe observar que Mário Wagner questiona a sua qualidade, referindo-se à produção de Lavínia como “jornalística”. A crítica associa-se claramente à opinião que a partir da década de 1950 se tornaria hegemônica entre os cientistas sociais paulistas.

O folclorista vinha com aquela coisa do etnólogo, de pegar no pulo. Antes que os índios morressem, era preciso ir atrás deles. Eles também gravavam aquilo, naturalmente era uma coisa de folclore, de festa. Chegavam lá, viam, registravam e acabou-se, era muito superficial.⁷³⁵

Apesar de significativo, seu depoimento – realizado cerca de quarenta anos depois – não oferece dados suficientes para sabermos se essa avaliação já era corrente na FFCL ou se o consenso construído a esse respeito decorre do acirramento dos debates entre sociólogos e folcloristas a partir da década de 1950.

Neste sentido, não poderia deixar de mencionar um episódio bastante emblemático, ocorrido em 1941, envolvendo Lavínia Costa Vilela, que era primeira assistente de Sociologia I, e um dos alunos da Faculdade. Devido a uma viagem realizada por Roger Bastide, o trabalho final da disciplina foi avaliado pela sua assistente, que à época cursava o mestrado na ELSP, e o jovem estudante – que havia dedicado mais de seis meses à observação direta dos fatos analisados e alimentava uma grande expectativa a respeito – acabaria por receber uma nota nove, com a justificativa de que “fora longe demais no tratamento sociológico do folclore”.⁷³⁶

O aluno era Florestan Fernandes, que se tornaria um dos principais protagonistas da marginalização dos Estudos de Folclore no âmbito das ciências sociais, e o trabalho em questão, “As “Trocinhas” do Bom Retiro”, investigava o folclore infantil encontrado

⁷³⁴ Os registros desta visita se devem a Antonio Candido, que publicou um artigo a respeito em 1947 na revista *Sociologia* (cf. CIACCHI: 2007b, p.185) e voltou a comentar a experiência em seu depoimento ao documentário *No repique do Tambu* (2003), dirigido por Paulo Dias e Rubens Xavier.

⁷³⁵ PINHEIRO FILHO, A. e MICELI, S. 2008. *Op. cit.*, p.264.

⁷³⁶ FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980, p.161.

nas ruas da capital paulista – tema do interesse de Lavínia Costa Vilela, que não só era formada no Curso de Etnografia e sócia-fundadora da SEF, mas fora instrutora de Parques Infantis. Como apontam Cavalcanti e Vilhena (1990), além de prenunciar as disputas pela primazia do estudo científico das tradições populares, o episódio demonstra a complexidade do intercâmbio entre essas áreas e a especificidade dos contextos em que é possível – mesmo que à distância – observá-lo.

Gioconda Mussolini se tornaria segunda assistente de Emílio Willems na Universidade e participaria dos trabalhos de campo desenvolvidos por ele junto à ELSP⁷³⁷ – os estudos de comunidade realizados na cidade de Cunha e na ilha de Búzios. Além de uma parcela considerável dos textos publicados por ela neste período referir-se a tradições populares específicas ou a temáticas relacionadas ao folclore,⁷³⁸ sua pesquisa de doutorado (que não chegaria a ser concluída e cujo texto parece ter desaparecido⁷³⁹) enfocava sob a perspectiva dos estudos de comunidade⁷⁴⁰ a cultura de populações caiçaras do litoral do estado.

Os primeiros artigos de Gioconda Mussolini sobre a pesca artesanal⁷⁴¹ revelam uma proposta de trabalho etnológico muito próxima das preocupações de Dreyfus e Lévi-Strauss. Sua pesquisa de doutorado parecia envolver o mapeamento da incidência em quase toda a faixa litorânea de São Paulo e na região da Costa Verde (ao sul do do estado do Rio de Janeiro) do chamado “cerco da tainha” para, a partir desses dados, reconstruir o processo de difusão dessa técnica em uma faixa mais extensa do litoral brasileiro. De acordo com o antropólogo Andrea Ciacchi, a influência da SEF – e, creio poder acrescentar, das lições etnográficas de Dreyfus – na obra da Gioconda se

⁷³⁷ Em 1941, Willems foi contratado pela ELSP e nomeado na USP para lecionar Antropologia – que na ocasião era apenas uma disciplina vinculada à cátedra de Etnologia Brasileira e Língua Tupi, regida por Plínio Ayrosa, e só se tornaria uma cadeira autônoma em 1948 (cf. SPIRANDELLI, C.C. 2008. *Op. cit.*, p.71-72).

⁷³⁸ Andrea Ciacchi menciona os artigos “Festa de Folia” e “Festa de Devoção”, publicados no jornal *Folha da Manhã* em 1946, e o ensaio “Os “Pasquins” do Litoral Norte de São Paulo e suas peculiaridades na Ilha de São Sebastião”, que conquistou primeiro lugar no Concurso de Monografias Folclóricas instituído pelo DC em 1949 e foi premiado com a sua publicação na RAM (cf. CIACCHI, A. 2007b. *Op. cit.*, p.184).

⁷³⁹ Uma discussão aprofundada sobre as lacunas cercam a trajetória acadêmica de Gioconda Mussolini encontra-se no artigo *As testemunhas do silêncio: Gioconda Mussolini entre lembranças e esquecimento*, de Andrea Ciacchi (*Op. cit.*).

⁷⁴⁰ Cabe observar que, apesar de inscrever-se nesta rubrica, Gioconda Mussolini foi uma das primeiras autoras brasileiras a criticar as limitações da perspectiva adotada nos estudos de comunidade, distinguindo-se claramente da orientação culturalista difundida no país pelos trabalhos de Robert Redfield (cf. CIACCHI, A. 2007b. *Op. cit.*; JACKSON, Luiz Carlos. 2009. Tensões e disputas na Sociologia paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.65).

⁷⁴¹ “O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião” (1945) e “ O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil” (1946), ambos publicados na *Revista Sociologia*.

manifestaria de forma ainda mais sutil através “de sua escrita, dos cuidados metodológicos e da abrangência teórica do tratamento dispensado a fontes, informantes e registros”.⁷⁴²

Na trilha dos estudos de comunidade, Lucila Hermann desenvolveu como pesquisa de doutorado, sob a orientação de Roger Bastide, um dos primeiros trabalhos do gênero no país, intitulado “Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos”.⁷⁴³ A pesquisa parece ter sido motivada pela sua contratação como professora de Sociologia da Escola Normal do município, como registra a sua correspondência com Mário de Andrade em novembro de 1937. Na carta enviada no dia 12, a pesquisadora solicita sua inclusão entre os sócios-correspondentes da SEF e propõe a criação de uma entidade congênere no local.⁷⁴⁴

O fato de sua pesquisa de mestrado ter sido concluída um ano após a apresentação da tese de doutoramento revela algo bastante significativo que, no entanto, não emerge explicitamente nas fontes. Ao que parece, não havia naquele momento um nexo de continuidade entre os títulos de *Master of Arts* conferido pela ELSP e de Doutor conferido pela FFCL – o que coincide com a percepção hierarquizada a que Mário Wagner Vieira da Cunha se refere ao comentar a opinião dos estudantes de sua geração sobre a formação oferecida por instituição. Dessa perspectiva, o interesse dos cientistas sociais universitários em formação pelos cursos da ELSP parece motivado, sobretudo, pela necessidade de adquirir experiência na coleta e na exploração de dados⁷⁴⁵ – o que naquele momento não era suficientemente desenvolvido na FFCL – para, de fato, se distinguir da ciência livresca e autodidata.

Mário Wagner, que também se mantivera vinculado à Universidade na condição de comissionado, permaneceu como terceiro assistente de Emílio Willems na FFCL até a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, em 1946, da qual seria um dos fundadores e o primeiro diretor. Em 1948, embora já tivesse

⁷⁴² CIACCHI, A. 2007b. *Op. cit.*, p.185.

⁷⁴³ Um estudo preliminar intitulado *Grupos Sociais de Guaratinguetá* foi publicado em julho de 1938 no volume 49 da RAM.

⁷⁴⁴ Cf. Carta de Lucila Hermann datada de 12 de novembro de 1937, localizada no Fundo SEF, doc.231, cx.4.

⁷⁴⁵ Ao avaliar a contribuição dos estudos de comunidade, campo de investigações que seria desenvolvido de forma sistemática na ELSP, Goldwasser (1974) explica que “foram canalizados para a Sociologia no Brasil como parte de um movimento intelectual na década de 30 voltado à consolidação de uma consciência científica na compreensão da realidade nacional. Operando uma revisão crítica da tradição acadêmica que os precedia, os estudos de comunidade, por seu embasamento empírico, se afiguraram então como a alternativa mais legítima para substituição dos modelos explicativos anteriores, contestados como conjecturais e paracientíficos.” (GOLDWASSER, Maria Júlia. 1974. “Estudos de Comunidade”: teoria e/ou método? *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.5, n.1, p.74).

concluído seu doutoramento, Lucila Hermann foi nomeada para um cargo técnico no Instituto de Administração da nova Faculdade, onde passaria a coordenar e a orientar pesquisas sociais.⁷⁴⁶ Sua tese seria publicada no mesmo ano pela *Revista de Administração* do Instituto e nos créditos da publicação o nome de Ofélia Ferraz do Amaral – que também era formada em ciências sociais e havia frequentado o Curso de Etnografia – aparece como secretária da revista, logo abaixo do diretor.

O panorama apresentado até aqui evidencia o quanto a institucionalização das ciências sociais em São Paulo resulta do diálogo e, por vezes, da interpenetração entre diferentes linhas de pesquisa e da influência decisiva que as mesmas exerceriam no desenvolvimento das carreiras dos profissionais formados. Naquele momento em que a especialização disciplinar e, por conseguinte, a separação entre os diferentes ramos das ciências sociais eram menos acentuadas, a rede de cooperação interinstitucional referida no Capítulo 1 daria origem a

um campo novo e peculiar, formado por docentes, pesquisadores, saberes, atuações e sugestões teóricas e metodológicas, com uma agenda científica que está sendo definida e cumprida num espaço que inclui a [...] FFCL, a Escola Livre de Sociologia e Política, o Departamento Municipal de Cultura e a Sociedade de Etnografia e Folclore.⁷⁴⁷

O projeto inconcluso a que Valentini (2010) se refere como “laboratório imaginado” contribuiria de maneira efetiva para o amadurecimento dos estudos de folclore e para a conformação do campo das ciências sociais. Neste sentido, cabe destacar a importância da introdução no ensino superior de abordagens alternativas à tradição sociológica francesa, da influência aglutinadora de Mário de Andrade e da contribuição de Fernande Dina Dreyfus, a quem é preciso dedicar novas pesquisas dado seu papel inegável na formação de parte da primeira geração de cientistas sociais brasileiros.

Isto parece se confirmar em algumas das fontes a que não tive acesso, como o depoimento concedido por Antônio Rubbo Muller ao Instituto Nacional de Folclore em 1983. Na entrevista, referida por Soares (1983), Muller atribui ao Curso de Etnografia a inclusão do folclore no horizonte dos pesquisadores de sua geração, “uma vez que se considerava que ele existisse somente no nordeste”.⁷⁴⁸ Com isso, não apenas as

⁷⁴⁶ Cf. SPIRANDELLI, C.C. 2008. *Op. cit.*, p.21, nota 24.

⁷⁴⁷ CIACCHI: 2007a. *Op. cit.*, p.13.

⁷⁴⁸ MULLER *apud* SOARES, L.G. 1983. *Op. cit.*, p.10.

manifestações folclóricas locais, mas a cultura popular rural se tornaria uma constante na produção das primeiras gerações de cientistas sociais formados em São Paulo.

A repercussão deste fato pode ser avaliada se considerarmos o já referido diálogo entre áreas de investigação ainda pouco diferenciadas e seu desdobramento nas carreiras dos pesquisadores formados à época. Se, por um lado, as circunstâncias inerentes a um período de institucionalização incipiente inviabilizavam o desenvolvimento autônomo de projetos científicos politicamente periféricos, por outro, a densidade das lições etnográficas de Dreyfus e a intensidade das experiências de campo realizadas sob sua supervisão acabariam por fecundar iniciativas mais duradouras. Nesta medida, não há dúvidas de que a institucionalidade projetada pelo binômio curso-sociedade participou como protagonista da “virada empírica” que, segundo Antonio Candido, iria redefinir a agenda de pesquisas das ciências sociais brasileiras.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A partir da perspectiva da História das Ciências, procurei reconsiderar um capítulo clássico da história das ciências sociais no Brasil, compreendida aqui em sua vertente institucionalista, empreendendo uma análise atenta tanto às particularidades da linguagem científica corrente no período quanto à imbricação entre a perspectiva socioantropológica então desenvolvida e os diferentes contextos institucionais que a abrigavam.

Nesta medida, me parece útil relacionar, uma vez mais, algumas das principais questões abordadas e sublinhar o encaminhamento adotado em sua avaliação. No que concerne ao Departamento de Cultura, procurei mostrar que não se tratava de uma instituição pública de cultura nos moldes atuais, que seu escopo extrapolava essa rubrica, conjugando políticas de educação, pesquisas sociais e outras formas de produção intelectual do campo das ciências humanas que à época ainda não haviam se institucionalizado como áreas especializadas.

O conjunto das atividades promovidas pela instituição ratifica o comentário do prefeito Fábio Prado, que compara o Departamento à Universidade, já que de modo geral as iniciativas dessa natureza então constituídas buscavam conquistar os meios e a legitimidade necessária para estabilizar uma produção intelectual regular e se expandir a partir dela. Observando-se o seu contexto de coexistência, fica claro que nenhum desses experimentos institucionais estava livre do risco de se dissolver pouco depois de sua criação ou de ser desviado de seus objetivos precípuos. Por isso, a tendência à colaboração interinstitucional torna-se um componente imprescindível à compreensão tanto da emergência das iniciativas em questão quanto da sua posterior consolidação ou dissolução.

As problemáticas com que me deparei durante a consecução da pesquisa trouxeram, entre outros ensinamentos, a clareza de que ao investigar a institucionalização de um campo de produção intelectual é preciso atentar para duas armadilhas: a de ser condicionado pelos parâmetros usuais em pesquisas do gênero, desconsiderando nuances que evidenciam a singularidade do processo histórico em questão, e a de ser sequestrado pela perspectiva dos “vencedores”, assumindo como evidências os efeitos das injunções inerentes ao contexto analisado. Para lidar com esse risco sem prejuízo da sua produção, o pesquisador precisa, por um lado, atentar constantemente para o

rendimento e as limitações do modelo interpretativo adotado e, por outro, identificar o quadro de referências em que se baseiam os enunciados tanto dos atores e testemunhas da época quanto dos intérpretes com quem seu trabalho dialoga.

Parece claro não haver justificativa para se diminuir a importância da contribuição do DC, assim como a da ELSP, para a constituição de um aparato de produção e circulação de conhecimentos na área de ciências humanas em São Paulo a partir da década de 1930 e, sobretudo, para a institucionalização das ciências sociais no país. A exemplo disto, tanto os argumentos utilizados por Mário de Andrade em sua crítica à produção sobre folclore brasileiro quanto o impasse instaurado em sua correspondência com Câmara Cascudo demonstram que a superação do autodidatismo no pensamento social brasileiro não foi simplesmente uma dádiva da institucionalização universitária das ciências sociais.

No caso analisado, a produção de uma historiografia menos unilateral – compromisso fundamental no campo da História das Ciências – exige cautela ao se considerar o impacto de um experimento institucional sobre um determinado campo disciplinar e concluir, a partir disto, a relevância da iniciativa em questão para o desenvolvimento da área. Ao avaliar a repercussão das atividades desenvolvidas na SEF ou do trabalho de Fernande Dina Dreyfus para o amadurecimento do pensamento social brasileiro cientificamente orientado, não se pode desconsiderar as consequências das escassas possibilidades de inserção profissional no campo das ciências sociais e, no caso das mulheres, a precedência do gênero entre os critérios de seleção adotados no ambiente acadêmico.

Como vimos, na primeira geração das ciências sociais uspianas (campo cuja memória seletiva excluiu o trabalho de ponta desenvolvido por Dreyfus) as únicas pesquisadoras a conseguir ocupar cargos especializados seriam alocadas em funções secundárias, incompatíveis com a sua competência e a reconhecida qualidade de suas produções científicas. Compreender essas idiosincrasias nos possibilita reconhecer que o impacto das iniciativas em questão se manifestaria de maneira menos evidente. Neste sentido, parece claro que um dos principais legados da SEF reside na perpetuação de sua agenda pesquisas em parte da produção das ciências sociais paulistas entre as décadas de 1940 e 1950 – como evidenciam tanto a tese de doutorado de Antonio Candido, realizada sob a rubrica dos estudos de comunidade, quanto os trabalhos do jovem Florestan Fernandes com sua análise sociológica do folclore.

Da mesma forma, devido às limitações inerentes ao próprio processo de institucionalização, a *expertise* adquirida no Curso de Etnografia não apareceria com a mesma nitidez na produção posterior de todos os cientistas sociais presentes às aulas de Dreyfus. No entanto, ao contrário do que afirma Mário Wagner Vieira da Cunha, a participação nas diversas atividades acadêmicas promovidas pelo DC parece ter, sim, influenciado uma parte considerável dos cientistas sociais de sua geração – como ilustra a sua própria pesquisa de mestrado na Universidade de Chicago.

Ademais, ao considerarmos os diferentes cenários institucionais constituídos tanto no campo das ciências sociais quanto no âmbito dos Estudos de Folclore desde década de 1930 e, além disso, a ausência de muitos membros da primeira geração de cientistas sociais formada pela FFCL no momento de ascensão da chamada “escola sociológica paulista”, torna-se mais inteligível o processo de marginalização do folclore apontado por Vilhena (1997), sintomático da substituição da atitude inicialmente aberta e colaborativa entre Sociologia e Estudos de Folclore pela relação competitiva e até mesmo predatória entre as ciências sociais universitárias e o pensamento social produzido fora do contexto acadêmico.

Por último, devo acrescentar que embora tenha acompanhado apenas as carreiras de pesquisadores do campo das ciências sociais, para avaliar os resultados da sua participação no Curso de Etnografia e na SEF, creio que as contribuições de outros intelectuais pertencentes ao mesmo grupo podem revelar mais desdobramentos dessa experiência, em um espectro ampliado, como permitem supor as trajetórias de Carlos Corrêa Mascaro, Rafael Grisi e Hélio Damante. Fora isso, parece não haver até o momento estudos dedicados à produção científica de Bruno Rudolfer, personagem que emerge quase sempre de maneira secundária, mas cuja importância certamente não corresponde a essa posição. Tarefas que menciono apenas para indicar possibilidades futuras.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

ABDANUR, Elizabeth França. *Os “ilustrados” e a política cultural em São Paulo: o Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade (1935-1938)*. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

AMOROSO, Marta. “Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939) – Modernismo e Antropologia”. In: *Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2004.

ABREU, Martha. “Cultura popular, um conceito e várias histórias”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.83-102.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo et al. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Unesp, 2008.

BOMENY, Helena. *Um poeta na política: Mário de Andrade, paixão e compromisso*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2012.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana*. Revista Estudos Ibero-Americanos, Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, v.34, n. 2, dez. 2008, p.168-187. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134612633011>. Acesso em: 27 de maio de 2013.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *A família na obra de Frédéric Le Play*. Revista Dados, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, v.45, n.3, 2002, pp.513-544. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a07_v45n3.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

BRUM, Marcelo Alves. *Luciano Gallet e a multiplicidade do artista*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 17, 2007, São Paulo/SP. “Anais do XVII Congresso da Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-graduação em Música”. Disponível em: http://www.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/poster_musicologia/poster_musicol_MABrum.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2014.

- BRITO, Talamira; CUNHA, Ana Maria. *Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência*. Revista Educar, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, n.12, 2009, pp.43-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CANDIDO, Antonio. “Informação sobre a Sociologia em São Paulo”. In: DUARTE, Paulo (Org.). *Ensaio Paulistas: contribuição de O Estado de S. Paulo às comemorações do IV Centenário da cidade*. São Paulo: Anhambi, 1958, pp.510-521.
- _____. “Homenagem a Florestan Fernandes”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.209-220.
- CANO, Wilson. *Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil*. Revista Economia, Brasília/DF, v.13, n.3b, set.-dez. 2012, pp.897-916.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973.
- CASTRO, Celso. “Apresentação”. In: CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo Cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Desencontros Marcados” (Prefácio). In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Longe do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CATÁLOGO da Sociedade de Etnografia e Folclore. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2004. Disponível em: www.centrocultural.sp.gov.br/livros/pdfs/sef.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luiz Rodolfo da Paixão. *Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro/RJ, v.3, n.5, 1990, pp.75-92. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2296>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro/RJ, vol.19, n.54, 2004, pp. 57-78. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a04v1954.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

CELESTE FILHO, Marcioniro. *Os primórdios da Universidade de São Paulo*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas/SP, n.19, jan-abr. 2009, pp.187-204. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/83/91> Acesso em: 27 de novembro de 2013.

CERQUEIRA, Vera Lúcia Cardim de. *Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. Dissertação (mestrado em ciências sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. (Org.). *Missão de Pesquisas Folclóricas: cadernetas de campo*. São Paulo: Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo, 2010.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília, Ed.UnB, 1981.

CIACCHI, Andrea. *As testemunhas do silêncio. Gioconda Mussolini entre lembranças e esquecimento*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007a, Caxambu/MG. “Anais do 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais”. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2841&Itemid=231 Acesso em: 27 de novembro de 2013.

_____. *Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica*. Revista de Antropologia, São Paulo/SP, v.50, n.1, 2007b, pp.181-223. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v50n1/a05v50n1.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória 1934-1950)*. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CORDEIRO, Simone Lucena. *Moradia popular na cidade de São Paulo (1930-1940) – projetos e ambições*. *Histórica*, São Paulo/SP, n.1, abr. 2005. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoesanteriores/pdfs/historica01.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2013.

CORRÊA, Mariza. *A natureza imaginária do gênero na história da Antropologia*. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n.5, 1995, pp.109-130.

_____. *Tráficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo/SP, v.3, n.3, 1988, pp.79-98.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Pequeno Exército Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

DEL VECCHIO, Angelo. “As influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.11-23.

DEL VECCHIO, Angelo; DIEGUEZ, Carla. *A Sociologia Aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de vida em São Paulo*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu/MG. “Anais do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais”. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2100&Itemid=229 Acesso em: 27 de novembro de 2013.

DIAS, Sônia. “Francisco Matarazo”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.2126-2128.

_____. “Roberto Simonsen”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.3201-3205.

_____. “Jorge Street”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.3277-3279.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. *Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/PA, v.3, n.1, 2008, pp.31-49. Disponível em: [http://www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/chv3n1_2008/antropologia\(domingues\).pdf](http://www.museugoeldi.br/editora/bh/artigos/chv3n1_2008/antropologia(domingues).pdf). Acesso em: 05 de maio de 2014.

DONATO, Hernani. *Breve História da Revolução Constitucionalista de 32*. São Paulo: Lerlisa, 1997.

FÁBIO PRADO [verbete]. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.2808-2809.

- FARIA, Lina Rodrigues de. *Arquivo Rockefeller*. Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, v.1, n.2, 1995, pp.117-128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n2/a10v1n2.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2014.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *A investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- _____. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1961.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “Paulo Duarte”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.1119-1120.
- _____. “Júlio de Mesquita Filho”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.2220-2221.
- GERALDO, Endrica. *A 'lei de cotas' de 1934: controle de estrangeiros no Brasil*. Revista Cadernos da AEL, Capinas/SP, v.15, n.27, 2009, pp.173-209.
- GOLDWASSER, Maria Júlia. “*Estudos de Comunidade*”: teoria e/ou método? Revista de Ciências Sociais, Fortaleza/CE, v.5, n.1, 1974, pp.60-81. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4606/1/1974_art_MJGoldwasser.pdf Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. “Luis da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil”. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp.174-183.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo/SP, v.16, n.47, 2001, pp.127-184. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7724.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- _____. *Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos “estudos de comunidades”*. Revista Cadernos de Campo, São Paulo/SP, v.18, 2009, pp.273-280.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/45518>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

_____. *Gerações Pioneiras na Sociologia paulista (1934-1969)*. Revista Tempo Social, São Paulo/SP, v.19, n.1, 2007, pp.115-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a07v19n1.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

_____. *Tensões e disputas na Sociologia paulista (1940-1970)*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo/SP, v.22, n.65, 2007, pp.33-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a04v2265.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

KELLER, Vilma. “Armando de Salles”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense/Finep, 1984, pp.3034-3038.

KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

LAFETTÁ, João Luiz. *A crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *Os primórdios da Antropologia Brasileira (1900-1879)*. Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Cuiabá/MT, v.1, n.1, 2014, pp.10-22. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1711/pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

LEVINE, Robert. *Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça e história”. In: COMAS, Juan et al. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970, pp.231-270.

_____. *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LIMONGI, Fernando. “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v.1*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989a, pp.217-233.

_____. “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo” In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil, v.1*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989b, pp.111-187.

- LIRA, José Tavares Correia de. *Naufração e galanteio: viagens, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo/SP, v.20, n.º.57, fevereiro 2005, p.143-209. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a09v2057.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: ramais e caminho*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- MACCORMACK, Carol. "Medicine and anthropology". In: Willian F. Bynum; Porter, Roy. *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, v.2. London: Routledge, 1993, pp.1436-1445.
- MELATTI, Júlio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/artigos/a-roteiro.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Lisboa: Teorema, 1986.
- MICELI, Sérgio. "Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais". In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989a, pp.5-19.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. "Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro". In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp.160-73.
- _____. "Por uma Sociologia das Ciências Sociais". In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989b, pp.72-110.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A Constituição da ideia de modernidade no Modernismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. "As tradições da diversidade cultural – o modernismo". In: LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia. *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005, pp.87-98.
- MORAES, Marcos Antônio de. "Abrasilizar o Brasil": arte e literatura na epistolografia de Mário de Andrade. Revista Caraveile, Toulouse/Haute-Garrone, n.80, 2003, pp.33-47. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40854889>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela. “Tramas e Teias da Retórica Eugênica em São Paulo. Personagens, Contextos e Instituições Médicas (1916-1954)”. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela (Orgs.). *Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades*. São Paulo: USP/UFABC, 2013, pp.201-218. Disponível em: http://www2.fm.usp.br/gdc/docs/museu_129_volu_me_4.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- MOTTA, Marly da Silva. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil*. Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo/SP, n. 27, jul. 1990, pp.193-198.
- PAOLI, Maria Celia; DUARTE, Adriano. “São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp.53-119.
- PEIRANO, Mariza. *Alteridades em contexto: a Antropologia como ciência social no Brasil*. Revista Etnográfica, Lisboa, v.4, n.2, 2000, pp.219-232. Disponível em: ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_219-232.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- _____. *A Legitimidade do Folclore*. In: Seminário Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro, 1988. “Série Encontros e Estudos 1”. Rio de Janeiro: IBAC, 1992, pp.85-88. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/capitulos/1992_a_legitimidade_do_folclore.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- _____. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Harvard, Cambridge/Massachusetts, 1981.
- PEIXOTO MASSI, Fernanda. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, pp.410-459.
- _____. *Mário e os primeiros tempos da USP*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília/DF, n.30, 2002, p.157-169.
- _____. *Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo*. Revista Maná, Rio de Janeiro/RJ, v.4, n.1, 1998, pp.79-107. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2427.pdf> Acesso em: 27 de novembro de 2013.

- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954”. In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo*, v.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp.15-51.
- RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- RIBEIRO, Mônica Cristina. *Arqueologia Modernista: viagens e reabilitação do primitivo em Mário e Oswald de Andrade*. 2005. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- RUBINO, Silvana. *A memória de Mário*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília/DF, v.30, 2002, pp.139-154.
- _____. “Clubes de Pesquisadores: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995, pp.479-521.
- SAINT-SERNIN, Bertrand. 1989. *Dina Dreyfus ou la raison enseignante*. Les Temps Modernes, Paris/Île-de-France, n.516, 1989, pp.142-157.
- SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaima*. Rio de Janeiro: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.
- _____. *Mário, Oneida, Dina e Claude*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília/DF, v.30, 2002, pp.234-246.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Finep/Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. *Um Espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EdUsp, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. Revista USP, São Paulo/SP, n.53, 2002, pp.117-48. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.
- SIMÕES, Júlio Assis. “Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola*

Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.35-42.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, Lélia Gontijo. “Mário de Andrade e o Folclore”. In: *Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore, no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1936-1939*. Rio de Janeiro/São Paulo: Funarte/Instituto Nacional do Folclore/Secretaria Municipal de Cultura, 1983, pp.7-12.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *A Mitologia Bandeirante: construção e sentidos*. Revista História Social, Campinas/SP, n.13, 2007, pp.151-171. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/download/215/207>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

SPIELMANN, Ellen. *Das Verschwinden Dina Lévi-Strauss und der Transvestismus Mário de Andrade: Genealogische Rätsel in der Geschichte der Sozial und Humanwissenschaften im modernen Brasilien / La desaparición de Dina Lévi-Strauss y el transvestismo de Mário de Andrade: enigmas genealógicos en la historia de las ciencias sociales y humanas del Brasil moderno* (edição bilíngue). Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2003.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese (doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SUPPO, Hugo Rogelio. *A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias*. Revista de História, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, n.142-143, 2000, pp.309-345. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=285022850009>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

TENCA, Álvaro. *Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria nos anos 30*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1987.

TONI, Flávia Camargo. *A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.

TRAVASSOS, Elizabeth. *Mário e o folclore*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília/DF, v.30, 2002, pp.91-109.

_____. *Os Mandarins Milagrosos: Arte e Etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Rio de Janeiro: Funarte/Jorge Zahar, 1997.

VALENTINI, Luíza. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

VILHENA, Luiz Rodolfo. “A cultura brasileira cordial dos folcloristas”. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

_____. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em: <https://sites.google.com/site/luisrodolfovilhena/home>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

WISNIK, José Miguel. Nacionalismo musical. In: ESQUEFF, Enio; WISNIK, José Miguel. *Música: o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WOODARD, James P. *Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte*. Revista de História, São Paulo/SP, n. 150, pp.41-56, 2004. Disponível em: http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/150/RH_150 - James P. Woodard.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

FONTES IMPRESSAS:

A POSSE DO NOVO PREFEITO municipal de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.48, jun. 1938, pp.251-252.

ALVARENGA, Oneyda. *Cateretês do Sul de Minas Gerais*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.30, dez. 1936, pp.33-70.

_____. *Mário de Andrade, um pouco*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.

ANDRADE, Mário de. “A situação etnográfica do Brasil”. In: MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Mário, Otávio: cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936-1944)*. São Paulo: Ateliê Editorial/IEB-USP/Imprensa Oficial, 2005.

_____. *A Entrada dos Palmitos I*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.32, fev. 1937a, pp.51-64.

_____. *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.

_____. *Congresso Internacional de Folclore*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.35, mai. 1937b, pp.275-279.

_____. *Congresso Internacional de Folclore: a participação da Sociedade de Etnografia e Folclore*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.34, abr. 1937c, pp.201-203.

_____. “Conversa com Mário de Andrade”. In: LOPEZ, Telê Porto Ancona (Org.). *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983a, pp.43-46.

_____. *Cultura Musical (oração de paraninfo)*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.26, ago. 1936a, pp.75-86.

_____. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1962.

_____. “Folclore”. In: MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William (Orgs.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, v.1*. Brasília: Senado Federal, 1998, pp.421-444. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1023>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

_____. *Folclore na Universidade*. Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 04 de setembro de 1939, p.4.

_____. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. *Namoros com a Medicina*. São Paulo: Martins/Instituto Nacional do Livro, 1972a.

_____. *O Dia de São Paulo (Discurso de Mário de Andrade, irradiado na Hora do Brasil dia 25 de janeiro)*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.19, jan. 1936b, pp.271-274.

_____. *O Empalhador de Passarinho*. São Paulo: Livraria Martins/Instituto Nacional do Livro, 1972b, pp.39-44.

_____. *O Samba Rural Paulista*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.41, nov. 1937d, pp.37-116.

_____. *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976a.

_____. *Primeiros resultados. Algumas outras proibições*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.34, abr. 1937e, pp.206-208.

_____. *Táxi e crônicas do Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976b.

_____. *Um inquérito de costumes*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.34, abr. 1937f, pp.203-205.

_____. *Mário de Andrade – Oneyda Alvarenga: cartas*. São Paulo: Duas Cidades, 1983b.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. “Condições e organização do ensino de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. *In: Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 1934-1935* (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, pp.157-174.

_____. *Cultura, Aristocracia, Elites – cultura e especialização*. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo/SP, v.16, set. 1935, pp.91-97.

_____. *Que se entende por cultura - cultura e matéria*. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo/SP, v.15, ago. 1935, pp.203-208.

ARQUIVO ETNOGRÁFICO. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.30, dez.1936, pp.25-30.

AZEVEDO, Antonio Vicente de. *Pela Cultura (discurso na Câmara Municipal nas seções dos dias 23 e 25 de outubro de 1936)*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.28, out. 1936, pp.287-306.

AZEVEDO, Fernando. “A Universidade de S. Paulo”. *In: DUARTE, Paulo (Org.). Ensaio Paulistas: contribuição de O Estado de S. Paulo às comemorações do IV Centenário da cidade*. São Paulo: Anhambi, 1958, pp.115-226.

BOLETIM da Sociedade de Etnografia e Folclore, n.1–7. *In: SOARES, Lélia Gontijo e LUZ, Suzana (Orgs.). Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1936-1939*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1983.

BOLETIM da Sociedade de Etnografia e Folclore, n.7, jan. 1939. *In: Revista do Arquivo Municipal*, v.54, pp.207-210.

BOPP, Raul. *Movimentos Modernistas no Brasil (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

BRASIL, Decreto presidencial de 11 de novembro de 1930. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398impresao.htm Acesso em: 27 de novembro de 2013.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de junho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

BRAUDEL, Fernand. “O ensino da História: suas diretrizes”. *In: Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 1934-1935* (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, pp.121-129.

CANDIDO, Antonio. *Entrevista concedida a Mariza Peirano em 24 de novembro de 1978*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, 2011. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/antonio_candido.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

_____. “Homenagem a Florestan Fernandes”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.209-214.

CARDOSO, Irene. Entrevista com Roger Bastide (realizada em outubro de 1973). *Revista Discurso*, São Paulo/SP: n.16, 1987, pp.181-197. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37925/40652>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924-1944* (Organização de Marcos Antonio de Moraes). São Paulo: Global, 2010.

CATÁLOGO da exposição Mário de Andrade no Departamento de Cultura: imaginação e rigor. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

CONCURSO de um livro sobre o Brasil e outro sobre São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo/SP, v.20, fev. 1936, pp.210-211.

CONCURSOS do Departamento de Cultura. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo/SP, v.32, fev. 1937, pp.131-134.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. “A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.171-181.

_____. *Descrição da Festa de Bom Jesus de Pirapora*. *Revista do Arquivo Municipal*. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo/SP, v.41, nov. 1937, pp.5-36.

_____. *Mulher une Lévi-Strauss a Mário de Andrade*. *Folha Ilustrada*, *Jornal Folha de S. Paulo*, 9 de setembro de 1993, p.1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1993/10/09/21//4803190>. Acessado em: 27 de novembro de 2013.

CURSO de Biblioteconomia. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo/SP, v.34, abr. 1937, pp.208-211.

DAVIS, Horace. *Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo*. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo/SP, v.13, jun. 1935, pp.111-166.

[DREYFUS] LÉVI-STRAUSS, [Fernande] Dina. *Instruções práticas para pesquisas de Antropologia Física e Cultural*, v.1. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936.

_____. *Questionários Folclóricos*. Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 18 de maior de 1937, p.5.

DUARTE, Benedito Junqueira. *B. J. Duarte: caçador de imagens*. São Paulo: Cosac Naify/Secretaria Municipal de Cultura, 2007.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

ELLIS JR, Alfredo. *O Departamento de Cultura julgado por um deputado paulista*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.29, nov. 1936, pp.215.

ENSAIO de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de S. Paulo. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo/SP, v.25, jul. 1936, pp.198-237.

ESTATUTOS da Sociedade de Etnografia e Folclore. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.39, set. 1937, pp.101-102.

FARIA, Luiz de Castro. 2001. *Ridentes Trópicos*. Caderno Mais!, Jornal *Folha de S. Paulo*, São Paulo/SP, 16 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2001/12/16/72>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

FERRAZ, José Bento Faria. *Convivendo com Mário de Andrade*. Revista Eletrônica Tuda, n.8, 2009. Disponível em: http://tuda-ago09.blogspot.com.br/2009/07/tuda-papel-eletronico_9988.html. Acesso em: 05 de maio de 2014.

FERREIRA, Francisco de Paula. *Métodos de Pesquisa Social*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.69, ago. 1940, pp.6-90.

GAMA, Maurício Loureiro. *Mário de Andrade – Apontamentos*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo/SP, n.33, 1992, pp.190-196. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV033/Media/REV33-13.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

GUIMARÃES, Maria Stella; SILVA, Cecília de Castro. *Pesquisa sobre a mancha pigmentaria congênita na cidade de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.36, jun. 1937, pp.48-70.

HOMENAGEM ao prefeito. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.43, jan. 1938, pp.177-179.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Sociologia Cultural e seu ensino”. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 1934-1935* (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, pp.175-184.

_____. *Cartas a Mário de Andrade*. In: Caderno Mais!, Jornal Folha de S. Paulo, 22 de maio de 2005. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/05/22/72>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

_____. *Contribuição para o Estudo da Organização Social dos índios Bororo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.27, set. 1936, pp.6-80.

_____. *Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.18, nov.-dez. 1935, pp.247-256.

_____. Entrevista concedida à Revista Veja. São Paulo/SP, 21 de dezembro de 1983, pp.5-8.

_____. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo/SP, 06 de junho de 1982, pp.5-7.

_____. *Longe do Brasil* (entrevista concedida em 2005 a Véronique Morigne). São Paulo: Unesp, 2011.

_____. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Instituto Moreira Sales/Companhia das Letras, 2001.

_____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

LOWRIE, Samuel. *A assistência filantrópica na cidade de São Paulo, Parte I*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.27, set. 1936a, pp.195-238.

_____. *A assistência filantrópica na cidade de São Paulo, Parte II*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.28, out. 1936b, pp.176-212.

_____. *A assistência filantrópica na cidade de São Paulo, Parte III*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.29, nov. 1936c, pp.24-49.

_____. *Ascendência das crianças registradas no Parque Dom Pedro II*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.39, set. 1937a, pp.261-274.

_____. *Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.51, nov. 1937b, pp.267-278.

_____. *Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.15, ago. 1935a, pp.99-117.

_____. *Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação de classes sociais de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.43, jan. 1938a, pp.195-218.

_____. *O elemento negro na população de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.48, jun. 1938b, pp.7-57.

_____. “Palavras do Professor Samuel Lowrie”. In: *Algumas opiniões sobre o Departamento de Cultura*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.41, nov. 1937c, pp.256-258.

_____. *Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.51, out. 1938c, pp.185-312.

_____. *Previsão da população*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.15, ago. 1935b, pp.81-98.

_____. *Que é cultura?* Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.18, nov.-dez. 1935c, pp.257-263.

MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. São Paulo/SP, 1933. Disponível em: http://www.fespsp.org.br/uploads/documentos/arq_1303201_3052813.pdf. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

MATTOS, Dalmo Berfort de. *As Macumbas em São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.49, jul.-ago. 1938, pp.131-161.

MESQUITA FILHO, Júlio de. *A Comunhão Paulista II – Erro de visão*. Jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 de novembro de 1922a, p.3.

_____. *A Comunhão Paulista III – Política de São Paulo*. Jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de novembro de 1922b, p.3.

_____. *A Crise Nacional*. Jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 de novembro de 1925, p.2.

MILLIET, Sérgio. “O meu depoimento”. In: CAVALHEIRO, Edgard (Org.). *Testamento de uma geração: 26 figuras da intelectualidade brasileira prestam o seu depoimento no inquérito promovido por Edgard Cavalheiro*. Porto Alegre: Globo, 1944, pp.239-243.

MILLIET, Sérgio. *A representação dos fenômenos demográficos*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.43, jan. 1938, pp.213-218.

MIRANDA, Nicanor. *O Congresso Internacional do Folclore*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.42, dez. 1937, pp.79-93.

_____. *O Estádio Municipal*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.35, mai. 1937, pp.67-82.

MONBEIG, Pierre. “Orientação didática”. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 1934-1935* (edição fac-símile). São Paulo: FFLCH/USP, 2009, pp.113-121.

MORAES, Rubens Borba de. “Da Semana de Arte Moderna à fundação da Escola Livre: no calor de 1932”. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora; SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação – 1933-1953*. São Paulo: Escuta/Sociologia e Política, 2009, pp.199-208.

_____. *O engenheiro, o bibliotecário e o sentido de um projeto cultural*. Revista da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo/SP, v.50, jan.-dez. 1992, pp.54-59.

_____. *A lei das bibliotecas*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.32, 1937, pp.125-130.

_____. *Escola de Bibliotecários*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v. 27, nov.-dez. 1936, pp.318-319.

_____. *Handbook of Latin-American Studies, edited by Lewis Hanke*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.44, 1938, pp.347-348.

MULLER, Antônio Rubbo. *Estudos de Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – Brasil*. Boletín Bibliográfico de Antropología Americana, Havana, v.12, n.1, 1949. Disponível em: www.jstor.org/stable/40972644. Acessado em: 27 de novembro de 2013.

_____. *Teoria da Organização Humana: sua propedêutica e didática especial*. São Paulo: Fundação Escola Livre de Sociologia e Política, 1958.

NEWS AND NOTES. *American Journal of Sociology*, Chicago/Illinois, v.47, n.2, 1941, pp.194-204. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2769678>. Acessado em: 27 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Notável oração do governador Dr. Armando de Salles Oliveira, no Teatro Municipal*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.19, jan. 1936, pp.5-13.

PINHEIRO FILHO, Antônio; MICELI, Sérgio. *Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha*. Revista Tempo Social, São Paulo/SP: v.20, n.2, nov. 2008, pp.259-301. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n2/13.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

PONTES, Heloísa. *Entrevista com Antonio Candido* (realizada em 19 de agosto de 1987 no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo/SP, v.16, n.47, out. 2001, pp.05-30.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7717.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

PRADO, Fábio. *A administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao [jornal] "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936a.

PRADO, Fábio. *Avenida 9 de Julho*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.14, jun. 1935a, pp.3-5.

_____. *Centro Acadêmico "XI de Agosto"*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.41, nov. 1937, pp.253-255.

_____. *Mensagem do Prefeito Fábio Prado à Câmara Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1936b.

_____. *O Dia de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.9, fev. 1935b, pp.3-6.

_____. *Palavras do Dr. Fábio Prado no microfone da Rádio S. Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.19, jan. 1936c, pp.17-20.

_____. *A Oração do Paraninfo (discurso do Dr. Julio de Mesquita Filho)*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.32, fev. 1937, pp.109-118.

READERS, Georges. *O Departamento de Cultura Intelectual de S. Paulo*. In: NOTICIÁRIO, Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.38, ago. 1937, pp.340-342.

REGIMENTO Interno da Sociedade de Etnografia e Folclore. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.39, set. 1937, pp.103-110.

REVISTA DO ARQUIVO no estrangeiro. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.34, abr. 1937, pp.214.

RUDOLFER, Bruno. *Alguns pormenores sobre os trabalhos do Departamento de Cultura, que acabam de alcançar grande repercussão no Congresso de População recentemente realizado em Paris (entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo em 17 de agosto de 1937)*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.39, set. 1937, pp.281-287.

RUDOLFER, Bruno; WILLEMS, Emílio; ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Primeira Semana de Estudos Sociológicos*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.39, 1937, pp.275-280.

SAIA, Luís. *Um detalhe de arquitetura popular*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.40, out. 1937, pp.16-22.

SANTOS, Marciano dos. *A Dança de São Gonçalo*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.33, mar. 1937, pp.85-116.

SÃO PAULO (município). Ato Municipal 1146, de 4 de julho de 1936. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaware.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP1146-1936.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

SÃO PAULO (município). Ato Municipal 861, de 30 de maio 1935a. <http://camaramunicipalsp.qaplaware.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0861-1935.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

SÃO PAULO (município). Ato Municipal 862, de 30 de maio 1935b. <http://camaramunicipalsp.qaplaware.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0862-1935.pdf>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

SCHADEN, Egon. *Os primeiros tempos da Antropologia em São Paulo*. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro/RJ–Fortaleza/CE, n.82, 1984, pp.251-258.

SILVA, Cecília de Castro. *A proteção à maternidade*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.40, out. 1937, pp.213-214.

SOUZA, Rafael de Paula. *Contribuição à etnologia paulista*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.31, jan. 1937, pp.95-105.

TERRA ROXA E OUTRAS TERRAS. 1977. São Paulo: Martins/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

VILELA, Lavínia Costa. *O significado étnico das pálpebras*. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo/SP, v.32, fev. 1937, pp.135-140.

WILLEMS, Emílio. “Dezoito anos no Brasil. Resumo de atividades didáticas e científicas”. In: CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Unicamp, 1987, pp.117-127.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Centro Cultural São Paulo

Fundo Sociedade de Etnografia e Folclore e Arquivo Multimeios

Instituto de Estudos Brasileiros

Fundo Mário de Andrade – série Matérias publicadas em periódicos

Arquivo Municipal Washington Luís

Fundo Prefeitura Municipal de São Paulo – série Departamento de Cultura

Biblioteca Mário de Andrade

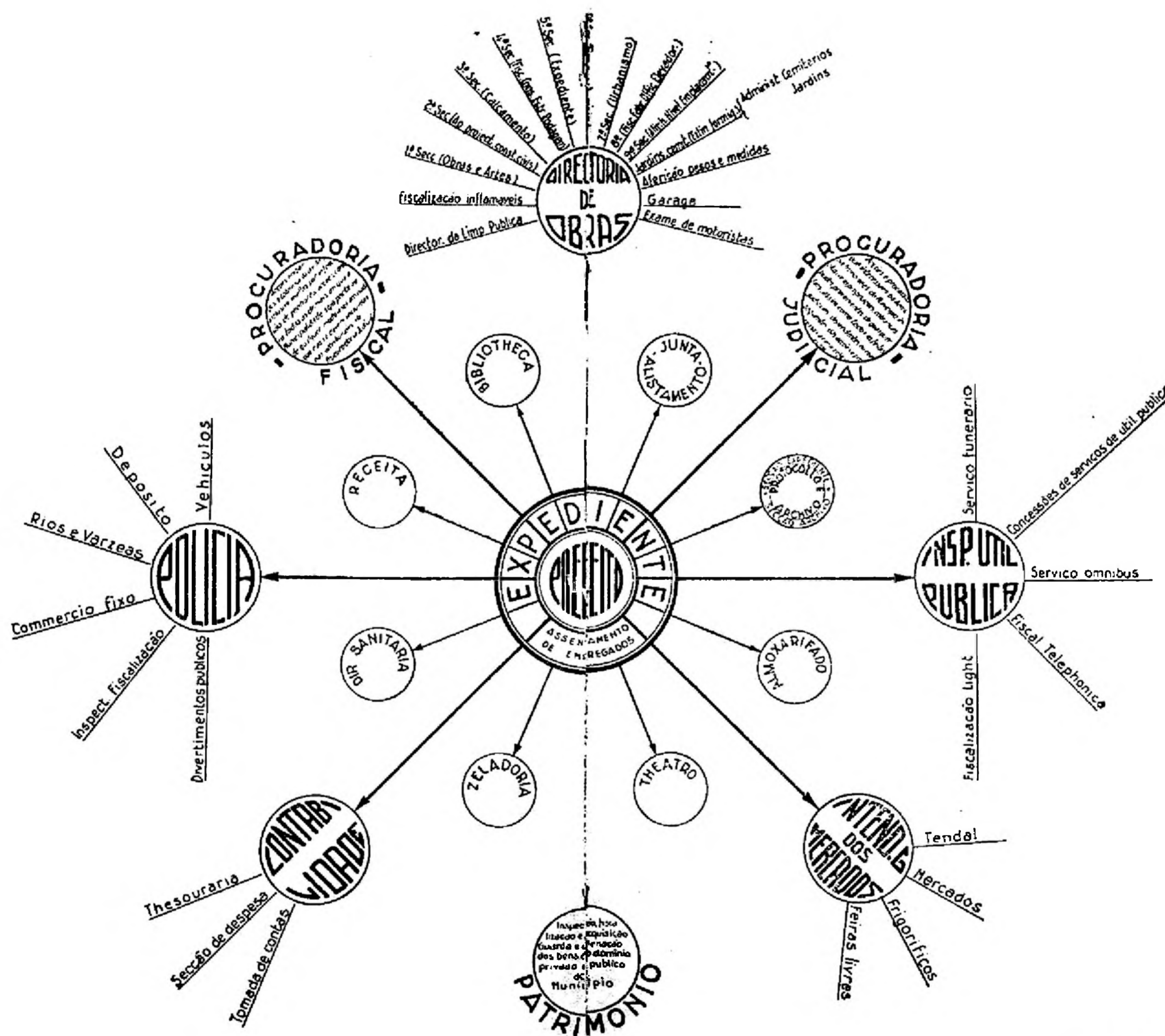
Seção de Obras Raras e Especiais

Biblioteca Nacional

Hemeroteca Digital Brasileira

ANEXOS

Anexo 1

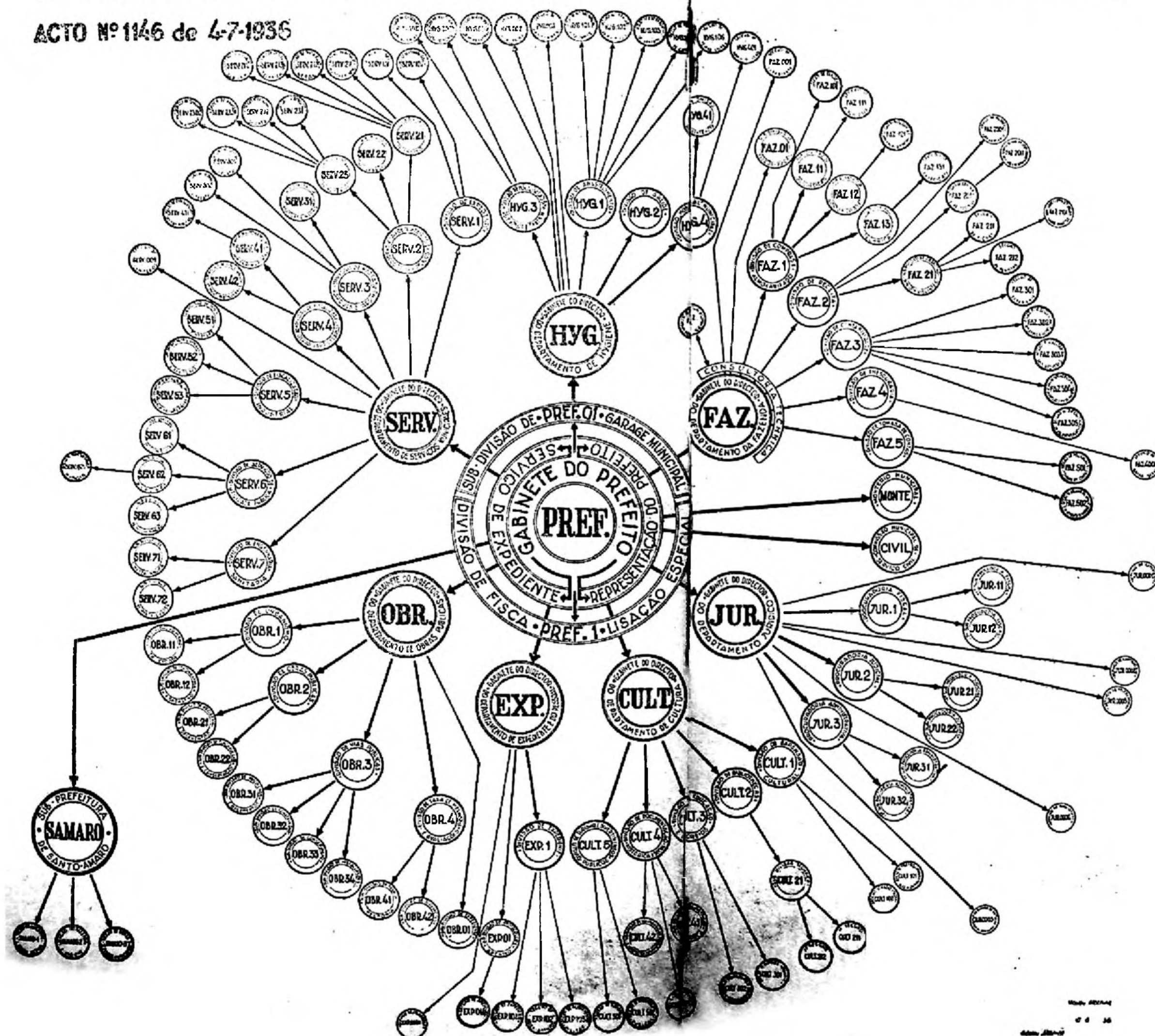


ERODUS
Novas Alinhuras

Organograma da administração municipal da cidade de São Paulo no período anterior a 1935 – anexado à Mensagem do Prefeito Fábio Prado à Câmara Municipal (Departamento de Cultura, 1936).

NOVA ORGANISAÇÃO DADA À PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE S. PAULO PELO PREFEITO FÁBIO DA S. PRADO

ACTO Nº 1146 de 4-7-1936



Organograma da administração municipal da cidade de São Paulo após a reforma de Fábio Prado – anexado à Mensagem do Prefeito Fábio Prado à Câmara Municipal (Departamento de Cultura, 1936).

Anexo 2

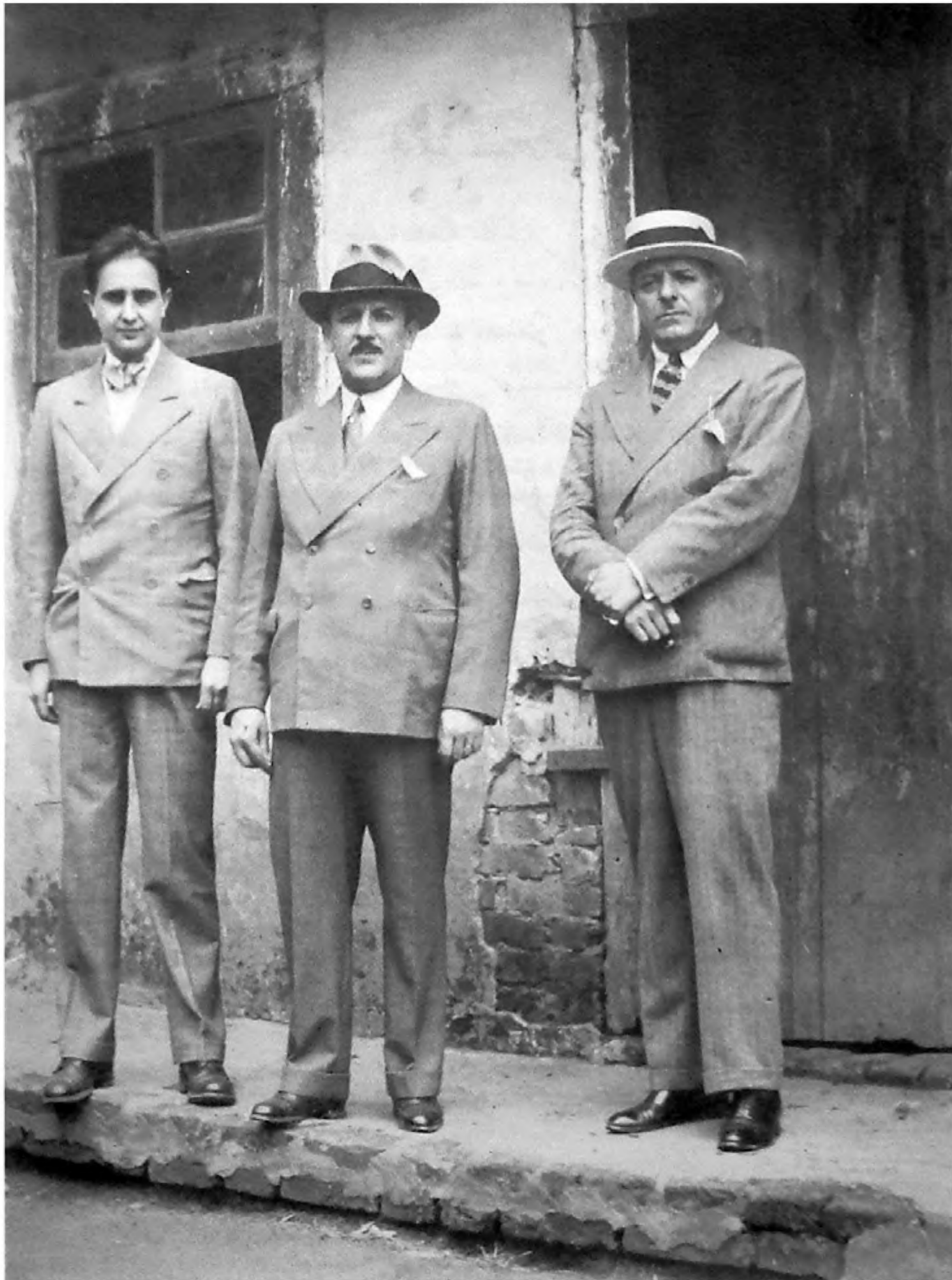


Foto do arquivo pessoal de Paulo Duarte, que traz no verso a seguinte anotação: “Na Prefeitura (1933-1937) Prefeito Fábio Prado, Sílvio Penteado e P.D.” O prefeito encontra-se ao centro e Paulo Duarte, à esquerda (sem chapéu) – publicada no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, v.40.

Anexo 3



Publicado em abril de 1938 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.46, p.254.



Publicado em junho de 1938 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.48, p.176.

Anexo 4

**Coleção do
Departamento
de Cultura**

| | | |
|--|------------|---------|
| 1 — ENTREVISTA DO PREFEITO FABIO PRADO | (Exgotado) | |
| 2 — INDICE DAS CONSTITUIÇÕES (Sergio Millet e J. F. Moreno) 2.ª tiragem | | 50\$000 |
| 3 — METODOLOGIA ESTATISTICA (Pedro E. de Carvalho e Walter Pereira Leser) Vol. I | (Exgotado) | |
| 4 — CONSOLIDAÇÃO (Ato 1.146) | | 6\$000 |
| 5 — FICHARIOS DE DOCUMENTAÇÃO JURIDICA (J. F. Moreno) | | 10\$000 |
| 6 — SUITE BRASILEIRA (Luc Durtain, Trad. Guilherme de Almeida) | | 6\$000 |
| 7 — ANTROPOLOGIA FISICA e CULTURAL (Dina Levy Strauss) | | 10\$000 |
| 8 — MENSAGEM DO PREFEITO FABIO PRADO | | |
| 9 — TERRA BENDITA (Assis Machado) | | 4\$000 |
| 10 — O SACRIFICIO (Fabio Torres) | | 4\$000 |
| 11 — EM FAMILIA (Alfredo Mesquita) | | 4\$000 |
| 12 — DIOGENES DE SALIAS (Alberto Leal) | (Exgotado) | |
| 13 — TERMOS TUPIS NA LINGUA PORTUGUESA (Plínio Ayrosa) | | 10\$000 |
| 14 — VOCABULARIO DE PERO DE CASTILHO (Plínio Ayrosa) | | 10\$000 |
| 15 — O BARÃO HOMEM DE MELLO (Anibal de Mattos) | | 10\$000 |
| 16 — SÃO PAULO HISTORICO, Vol. I (Nato Sant'Anna) | (Exgotado) | |
| 17 — SÃO PAULO HISTORICO Vol. II | | 10\$000 |
| 18 — SÃO PAULO DE ONTEM E DE HOJE (Jorge Martins Rodrigues) | | 10\$000 |
| 19 — CONTRA O VANDALISMO E O EXTERMINIO (Paulo Duarte) | (Exgotado) | |
| 20 — VOCABULARIO NA LINGUA BRASILEIRA (Plínio Ayrosa) | | 10\$000 |
| 21 — METODOLOGIA E ESTATISTICA (Pedro E. de Carvalho e Walter Pereira Leser) Vol. II | | 25\$000 |
| • | | |
| ATAS DA CAMARA DA CIDADE DE SÃO PAULO, Vols. I a XXXVII | | 5\$000 |
| REGISTRO GERAL DA CAMARA DE SÃO PAULO, Vols. I a XXVII | | 5\$000 |
| DATAS DE TERRAS, Vols. I a XV | | 4\$000 |

==== Pedidos á

**Divisão
de Documentação
Historica e Social**

Rua Cantareira, 216
Tel. 2-3576
São Paulo

Livros editados pelo Departamento de Cultura – anúncio publicado em julho de 1938 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.49, p.253.

Anexo 5

13 DE JUNHO DE 1934

UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Chegou hontem a esta capital o professor Robert Garric — Os professores francezes que já se achavam em São Paulo visitaram hontem o secretario da Educação — Conferencias dos professores Francesco Piccolo e Luigi Fantappié



Aspecto da visita dos Ilustres professores francezes a esta redacção

Pelo trem "Crusero do Sul", chegou hontem a esta capital, procedente do Rio de Janeiro, o sr. professor Robert Garric, das Faculdades de Letras de Lille e Paris, contratado pelo governo do Estado para a cadeira de litteratura franceza, da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo.

O illustro viajante foi recebido, na Estação do Norte, pelos professores da Universidade de São Paulo, que se achavam acompanhados dos srs. professor René Bady e revmo. padre Guayden.

Após a sua chegada, o sr. professor Robert Garric e os illustres professores francezes que já se achavam nesta capital recebiam, em uma reunião intima que se realizou no "Hotel Terminus", onde estão hospedados, os cumprimentos dos presidentes das associações francezas desta capital e de pessoas de destaque da colonia franceza. A essa reunião compareceram, entre outros, os srs. De Fozigny, presidente da "Alliance Française"; H. Albeaux, da "Camara de Commercio Francaza"; P. Ineco, da "Associação dos Antigos Combatentes"; e P. Bady, da "Societé de Bienfaisance '14 Juillet'".

*
Acompanhados do sr. consul da França nesta capital, sr. Jacques Fingaud, estiveram hontem em visita de cumprimentos ao sr. dr. Christiano Altenfelder Silva, secretario da Educação e Saude Publica, os professores francezes srs. Paul Arboussac-Bastide, Michel Berrolier, Emile Coornaert, Pierre Daffontaines e Etienne Borne, contratados para a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de São Paulo.

Acompanhou os illustres visitantes o sr. dr. Theodoro Ramos, director daquela Faculdade.

*
Conforme noticiámos, estiveram ante-hontem á noite em visita a esta redacção, acompanhados do sr. consul da França em S. Paulo, os eminentes professores francezes que chegaram domingo a esta capital.

A photographia que publicamos com esta noticia foi tirada por occasião dessa visita.

CONFERENCIA DO PROFESSOR PICCOLO

Realizar-se-á no proximo dia 15,

às 21 horas, no amphitheatro do Jardim da Infancia (Instituto de Educação — Praça da Republica), uma conferencia pelo professor Francesco Piccolo, da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, da Universidade de São Paulo, sobre o thema — "A Divina Comedia".

O professor Francesco Piccolo realizará brevemente uma outra conferencia sobre o thema — "A litteratura italiana no desenvolvimento do pensamento europeu".

CONFERENCIA DO PROFESSOR FANTAPPIÉ

O eminente professor italiano Luigi Fantappié, contratado pelo governo do Estado para a Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, da Universidade de São Paulo, e que realizou ha dias uma joiavel conferencia nesta capital, fará no proximo sabbado uma nova conferencia, sobre o thema — "Aspectos gormos do desenvolvimento historico das mathematicas".

Essa palestra, que está despertando grande interesse nesta capital, realizar-se-á ás 21 horas, no Instituto de Engenharia.

Visita dos professores francezes à redacção de *O Estado de S. Paulo* — noticia publicada pelo jornal na edição de 13 de junho de 1934, p.6. Disponível no site do Acervo Estadão.

Anexo 6



Sobrados da rua Santana do Paraíso, cortada ao fundo pela rua Vergueiro – foto de Claude Lévi-Strauss publicada em *Saudades de São Paulo* (Cia. das Letras, 2001).



Residências de classe média próximas ao atual cruzamento entre as ruas Paes de Andrade e Dom Raimundo Brito – foto de Claude Lévi-Strauss publicada em *Saudades de São Paulo* (Cia. das Letras, 2001).

*Casas e terrenos
nos melhores
bairros de S. Paulo*

JARDIM AMERICA ALTO DOS PINHEIROS
PACAEMBÚ BUTANTAN
PERDIZES ALTO DA LAPA
ANHANGABAHÚ BELLA ALLIANÇA
VILLA NOVA TUPY VILLA ROMANA

Bairros-modelos
Arruamento perfeito
Serviços publicos

CIA. CITY

50. LIBERO BADARÓ - S. PAULO

Propaganda que ilustra o acelerado processo de urbanização observado por Lévi-Strauss – publicada em fevereiro de 1936 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.20, p.236.

Anexo 8



Aparência da cidade de Londrina um ano antes da visita de Lévi-Strauss – foto de José Juliano (disponível em <http://historiadelondrina.blogspot.com.br/2013/08/londrina-foto-antiga-da-farmacia-do-dr.html>). Egon Schaden, que foi seu aluno na FFCL, conta que “Eram os mais diversos os assuntos discutidos por Lévi-Strauss em seus cursos. [...] Depois de uma excursão ao Norte do Paraná, onde conheceu Londrina, tomou esta cidade como exemplo para analisar, durante um semestre, problemas sociológicos e antropológicos de planejamento urbano e urbanismo em geral” (SCHADEN: 1984, p.254).

Anexo 9



Fernande Dina Dreyfus ensina a Jean Maugué (ao fundo) e Fernand Braudel (à sua esquerda) como usar uma sonda arqueológica. Não há informações sobre data e local, sabe-se apenas que se trata de um “cafezal onde subsistiam, supunha-se, traços de ocupação indígena” – foto de Claude Lévi-Strauss publicada em *Saudades de São Paulo* (Cia. das Letras, 2001).



Fernande Dina Dreyfus atravessa uma ponte rudimentar construída sobre o que parece ser um riacho. Ao fundo, encontram-se (da esquerda para a direita) Jean Maugué, Fernand Braudel e Pierre Monbeig. Não há informações sobre data e local – foto de Claude Lévi-Strauss publicada em *Saudades de São Paulo* (Cia. das Letras, 2001).

Anexo 10



N.º 113

13480/35
95

Prefeitura do Município de São Paulo

DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMÔNIO

São Paulo, 7 de novembro de 1935

Sr. Prefeito.

| |
|-----------|
| N.º 28480 |
| 23 |
| 2 |

O professor Levi-Strauss, da Universidade de São Paulo, e sua esposa, que é também notável etnógrafo, ex-assistente do professor Rivet no Museu Etnográfico do Trocadero, vão realizar uma excursão ao Estado de Mato Grosso, a fim de estudar costumes dos nossos índios, bem como localizar, si possível, algumas tribus desaparecidas ha vinte annos.

O professor Levi-Strauss está disposto a realizar essa excursão, como delegado do Departamento de Cultura, sem receber nenhuma remuneração por isso.

Seria entretanto interessante obter dados mais positivos para o nosso arquivo etnográfico e o professor Levi-Strauss prontificou-se a tirar uma película cinematográfica, caso o Departamento de Cultura, que ficaria proprietario dessa película, corresse com as despesas desse trabalho.

Trata-se realmente duma obra de alto interesse, para a qual esta Diretoria vem solicitar o apoio do sr. Prefeito. O professor Levi-Strauss prontifica-se a dar o resultado dos seus estudos para ser publicado em primeira mão pela Revista do Arquivo. Prontifica-se mais a ceder uma cópia da coleção de fotografias que tirar durante a sua viagem. E finalmente a tirar o filme etnográfico da viagem, que ficará de posse do Departamento de Cultura.

Para esta ultima realização faz-se necessario uma subvenção de 4:000\$000 (quatro contos de reis). Esta Diretoria solicita do sr. Prefeito se digno permitir ao Departamento de Cultura dar ao professor Levi-Strauss e senhora as credenciais necessarias, bem como conceder a quantia de quatro contos de reis para a

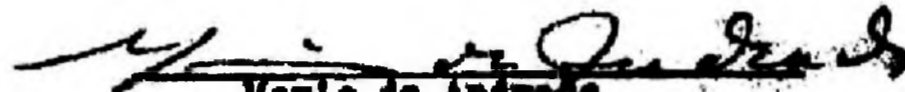
Processo de 7 de novembro de 1935 em que Mário de Andrade sugere ao prefeito o custeio parcial da expedição etnográfica de Lévi-Strauss e Dreyfus – extraído do catálogo da exposição *Mário de Andrade no Departamento de Cultura: imaginação e rigor* (Centro Cultural São Paulo, 2003).

Of. 118 - fls. 2

realização do filme acima designado.

29480/15
ASU

Saudações cordiais,


Mario de Andrade
Diretor do Departamento de Cul-
tura e de Recreação.

Anexo 11



Mário de Andrade durante uma pesquisa de campo – foto de Claude Lévi-Strauss publicada em *Saudades de São Paulo* (Cia. das Letras, 2001). Em sua entrevista a Carlos Sandroni, Lévi-Strauss explica que “quando havia uma festa popular nas imediações de São Paulo – não me lembro o nome das cidades, Itu, Pirapora, Mogi das Cruzes – nós partíamos em expedição. Foi numa destas expedições que tirei esta foto” (LÉVI-STRAUSS *apud* SANDRONI: 1993, p.239).



Mário de Andrade conversando com participantes de uma encenação folclórica realizada no Parque Infantil D. Pedro II no Brás – foto de Benedito Duarte publicada em abril de 1939 na *Revista do Arquivo Municipal*, vol.56, p.81.

Coordenando as observações a se fazerem sobre os brinquedos, estabeleça-se uma ficha:

BONECA:

- 1) Nome (Ex: na língua Kaduveo boneca se diz d'webebba)
- 2) Descrição completa: material, forma, ornamentação, vestuário)
- 3) Fotografia.

JOGO DO BARBANTE - Consiste este jogo em enrolar nas mãos um barbante e, por meio de voltas e movimentos de agilidade, formar com ele as mais variadas figuras. A sua nomenclatura é muito variada: berço, peixe, urso, (esquimo) ninho de Ti (melanesianos do Sul), Paku, Kaduveo, flutuador de harpão (esquimó), etc.

O jogo começa por uma determinada posição 1 e pela abertura A. As figuras se sucedem, às vezes feitas individualmente, às vezes com um parceiro.

O estudo deste jogo interessa particularmente, pela grande extensão geográfica que apresenta. Si não se pôde afirmar que todos os povos o praticam, pelo menos é conhecido em todas as regiões do mundo. As figuras, simples entre nós, são entre os indígenas extremamente complicadas.

Importante pela sua grande disseminação, o jogo do barbante se presta ao estudo do processo difusionista dos traços culturais. Efetivamente, sendo o numero de combinações ilimitado e sabido que os nomes escolhidos pelos indígenas nada tem de comum com o jogo em si mesmo, sempre que encontrarmos jogos do barbante identicos com nomes identicos, pode-se ficar mais ou menos certo de que não se trata duma coincidência casual, mas dum contato de culturas.

A observação do jogo do barbante entre os indígenas é difícil. O indígena tem sempre má vontade em expor o sobretudo em dar o que lhe pertence. É preciso, portanto, aproveitar imediatamente qualquer oportunidade que se ofereça, recolhendo-se o material que for possível, com descrição, fotografia e filme.

Para uma observação eficaz, torna-se necessario estabelecer uma terminologia convencional, que evite confusões. Assim, estabelece-se:

- 1) Sempre que o barbante passa sobre um dedo, forma um cache.
- 2) Tudo que fica no lado do polegar se diz radial; no lado do dedo minimo, cubital.
- 3) O fio estendido sobre a palma da mão se chama palmar; sobre o dorso da mão, dorsal.
- 4) Quando sobre um dedo se enrolam dois caches, o que ficar mais proximo da extremidade é terminal; o mais proximo da palma, inicial. Da mesma maneira se diz fio inicial ou terminal.
- 5) No movimento dos dedos ao passarem duma figura a outra, emprega-se a seguinte expressão: passar tal dedo em tal cache e voltar. Quando a direção é horizontal, substituem-se as palavras acima e abaixo respectivamente por terminal e inicial.
- 6) Indica-se si o dedo toma um cache pela parte palmar, ou dorsal.
- 7) Adotar em geral as expressões: parte palmar, parte dorsal.

Anexo 14

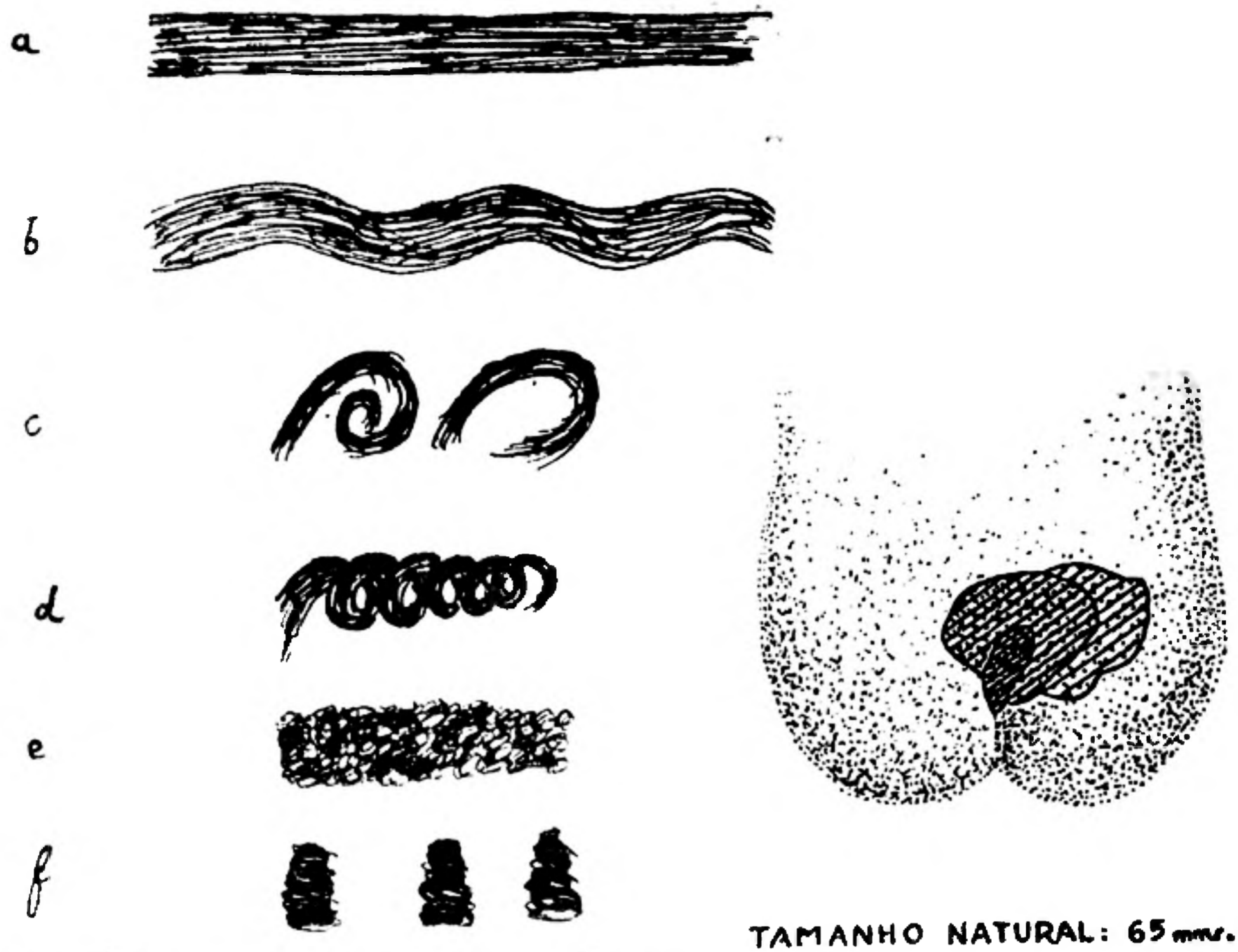


Fig. 3 — Natureza dos cabelos (d'après Martin)
a) tesos ou lisos — b) ondulados ou ondeados —
c) encaracolados — d) crespos — e) lanosos ou
encarapichados — f) em "grão de pimenta do
reino".

TAMANHO NATURAL: 65 mm.

Fig. 6
Mancha mongólica.

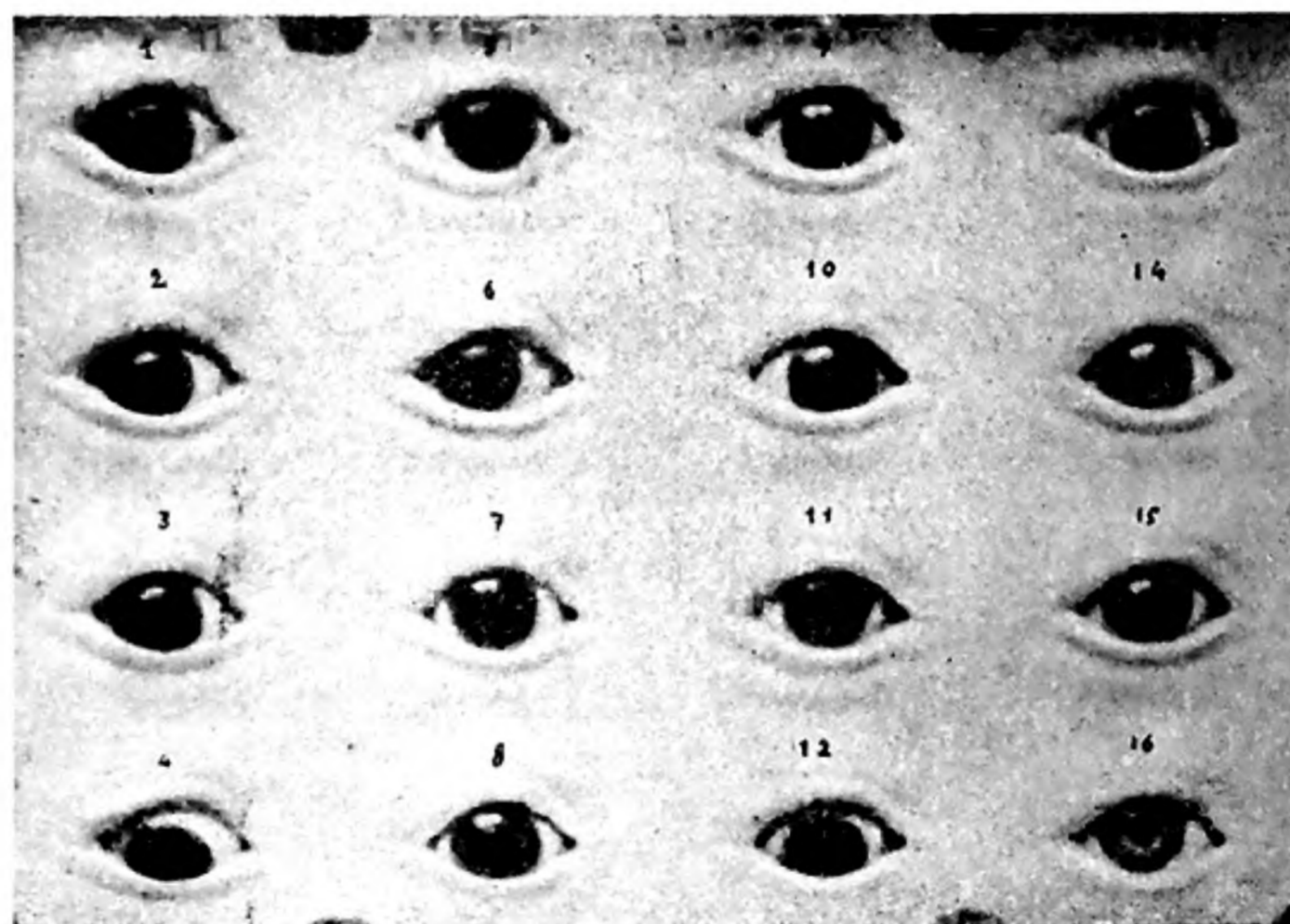


Fig. 5 — Caixa de Martin.

Ilustrações do manual "Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural", de Fernande Dina Dreyfus. Na parte superior da imagem, ao lado dos tipos de cabelo, encontra-se uma representação da mancha pigmentária congênita na região do corpo onde costumava ocorrer com mais frequência entre os recém-nascidos (Departamento de Cultura, 1936).



Fig. 26 — Diâmetro nasio-mentoniano



Fig. 27 — Altura do nariz

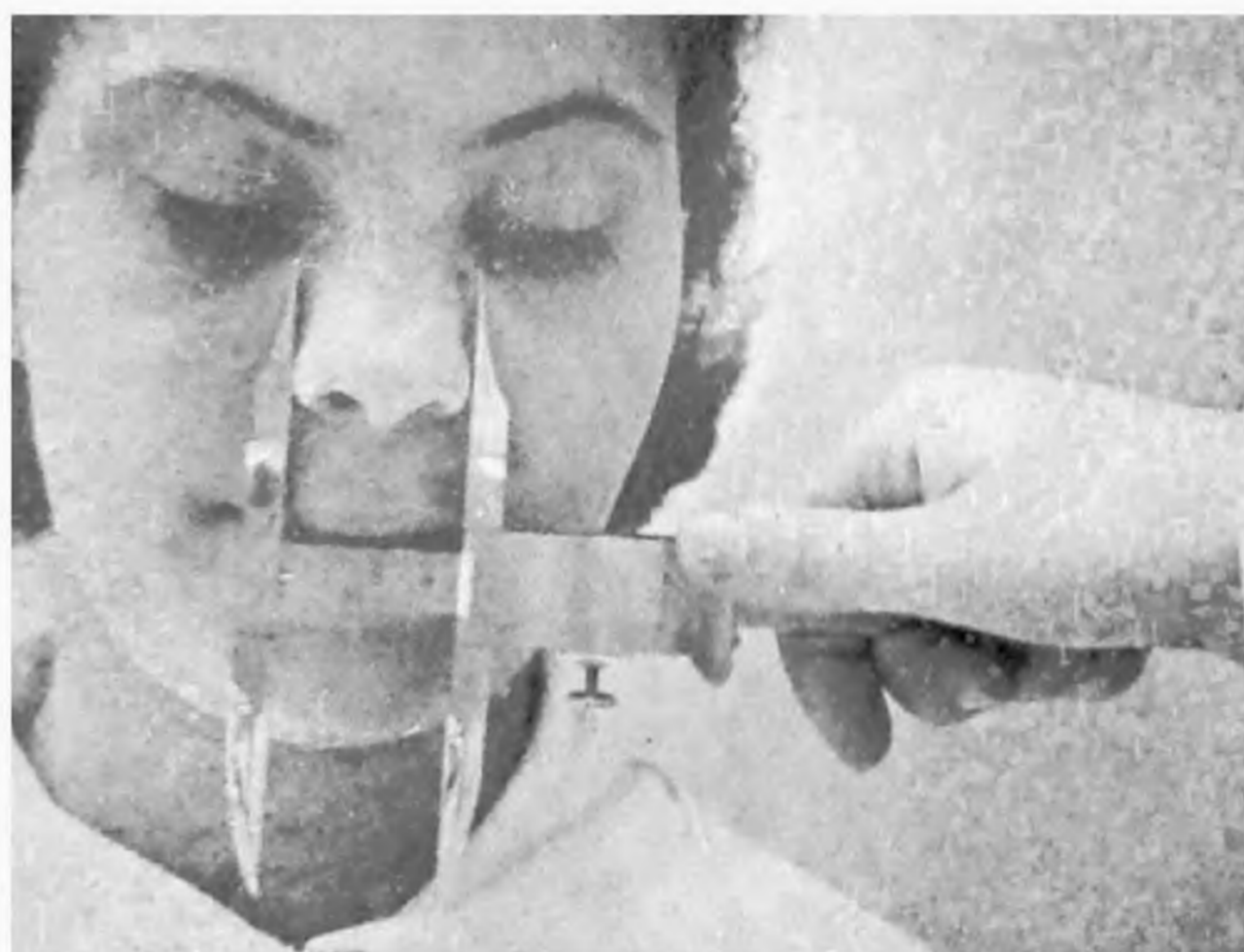


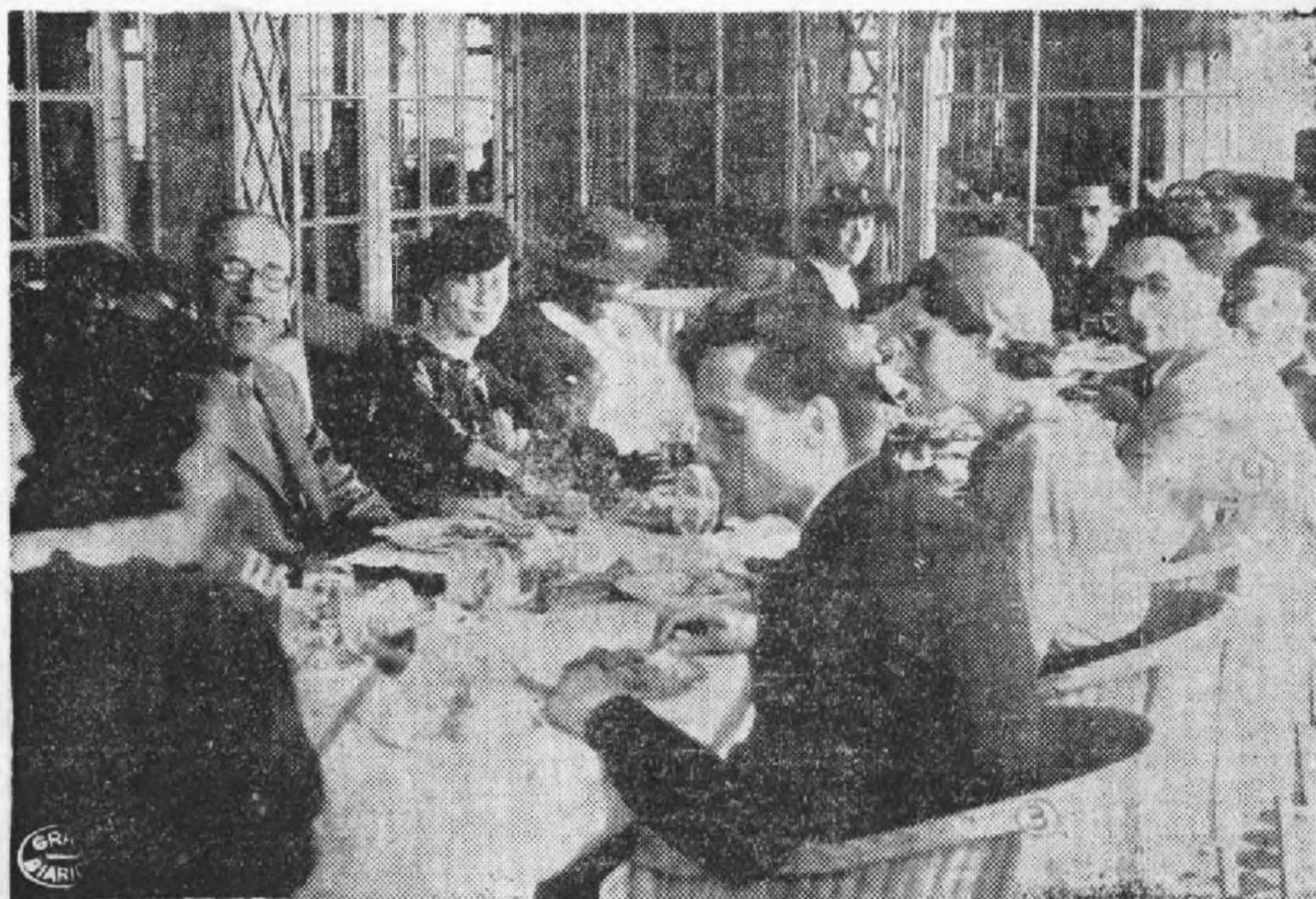
Fig. 28 — Largura do nariz

Ilustrações do manual “Instruções Práticas para Pesquisas de Antropologia Física e Cultural”, de Fernande Dina Dreyfus (Departamento de Cultura, 1936). Nessa sequência de fotos, pode-se reconhecer a própria autora realizando medições antropométricas de precisão em uma mulher não identificada – possivelmente, uma de suas alunas.

OS ALUMNOS DO CURSO DE ETHNOGRAPHIA

homenagearam hoje a sra. Gina Levy Strauss, por motivo de sua partida para a Europa

Fundado, por iniciativa do sr. Mario de Andrade, o Clube de Ethnographia, que será o primeiro no genero existente no Brasil



Aspecto apanhado durante a homenagem prestada á senhora LEVY-STRAUSS

Os alunos do Curso de Ethnographia, inaugurado este anno pelo Departamento de Cultura, homenagearam hoje, ao meio dia, com um almoço realizado no salão de inverno do Mappin a sra. Gina Levy-Strauss, que dirigiu o citado curso, por motivo de seu embarque, amanhã, para a Europa, onde vae passar as ferias. Associaram-se a essa significativa homenagem o sr. Mario de Andrade, director do Departamento de Cultura, e sra. Maria Aparecida Duarte, inspectora-chefe da Divisão de Educação e Recreio da Prefeitura.

O lugar de honra coube á homenageada, entre o sr. Mario de Andrade e senhorita Cecilia Vampré; á sua frente, o prof. Levy-Strauss, ladeado pelas sras. Ondina Garrido e Lavinia Villela. Occuparam os outros lugares d. Maria Aparecida Duarte e alumnos do Curso de Ethnographia, Maria Stella Guimarães, Mario Wagner Vieira da Cunha, Carlos Mascaro, o reporter do "Diario da Noite", Cecilia de Castro e Silva, Raphael Grisi, Annita Castilho, Marcondes Cabral e Serafica Marcondes Pereira.

O agape transcorreu num ambiente de camaradagem, sendo a maioria dos presentes estudantes na Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Universidade de S. Paulo. Enquanto num canto da mesa se conversava sobre assumptos ethnographicos, na outra extremidade a atmospheria era de receio. Pelo menos a senhorita Cecilia de Castro e Silva não podia conter a sua emoção, ante a possibilidade de lhe cabir no exame uma dissertação sociologica sobre o amer...

A' sobremesa faz-se silencio. O

professor Mario de Andrade ia falar. Iniciou elle o seu discurso dizendo que não era orador.

— "Eu, pelo menos, não falo. E, como não posso exprimir por palavras os meus agradecimentos á sra. Levy-Strauss, proponho que, em homenagem á mesma, creemos o Clube de Ethnographia. Seria o primeiro em S. Paulo e no Brasil, porque não existe outro no paiz. Obtive já a autorização do prefeito Fabio Prado. A municipalidade patrocinará a novel agremiação, fornecendo os escriptorios, material necessario, revista, etc.

O essencial, agora, é recolher socios. Precisamos pensar nas pessoas que queiram bem a ethnographia e por essa sciencia se disponham a trabalhar.

Os presentes serão considerados socios-fundadores do Clube de Ethnographia. E peço licença para incluir na lista o nome do deputado á Assembléa Legislativa do Estado sr. Paulo Duarte, fervoroso apaixonado da Ethnographia, e a senhorita Onaida Alvarenga.

Assim, declaro fundado o Clube de Ethnographia como a maior homenagem que poderíamos prestar á sra. Levy-Strauss."

Todos concordam e batem palmas á idéa feliz do sr. Mario de Andrade.

A sra. Gina Levy-Strauss agradece, commovida, a homenagem de seus amigos.

Em seguida, o professor Levy-Strauss suggere que, como passo inicial, se descubram as collecções ethnographicas particulares aqui existentes.

Findo o almoço a sra. Gina Levy-Strauss foi cumprimentada pela filhinha da sra. Lavinia Villela, encantadora menina de dez annos.

Anexo 16

SECÇÃO DE FOLCLORE DESCRITIVO

| Sub-seccões | Ses. plenarias | Sessões particulares |
|-------------------------------|---|--|
| Civilização material | A casa rural | Animais de lavoura e de carga. Processos antigos de bater e debulhar. Moinhos de grão e de azeite. Bases dos regimens alimentares tradicionais. |
| Estudo das estruturas sociais | Vuvez e novas nupcias | A vizinhança. As confrarias. Grupos de mocidade. O folclore juridico dos diversos grupos sociais. |
| Tradições e literaturas orais | Temas lendarios e historia das religiões | A circulação dos contos As novas tradições orais e o folclore dos grandes acontecimentos historicos A criança como portadora de tradições. |
| Metodologia folclorica | Pesquisa sobre a possibilidade de cooperação entre os países para a técnica dos trabalhos bibliograficos e cartograficos e de registros sonoros | Técnica dos trabalhos bibliograficos. Técnica dos trabalhos cartograficos. Técnica dos registros sonoros . Museu Folclorico. |

SECÇÃO DE FOLCLORE APLICADO A' VIDA SOCIAL

| Sub-seccões | Ses. plenarias | Sessões particulares |
|--|---|--|
| Arte Popular, Artes e Ofícios (Artisanat) Traje | O ensino pratico, masculino e feminino, e os trabalhos de arte popular | Deve-se adatar ás condições da vida moderna as artes e os ofícios tradicionais? Deve-se voltar á arte popular tradicional ou introduzir modelos emprestados á arte moderna? Deve-se desejar para as produções de arte moderna o ambiente local ou uma difusão mais espalhada? Os trabalhos de arte popular nos lazeres operários. Estes trabalhos devem proporcionar lucros? E' desejavel a conservação dos trajes tradicionais? |
| Mocidade e folclore | Albergues da mocidade e folclore | As pesquisas concretas efetuadas pelas crianças podem ser utilizadas para fins científicos? Lazeres da mocidade e folclore. Museus de folclore para a mocidade. Acampamento e folclore. |
| Construção moderna e folclore | Será necessario conservar nas casas os caracteres folcloricos? Até que ponto e por que motivos? | Sob o ponto de vista da salvaguarda dos sitios é interessante integrar elementos folcloricos em certos edificios e industrias? E' desejavel que as industrias locais de construção sejam mantidas? Desenvolvidas? Até que ponto e por que meios? Desmonte, transporte e conservação dos elementos arquitetonicos de um museu ao ar livre. Construção em madeira e folclore. |
| Musica Dansas Contos Festas e Cerimonias Populares | Utilização dos cantos do folclore no ensino escolar e post-escolar | A dansa folclorica. Os contos e a sua utilização na escola. Participação da mocidade escolar nas festas e cortejos folcloricos ou inspirados pelo folclore. Os problemas do instrumento popular. |

Temas debatidos nos simpósios (referidos por Nicanor Miranda como "seções particulares") do Congresso Internacional de Folclore – publicado em dezembro de 1937 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.42, p.81-82.

Anexo 17

SOCIEDADE DE ETNOGRAFIA E FOLCLORE

DEPARTAMENTO DE CULTURA
SÃO PAULO

São Paulo, 5 de Abril de 1937

O Departamento de Cultura, da Municipalidade de S. Paulo, acaba de receber honroso convite para participar do Congresso Internacional de Folclore, que se realizará em Paris a 25 de Junho próximo. O Departamento de Cultura, de acôrdo com a Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada recentemente sob seus auspícios e prestigiada pelos mais ilustres nomes da Etnografia paulista, resolveu estabelecer imediatamente tres ou quatro cartas geográficas de certos costumes populares do nosso Estado, por ser a cartografia folclórica o assunto especializado do Congresso. Para isso quer contar com o apólo e a compreensão cultural de todos os Paulistas e dirige-se a V. S.

Pede-lhe, pois, responder ao questionario junto, e envia-lo com a maior urgencia, até o dia 30 de Abril no máximo, ao Departamento de Cultura, rua da Cantareira 216, S. Paulo.

E inutil encarecer a necessidade desta colaboração ao Congresso Internacional de Folclore. São Paulo e o Brasil serão assim representados dignamente pelas cartas geográficas paulistas, realizadas com a cooperação fraternal e altamente culta de todos nós. Nem cabe ao Departamento de Cultura enaltecer a colaboração de V. S., porque V. S. participa com a mesma intensidade e vigor do possante organismo do nosso Estado, a principal entidade que beneficiará dêste empreendimento.

Cordiais Saudações

Mario de Andrade

Diretor

(COMUNIQUE ESTE QUESTIONARIO A OUTRAS PESSOAS CULTAS QUE A ELE POSSAM TAMBEM RESPONDER).

Questionário do Inquérito Folclórico (05 de abril de 1937). Fundo SEF, doc.37, cx.1 – Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga / Centro Cultural São Paulo / SMC / PMSP.

QUESTIONARIO

Sociarrecimentos - Riscar com um traço os fatos perguntados que são desconhecidos no lugar, ou nele não existem mais atualmente. Precisar o mais possível, em cada resposta afirmativa, o lugar em que foi feita a observação de existência atual do fato perguntado: Ex. "Banana com Leite - Fazenda S. Francisco, Estação de Elixu Real, Município de Araras" ou "Dança de S. Gençalo, todo o Mun. de Guarulhos".

1

PROIBIÇÕES ALIMENTARES

Quais as proibições alimentares tradicionais no lugar?

- 1 - Banana com leite -
- 2 - Laranja com leite -
- 3 - Laranja com banana -
- 4 - Melancia com bebida alcoólica -
- 5 - Paiza com carne de vaca -

e) - Há outras proibições alimentares no lugar? Quais?.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Observações que o colaborador queira fazer.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

(V I R E)

DANSAS POPULARES

Quais as danças populares do lugar?

- 1 - Cate-cô ou Catira -
- 2 - Fandango -
- 3 - Nana-Chica -
- 4 - Valsa -
- 5 - Polca -
- 6 - Mazurca -
- 7 - Chimarrita ou Chamarrita -
- 8 - Caruré ou Carurú -
- 9 - Dança de S. Gonçalo -
- 10 - Dança da Santa Cruz -
- 11 - Congada ou Congado -
- 12 - Moçambique -
- 13 - Bumba-meu-Boi -
- 14 - Caiapé ou Caiapós -
- 15 - Samba ou Batuque -
- 16 - Miudinho -
- 17 - Quadriha -
- 18 - Cana-Verde -
- 19 - Recortado ou Recortada -
- 20 - Dandão -
- 21 - Chula -
- 22 - Lundé (danado) -

(Nas danças de que se dão dois nomes, riscar o nome não usado no lugar.)

a) - Ha outras danças populares no lugar? Quais? -

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Observações que o colaborador queira fazer.....

.....

.....

.....

.....

(V I R E)

III

CURA DO TERÇOL COM ANEL

Costumam no lugar curar terçol passando-lhe um anel por cima?

a) - **Se anel de ouro. - De qualquer metal. - Se aliança.**

b) - **Na maneira especial de passar o anel sobre o terçol? Qual?**

c) - **Pronuncia-se alguma palavra ou reza no momento? Qual?**

Observações que o colaborador queira acrescentar

Data

Assinatura legível

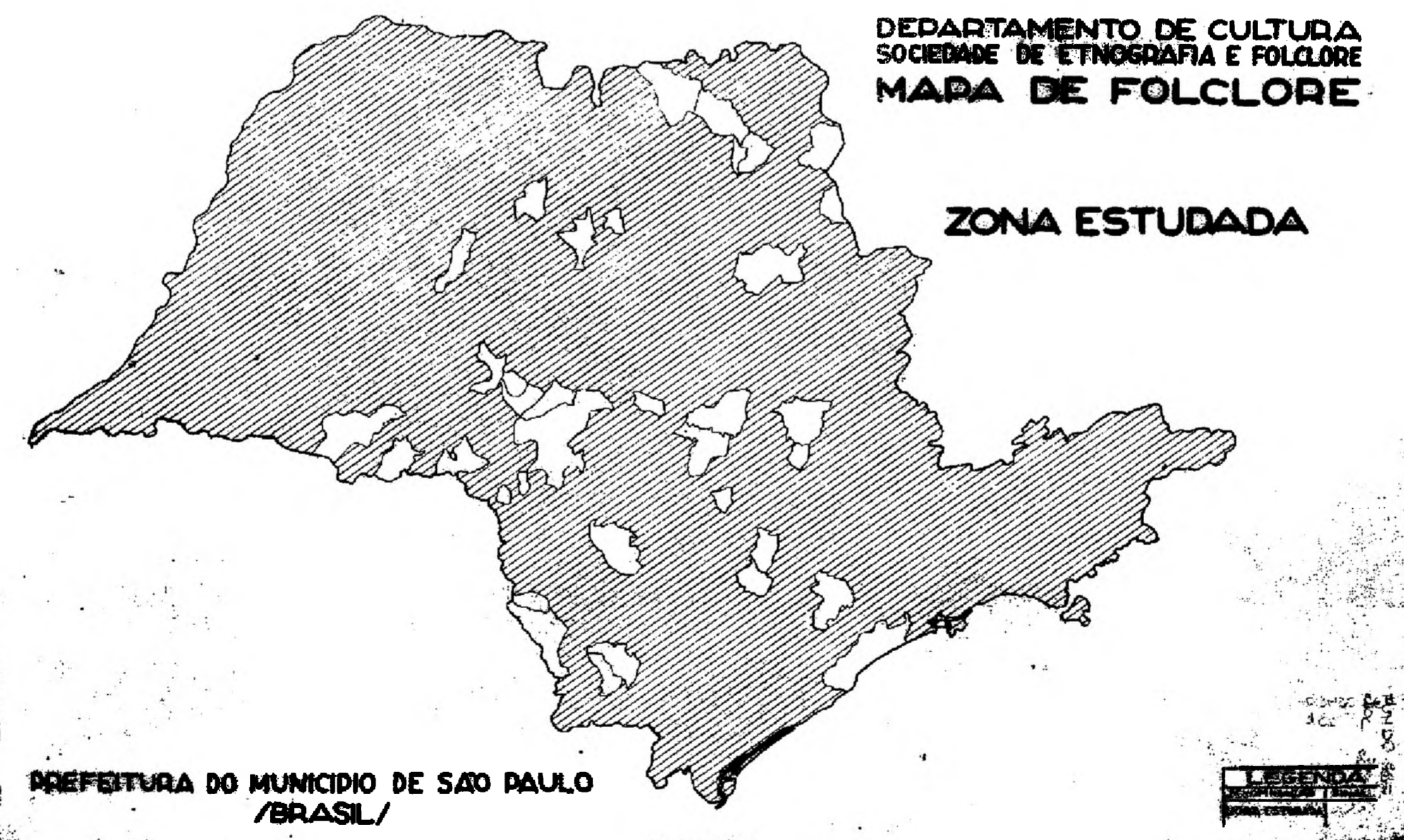
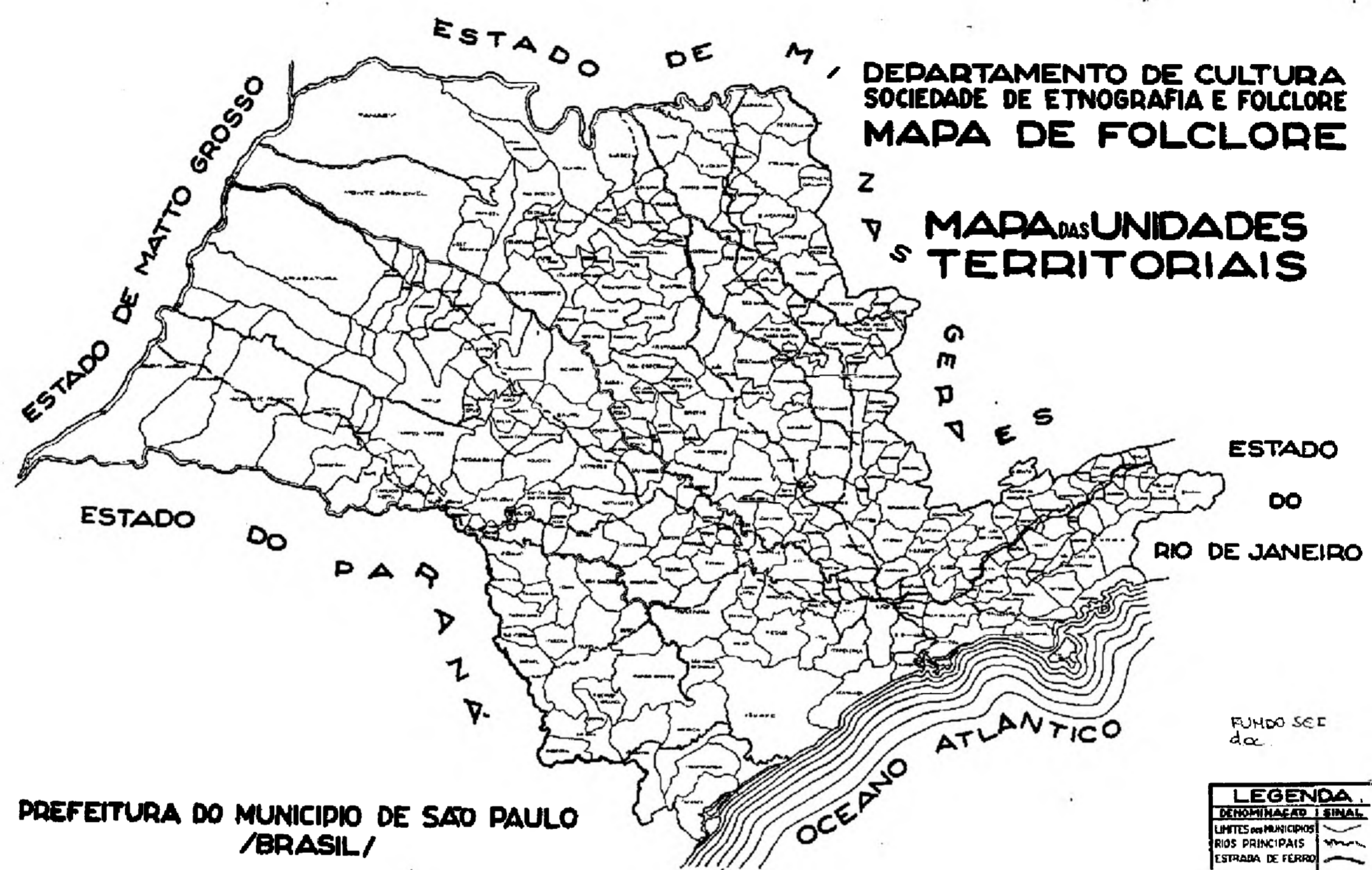
Profissão

Residência

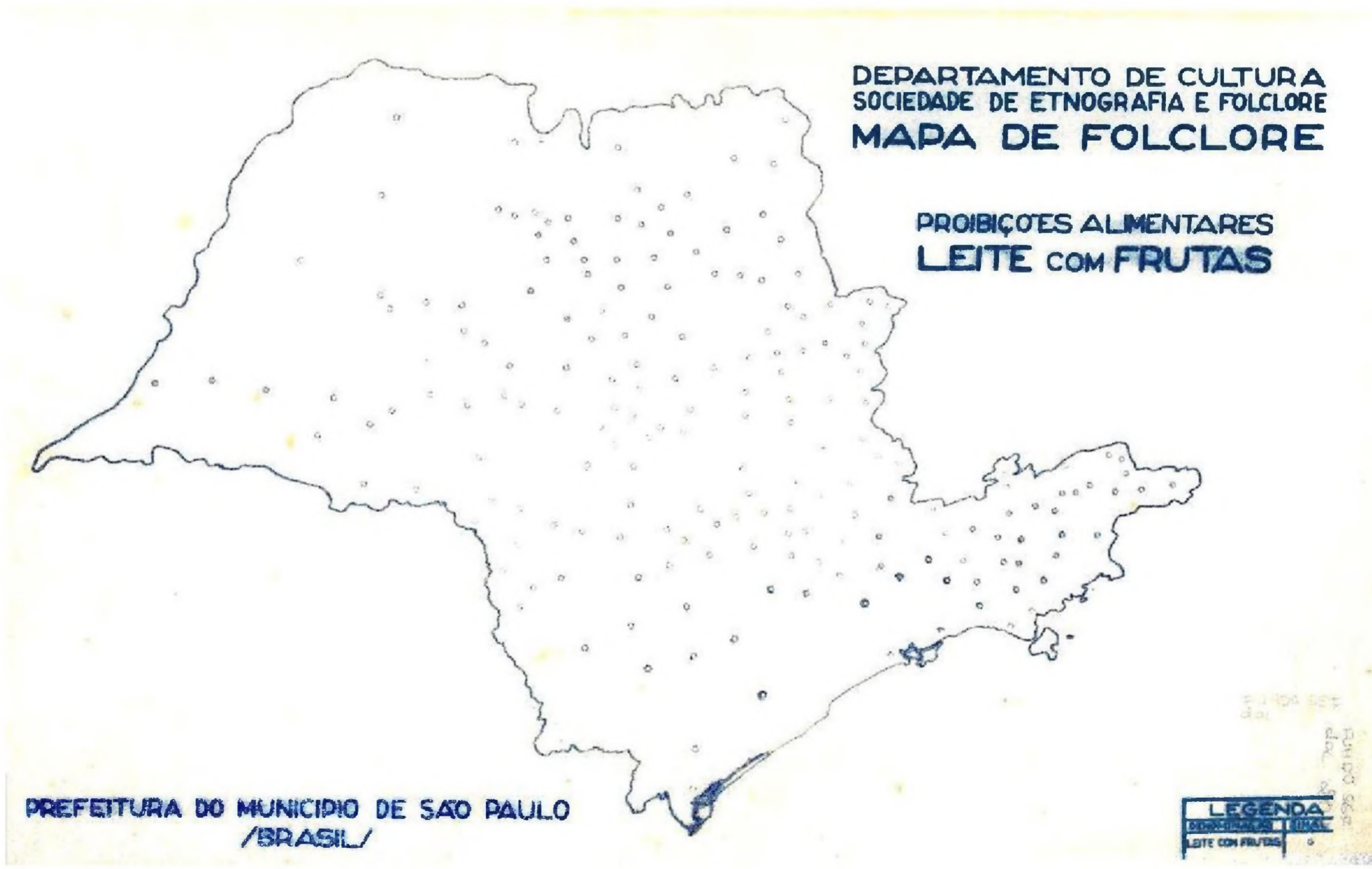
Lugar **Município**

MUITO OBRIGADO

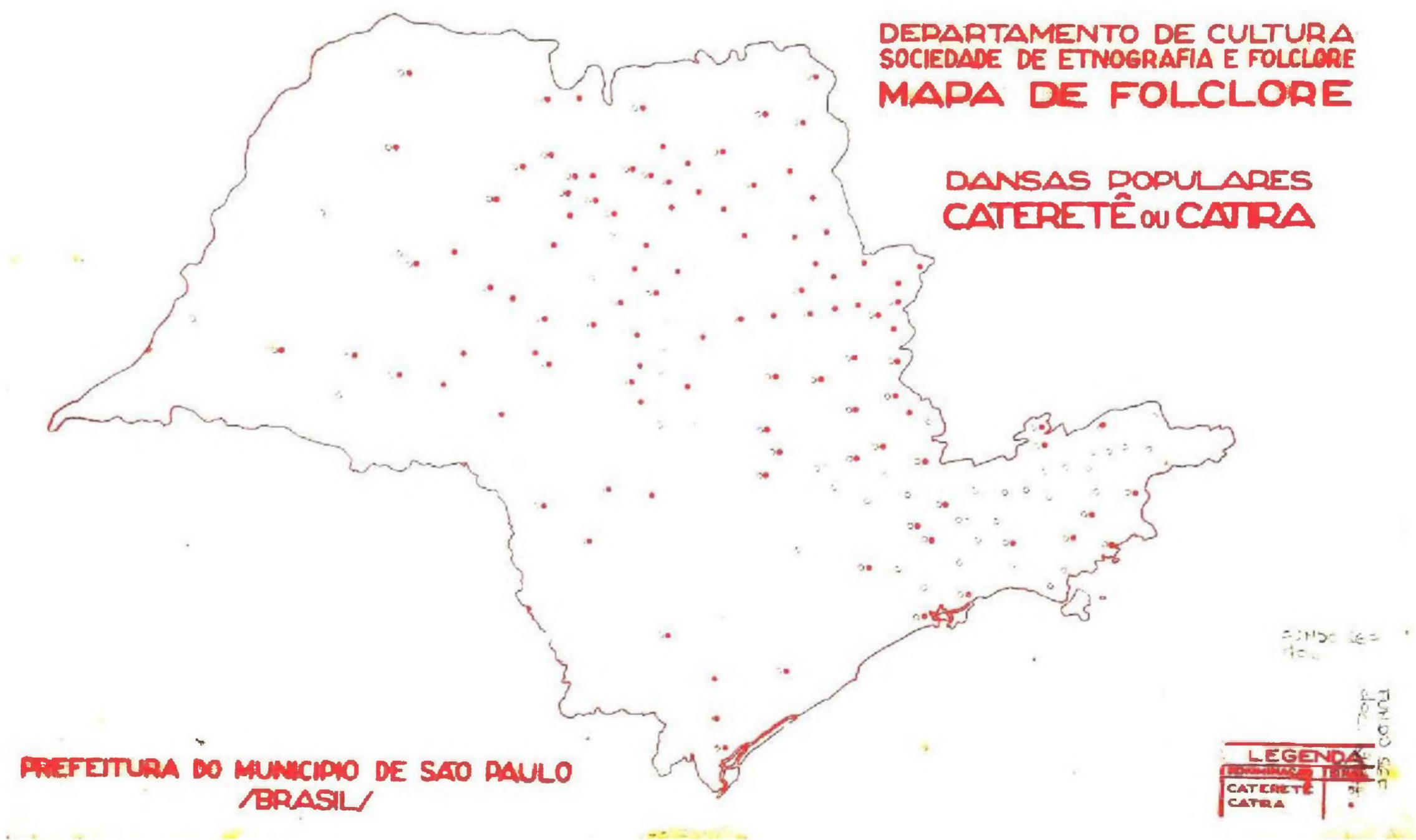
Anexo 18



Mapas Folclóricos. Fundo SEF, doc.207, cx.4 – Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga / Centro Cultural São Paulo / SMC / PMSP (Fotos: João Mussolin).







Anexo 19

ARQUIVO ETNOGRAFICO

A Revista do Arquivo inicia com a rubrica de "Arquivo Etnografico", uma secção destinada ao maior conhecimento do povo brasileiro. Todos podem colaborar aqui, e serão publicadas neste arquivo quaisquer comunicações enviadas, desde que preencham um numero suficiente das seguintes condições:

I — Nome do colaborador e seu endereço;

II — Indicações pormenorizadas de lugar (estado, municipio, cidade, fazenda, villa, engenho, etc.) e data em que foram feitas as observações;

III — Indicação pormenorizada dos individuos ou individuo de que a documentação folclórica foi colhida, seu lugar de nascimento, proveniência regional de família; idade; si é alfabetizado ou não; si tinha confiança e franqueza ou não com o recolhedor; Si era tímido, afôito, e demais condições psicológicas; qualidades de voz, si clara na pronuncia, si nitidamente sonorizada no canto, etc.. E fotografia, si possível.

IV — As descrições de costumes, de coreografias, de processos de manufaturação, de objetos, de arquitetura, etc. deverão ser muito pormenorizadas, e, si possível, bem acompanhadas de fotografias e desenhos.

A Revista do Arquivo dará brevemente, elaborado pelo Departamento de Cultura, um formulario geral de pesquisas etnograficas a serem feitas no Brasil. Desde já porém, e apenas como lembrança, indicam-se aqui alguns assuntos por onde as pesquisas devem dirigir-se, e a que deve se aplicar a atenção dos colaboradores. Seja dito de passagem que classificações deste gênero incorrem fatalmente em interpenetrações de assuntos. Uma Dança de São Gonçalo, por exemplo, tanto implica o elemento Festa, como Religião, Coreografia, Poesia e Canto.

Nota de abertura da seção "Arquivo Etnográfico" – publicada em dezembro de 1936 na *Revista do Arquivo Municipal*, v.30, p.25.

INSTRUÇÕES FOLCLÓRICAS

A Vida Material

II — Mobiliário e disposições internas da habitação

- 1 — Existem móveis considerados necessários e outros considerados acessórios? Quais?
- 2 — Enumerar o mobiliário da casa (necessário e acessório: camas, mesas, cadeiras, armários, objetos e enfeites diversos). Descreve-los, o material, a proveniência, a decoração. Denominações locais.
- 3 — Objetos de toilette e de higiene. Denominações locais, descrição. Idéas, formulas que têm relação com esses objetos.
- 4 — Que sistema de iluminação existe na casa? Quais os quartos iluminados? Denominações locais e descrição das diversas espécies de aparelhos de iluminação empregados.
- 5 — Existe um fogão? Onde? Descrição, denominação local, combustível empregado.

III — Alimentação e Bebida.

- 1 — Quais são os utensílios que servem para a alimentação? para a cozer, para a conservar, para a dividir, cortar, bater, passar, esmagar, amassar, etc.
para a cozinhar,
para a servir,
para a comer: louça, talheres, etc.
Suas denominações locais.
- 2 — As refeições:
Quantas refeições tomam por dia? Quais? Dar as suas denominações locais.
Quais as horas das refeições? O lugar ou os lugares em que são tomadas. Qual é a refeição principal?
Costumam sentar-se à mesa para comer? Onde comem? Como? Quem come à mesa?

Comem as mulheres ao mesmo tempo que os homens? e com eles?

Existe uma maneira local particular de chamar as pessoas para virem comer? Existe alguma cerimônia antes da refeição (prece ou benção).

3 — Alimentação comum:

Quais as bases da alimentação: arroz, feijão, milho, mandioca; de que forma (farinha, etc.)?

Descrever os diversos pratos feitos com esses produtos; dar suas denominações locais e os nomes dos pratos nos quais eles entram.

Comem habitualmente pão, massas, ovos? Quem faz o pão? Qual a sua composição? Comem carne todos os dias? si não, em que ocasiões? Quais as carnes mais frequentemente usadas? vaca, vitela, carneiro, porco, galinha, caca, peixe?

Quais as carnes mais apreciadas? Existe alguma hierarquia de pedaços? Qual? Dar as denominações locais das diversas carnes de açugue e dos diferentes pedaços. Comem com prazer carne de cavalo?

Existem carnes proibidas? Quais? Por que razões?

Que gorduras são empregadas? azeite, manteiga, banha, etc.?

Descrever uma refeição comum. São os pratos servidos numa determinada ordem?

Existem pratos regionais? Denominação local, receita.

4 — Alimentação extraordinária:

Ha festins e banquetes? Denominação local; em que ocasiões? O que se serve nesses festins? Existem pratos reputados de luxo? quais? porque? sua denominação local.

Instruções folclóricas encontradas no segundo *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*, de novembro de 1937 — publicado por Lélia Gontijo Soares e Suzana Luz em *Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore* (Funarte/INF/SMC, 1983).

Além das refeições de cerimonia, ha refeições, diferentes em gênero e número, das refeições comuns? em que ocasiões? denominação regional.

- 5 — Que temperos são usados? denominações locais. Si possível, conseguir amostras.
- 6 — Existem bebidas regionais? fermentadas ou não? quais? denominação local, fabricação.
Existe algum processo local para a fermentação das bebidas? qual?
Bebem no espaço de tempo entre as refeições?
Bebem café em todas as refeições? fora das refeições? Quantas vezes ao dia?
- 7 — Ha períodos de jejum? quais? denominação local. O que comem durante esses períodos?
- 8 — Existem proibições alimentares tais como "manga com leite", etc.? quais? dar as razões dessas proibições. Idéas diversas, noções, crenças, costumes, formulas relativas a essas proibições.
- 9 — Existem alimentos incompatíveis com determinados estados, determinadas situações (mulher grávida, moça na puberdade, etc.)? quais? porque?
- 10 — Indicar todas as idéas, noções, crenças, costumes, superstições, cerimonias ou rituais peculiares, formulas, lendas, etc., relativas a alimentação.

IV — O Fumo.

- 1 — Sua denominação local.
- 2 — Sua proveniência. E' ele cultivado no proprio lugar ou é importado? de onde é importado? em que condições? é ele comprado? de quem?
- 3 — Si o fumo é cultivado no proprio lugar, como é ele cultivado? onde? quando? Indi-

car tudo que se sabe, atos, termos e formulas locais diversas, relativas á cultura do fumo.

- 4 — Como é preparado o fumo? descrever as diversas fases dessa preparação, desde o momento em que é colhido até aquele em que é fumado, com todos os termos, formulas, etc., relativas a essa preparação.
- 5 — Quem fuma? homens, mulheres, crianças? E' proibido ou recomendado o fumar em determinadas ocasiões? Quales essas ocasiões? porque?
- 6 — Fumam cachimbo? cigarros? denominação local; comprimento e grossura dos cigarros; em que são envolvidos? (papel ou palha de milho; são estas ultimas especialmente escolhidas ou preparadas? dar a descrição com os termos e formulas locais). Têm o habito de fumar varias pessoas o mesmo cigarro? de onde vêm os cachimbos que fumam? é sua fabricação local? si é, descrevê-la; si não é, indicar o lugar de onde os cachimbos são importados.
- 7 — E' o fumo usado só para fumar ou também para tomar rapé ou mascar? sob que formas? denominações locais dessas diferentes operações.
Idéas, noções, costumes, crenças, termos, formulas, etc., relativas a esses diversos atos.
- 8 — Em que recipiente guardam o fumo? (para fumar, tomar rapé ou mascar) descrição e denominação local.
- 9 — E' o fumo usado em práticas medicinais? quais?
- 10 — Indicar de um modo geral todos os atos, idéas, noções, costumes, crenças, termos, formulas, etc., relativas ao fumo.